

# PRUMO

Revista do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio

Ano 5 | Nº 06 | de 2019

#6

## ÊXODOS E MIGRAÇÕES



NOSOTROS  
TENEMOS DERECHO  
A ESTE PAISAJE

Abílio Guerra

Adalton da Motta

Ana Paula Carvalho

Ariane Rego Paiva

Jorge Gonçalves

Juliana Canedo

Luiz Fernando Janot

Laís Oliveira

Luciana Andrade

Marcelo Esteves

Maria Clara Barsotti

Paulo Nazareth

Pedro Beja

Pedro Lobão

Roberta Gomes Thomé

Sérgio de Melo Doce Taibo

Suzana Velasco

Tamara Egler

Teresa Heitor

## PRUMO Nº 6

Revista do Departamento de Arquitetura  
e Urbanismo da PUC-Rio

ISSN 2446-7340



### Editoria

Vera Hazan  
Michel Masson

### Conselho editorial

Abílio Guerra (FAU- Mackenzie)  
Alder Catunda Timbó (PUC- Rio)  
Antonio Sena (PUC-Rio)  
Claudia P. Costa Cabral (PROPAR-UFRGS)  
Fernando Betim Paes Leme (PUC-Rio)  
Fernando Espósito (PUC-Rio)  
Guilherme Wisnik (FAU-USP)  
Horacio Torrent (PUC-Chile)  
James Shoiti Miyamoto (FAU-UFRJ)  
João Masao Kamita (PUC-Rio)  
José Kipper Kós (PGAU- Cidade- UFSC)  
Maria Fernanda Lemos (PUC-Rio)  
Otávio Leonídio (PUC- Rio)  
Rachel Coutinho (PROURB- UFRJ)  
Renato Anelli (IAU-USP-S. Carlos)  
Roberta Krahe Edelweiss (UNISINOS)  
Rosângela Cavallazzi (PROURB-UFRJ)  
Silvio de Moura Dias (PUC-Rio)  
Sylvia Ficher (FAU- UNB)  
Tamara Cohen Egler (IPPUR-UFRJ)  
Teresa Valsassina Heitor (IST-Lisboa)  
Vera Hazan (PUC-Rio)

### Autores

Abilio Guerra  
Adalton da Motta Mendonça  
Ana Paula Soares Carvalho  
Angela Magalhães Vasconcelo  
Ariane Rego de Paiva  
Damião Marques de Lima  
Jorge Gonçalves  
Juliana Canedo  
Luciana da Silva Andrade  
Luiz Fernando Janot  
Marcelo Rodrigues Esteves  
Maria Clara Barsotti  
Pedro Beja Aguiar  
Pedro Lobão  
Roberta Gomes Thomé  
Sérgio de Melo Doce Taibo  
Suzana Velasco  
Tamara Tania Cohen Egler  
Teresa Valsassina Heitor  
Vângela Maria Ísidro de Morais

### Estagiários / Equipe Prumo #6

Clara Caroli  
Júlia de Queiroz

### Diagramação

Clara Caroli

### Capa

Paulo Nazareth, Sem título, da série  
Notícias de America , 2011/2012,  
impressão fotográfica sobre papel  
algodão, 30x40  
Cortesia Mendes Wood DM, São Paulo /  
Nova York / Bruxelas

### Tradução / Revisão de texto

Vera Hazan e Michel Masson

### Fotografias

Alan Chaves  
Gaby Rocha  
Júlia de Queiroz  
Liana Biar  
Nursen Nikini  
Rosana Kohl  
Vera Hazan

...

E-mail: [arqprumo@puc-rio.br](mailto:arqprumo@puc-rio.br)  
Pontifícia Universidade Católica  
Departamento de Arquitetura e  
Urbanismo PUC-Rio  
Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea, Rio  
de Janeiro, Brasil – CEP 22451-900

...

As opiniões e informações expressas nos  
artigos aqui publicados são da exclusiva res-  
ponsabilidade de seus autores.





# Sumário

---

## EDITORIAL

Vera Hazan e Michel Masson

06

---

## ENTREVISTA

Paulo Nazareth

Entre-Lugar: Identidades em trânsito  
por Michel Masson

08

---

## ARTIGOS

Fronteiras e travessias: A migração venezuelana para o Brasil e a cartografia humana pelas ruas de boa vista-roraima  
por Vângela Moraes e Damião Marques de Lima

26

Integração local da população refugiada no estado do Rio de Janeiro: alguns desafios e perspectivas  
por Ariane Rego Paiva e Roberta Gomes Thomé

42

Êxodos e emigração: As (sobre)vivências dos desenraizados na Lisboa prometida da segunda metade do século XX  
por Jorge Gonçalves e Teresa Valsassina Heitor

54

A imigração e a questão “étnica”, ganhos ou perda de identidade? Uma reflexão em torno dos hutus e tutsis residentes na província moçambicana de Nampula.  
por Sérgio de Melo Doce Taibo

74

---

De hóspedes a sujeitos políticos: a “tomada de lugar” numa praça de Berlim  
por Suzana Velasco

93

---

## OLHARES

108

---

## ARTIGOS

Poderes Locais, Espaços públicos e acolhimento dos que vem de fora  
por Ana Paula Carvalho

125

Direito a outra cidade: Favelas como tática de resistência e transformação  
por Luciana Andrade e Juliana Canedo

138

---

## ENSAIO

Rio de Janeiro: Paradigma da beleza e do caos  
por Luiz Fernando Janot

156

---

## ARTIGOS

Judeus do Egito: Mudanças e permanências no Brasil  
por Tamara Tania Cohen Egler

162



---

Quem tem medo do lobo mau? Reflexões sobre o lugar da arte como política a partir da exposição “R de resistência o la vergüenza de ser hombre” (2018)  
por Pedro Beja

180

---

Narrativa Testemunhal: Subjetividades e verdades individuais  
por Laís Oliveira

191

---

Sob o signo da travessia: A figura do refugiado/imigrante no filme haitiano Corner, do cineasta haitiano Raoul Peck  
por Marcelo Esteves

200

---

### ENSAIO FOTOGRÁFICO

Abrigos Campos: refúgio pela vida!  
por Ângela Magalhães Vasconcelos

210

---

### RESENHAS

Era o hotel Cambridge: Um filme que dá cores a um drama global  
por Abilio Guerra

224

---

Caminhar e parar. Entre o Mattatoio e o Chaos  
por Adalton Mendonça

232

---

### DEPOIMENTO

Relato de um jovem arquiteto em Moçambique  
por Pedro Lobão

244

---

### PROJETOS

Tendas Ilê  
por Maria Clara Barsotti

254

---

Maidan Tent  
por ABVM studio (Bonaventura Visconti di Modrone),  
Architetto Leo Bettini Oberkalmsteiner

260

---

### NARRATIVAS

Organização: Carolina Moulin.

Revista “A Presença do Migrante no Rio de Janeiro: O olhar do Imigrante e do Refugiado”. Pastoral do Migrante e Coletivo Rede Migração Rio. Rio de Janeiro: Associação Scalabrini a Serviço dos Migrantes, 2017.

41, 73, 161, 209 e 243

# Editorial

A crise humanitária internacional tem se ampliado nos últimos anos, principalmente em função do grande fluxo de migrações decorrentes de problemas sócio-econômicos, guerras, disputas territoriais, conflitos étnico-raciais e desastres ambientais. Segundo dados recentes do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), 70,8 milhões de pessoas têm sido forçadas a se deslocar de suas casas, dentre as quais 25,9 milhões podem ser consideradas refugiadas e 3,8 milhões solicitantes de refúgio.

O tema do refúgio e acolhimento de refugiados tem mobilizado diversas organizações internacionais, entidades governamentais, bem como pesquisadores dos cursos de direito, relações internacionais, ciências sociais e políticas, geografia, psicologia, serviço social, entre outros. Nas áreas da arquitetura e do urbanismo, entretanto, pouco se tem discutido sobre o assunto, apesar de ser um tema relevante, que envolve o espaço nas mais diversas escalas - do território ao abrigo.

Os recorrentes acidentes e mortes no Mediterrâneo, o enrijecimento das leis de migração, a xenofobia e as condições desumanas nas travessias desses povos em busca da sobrevivência têm exposto as chagas de um mundo muito cruel e pouco receptivo à diversidade e à interação transfronteiras.

A discussão em torno das políticas de acolhimento desvenda pontos muito sensíveis em relação aos direitos humanos, entre os quais a falta de espaços adequados de apoio nas travessias, cidades e abrigos. Por mais que as grandes organizações, como o ACNUR, Cruz Vermelha, entre outras, tentem promover infraestruturas de acolhimento, sejam junto às chegadas de embarcações, na construção de campos ou adaptação de equipamentos comunitários urbanos para abrigar famílias, ainda há muito a fazer, principalmente na nossa área de atuação.

Em função disso, a Revista PRUMO # 6 - “Êxodos e Migrações” propõe colocar esse tema na pauta da arquitetura e do urbanismo, de forma a sensibilizar estudantes, professores e profissionais. Com narrativas de refugiados, entrevista, depoimentos, histórias, resenhas, fotos e artigos escritos por pesquisadores de diversas instituições e áreas de atuação, a revista traz uma série de perspectivas sobre o assunto, revelando histórias do passado, situações atuais no Brasil e em outros países.

Como uma espécie de panorama que traz desde a situação dos refugiados venezuelanos na fronteira entre o Brasil e a Venezuela até a entrevista da capa com o artista Paulo Nazaré, a revista revela a prática artística de Paulo, marcada por travessias em vastos territórios e encontros com as raízes da própria migração no Brasil.



A crítica aos modelos atuais de acolhimento, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, legislação, políticas públicas, falta de habitação e interação com a cidade são outros assuntos pautados na revista, que traz uma discussão muito interessante sobre os desafios do processo de interiorização, bem como da integração dos refugiados nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Frio, calor, medo, relevos e desidratação acompanham famílias inteiras em busca de uma vida melhor ou, ao menos, em paz. Da linda história do êxodo dos judeus do Egito à procura de um diálogo entre hutus e tutsis na migração para Moçambique são muitas as questões que reforçam a emergência de se tratar mais amplamente o tema dos refúgios e migrações.

Acredita-se que em um momento tão sensível como o que estamos vivendo, provocar um debate sobre o assunto parece mais do que oportuno. Não à toa o Congresso da União Internacional de Arquitetos - UIA 2020 Rio, que pretende trazer à cidade do Rio de Janeiro arquitetos de diversos países, propõe como tema Todos os Mundos, Um só Mundo, Arquitetura 21, tendo como um de seus eixos as Transitoriedades e Fluxos.

A oportunidade de trazer esse tema interdisciplinar para a arquitetura e o urbanismo tem, sobretudo, a intenção de rever o papel dos arquitetos e urbanistas diante dos de-

safios do século XXI. A revista PRUMO #6 – Êxodos e Migrações pretende, portanto, colaborar para a ampliação dessa discussão junto aos profissionais e pesquisadores da área, de forma a contribuir para a construção de cidades mais acolhedoras e receptivas à diversidade da humanidade.

Esse número não seria possível sem a colaboração de Carolina Moulin, primeira coordenadora da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da PUC-Rio, que nos apresentou algumas narrativas de refugiados, bem como indicou alguns autores que contribuíram para a revista.

Agradecemos, também, ao ACNUR que nos proporcionou a ida a Roraima e acesso aos abrigos e infraestruturas de apoio aos refugiados na fronteira entre Brasil e Venezuela, proporcionando uma experiência de campo e reflexões sobre o tema.

Dedicamos essa revista ao jovem estudante de arquitetura e urbanismo Nursen Nkini Manasa, nosso grande amigo da República Democrática do Congo, que colaborou com seu olhar atento e sensível sobre Kinshasa, capital do seu país, e nos deixou prematuramente em setembro de 2019. Suas imagens sobre a cidade africana mostram o amor por seu país e a saudade de tudo o que deixou para trás.

Vera Hazan e Michel Masson



FOR SALE



# ENTRE-LUGAR: IDENTIDADES EM TRÂNSITO

ENTREVISTA COM PAULO NAZARETH

POR MICHEL MASSON

Filho de mistura, Paulo Nazareth (Governador Valadares, MG, 1977) é artista que caminha por longas distâncias. Tendo como quadro de referência o impacto do processo colonial sobre suas origens, seu trabalho mobiliza uma série de questões relativas ao ato de migrar. Esta entrevista foi realizada em 21 de maio de 2018, via Skype, entre um deslocamento e outro.

“Eu não posso ir à Europa antes de passar por todos os países de África.”

**MICHEL MASSON:** Em primeiro lugar, gostaria de agradecer pela sua disponibilidade. Queria começar te dizendo que gosto de pensar mais numa conversa do que numa entrevista. A ideia é que possamos explorar a questão dos êxodos e das migrações que você constantemente aborda a partir do dado biográfico intrínseco ao seu trabalho. Você poderia iniciar falando um pouco sobre suas origens?

**PAULO NAZARÉ:** A gente é do Vale do Rio Doce. Somos Boruns. Do povo Borum, o grupo mais conhecido hoje é o Krenak. Antigamente eram chamados de Aimorés. Quando os grupos se dividiam em grupos menores, eles recebiam o nome do líder, da liderança; assim aconteceu com os Krenak, que são Boruns. Este é um povo que sempre andou. É bom lembrar que essa andança é dentro de um território considerado Borum. Não é um povo que não tem terra, mas um povo que se desloca pela terra, terra dos parentes. Eles têm um grande território de deslocamento. Minha mãe, a mãe dela e seus parentes vêm dos Boruns. Teve também uma mistura na zona do Vale do Rio Doce, próxima à região de Valadares (Governador Valadares-MG). Eu sou de Santo Antônio das Figueiras e essa região é território indígena e também região quilombola. Então essa parte negra também é de toda essa região, sabe? Eu gosto de lembrar que eu sou dali. E o que aconteceu é que no final do século, quando assinaram a Lei da Abolição... Na verdade, tudo foi acontecendo ao mesmo tempo, o projeto de embranquecimento, o incentivo da vinda dos europeus para o Brasil. Aí tem muitas histórias. Uma parente do meu pai que é desse lugar, veio da Itália. Eles contam a história também de um parente que era da Paraíba, que sai numa época que eles estavam oferecendo as terras do Vale do Rio Doce para os imigrantes europeus. Nessa época, a maior parte eram italianos, havia alguns alemães. Dizem que ele era um nordestino que se passou por italiano, assim conseguiu um pedaço de terra e se casou com uma italiana. Essa é um pouco da história que eu ouço, história da família. Mais tarde, os parentes da minha mãe ficaram nessas terras, que não são da família do meu pai, mas de outra. É engraçado que a gente tem a impressão que os indígenas saíram e foram para as cidades, mas o que acontece é que as cidades e as fazendas foram se sobrepondo às terras indígenas, às terras Boruns. Uma fazenda foi criada nessas terras e nela os avós e os pais da minha mãe,

**Paulo Nazareth**  
*Sem título, da série Para Venda, 2011*  
impressão fotográfica  
sobre papel algodão  
80 x 60 cm

e depois ela mesma, ficaram trabalhando. Eu mesmo trabalhei para essa família. Então, é uma história de famílias; uma história da minha família que trabalhava para outra família. E meu pai também tem uma história assim. Os parentes dele morreram e ele e o irmão ficaram órfãos. Mais tarde, ele acabou encontrando a minha mãe entregando leite e a partir daí, aconteceu a história deles. Ele era entregador de leite. É nesse lugar que se encontra a relação com as minhas andanças, esse lugar da migração. Na verdade, muita gente chegou nesse lugar do imigrante. Nos anos 1940 tem a exploração, primeiro da madeira, e depois da mica, também das pedras que eles dizem preciosas e semipreciosas, que eu acho que vai até, talvez, o final da década de 1970. Uma das cidades grandes da região, Governador Valadares, é conhecida pela lapidação de pedras. O que acontecia é que essa questão da pedra, da exploração da mina, atraía muitos estrangeiros. Muita gente veio dos Estados Unidos para Valadares e isso criou o desejo do povo de Valadares de ir também para o outro lado, para os EUA e, mais tarde, para Portugal, Espanha e Inglaterra. Isso acontece nas décadas de 1940-1950 e vai ficando forte nas décadas de 1960-1970. As pessoas começam a criar redes de suporte. Ao mesmo tempo, cria-se também uma certa resistência. Só da gente falar que era da região de Governador Valadares, o visto já era negado. Mas é criado o mito desse lugar. Eu cresci ouvindo falar de gente que foi para os EUA, dessas histórias de sucesso e de fracasso. Nas minhas mais remotas memórias, eu lembro de ouvir casos sobre pessoas que foram cruzar pelo deserto do México para chegar clandestinos nos EUA. Daí a relação tanto com os EUA quanto com o México, dois lugares que até hoje povoam o imaginário da gente. É um pouco isso. Eu sou desse lugar, um lugar de certa forma de fronteira, um “entre-lugar”. O Afro-Borum.

**MM: A partir dessas histórias sobre Governador Valadares como local que inicialmente recebeu imigrantes norte-americanos e, depois, passa a exportar mão-de-obra para os EUA, eu proponho avançar falando sobre *Notícias de América*, que estabelece diálogo crítico com esse contra fluxo movido pelo imaginário de uma vida melhor. Quais foram as premissas do trabalho e como ele ocorreu na prática?**

PN: Falei dessa coisa de negar o visto. Esse trabalho, eu acho que é um negócio que foi amadurecendo com o tempo. Eu já tive visto negado várias vezes. Em 1997, eu trabalhei no encon-

tro da Área de Livre Comércio das Américas que aconteceu aqui em Belo Horizonte. Era um projeto da ALCA. Lembro que trabalhei limpando banheiros. Notícias de América é um projeto que trata de questões em andamento: quanto eu ganho limpando latrinas na América do Sul? Quanto eu ganho limpando latrinas na América do Norte? E quanto que eu ganho limpando latrinas na África do Sul? Trata desse lugar da migração e da questão do valor da mão-de-obra e do trabalho, dos lugares geográficos e do lugar social. O que acontece é que depois de ter o visto negado várias vezes, quando eu já tinha entrado no mundo da arte, depois de já ter decidido que esse seria meu lugar de atuação no mundo, recebi proposta para uma residência nos EUA. Mas tinha uma coisa: eu não podia ir para os EUA, simplesmente sair daqui e pegar um voo e chegar lá. Antes disso, eu queria viver esse entre-lugar, a cultura da América, essa outra parte, essa outra história da América. Então, o que eu deveria fazer era seguir por terra, e foi isso que eu fiz. Na verdade, eu nunca cheguei nessa residência. Depois de muitos anos, acabei indo fazer residência, mas era outro projeto. Aí eu fui desse jeito, juntando a poeira da América Latina nos pés.

**MM: Em síntese, você saiu de onde e foi para onde?**

PN: Eu saí da região do Vale do Rio Doce, de Governador Valadares, seguindo sempre para o Norte. Fui para os Andes, países andinos, passei pela América Central, seguindo pela América do Sul até cruzar, fazer o mesmo caminho que muita gente fez e continua fazendo. Então, na verdade, é um trabalho de estrada mesmo, de ir encontrando outra gente. Esse ato de caminhar é um ato que meus parentes Boruns já faziam, sempre fizeram, o povo africano também, continua igual até hoje. Antes disso, eu já tinha feito várias caminhadas. Tem um grupo de pessoas que vive na estrada - não sei se pode falar em “grupo”, mas um tipo de pessoa que vive na estrada. Entre a gente, falamos “trecheiro”. As pessoas costumam dizer andarilho, mas é o trecheiro, aquele que está sempre no trecho, andando de um trecho para o outro. E cada um tem o seu motivo de viver no trecho. O meu vem desse lugar da arte.

**MM: Depois de ter lavado no rio Hudson a poeira da América Latina acumulada nos seus pés ao longo de vários meses, você montou a instalação *Mercado de Bananas/Mercado de Arte na feira Art Basel Miami Beach*, que consistiu numa Kombi cheia de bananas, além de fotografias e objetos coletados ao longo do percurso de *Notícia de América*. Como você pensa a materia-**





**lização dos seus trabalhos? Qual o lugar da escrita nele?**

PN: Eu gosto de apontar que esse lugar da matéria do trabalho talvez seja mais forte nos panfletos, onde eu escrevo. Os panfletos são uma espécie de gravura, ou contos, um relato, um livro de uma página, ou livro que é feito por várias páginas desmembradas. O maior lugar do trabalho está nesses panfletos, talvez onde você pode ter na verdade uma espécie de contato. O panfleto vai conter quase todo o trabalho, quase todo meu trabalho passa por ele, que eu durante muito tempo comercializei. Fazia isso na feira do Palmital.

**MM: Isso foi no começo?**

PN: No começo. Eu ainda continuo vendendo os panfletos, que são essas gravuras com um preço superbarato. Vou te falar, eu tinha uma barraca na verdade. E aí volta e meia eu monto ela. É uma

**Paulo Nazareth**

*Sem título, da série Notícias de América, 2011/2012*  
impressão fotográfica  
sobre papel algodão  
30 x 40 cm



barraca, um improviso, uma banca.

**MM: Eu acho interessante porque quando vemos o trabalho na galeria, ele tem uma forma de apresentação muito similar à ideia de banca de feira, de comércio popular.**

PN: Sim. É o lugar que eu penso quando o trabalho fica próximo, quando a gente pensa num cotidiano, na vida/arte/vida, se você usa esse conceito. Para mim tudo que passa a existir já parla. Todo desenho, toda fotografia já é arte/vida a partir do momento em que está nesse mundo aqui. A gente tem esse contato, tem uma relação com o desenho ou a fotografia, já faz parte da nossa vida. É um lugar mais próximo, sem muito dessa separação entre objeto de arte e objeto do cotidiano. O trabalho - os panfletos - se camuflam, se juntam, se confundem com os outros objetos; tem uma coisa que é quase uma simbiose. Ele quase que se apropria dos objetos, ao mesmo tempo em que é apropriado pelos outros objetos, e aí fica esse lugar confuso entre o que é arte e o que não é, entre o que é o panfleto de arte e o panfleto do cotidiano. Talvez a força desse trabalho seja esse se apropriar. O trabalho se apropria fazendo com que os outros objetos ao seu redor também se tornem objetos de arte. Mas claro, também ele tem que ceder lugar, tem que um pouco deixar de ser objeto de arte para que o outro se torne também objeto de arte. É um pouco do que eu acabo fazendo, numa andança, num deslocamento. Deixo meu lugar para me tornar parte do lugar do outro, então acabo me tornando um outro também nesse deslocamento.

**MM: Você sai daqui do Brasil e segue até o Norte, e à medida que seu corpo se coloca em trânsito e em contato com outros corpos, há a percepção de que identidades não são fixas. Quer dizer, dependendo do lugar, você é mais índio ou mais negro. Estamos falando de um modelo de performance de longo prazo vinculado à ideia de deslocamento em seus diversos níveis. A caminhada gera uma**

**Paulo Nazareth**  
*Banana Market/Art Market,*  
2011  
impressão fotográfica  
sobre papel algodão  
30 x 40 cm



**experiência de imersão num entre-lugar, como você mesmo bem denominou.**

PN: Bem, na verdade, essa questão da performance... O próprio panfleto já tem essa performatividade, carrega essa performance. Eu gosto de pensar nos panfletos como projeto. Ao mesmo tempo em que eles são promessas, também são ex-votos. Antes do ato, quando eu apresento ele como um projeto, um desejo, o panfleto acaba sendo uma promessa. E aí ele já é a performance em si, o objeto separado da própria ação. Ele já é a ação em si quando eu estou pensando na promessa. Quando eu te prometo, essa promessa já é a performance. A promessa não precisa necessariamente da ação. Aqui há uma performance da promessa, do prometer. Eu te prometo; te prometo que farei isso, ou que farei aquilo. Há uma performance contida na minha promessa. A realização dessa promessa é outra coisa, outra ação. Quando eu prometo fazer algo ao santo, ao orixá, há nisso a minha performance da promessa. O panfleto assume esse lugar da performance quando ele é essa promessa do que eu farei. Pelo panfleto, eu prometo uma caminhada, prometo a construção de algo. E, às vezes, o panfleto pode vir depois dessa ação. Aqui ele aparece no lugar do ex-voto, que é também uma ação. Quando eu levo, apresento o ex-voto, isso é outra promessa, outra performance: é a performance do pagamento, do agradecimento. Eu te prometo, aí você tem uma ação, tem a performance da promessa; e eu te agradeço, estou grato, você tem o ato do agradecimento, tem outra performance. Eu posso agradecer até pela promessa não cumprida. Então, a performance vai atravessando tudo isso. No meu texto, a própria palavra escrita carrega uma performance. Porque eu venho escrevendo de um jeito. O texto fala de um lugar linguístico. Tem uma afirmação aí, quando eu escrevo optando em usar determinadas palavras, em usar uma gramática que se distancia da gramática convencional. Aí já tem uma performance. E uma escolha. Eu também estou falando da migração, do movimento; a língua fala disso. Eu estou falando de um lugar. Eu lembro que quando saí junto com minha mãe e meus irmãos num movimento migratório do interior do Estado para a capital, a questão linguística foi muito forte. Eu sofria muito bullying na escola - apesar de a própria palavra bullying não ser usada até então - esse termo era inexistente para nós aqui de língua portuguesa. Mas o bullying era constante, e justamente por esse lugar linguístico. Quando eu chego da roça na capital, chego colocando R em todos os lugares que teriam L. O inte-

rior - o campo, como a gente gosta de falar hoje - é o lugar que conserva um pouco desse português arcaico, do período da colonização daqui da América, do tempo em que essas duas línguas estavam mais próximas; depois vão se distanciando. Eu gosto de lembrar do inglês, e eu falava inglês. Tinha uma questão comum a muitas regiões do Brasil que é a troca do L pelo R, colocar o R no lugar do L. Além desse meu português, tem uma questão do português materno nessa gramática, uma herança gramatical da língua original, da língua dos pais. Os meus avós falam um português carregado com o jeito de falar, como se falava no idioma Borum. Eles acabam levando essa regência, esse modo gramatical para a língua portuguesa. Meus pais adquirem não o Borum como língua materna, mas o português com marcações gramaticais da língua Borum. Acabam falando um português distinto, um português nativo, materno, com as marcas da língua Borum.

**MM: Em relação a sua escrita, ela é peculiar, um português com marcas da língua espanhola, que, assim como as caminhadas, opera a diluição de fronteiras, aponta para um entre-lugar.**

PN: Sim. Eu gosto muito de fazer isso, tentar um lugar comum nas duas línguas. Dentre outras agências, são as línguas irmãs mais próximas. Mas, o inglês, a gente tem um estigma. Algumas pessoas defensoras do português padrão se sentem agradas. Hoje mesmo eu peguei um texto de Camões. Gosto de lembrar que, às vezes, ele tem grafado nos textos dele a palavra inglês. É um tempo em que o lugar das duas letras era próximo, L e R. A gente chama de vício confundir letra com fonema, tem mania de achar que a palavra escrita é o mesmo que a palavra falada, esquece que estamos falando de dois lugares, duas línguas. A escrita é outra língua, bem distinta da língua oral. A gente não fala como está escrito. Então essa minha escrita aponta para o lugar dessa irmandade, que aconteceu na Península Ibérica, uma irmandade que é também briga de irmãos. Isso vem para a América. A gente vem de uma irmandade e de um conflito na Península Ibérica. Talvez aqui isso tenha se tornado mais carregado. A gente, no Brasil, acaba virando as costas para o restante da América Latina, muitas vezes sem nem se reconhecer como parte dela. A performance desse texto aponta para o lugar dessa proximidade, dessa irmandade. Estou nesse desejo de aproximação, e aí vou falando para poder transitar. Porque a gente vai criando um medo, ou talvez mais,

devolver a Africa , ossadas de pretos africanos encontradas nas Americas  
[cemiterios clandestinos e covas comus]

return to Africa, the bones of black Africans found in the Americas [clandestine  
cemeteries and graves Comus]

tornare in Africa, le ossa di africani neri trovato nelle Americhe [cimiteri clandestini  
e tombe Comus]

P.NAZARETH ED. / LTDA — — Palimital- Santa Luzia / Minas Gerais \_ BRASIL – jan.. 2013



esse medo vá sendo criado em nós. O medo de cruzar as fronteiras por conta da língua. A gente tem vergonha de falar em público, de falar errado. As pessoas falam: “você nem sabe falar”. A gente não precisa nem do “você”, fala “eu”: “eu nem sei falar português direito, vou falar inglês?”. Esse medo de falar errado vai para o texto também. Durante um tempo, eu também tive esse medo, que era apresentado para mim. Depois eu vou assumir esse lugar, defender esse lugar de fala, esse lugar de texto, de aproximação. Isso não é um erro. Estou falando de uma variação linguística, das inúmeras possibilidades da língua portuguesa, da sua aproximação com a língua espanhola, que por sua vez também tem muitas variáveis. Tanto é que a gente costuma falar: “espanhol ou castelhano?”. Estamos falando de regiões distintas na Espanha. Isso é carregado para América. Mas esquecemos dessas variáveis dentro do português.

**MM: Essa busca por aproximação parece uma constante no seu trabalho. Ela se evidencia nas fotografias em que você se coloca ao lado de outras pessoas em projetos como *Notícias de América*, *Cadernos de África* e *Cara de índio*. Neste último, você vai se fotografando junto a indígenas urbanos em busca de marcas.**

PN: É, nesse trabalho eu também estou falando a partir do lugar geográfico, que se confunde com outros lugares. Na verdade, estou falando desse filho de mistura que sou eu, mas que são outros. Eu não sou o único filho de mistura, mas tenho que partir de mim. Eu tenho isso em comum com outros filhos de mistura, daí busco essas marcas indígenas. É uma questão de lugar, de América. O Brasil é esse lugar da perda do lugar. A perda do lugar originário é muito forte aqui. Por exemplo, “indígena” é um rótulo externo. Porque, antes da chegada dos europeus aqui, ninguém era índio, cada um era o que era. A gente tinha os Boruns no caso dos meus parentes, os Kaiowás, os Guaranis. Cada povo era o que era. E aí, com a - vou chamar de - invasão europeia, vem essa rotulação e todos passam a ser índios. Vira uma massa só, genérica. Um já é qualquer um, qualquer outro. Por isso essa busca. Estou falando de trânsito. Quando falo de índios urbanos, tem um movimento que não é o movimento do indígena indo para a cidade, mas o movimento de construção da cidade, de construção do urbano sobre o território indígena. Foi o que aconteceu na região do Vale do Rio Doce, com Governador Valadares, Ipatinga e inúmeras outras cidades, incluindo Belo Horizonte. Mais recentemente, tem o caso do Estado do Mato Grosso, que se dividiu. Campo Grande se torna parte do que hoje é o Mato Grosso do Sul. E tem Cuiabá no Mato Grosso. Essas cidades são criadas em cima de territórios indígenas. Você vê o ser indígena nesses lugares e acha que o movimento foi do índio para a cidade. Falo da cidade e de tudo que tem no entorno delas. Daí vou para minha família. Meus parentes viveram esse movimento de deixar de ser indígena, de ser Borum, para seguir na direção do que seja, que é ser o europeu branco. Mas claro, eles não vão chegar nesse lugar, não conseguem, e aí chega num entre-caminhos. Esse ser indígena é removido, sai do seu lugar de origem e não chega a outro, então é rotulado de bugre. Era um termo muito usado, hoje se usa menos. Vão substituindo essas palavras. Posso pensar em território e aí penso na palavra favela. Quando ela se torna carregada, arrumam outra para substituí-la, mas a posição continua a mesma. Talvez a remoção do indígena não seja do seu lugar geográfico, mas do seu lugar cultural, social. Ele é removido para esse lugar do urbano, e nesse lugar eu vou incluir as fazendas por conta da relação com as cidades. A cidade existe numa via de mão dupla com as fazendas, com esse rural que existe em torno dela. Em *Cara de Índio*, o que faço é buscar essas marcas, em mim, mas também no outro. O que eu busco fazer é me colocar nesse lugar e que o outro também venha.

Página anterior:  
**Paulo Nazareth**  
*Sem título, da série*  
*Cadernos da África*, 2013  
impressão sobre papel  
jornal











A perda da identidade indígena foi muito forte aqui no Brasil. Qualquer ser indígena, ao se movimentar para cidade, sempre perdia a sua condição de indígena, passava para a condição de urbano pobre. E, no caso, urbano pobre é sem casa, morador de rua, mendigo, favelado. É um movimento bem gradual, do lugar do indígena ao trabalhador rural, roceiro, capiau, caipira. Todos esses rótulos são colocados, figurados no homem da roça. Depois desse lugar da roça, você tem esse movimento para cidade. Então, são muitos movimentos: movimento fictício, movimento social, movimento cultural e, às vezes, movimento geográfico também. Eu vou sofrer todos esses atravessamentos. E também as agressões [o bullying], quando eu vou para escola e tenho uma língua diferente da língua do menino da cidade.

**MM: Outro trabalho que envolve indígenas é *The Encyclopedic Palace* para a Bienal de Veneza de 2013. Em que consistiu esse projeto? Você convidou índios Guarani-Kaiowás para irem no seu lugar?**

PN: Esse trabalho junto aos Kaiowás é uma colaboração. Minha proximidade com eles não é gratuita, se dá justamente por conta do lugar de onde eu venho, do que acontece hoje com os Kaiowás, Guaranis e outros povos, e que aconteceu com os meus parentes. No final do século XIX e início do XX, começa o processo de criação das fazendas no Vale do Rio Doce, que desconsidera toda a existência de um povo [Borum] que vivia ali há séculos. A terra é doada. Eles sabiam que existiam pessoas lá, falavam em “quem queria desbravar a terra”. Mas tinha um público alvo, que era o homem branco europeu. Na verdade, estou falando de um projeto político de embranquecimento. A assinatura da Lei Áurea em 1888 não foi uma garantia de liberdade para todos. A gente tinha uma mão de obra gigantesca, muitos negros, mas são todos negados, empurrados para os morros, as margens, as periferias. Falo isso porque está tudo conectado. Depois da criação das fazendas, há a implementação [nos anos 1940] da Companhia Vale do Rio Doce, que vai colocar o trem de ferro rasgando as terras Borum. Muitas pessoas vão morrer atropeladas, eletrocutadas, porque o povo indígena não vai saber lidar com esse elemento novo, com a energia elétrica dos postes nas margens da linha de ferro. Fora os animais...

Tudo isso que eu escuto e vou ver acontecendo com os Kaiowás, agora vai se agravar com a grande indústria: o agronegócio, esse grande ser que não tem cara, a sociedade anônima. Claro, continua tendo um ou outro fazendeiro que tem cara, mas muitos não têm. E aí continua a morte, um entre-lugar. Eu posso fazer uma aproximação com a Guerra do Paraguai, com o avanço da fronteira do Brasil para cima do que é o Paraguai e a desestabilização da economia paraguaia, que transforma o país no que ele é hoje. A gente conheceu, nos anos 1980, o vendedor de muamba. Esse termo ficou na língua: “isso é do Paraguai”; “fulano é do Paraguai”; “índio do Paraguai”. Me encaixo nesse índio que não é tão original, “falsificado”.

**MM: Como se deu seu encontro com os Kaiowás?**

PN: Foi bonito. Na verdade, eu estava chegando dessa viagem pelo Norte, descendo a linha disso que eu chamo do “Mapa Verde”, que é toda uma extensão de terra que os ingleses consideravam numa época como terra devoluta. Eles sempre ficaram de olho nessa terra – no Estado do Amazonas e todo esse pedaço grande de terra – fingindo que não tinha nada. Daí a preocupação do governo brasileiro na década de 1940 em ocupar. A gente tem um movimento aqui que é a corrida para o Oeste, chegar lá antes dos ingleses. O nosso grande modernismo vai correr para o Oeste. Aí tem a construção de Brasília. Os ingleses costumam aparecer na literatura deles mesmos e se apresentam

Página anterior:

**Paulo Nazareth**

*Sem título, da série Notícias de América, 2011/2012*  
impressão fotográfica  
sobre papel algodão  
30 x 40 cm

Página seguinte:

**Paulo Nazareth**

*The Encyclopedic Palace, 2013,*  
55 Biennale di Venezia,  
Venice, Italy

para nós como os grandes defensores da liberdade, da abolição da escravatura, quando na verdade são os grandes defensores do mercado. Eles também desconsideravam a existência de seres humanos nessas terras. Enfim, falo em descer, mas é seguir ao Sul. A partir da cidade de Belém, no Pará, na boca do Amazonas, seguir pela estrada Brasília-Belém; cruzar Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraguai, Argentina; chegar na foz do rio Paraná, do rio La Plata, chegar no Uruguai. Mas, no meio do caminho, quando estou no Mato Grosso do Sul, me lembro da conversa com um artista Kaiowá, Valmir Cabreira. Ele havia me falado desse lugar, dessa terra de origem deles, Kaiowás. E aí eu resolvo descer lá. Não sabia exatamente onde, mas por uma questão divina, eu vou chegar no lugar exato, numa quinta-feira. Quinta-feira que é o dia da reza Kaiowá. Os Kaiowás rezam para o mundo não acabar, do entardecer da quinta-feira para o amanhecer da sexta-feira. Eu sabia dessa história, queria aprender isso. E aí eu chego nesse dia, o dia estava me esperando. Eles estavam me esperando, sem marcar. Até então eu não sabia que esse era o dia da reza, mas foi o dia que eu cheguei e aí começou a nossa relação, que vem crescendo. Eu passei a noite com eles. Como eu escrevo panfletos, o rezador na época, Valdomiro Flores, fala para eu escrever sobre isso. Eu começo a escrever, mas esse escrever não é só com a palavra escrita. Então, fui seguindo meu caminho. Quando já estava voltando do Uruguai, eu entro em contato com o cacique, Genito Gomes, e peço a ele para perguntar ao rezador, Valdomiro Flores, quem deveria ir [para Veneza]. Até então, eu tinha o interesse que um indígena da América Central fosse à terra de Colombo contar sobre cada ser indígena que foi morto a partir da chegada de Colombo aqui na América. A princípio, seria uma pessoa, o



rezador, mas, na reza, ele me dá a resposta que seriam os dois: o cacique e o rezador. Eles queriam ir à terra de Colombo levar essa história, contar sobre essas mortes. É importante pensar que os Kaiowás vão à terra de Colombo como sujeitos, agentes de arte, e não como objetos de arte. Eles foram quando quiseram; retornaram quando quiseram. E desde então a gente vem nessa colaboração. A gente vem trabalhando essa rede, e aprendendo montes também.

**MM: Esse trabalho se relaciona muito com *Produtos de Genocídio*, onde você coleta produtos com nomes de origem indígena ou africana.**

PN: Sim!

**MM: Provoca a reflexão sobre o apagamento dessas culturas.**

PN: Sim. É do trabalho também esse desejo. Esses produtos do genocídio passam também pelos panfletos. É um trabalho em que eu venho coletando esses objetos, produtos pela América e, agora, pela África. São nomes como Guarani, Aymoré.... Vai desde um biscoito de Contagem até uma companhia de avião lá dos Estados Unidos, uma construtora no México, um Café no Panamá. Os trabalhos vão se complementando, é uma rede mesmo.

**MM: Você está com algum trabalho em andamento? *Cadernos de África* está em processo?**

PN: Sim. É um processo também, já tem mais de cinco anos. São os caminhos de África. Estou trabalhando com um conceito de África que é um continente africano que eu chamo de Panáfrica. É uma África expandida, que vai além do continente. África que foi trazida e entrou na construção da América. Eu tenho feito caminhadas lá pelo continente africano e aqui também na busca por esses caminhos, pela compreensão do que são essas inúmeras Áfricas. O projeto é que eu passe por todos os países de África. Ele segue um pouco o mesmo procedimento que eu fiz em Notícias de América. Eu não posso ir à Europa antes de passar por todos os países de África. Então esse é um dos meus trabalhos mais fortes. Até hoje eu nunca fui à Europa, e não devo ir até passar por todos os países de África, fazendo esse trajeto do Sul para o Norte.

**MM: Essa decisão evidencia como você trabalha a partir de uma noção de performance muito expandida, como uma mídia-mestra que atravessa sua prática como um todo, das lon-**

**gas caminhadas usando chinelos à sua escrita. Envolve uma ética, um pensamento decolonial. Está relacionada, penso, ao que você chama de uma “arte de conduta”.**

PN: Sim, tenho falado desse jeito. Quando falo “conduta”, estou falando de um comportamento, de uma arte, dessa arte de como se comportar em determinado lugar, determinada situação. E o que apresentar. Então, é esse lugar do comportamento.

**MM: Você poderia falar sobre *Ol Ori Buruku*, vídeo em que um imigrante nigeriano vai para o topo do Edifício Itália, em São Paulo, e fala insultos na língua iorubá?**

PN: Sim, esse trabalho também fala desse lugar, de um dos grupos de imigrantes que sofre muito preconceito em São Paulo. Porque os nigerianos, pelo que eu ouço, sofrem muito o estigma de traficantes de drogas. Mas, na verdade, são iguais a nós. Tem de tudo. Os que eu conheci são muitos trabalhadores. Trabalham no comércio de rua, com venda de roupa, em confecções, em pequenos restaurantes. E eles têm essa língua forte [iorubá] que está na nossa religiosidade afro-brasileira, dentre muitas outras. Entre as línguas de origem banto, tem o iorubá, do povo iorubá, o povo mais recente não a vir, mas a ser trazido para cá. E isso é muito forte. Daí o nome Ol Ori Buruku: ol ori é cabeça; buruku é louco. É a mente que está insana. Mas esses insultos foram muito difíceis para ele [imigrante]. O iorubá é, afinal, na essência, um povo gentil. O insulto não é solto gratuitamente.

**MM: Então deve ter havido uma conversa para fazer esse trabalho.**

PN: Isso. E eu gosto bastante dessa palavra.

**MM: Qual palavra?**

PN: Essa: trabalho. A gente usa muito para os ebós: o trabalho para o santo, o orixá. Tudo isso é uma espécie de trabalho. Então, o que ele vai fazer é subir no Edifício Itália, que é esse símbolo do imigrante que teve sucesso, bem-vindo: o italiano. É um dos primeiros grupos europeus que vai vir para cá concretizar o projeto político de embranquecimento do país. É a mão-de-obra branca para substituir a mão de obra negra, africana. É o povo respeitado. Engraçado, se fala muito sobre os italianos terem construído São Paulo. Gosto de fazer o contraste com a





imigração nordestina. Se é para falar de construção, é a mão-de-obra nordestina quem realmente está na construção civil. É a mão que constrói São Paulo, que concretiza os desenhos. Gosto de lembrar dos arquitetos conhecidos, às vezes de origem italiana. Muitos deles fizeram desenhos de prédios famosos de São Paulo, mas a eles não cabe a mão que concretiza o desenho, que é, muitas vezes, a mão negra, nordestina, indígena. O que esse imigrante chamado Mohamed vai fazer é subir no Edifício Itália e cobrar esse reconhecimento. Falar desse lugar passado, que carrega esse estigma. Aí mostra esse contraste. É um trabalho importante. Quero falar desse lugar da migração, da xenofobia. A gente - o imigrante latino, o brasileiro - reclama muito da xenofobia que recebe. Estou falando da classe média e da classe média baixa, que têm a oportunidade de migrar. Quem migra é quem tem recursos. A maior parte das pessoas que migraram para os EUA era gente - me lembro lá de Governador Valadares - com alguma posse, que podia pagar uma passagem, tinha esse privilégio de migrar. Muitas vezes, era gente que não lavava um banheiro aqui, mas que vai para os EUA, Portugal ou Londres para lavar banheiro. E reclama de xenofobia, do mau trato que lhe é dado lá, mas faz o mesmo com os que aqui chegam. E não só aos nigerianos, mas também, por muito tempo, aos angolanos. Durante a década de 1990 e princípio dos anos 2000, a gente teve um fluxo grande de imigrantes angolanos, refugiados, que sofreram xenofobia. Eram vistos como preguiçosos ou

**Paulo Nazareth**  
*Ol Ori Buruku, 2015*  
video, 2'23"

"Take, Take, Take, and? le donneur et le preneur"!!  
Balle, elle est, que j'ai lancée, sais-tu quelle balle, elle est,  
que j'ai lancée..? Take, Take, Take and ...?

"La Biennale du Bénin parlant du  
spiritualisme et faisant voir l'esprit"...

"Comment l'homme et la femme peuvent et d..."

KULTUR

WHAT  
YOU  
THINK?



C'QUE  
VOUS  
PENSEZ?









Página 22:  
**Paulo Nazareth**  
*C'que vous pensez?, do projeto Cadernos de África, 2013*  
impressão fotográfica sobre papel algodão  
45 x 60 cm

Página anterior:  
[Foto acima]  
**Paulo Nazareth**  
*Sem título, da série Notícias de América, 2011/2012*  
impressão fotográfica sobre papel algodão  
18 x 24 cm

[Foto abaixo]  
**Paulo Nazareth**  
*Sem título, da série Notícias de América, 2011/2012*  
impressão fotográfica sobre papel algodão  
30 x 40 cm

malandros. O trabalho fala disso, desse lugar do Brasil, desse outro Brasil que não é o paraíso. E aí, depende para quem. No princípio da década, com a crise na Europa, contemporânea a esse vídeo, houve um movimento migratório de portugueses e espanhóis, que eram bem recebidos aqui. Vinham não para lavar pratos e banheiros, mas para serem chefes. Taí outra questão que eu gosto de trabalhar muito e uso no objeto de arte: ter ou não ter titulação. O título desse europeu, de instrução, é respeitado, reconhecido. Mas os nossos papéis não são reconhecidos. No Brasil, algo que faz parte das minhas preocupações e que está presente nisso tudo, é a relação com os haitianos. Eles também não têm seus títulos respeitados. Muitos haitianos tiveram formação no Haiti, mas essa formação não vai ser reconhecida no Brasil. Eles vão fazer o trabalho braçal, mesmo tendo outras capacidades.

**MM: Você está com projetos em aberto além de *Cadernos de África*?**

PN: Vou falar que eu estou nesse processo de Cadernos de África. Na verdade, Cadernos de África é uma condição, e, dentro dessa condição, eu tenho projetos. Estou com algumas “coisas” para voltar para o continente africano. Daqui a pouco eu estou seguindo para o Norte, passando pela América Central. E aí têm alguns trabalhos que eu vou fazer nesses caminhos, do que eu chamo de África na América. Caminhos que são daqui para o Uruguai, caminhos que os negros escravizados no Brasil fizeram em busca desse lugar livre. Porque o Uruguai foi o país da América que fez a independência junto com a abolição da escravatura. A independência estava condicionada à abolição, assim como a abolição à independência. Talvez eu deva passar pelo Haiti também, buscando essas histórias. E pela América Central e pelos Estados Unidos. Fazendo esses caminhos que eram de fuga. Então, agora eu estou indo para o Norte.

**MM: Norte de novo?**

PN: Isso. Eu tenho ido e vindo, fazendo quase um L, para chegar numa hipotenusa. Sul e Sul, e Sul para o Norte. Do Sul cruzando para o Atlântico, fazendo quase um triângulo aqui da América do Sul para o continente africano, esse caminho de ida e volta. E o caminho da América do Sul para a América do Norte. Tenho feito esse trajeto.

[Créditos]

Edição: Michel Masson  
Revisão: Vera Bernardes  
Transcrição: Júlia Queiroz  
Imagens: Cortesia Mendes Wood DM, São Paulo / Nova York / Bruxelas



# FRONTEIRAS E TRAVESSIAS: a migração venezuelana para o Brasil e a cartografia humana pelas ruas de Boa Vista - Roraima

Dra. Vângela Maria Ísidoro de Moraes  
Professora de Comunicação Social | UFRR  
Contato: vangela.morais@ufr.br

Prof. Damião Marques de Lima  
Professor de Publicidade e Propaganda | Universidade da  
Amazônia  
Contato: damiao.lima@estacio.br.

Este ensaio é um texto fotográfico sobre a presença migrante dos venezuelanos no Brasil, nos planos e ângulos das ruas e avenidas da cidade de Boa Vista, capital de Roraima<sup>1</sup>. São escritos que ousam convocar outras imagens urbanas e humanas para além das que constam diretamente em seu conteúdo, como forma de animar diferentes enquadramentos de sentidos.

Em busca dessa percepção híbrida da linguagem textual e visual, recorreremos à narrativa das experiências dos trajetos, das travessias que fazemos como observadores de outras travessias, de modo particular, do olhar que lançamos sobre o êxodo de milhares de venezuelanos para o Brasil, processo este intensificado a partir de 2017, e concentrado, sobretudo, em Boa Vista.

Por essa observação, resultante da “atividade retiniana”, como expressa Laplantine (2014), procuramos saber quais os sentidos do visível que escrevem a cartografia dos imigrantes venezuelanos nas vias públicas da capital de Roraima. Nesse deslocamento cultural, além de relevo e cor, estabelecem-se relações concretas, marcam-se encontros de natureza social, e a câmera fotográfica transcende a sua funcionalidade como mecanismo de captura de imagem. “Nós também somos afetados pelo olhar” (Laplantine, 2004, p. 20-21).

Aliás, sobre a linguagem fotográfica, Roland Barthes estabeleceu dois conceitos *studium* (estudo do mundo) e

*punctum* (o que corta, sensibiliza, alfineta e amortiza). O primeiro conceito a informar e comunicar ao sujeito observador. O segundo, sendo aquilo que se apresenta naturalmente ao espírito, tornando a fotografia um verdadeiro terreno do saber e da cultura. (BARTHES apud FONTANARI, 2016, p.151).

A premissa em refletir essa interação na calle (rua) e a importância em buscar os sentidos que não se dão por imanência, mas por um processo de permanente aproximação com os sujeitos imigrantes nas vias públicas da cidade, se apoiam concretamente sobre situações contextuais.

Há um êxodo sem precedentes de venezuelanos que miraram o Brasil como lugar de destino, motivados pela urgência em sobreviver mediante a crise econômica e político-institucional que solapa o país vizinho. Tal fenômeno tem se configurado o processo de imigração mais representativo do Brasil em termos de quantidade de solicitação de refúgio. Em 2017, foram 33.865 solicitações dirigidas ao Comitê Nacional para Refugiados (Conare), sendo o maior número já registrado desde a instalação do órgão vinculado ao Ministério da Justiça. Desse total, Roraima assume a liderança em requerimentos de estrangeiros, sendo a Venezuela o país de origem da maior parte dessas pessoas, chegando a representar 52,75% do total<sup>2</sup>.

na-o, nesse processo de dispersão dos venezuelanos para outros países, a principal porta de acesso ao Brasil, por meio da sede do município indígena de Pacaraima, a 214 Km da capital, Boa Vista. Sobre os dados de acesso, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva informou à imprensa que cerca de 400 venezuelanos cruzam a fronteira diariamente.

O principal destino dos imigrantes que acessam o Brasil por via terrestre tem sido a capital de Roraima. A cidade, assim como o estado, é fortemente constituída por práticas migratórias internas, com habitantes oriundos de todas as regiões do Brasil, especialmente nortistas e nordestinos. Todavia, o fenômeno da imigração internacional é um fato especialmente novo.

A prefeitura de Boa Vista chegou a estimar a presença na cidade de 40 mil venezuelanos aproximadamente. A imprecisão dos dados e o impacto negativo dessa ausência quantitativa sobre as estratégias de políticas públicas levou o ente municipal a promover recentemente um mapeamento, cujo resultado apontou para o número de 25 mil imigrantes venezuelanos na capital, representando um acréscimo de 7,5% da população local, que segundo a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, somava 332 mil habitantes. Por este mesmo mapeamento, a prefeitura de Boa Vista informou dados de perfil, tais como: 74% estão na faixa etária entre 15 e 60 anos; 57% são homens; 82% pretendem trazer seus familiares da Venezuela; 65% estão desempregados em Boa Vista, sendo que 90% destes não recebem nenhum tipo de ajuda institucional; e, 10% moram em espaços públicos.

Sendo, portanto, mais um processo do que um estado de situações, o que se propõe aqui é uma partilha dessa existência-experiência, como um esforço em sistematizar a profusão de saberes fragmentados acerca dos deslocamentos humanos, no caso, a diáspora venezuelana através de suas visualidades em Boa Vista.

Partindo disso duas observações são necessárias: É preciso sublinhar as dificuldades dessa escrita, especialmente diante da tarefa de buscar compreender, em pleno curso do processo e nele imerso, um viés do que se oferece ao olhar. A segunda observação

trata de uma certa qualidade de testemunho do instante que ajuda a situar a galeria de imagens na sequência.

A cartografia visual dos imigrantes venezuelanos nas ruas da cidade de Boa Vista acolhe aos menos três significados temporais relevantes para compreender o seu contexto: as imagens foram feitas na semana seguinte ao dia 20 de maio de 2018, data da eleição presidencial da Venezuela em que se deu a reeleição de Nicolás Maduro. A votação com a maior abstenção da história do país é um marcador importante também para venezuelanos que vivem fora de sua nação. Via de regra, um resultado não surpreendente, mas que distância, na perspectiva do que deixaram sua pátria, a possibilidade do regresso, por haver na base da decisão de emigrar uma negativa última da capacidade de gestão institucional dos problemas do seu país; a paralisação nacional dos caminhoneiros pela redução no preço de diesel, desencadeada em 21 de maio de 2018, e o comprometimento no setor de abastecimento de combustíveis, reduziu a circulação de transportes e de pessoas, colaborando para um cenário mais esvaziado às ruas de Boa Vista; e, por fim, as condições meteorológicas, uma vez que a observação se concentra no período de chuvas intensas na região, e essas precipitações tendem a aprofundar a vulnerabilidade daqueles que ocupam os espaços e as vias públicas da cidade.

## IMIGRANTE, IDENTIDADE E CONTEXTO URBANO

Há no enfrentamento cotidiano do imigrante venezuelano em Boa Vista uma série de situações de alta complexidade: o afastamento de seus parentes e a ruptura com o conhecido; o desamparo psíquico em decorrência do desgaste que mobilizou o êxodo até as suas formas presentes de angústia na nova nação; os estranhamentos culturais; as dificuldades prementes de comunicação pelo manejo com a língua portuguesa; a privação de recursos financeiros; a dificuldade de abrigo e de alimentação (a insuficiência, apesar da existência de 8 abrigos coletivos na capital); as reações de xenofobia, bem como o elevado grau de incertezas sobre o futuro. Para além da comensuração com o sofrimento dos venezuelanos, onde voluntários e representantes da sociedade civil buscam, em vários pontos da

cidade, amenizar as necessidades dessas pessoas, uma onda xenofóbica avança sobre esse cenário. São discursos de intolerância e ódio que se distribuem principalmente pelas redes sociais. O conteúdo dessas mensagens apontam para o comprometimento estético da cidade, agora “poluída” pelos cenários da miséria humana; a ideia de que os serviços institucionais de saúde e educação estariam com capacidade esgotada de atendimento por conta do fenômeno migratório; a ameaça aos brasileiros pela “tomada” de postos de trabalhos, aumentando o desemprego entre os nacionais; os riscos pelo reaparecimento de casos de sarampo e o aumento dos índices de malária no Brasil, numa perspectiva de culpabilidade do imigrante venezuelano; e principalmente, mensagens que vinculam a presença dos venezuelanos com o crescimento da violência urbana.

Todavia, há cenas nesse processo migratório que destacam outros sentidos possibilitados pelos fluxos e trocas, configurando formas de resistir e de propor importantes mudanças. Como assinala Nestor Garcia Canclini (2013, p. 16), as fronteiras não somente separam um território nacional de outro. E sentencia: As fronteiras “[...] también pueden ser zonas de intercambio y solidaridad”.

Esse movimento que parece paradoxal, de fato enfoca sempre o jogo da *différance*. Conforme destaca Stuart Hall, há uma natureza intrinsecamente hibridizada em toda identidade e nas identidades diaspóricas em especial. “O paradoxo se desfaz quando se entende que a identidade é um lugar que se assume, uma postura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada” (HALL, 2003, p. 15).

Parasituar os aspectos de representação das identidades em jogo é necessário, portanto, considerar as relações de poder, o sistema de valores e a construção de uma ampla rede de sentidos.

## 1.

---

O estado de Roraima, situado na região Norte do Brasil e com uma área de 224 mil km<sup>2</sup>, possui duas fronteiras internacionais, ao norte com a Venezuela e a noroeste com a Guiana.

## PRÁTICAS DE RUA E ESPAÇO DO VIVIDO

Procuramos nortear os enquadramentos visuais em duas principais perspectivas: a primeira, pelo recorte dos cenários casuais das ruas e avenidas de Boa Vista, na medida do encontro com os imigrantes venezuelanos, em suas distintas práticas de lugar e de sentidos; a segunda perspectiva a orientar os registros fotográficos foi a prerrogativa de, em geral, evitar a identificação frontal desses sujeitos sociais. Essa ideia se baseia na atenção em não vincular suas fisionomias a um estado de vulnerabilidade. Exceção apenas para a fotografia de abertura e as duas imagens de encerramento em que os relatos, de pessoas de nossa convivência direta, interpretam o processo migratório na perspectiva da integração, resistência e superação.

*O paradoxo se desfaz quando se entende que a identidade é um lugar que se assume, uma postura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada*

Stuart Hall

## A RUA COMO MORADA

O casal Jhon Muñoz e Dully Luengo foi a nossa ponte de aproximação com outras personagens desse êxodo venezuelano para o Brasil. Conhecemos primeiro a Jhon na rotina em realizar serviços em nossa casa. Com a chegada de sua esposa da Venezuela, descobrimos que os dois estavam vivendo na praça do bairro vizinho.

## 2.

---

Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/brasil-registra-numero-recorde-de-solicitacoes-de-refugio-em-2017.ghtml> Acesso em 29mar de 2018.



Na praça do Caçari: os signos visuais se contrapõem a intimidade representativa do lar.  
Foto: Vângela Moraes

Ele do ramo de restaurantes e Dully, enfermeira, na condição de imigrantes da Venezuela recém-chegados ao Brasil, foram submetidos a incerteza da oportunidade de trabalho, e logo não restou recurso para o aluguel de um imóvel. A casa foi a praça e nela o casal passou a ocupar durante a noite uma guarita da guarda municipal, pela aparência, desativada.

Depois de viver um tempo no abrigo da Igreja Consolata, no bairro São Vicente, o casal alugou um apartamento e convive com dois dos seus três filhos. O trabalho ainda é instável, mas os relatos são de esperança e de gratidão ao país que os recebeu.

A casa dos venezuelanos no Brasil, a partir do cenário da capital de Roraima, via de regra, tem a medida da urgência, movida pelo desejo de aqui chegar. Nessa perspectiva mais panorâmica, a cidade é a casa, num ajustamento possível entre as necessidades essenciais dos imigrantes e os dispositivos da urbe. A condição de rua de alguns imigrantes venezuelanos, por exemplo, é marcada pelas estratégias

de aproximação com os diferentes templos religiosos e seus anexos, bem como pela improvisação no uso desses espaços, vivendo numa nova fronteira entre o interno e o externo.

*[...]a casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem [...]. A casa, na vida do homem, afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma*  
(BACHELARD, 1978, p. 201).





**“Paredes imaginadas” entre varal e o asfalto**  
**Foto: Vângela Morais**





Venezuelanos na avenida Ville Roy: ponto de espera por trabalho  
Foto: Vângela Morais



**Uma disposição solitária**  
Foto: Vângela Morais



## A RUA E A BUSCA POR TRABALHO

Há diferentes formas dos trabalhadores venezuelanos dialogarem com as pessoas que transitam pelas vias da cidade, ao buscar uma oportunidade de trabalho. Quase sempre a própria disposição dos grupos, os cartazes em papelão com as expressões “pedreiro”, “jardinagem”, “pintura”, “serviços gerais” e algumas ferramentas são os sinais dessa presença e dos seus propósitos. As mulheres venezuelanas também começam a figurar em cenário similar ao descrito, especialmente pela oferta de mão de obra doméstica.

A localização estratégica dos trabalhadores venezuelanos em Boa Vista assevera o que diz o sociólogo Pierre Bourdieu (2008, p. 229): são “[...] lugares a defender e conquistar em um campo de lutas. O “corte radical” das convenções, onde muitos buscam o mesmo (oportunidade de trabalho), pode exprimir certa distinção, aguçar a percepção da diferença, marcar o extraordinário no ordinário.

## A RUA E A LONGA ESPERA

Situação que tem se tornado comum: em volta de um abrigo coletivo, grupos de imigrantes venezuelanos se posicionam a espera de uma vaga. Nesta imagem no bairro São Vicente, vê-se a ocupação do canteiro central de uma de suas avenidas. É um dia de domingo, de pouca circulação no trânsito, de quase nula a possibilidade de trabalho. De espera pela segunda-feira.

No bairro Jardim Floresta, vê-se o mesmo. Famílias inteiras, adultos e crianças, improvisam suas acomodações. Um cenário que cresce em complexidade diante do rigoroso período de chuvas que, na região, costuma se estender de maio a agosto.

A espera na cotidianidade dos imigrantes é fadiga. O domingo e o sentido do descanso só se harmonizam na existência de uma semana de trabalho.

*O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada.*

(CERTEAU, 2009, p. 31)

## A RUA E A INFÂNCIA

É Bachellard, em sua “Poética do espaço”, quem nos empresta um dos sentidos dessa imagem, apropriado em seu título. Vê-se a desproteção pátria no primeiro plano. O enquadramento visual da infância venezuelana deu-se nos arredores da rodoviária internacional de Boa Vista, enquanto os pais, de perto, se acomodavam embaixo da marquise de umas lojas fechadas pelo domingo.

Esta foi uma fotografia produzida, difícil de passar no crivo inocente das crianças que nos pedia para aparecer de frente, sorrindo, mostrando suas bonecas. Negociamos a imagem das bonecas em separado. Uma imagem representação de uma infância que resiste e preserva a sua condição menina, até mesmo onde sofre o caos. deles posicionados em praças, semáforos, nas portas dos estabelecimentos comerciais, canteiros centrais e esquinas das vias mais movimentadas da cidade.





**No entorno da Igreja Consolata, imigrantes vivem um canteiro de espera**  
**Foto: Vângela Moraes**



Um domingo  
Foto: Vângela Morais

A urgência por uma ocupação também revela, de ímpeto, relativa dificuldade com a língua portuguesa. Mas os deslizamentos de fricção cultural com a ortografia não chegam a comprometer a comunicação com os passantes.

Esta composição, além de ser uma imagem interdependente da anterior, traz um dos símbolos da presença dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista: a mochila com as cores da bandeira do país vizinho, amarelo, azul e vermelho. A mochila é uma doação do governo venezuelano e, ironicamente, tem sido um dos símbolos da diáspora de seu povo.

## A RUA COMO ESPAÇO LABORAL

A leitura imagética inaugural da presença dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista nos reporta aos semáforos da cidade e à prática cotidiana dos limpadores de para-brisa dos veículos. Ainda que essa forma de ganhar alguns trocados dos motoristas permaneça, outros trabalhadores imigrantes passaram a ocupar tempo do sinal vermelho oferecendo diversificados produtos. Diante da exposição e do contato direto com os condutores, o labor nos semáforos tem sido um lugar de solidariedade e de tensão com a sociedade local<sup>5</sup>.

## A RUA E SUAS INSCRIÇÕES

A busca por trabalho dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista assume majoritariamente a forma de pequenos anúncios escritos em pedaços de papelão. A estética diferenciada e a forma criativa do anúncio se somam ao estado de vulnerabilidade dos seus portadores, um tanto deles posicionados em praças, semáforos, nas portas dos estabelecimentos comerciais, canteiros centrais e esquinas das vias mais movimentadas da cidade.

A urgência por uma ocupação também revela, de ímpeto, relativa dificuldade com a língua portuguesa. Mas os deslizos de fricção cultural com a ortografia não chegam a comprometer a comunicação com os passantes.

Esta fotografia além de mostrar imigrantes enfileirados para receber doação de pães, num final de tarde, próximo à praça Simon Bolívar<sup>4</sup>, inscreve ainda

o primeiro dia de trabalho do venezuelano vendedor de ovos cozidos. Em sua narrativa, a esperança de que brasileiros e compatriotas promovam a sua iniciativa.

## A RUA COMO CAMPO CRIATIVO

Os imigrantes venezuelanos Diana Afronativa e Luis Hernandez representam um dos diversos campos das apropriações e câmbios culturais híbridos que se intensificam nos processos migratórios. A expressão da atuação desses jovens vem pelo grafismo e o muralismo urbano. Da arte, sob o formato de coletivos, se sobressaem os elementos de conexão entre os países latino-americanos e a Amazônia.

Na esteira desse encontro de nacionalidades, a promoção de uma agenda cultural na cidade de Boa



Quando a casa não mantém a infância imóvel "em seus braços"  
Foto: Vângela Moraes

3.

Três longas avenidas da cidade fazem referência a posição geográfica de Roraima: a avenida Brasil, Guianas e a avenida Venezuela. Esta última é o cenário da presente fotografia.





Para elas, as meninas  
Foto: Vângela Morais

Vista se faz ainda pela apresentação de bandas musicais do país vizinho; exposições de artesanato de etnias indígenas venezuelanas, os Warao e Panare; a crescente oferta na cidade de uma gastronomia típica; o contato cotidiano com outro idioma/dialetos e os acréscimos linguísticos e culturais dessa polifonia; enfim, um conjunto de ações que se fundam sobre a égide de novos movimentos urbanos, a misturar a experiência cotidiana e a engendrar formas próprias de outras travessias, re-territorialização das lutas e interações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A galeria de imagens que retratam os dispositivos de presença dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista se propôs a trazer para mais perto os sujeitos sociais desse processo. A ideia é chamar outras visualidades, sobretudo, aquelas que nos façam reconhecer esse encontro de campos de solidariedade

e de trocas identitárias a criar algo dinâmico e novo. processos migratórios. A expressão da atuação desses jovens vem pelo grafismo e o muralismo urbano.

Outro esforço nessas breves considerações é o de marcar a cartografia dos imigrantes venezuelanos no contexto da cidade de Boa Vista, por meio da experiência da vivência, adotando as técnicas de captação do instante vivido, por meio de imagens que indiciam uma realidade fugidia e em construção.

Roger Chartier (2003) aciona o conceito de “práticas criativas” para enfatizar, na perspectiva de Michel de Certeau essas diferentes “maneiras de fazer” ou “maneiras de fazer apesar de” que constituem as práticas de reapropriação do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural. E é por meio dessa intervenção culturalmente criadora que inscrevemos os imigrantes venezuelanos, como utilizadores desse espaço público que é a cidade de Boa Vista, suas múltiplas determinações e tensões.

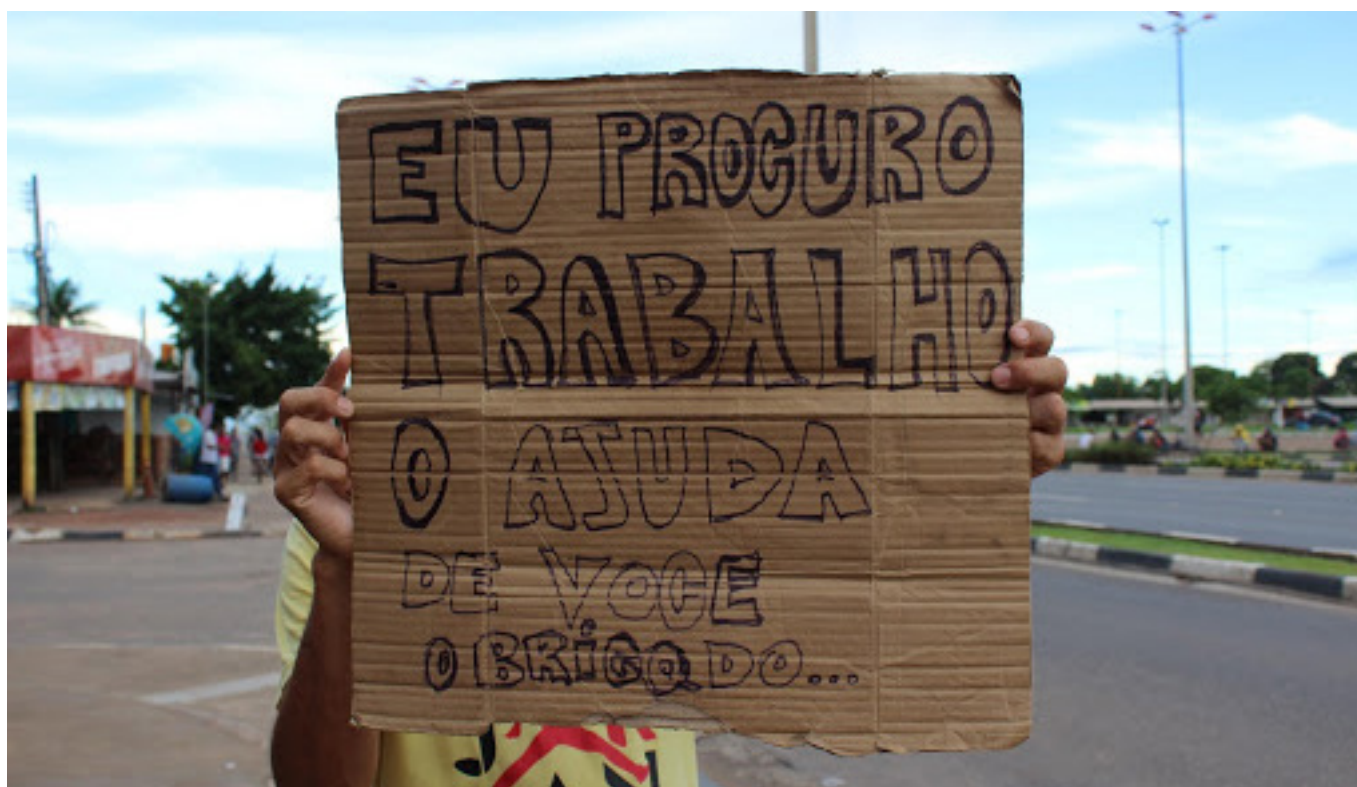
### 4.

A praça Simón Bolívar chegou a abrigar mais de mil imigrantes venezuelanos, precariamente acomodados sob barracas ou sobre camas de papelão. Em março de 2018, a prefeitura de Boa Vista fechou a praça e juntamente com o exército conduziu as pessoas para abrigos. O local se mantém fechado para evitar o acesso de novos imigrantes. O nome da praça reverbera contraditórias memórias. Simón Bolívar foi um líder militar e político que atuou de forma decisiva nas revoluções em favor da independência de vários países da América Espanhola, a começar por seu próprio país, a Venezuela. O símbolo da liberdade do século XIX dramaticamente se atualiza com o êxodo recente dos seus compatriotas num logradouro da cidade de Boa Vista.





Uma esperança ambulante



A comunicação em papelão  
Foto: Vângela Morais



As raízes culturais latino-americanas em trânsito  
Foto: Vângela Morais

## Referências Bibliográficas

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*. In:

ADORNO et al. *Teoria da Cultura de massa*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 221-254.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: RS: Zouk, 2008.

CANCLINI, Néstor García. *Las fronteras dentro de los países, las naciones fuera de su territorio*. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/diversitas/article/download/.../61371> Acesso em 12 mai de 2018.

CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 16. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

CHARTIER, Roger. *Formas e Sentido*. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Tradução Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.

FONTANARI, R. *Como ler imagens? A lição de Roland Barthes*. Galaxia (São Paulo, Online), n. 31, p. 144-155, abr. 2016.

LAPLANTINE, François. *A descrição etnográfica*. Tradução João Manuel Ribeiro Coelho e Sérgio Coelho. São Paulo: Terceira Margem, 2004.



À primeira vista, ninguém é capaz de distinguir um refugiado de um brasileiro. É isso que faz do Brasil uma grande nação. Qualquer um de nós pode ser confundido com um brasileiro: um congolês, ou qualquer outro africano; um árabe ou um colombiano. Mas basta que nos ouçam, que vejam nossos documentos, que descubram de onde viemos, e então as coisas mudam.

Charly Kongo

In: “O trabalho para os refugiados no Brasil: o olhar de um refugiado congolês”

# **INTEGRAÇÃO LOCAL DA POPULAÇÃO REFUGIADA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

## **Alguns desafios e perspectivas**

Ariane Rego de Paiva

Professora do Departamento de Serviço Social | SER | PUC-Rio,  
membro da Cadeira Sérgio Vieira de Mello, PUC- Rio  
Contato: arianerpaiva77@gmail.com

Roberta Gomes Thomé

Mestre em Serviço Social da PUC-Rio | SER | PUC-Rio  
Contato: robertagthome@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

A formulação da categoria de refugiado no estatuto internacional é decorrente dos complexos fluxos migratórios e da necessidade de proteção dos europeus no contexto do pós-segunda guerra. Em 1951, a Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou o documento resultado da Convenção Internacional sobre o Estatuto de Refugiados, em que explicita que refugiado é qualquer pessoa que, em consequência dos acontecimentos anteriores a 1º de janeiro de 1951, teme ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política, que se encontra fora do seu país de nacionalidade e não possa ou não queira valer-se da proteção desse país. A Convenção representou uma inovação na proteção do refugiado com a previsão do Princípio non-refoulement que proíbe os Estados-parte devolverem os refugiados para território onde sua vida esteja ameaçada.

Ao se aplicar aos acontecimentos ocorridos antes de janeiro de 1951, a Convenção definiu o refugiado estabelecendo restrições temporária e espacial, isto é, foi direcionada para os deslocados da Europa, deixando de fora da proteção pessoas deslocadas de outros continentes. Rocha e Moreira (2010) afirmam que esta delimitação temporal era passível de duas formas de interpretação: uma que reconhecia apenas os refugiados europeus e outra que reconhecia pessoas de outras partes do mundo já que os acontecimentos também poderiam ter ocorrido fora da Europa. Logo, essa dupla interpretação deixava a cargo do Estado-parte delimitar o alcance do termo.

Os novos fluxos de refugiados na década de 1960 oriundos da África e da Ásia evidenciaram que a limitação temporal prevista na Convenção de 1951 não contemplava estes novos segmentos de refugiados. Deste modo, em 1967 foi instituído o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados que eliminou a limitação temporal na definição do refugiado.

No âmbito da América Latina, a ampliação do conceito de refúgio se deu com a Declaração de Cartagena de 1984 que contemplou como refugiado a pessoa que tenha fugido do seu país por terem sido ameaçadas pela violência generalizada.

Esta Declaração, embora não tenha força normativa, foi mais um instrumento de proteção internacional aos refugiados, sendo elaborada em decorrência das guerras que ocorreram em alguns países da América Central nos anos de 1970 e 80 e que deram origem a dois milhões de refugiados.

O direito de pedir asilo foi garantido no sistema internacional de proteção aos refugiados e possui interseção com o debate mais amplo dos direitos humanos, porém é tensionado pelos limites da categorização do refúgio, que exclui da proteção dos Estados grande parcela da população deslocada mundialmente, uma vez que não abrange aquela que esteja saindo do seu país de origem em virtude de conflito generalizado, de motivos econômicos e ambientais que também ameaçam os direitos humanos.



O direito de pedir asilo, apesar de encontrar respaldo nos documentos internacionais, não é o mesmo que o direito de asilo, regulado pela soberania dos Estados em decidir sobre a concessão do asilo, quem o “merece”, quanto tempo e como permanecerá os imigrantes. A temática do direito de asilo está intrinsecamente vinculada ao papel dos Estados nacionais, seja na relação diplomática internacional, que viabiliza – ou não - o reconhecimento das violações de direitos humanos em determinados países e conseqüentemente a necessidade de acolher e proteger seus habitantes em outro território sob outras relações políticas; seja na permanência de sua soberania no controle dos territórios e de sua população, e nos particulares aparatos jurídico-políticos e administrativos para efetivar direitos aos refugiados.

*O que alicerça, portanto, o acolhimento de refugiados pelos Estados gira em torno da fronteira erguida entre inclusão e exclusão, admissão e rejeição, desejáveis e indesejáveis; ao mesmo tempo, enseja vulnerabilidade, indefinição e incerteza a esses migrantes internacionais forçados. Tal fronteira separa aqueles que serão inseridos na ordem social, cultural, econômica e política estatal, aqueles que terão direito a ter direitos dos que não serão contemplados*

(MOREIRA, 2014).

A mobilidade humana, portanto, é determinada pelo Estado-nação, isto é, o Estado controla os movimentos migratórios e determina quem pode migrar. Segundo Reis (2004), o Estado detém o monopólio de legitimidade da mobilidade, sendo considerado um dos fundamentos da soberania do Estado. A autora argumenta que a autonomia do Estado no campo das migrações internacionais considera o indivíduo como um não-sujeito já que internacionalmente só existem relações entre Estados. Há, portanto, muitos interesses envolvidos na determinação de legitimar quem são os refugiados e quem merece a proteção de outro Estado, que se relacionam com complexos fatores econômicos, políticos, jurídicos, étnicos e culturais que permeiam a política externa e a interna.

A integração local de refugiados/as é um tema que faz referência ao complexo processo de acolhimento e interação entre estes e a comunidade local que os recebe. A agência internacional responsável pelo tema, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR, criada na mesma época em que foi aprovada a Convenção de 1951, inclui três soluções duradouras à problemática de origem; o reassentamento (quando precisa ser levado a um terceiro país); e a integração local, quando o refugiado deverá se estabelecer no país de acolhimento.

Neste artigo buscou-se desenvolver uma problematização sobre o uso do termo “integração local” proposto pelo ACNUR e que foi incorporado pela lei brasileira de proteção aos refugiados, Lei 9.474/1997, e as contradições e campos de tensões encontrados no processo

de interação entre os refugiados, como grupo heterogêneo, e as diferentes comunidades no território nacional que os recebem. Para tanto, utilizamos da bibliografia especializada sobre o tema e os documentos, como leis e normativas que perpassam o debate sobre a integração local de refugiados no Brasil.

Ao final do artigo, buscou-se demonstrar algumas das dificuldades e particularidades do processo de integração local e das políticas regionais do estado do Rio de Janeiro para atendimento das necessidades dos migrantes, a partir da análise da oficina “Integração e acesso a serviços no Rio de Janeiro”, realizada no Seminário intitulado “Encruzilhadas da Mobilidade: saberes e práticas nas políticas de proteção a populações refugiadas e migrantes em situação de vulnerabilidade”, no âmbito da Cátedra Sergio Vieira de Mello da PUC Rio em novembro de 2017, que contou com a participação de alunos e professores de várias universidades, representantes das organizações governamentais e não governamentais e refugiados/solicitantes de refúgio. Com esta experiência, foi possível demonstrar que vivemos no país uma dinâmica paradoxal na política migratória, entre ter um aparato jurídico-normativo direcionado pela proteção dos direitos humanos, porém com estruturas burocráticas e administrativas nos órgãos governamentais e não governamentais, articulados pelas regulações estatais, que reforçam o lugar de vulnerabilidade e desproteção dos deslocados forçados (incluindo refugiados), e que dificultam o acesso aos direitos e às políticas públicas, conformando uma política de acolhimento e proteção centrada na busca por autossuficiência pelos próprios sujeitos migrantes e refugiados.

## **INTEGRAÇÃO LOCAL: integrar quem, como e por quê?**

A integração local é uma categoria em disputa, já sendo tratada por vários autores para demonstrar a variação de compreensão do termo (MOREIRA, 2014). Em levantamento bibliográfico sobre o tema, Moreira aponta duas tendências conflitantes de percepções sobre o conceito: uma que concebe a integração como processo dialético, ou seja, o processo em que os refugiados mantêm sua identidade mas se tornam parte da sociedade acolhedora ao conviverem juntos, havendo troca e adaptação de ambas as partes; e a outra, uma visão que concebe a integração como àquela voltada para assimilação (ou aculturação), sem acomodação recíproca.

A primeira concepção compreende a integração como ‘interação’, trata-se de dizer que a chegada de um refugiado em um novo contexto social é uma via de mão dupla, no qual ele interage com a nova sociedade, onde pode preservar sua cultura, crenças e valores e demais dimensões da sua vida e que seja partícipe deste processo que envolve seu desenvolvimento neste novo lugar. A segunda, como perspectiva funcionalista, sugere que refugiados sejam integrados aos programas sociais disponíveis no país receptor, com expectativas de que eles se conformem de uma maneira prescritiva – dóceis, pacientes e gratos às regras e procedimentos burocráticos e administrativos.

*Tal expectativa pode colocar em risco as possibilidades em termos de escolha, empoderamento e do próprio desenvolvimento dos refugiados, os quais não possuem voz no processo que determina seu bem-estar e suas oportunidades de vida. Além disso, as condições para a integração dos refugiados também pressupõem uma sociedade receptora de fato acolhedora e receptiva – o que nem sempre se verifica na realidade.*

(MOREIRA, 2014, p. 90)

A integração, pensada em uma perspectiva dialética, inclui várias dimensões que ultrapassam a inserção nas políticas públicas. Não é pensada linearmente, como se houvesse um estado final a ser alcançado, definitivo e irreversível. Envolve a análise da relação entre hospitalidade e hostilidade presente de forma diferente em determinadas comunidades, considerando as desigualdades regionais e os possíveis compartilhamentos de valores e formas de vivência entre refugiados e comunidade local.

Compreende-se que a integração envolve vários aspectos que devem ser considerados, como as relações étnico-raciais, culturais, religiosas, de classe, de gênero e orientação sexual em uma determinada sociedade; as políticas existentes e a organização dos sistemas de proteção dos países receptores; as percepções sobre integração das instituições governamentais e não governamentais que participam dos processos de acolhimento, concessão do estatuto de refúgio e atendimento das demandas específicas deste público; formas de organizações coletivas dos refugiados para vocalização de demandas; etc.

Fassin (2015) chama atenção para o fato de que o tema do asilo aos estrangeiros envolve a produção, circulação e apropriação de normas e obrigações, valores e sentimentos relativos a uma questão específica em um tempo e espaço específicos. A este processo ele chama de “economia moral do refúgio” (ele faz uma adaptação do sentido clássico de economia política), que distingue imigrantes econômicos, solicitantes de refúgio e refugiados e que dá sentido e organiza o regime de reconhecê-los e tratá-los em determinada localidade em um tempo histórico, a partir de normas morais, valores e sentimentos, que são mutáveis.

Na mesma direção, Facundo (2017, p. 294) demonstra em sua pesquisa que para os agentes que administram essa economia moral, os “integrados” são estáveis, empregados, bilíngues, e devem isso tanto ao bom funcionamento dos programas, quanto ao mérito pessoal de cada um, além de haver uma narrativa frequente sobre a generosidade da sociedade brasileira e seu caráter respeitoso e acolhedor das diferenças. Para a autora, integração é um processo, porém também é uma forma de administração do Estado, que tem relação com os formatos técnicos propostos pelo ACNUR e também com as diferentes formas de representações da figura do refugiado, apreendidas nas relações sociais.

Apesar do amplo debate sobre integração, não existe um conceito único e sua utilização é considerada por alguns como vago, problemático e incerto (MOREIRA, 2014). Na lei brasileira que regula a situação dos refugiados, Lei 9.474/1997, a integração local possui um lugar específico no Título VII, capítulo II, e possui somente dois artigos: o 43, que se refere à situação atípica dos refugiados em que haja necessidade de emissão de documentos do país de origem, e o 44, que se refere à



facilitação da validação de diploma, os requisitos para obtenção da condição de residente e o ingresso em instituições acadêmicas. A integração local pela legislação é, portanto, restrita, e, todavia, a lei não regulamenta os mecanismos para facilitar estes procedimentos.

Não há aprofundamento teórico e metodológico acerca dos processos de integração dos refugiados, havendo uma lacuna na produção teórica a respeito da temática.

Este trabalho focou nos debates que ocorreram na oficina sobre a política de integração e suas particularidades no estado do Rio de Janeiro, levando em consideração o federalismo brasileiro e a autonomia dos entes estaduais e municipais na formulação e implementação de políticas públicas. Os debates ficaram restritos aos acessos às políticas existentes e às dificuldades encontradas no acolhimento e atendimento das necessidades dos refugiados, com apontamento de algumas perspectivas para mitigação de alguns pontos.

## **A POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO FLUMINENSE: alguns apontamentos sobre seus fragmentos**

Diferentemente de outros países onde os refugiados são obrigados a ficarem concentrados num campo de acolhimento afastado do espaço urbano até que o trâmite de reconhecimento do refúgio seja concluído, no Brasil é permitida a livre circulação da população refugiada pelas cidades. Isso contém um aspecto positivo, considerando a livre mobilidade dos sujeitos pelo território e a interação social, econômica e cultural dos mesmos em um novo contexto de moradia, porém também contém o aspecto estratégico de dispersão territorial, que evita a formação de “guetos” e o temor de ameaça à nação (FACUNDO, 2017), além é claro, do risco de deixar à própria sorte o recém-chegado.

Na oficina realizada com diferentes atores interessados pelo tema na PUC- Rio em novembro de 2017, foi debatido que a integração local em uma nova realidade

social é perpassada por vários entraves que precisam ser considerados na articulação da formulação e execução entre as políticas migratórias e as políticas sociais. A partir das questões identificadas, foi tarefa primordial da atividade elaborar propostas de trabalho, de forma a aprimorar os serviços prestados para a população refugiada e dirimir os aspectos que alimentam os processos excludentes. Selecionamos os principais eixos tratados pelo grupo participante da oficina, no que tange ao acesso às políticas públicas para atendimento de suas demandas no processo de integração nos municípios do estado do Rio de Janeiro.

Um tema bastante importante para acesso às políticas públicas é a concessão dos documentos aos refugiados pelo Estado brasileiro. A concessão de documentação ao solicitante de refúgio obedece a um procedimento completamente distinto dos nacionais, pois aos primeiros é entregue um protocolo, válido por um ano, que é seu documento de identificação no território brasileiro. Trata-se de um documento em papel comum que não pode ser plastificado e, por isso, seu estado de conservação deteriora-se com o decorrer do tempo, tornando-o extremamente precário.

Como consequência, muitos profissionais dos serviços públicos têm resistência em aceitá-lo o que faz emergir uma proposta de capacitação destes profissionais informando a validade e legalidade do protocolo. O protocolo confere ao refugiado o direito de obter a carteira de trabalho, mas esta tem cor diferente da dos brasileiros, fato que fomenta a distinção e a discriminação. A questão do protocolo torna-se também urgente em virtude da demora do processo de reconhecimento do refúgio, que dura cerca de dois a três anos ou mais. As decisões tomadas no processo de refúgio, no âmbito do CONARE, não são transparentes, pois dificilmente se tem a justificativa de uma solicitação de refúgio negada, o que demanda uma maior participação da sociedade civil nestes processos.

Na esteira da discussão sobre a precariedade do documento aos solicitantes do refúgio, um dos pontos

de tensão na oficina foi em relação aos poucos avanços no debate em relação à situação do imigrante que não é considerado pelo estatuto do refúgio, mas que assim como este, enfrenta as mesmas dificuldades de integração na sociedade brasileira. No entanto, o ACNUR (2016) faz diferenciação em relação ao migrante, ao afirmar que a migração é compreendida como um processo voluntário, que não é o caso dos refugiados que não podem retornar aos locais de origem por questões de segurança e gozam de proteção no direito internacional. A agência internacional ainda alerta que tratar os dois termos como sinônimo pode tirar os refugiados da proteção legal de que necessitam como a não devolução e não penalização por cruzar fronteiras sem autorização.

Mas o debate em torno do estatuto do refúgio traz à tona a ampliação da proteção a outras categorias de imigrantes no cenário internacional, pois motivos econômicos e ambientais também violam os direitos humanos. O grande número de pessoas nessas condições tem se tornado um desafio para os países receptores que precisam também garantir os direitos dessa população com investimento em políticas migratórias.

A integração à comunidade local envolve várias dimensões e uma delas é o acesso aos direitos sociais através das políticas públicas. A principal dificuldade apontada no processo de integração local de um imigrante ou refugiado é o idioma, quesito básico para que o indivíduo possa estabelecer comunicação com os demais moradores da cidade, circular pelo espaço urbano, comprar produtos e consumir bens e serviços. Neste aspecto, cabe destacar o trabalho da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro que oferece curso básico de português voltado para o refugiado aprender a se comunicar pela cidade. O curso, contudo, ainda é insuficiente para o domínio deste idioma, que ainda tem sido necessário para atender determinadas exigências como inserção no ensino superior e admissão no mercado de trabalho em cargos de mais elevada qualificação profissional.

Foi sinalizada a necessidade de haver políticas de educação direcionadas para o ensino da língua portuguesa,

que é o primeiro passo para que o refugiado desenvolva autonomia para viver no Brasil. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC), no início do ano de 2016, promoveu cursos de português para refugiados e imigrantes, mas este público não foi contemplado com a renovação. Da mesma forma, é preciso que universidades públicas e privadas promovam cursos de português, não só na capital do estado, e que firmem parcerias de forma a viabilizar a passagem dos alunos para o deslocamento até a aula. A ausência de recursos para a permanência nas atividades é um dos principais dificultadores para que os imigrantes em situações de vulnerabilidades econômicas concluam os cursos de português, já que não há programas de financiamento que garantam os custos de deslocamento e alimentação.

Ainda sobre a educação, a revalidação de diploma de ensino superior ainda é um processo burocrático demorado e de alto custo monetário. A revalidação é decidida pelas coordenações de curso que são autônomas e as avaliações são díspares, sem considerar as particularidades do imigrante e refugiado, devendo o Ministério da Educação construir um procedimento unificado para facilitar este procedimento. Além disso, a inserção em cursos de graduação esbarra nas provas de vestibulares (incluindo o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM) que exigem nível aprofundado de português e preparo em disciplinas específicas. Para facilitar a inserção do segmento refugiado no ensino universitário, foram apresentadas algumas propostas como concessão de bolsas estudantis, inserção no sistema de cotas nas universidades e nos pré-vestibulares comunitários e facilitação do processo de revalidação do diploma, incluindo diminuição dos custos.

Houve um avanço significativo neste sentido, alcançado através da promulgação da Lei nº 16.685, de 20 de março de 2018, direcionada para a isenção de pagamento de taxas de revalidação de diplomas de graduação, mestrado e doutorado para os refugiados no estado de São Paulo. Nesta direção, a Assembleia

Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou o projeto de Lei nº 2080/2016 que concede este direito aos refugiados e, apesar de ter esbarrado no veto do governador Luiz Fernando Pezão no dia 08 de março de 2018, a casa legislativa votou pela derrubada do veto em 26 de junho de 2018, o que demonstra como este tema é relevante e de conturbada negociação, apesar de estar explicitado na legislação federal para os refugiados.

No que se refere ao eixo de emprego e renda, constata-se que ainda há desconhecimento por parte dos empregadores sobre contratação de mão de obra de refugiados e imigrantes e, por outro lado, existem aqueles que não a contratam por considerá-la como sendo de baixa qualificação profissional. Por este motivo, existe um trabalho de divulgação da mão de obra imigrante junto às empresas pela Comissão Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes - CEIPARM. Este comitê foi instaurado em 2009 pelo governo estadual do Rio de Janeiro, para deliberar e acompanhar as políticas para migrantes e refugiados. Neste sentido, a Secretaria Estadual de Direitos Humanos firmou uma parceria com o BRT para contratação de refugiados durante o festival de música 'Rock in Rio' realizado em setembro de 2017, devido à necessidade de funcionários com domínios de outros idiomas, porém, ainda é necessário expandir iniciativas como essa.

Por outro lado, a procura pela força de trabalho de imigrantes e refugiados por empresas vem mascarada como forma de oferecer ajuda, o que favorece a exploração da força de trabalho, fonte de grande preocupação por parte dos atores que trabalham com refúgio. Facundo (2017) aponta em seu estudo sobre o programa de reassentamento dos refugiados colombianos no Brasil que um dos sérios problemas identificados para a integração dos refugiados e migrantes econômicos, é a destinação de trabalhos menos remunerados e com precárias condições laborais, “que não representam um potencial perigo para os setores e associações profissionais que desfrutam de prestígio social e econômico no nível nacional” (FACUNDO, 2017, p. 327). Por isso, não basta apenas empregar os imigrantes, mas também é preciso acompanhar essa absorção da mão de obra por meio da fiscalização dos auditores do Ministério Público do Trabalho, que hoje em dia conta com poucos profissionais, em virtude de exoneração de alguns e escassez de concursos para este cargo.

Além das dificuldades de conseguir trabalho pela não qualificação ou pela não validação do diploma, outro aspecto mencionado pelos representantes de refugiados congolese foi o preconceito racial no Brasil que prejudica, inclusive, a inserção no mercado de trabalho, favorece o isolamento social e um sentimento de não pertencimento à sociedade brasileira. Tal realidade apresentada por esta narrativa denota, segundo expõe Stanfield (2013), que as sociedades com legados da escravidão africana<sup>1</sup> fazem com que seus membros acreditem que a pele de cor branca constitui o privilégio cognitivo, social, emocional, econômico, definitivo na sociedade enquanto que a pele de cor negra constitui a forma definitiva de desvalorização desse privilégio.

1.

---

Stanfield (2013) faz um estudo etnográfico sobre o racismo no Brasil, Estados Unidos e África do Sul.

2.

---

Um exemplo disso seria a política de cotas nas universidades.



Na mesma lógica, Zamora (2012) explica que esta visão desqualificadora dos negros foi também construída pela ciência com o objetivo de manter a desigualdade de tratamento entre brancos e negros. Estes são historicamente vistos pelo poder e pelo senso comum como menos inteligentes e racionais (portanto menos capazes para o trabalho intelectual) e mais ligados ao universo dos instintos, das emoções, mais propensos às superstições. Isso revela o que a autora chama de ‘mito da democracia racial’ já que o racismo é negado por uma parcela grande da sociedade brasileira que, no entanto, demonstra resistência às propostas de reduzir as iniquidades sociais que envolvem negros e brancos<sup>2</sup>.

No decorrer da oficina, realizou-se por um dos participantes uma importante reflexão sobre a construção histórica do preconceito racial na sociedade brasileira, ao afirmar que, no ensino básico, as crianças aprendem a história da escravidão dos negros africanos, mas não aprendem a história da África, fato que, para ele, fomenta o racismo no Brasil. Visando erradicar o preconceito e a discriminação, é necessária uma reestruturação do ensino básico com o público infantil, bem como a implementação de políticas públicas educativas e construção de materiais didáticos para problematizar a questão do racismo.

Tal consideração nos faz remeter que os direitos previstos em lei que visam defender os direitos de cidadania dos negros não são suficientes para efetivá-los. O racismo em sociedades com legados escravistas não é uma questão meramente legal, isto é, não basta a aprovação de um aporte legislativo e político de defesa da igualdade e contra a discriminação racial se o respeito cultural dominante dos interessados não for praticado (STANFIELD, 2013).

Aliada ao racismo existe a xenofobia contra os imigrantes e refugiados, que também tem sido alvo de preocupação do governo estadual e está relacionada à disputa por emprego e associada à ideia de refugiado como um fugitivo. A CEIPARM tem como um dos eixos de atuação intitulado ‘Ambiente sociocultural e conscientização para a temática’ que dá suporte às pessoas que sofreram ataques de xenofobia e manifestações de ódio, orientando-as a efetuar denúncias e comunicando a polícia civil tais casos. Neste aspecto, considera-se co-

locar em prática um trabalho de sensibilização, de forma a difundir na consciência da população informações sobre o refúgio, desmistificando mitos, incluindo atuação junto às escolas e a incorporação deste tema no projeto pedagógico escolar do estado do Rio de Janeiro.

Casos de xenofobia no Brasil não são raros. A mídia televisiva e a internet têm divulgado movimentos neofascistas e de xenofobia contra refugiados e imigrantes no mundo. No Brasil, a manifestação na Avenida Paulista em São Paulo no dia 02 de maio de 2017 contra a nova lei de imigração - onde manifestantes gritavam contra a “islamização” - demonstra claramente a presença da intolerância religiosa e da disputa por valores e eticidade em torno do tema do acolhimento e proteção aos imigrantes e refugiados na sociedade brasileira.

Um dos maiores desafios apontados para integração local no Brasil diz respeito à obtenção de moradia, pois não há estrutura do governo destinada ao acolhimento específico de refugiados e demais imigrantes - nem em abrigos específicos, nem em programas habitacionais. É difícil solicitar este serviço junto à esfera municipal, pois este acolhimento não está previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Somado a isso, existe a burocracia e a grande concorrência pelas vagas para aquisição de imóvel pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMMV), em um país com grande déficit habitacional de interesse social.

Sobre a política de saúde, que possui princípios de universalidade, integralidade e equidade já existem estudos sobre as questões relacionadas aos imigrantes e refugiados. Risson et al (2018), nos estudos sobre o atendimento dos haitianos pelas unidades de saúde em Chapecó, apontam que dentre as principais dificuldades dos imigrantes para acessar os serviços de saúde, estão o desconhecimento da organização do sistema de saúde no país receptor, falta de tempo, medo de utilizar os serviços (especialmente quando estão em condição de ilegalidade), desconhecimento da língua e as diferenças culturais relacionadas ao comportamento sobre as doenças e tratamentos (MARTES; FALEIROS, 2013 apud RISSON et al, 2018). As mesmas autoras identificaram preconceitos de profissionais de saúde que dificultavam o acesso da

população haitiana aos serviços. Na oficina sobre integração, foi mencionada a demanda por uma capacitação dos funcionários das unidades de saúde no estado do Rio de Janeiro quanto à obrigatoriedade do atendimento, ao mesmo tempo em que se identificou a necessidade de socializar informações juntos aos refugiados e imigrantes sobre o funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS, os níveis de complexidade de atenção e a porta de entrada, os procedimentos para acesso ao cartão do SUS.

Outros desafios são colocados em debate como a situação da reunião familiar e a condição de proteção às crianças e adolescentes refugiadas desacompanhadas e separadas de suas famílias que chegam ao país, e que migram sem nenhum tipo de controle. Para garantir direitos aos refugiados/as é preciso romper com a lógica da tutela, estimulando a participação política, por meio da ocupação de espaços de deliberação como conselhos de direitos e conferências. São raras as associações de imigrantes com CNPJ que podem se organizar e reivindicar por direitos de forma coletiva.

Diante da conjuntura de retrocessos de direitos provocada pelas medidas de austeridade do governo federal a partir de 2016, as políticas de seguridade social e as políticas sociais sofrerão cortes e ajustes que afetarão a população brasileira, o que incluirá também os imigrantes e refugiados residentes no território nacional. Algumas das questões apresentadas pelos refugiados na oficina, são vivenciadas pela população local, por se tratarem de problemas estruturais do nosso sistema de proteção social e dos abissais níveis de desigualdade socioeconômica de nosso país. Neste quadro, busca-se fortalecer e consolidar redes entre as instituições que compõem o poder público e a sociedade civil para aprimorar o sistema de proteção aos imigrantes e refugiados, tendo em vista que não existem somente barreiras nas fronteiras externas do país, mas também barreiras invisíveis internamente nas relações sociais e nas instituições que garantem direitos através do acesso às políticas públicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da integração local é um campo fértil para pesquisas e estudos aprofundados para se identificar as condições de vida dos imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados. Envolve o papel do Estado-nação no acolhimento e proteção, a relação com o ACNUR e com organizações não governamentais, que vêm sendo primordiais para garantir direitos e assessoria jurídica a este público, na ausência de uma assessoria jurídica a este público, na ausência de uma política governamental que ultrapasse a concessão de documentos.

A falta de espaços de participação de imigrantes e refugiados na formulação e implementação de políticas de integração local precisa de revisão urgente das agências envolvidas no atendimento da população em êxodo, já que o Estatuto do Estrangeiro, Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980, que proibia a organização política de imigrantes foi revogado em 2017. Se com a redemocratização do país essa situação já era uma infeliz contradição, hoje já não há mais justificativas. Se quisermos de fato ampliar espaços democráticos e melhorar a qualidade dos programas de integração, os maiores interessados não podem ser apartados dos processos decisórios.

A oficina “Integração e acesso a serviços no Rio de Janeiro” realizada no Seminário intitulado “Encruzilhadas da Mobilidade: saberes e práticas nas políticas de proteção a populações refugiadas e migrantes em situação de vulnerabilidade”, foi uma importante iniciativa para a consolidação das ações da universidade no âmbito da Cátedra Sergio Vieira de Mello da PUC Rio em novembro de 2017. Contou com a participação de alunos e professores de várias universidades, representantes das organizações governamentais e não governamentais, porém foram 5 refugiados/solicitantes de refúgio na oficina, número ainda pequeno de representação, devido à dificuldade de tempo dos sujeitos que trabalham ou possuem outras atividades e de recursos de deslocamento e alimentação para que imigrantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica possam estar presentes em espaços que discutam temas pertinentes aos seus interesses.



## Referências Bibliográficas

ACNUR. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951). Disponível em: [http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf) Acesso em: 21/03/2017.

ACNUR. Declaração de Cartagena (1984). Acesso em: [http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Declaracao\\_de\\_Cartagena.pdf](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf) Acesso em 01/03/2017.

ACNUR. Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em: [http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo\\_de\\_1967\\_Relativo\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf) Acesso em 21/03/2017.

BRASIL. Lei de Refúgio. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm) Acesso em 21/03/2017.

BRASIL. Estatuto do Estrangeiro. Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do Estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm) Acesso em 21/03/2017.

FACUNDO, Angela. Êxodos, refúgios e exílios: colombianos refugiados no sul e sudeste do Brasil. Rio de Janeiro (RJ): Papeis Selvagens, 2017.

MOREIRA, Julio Bertino. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. REMHU – Ver. Interdiscip. Mobil. Hum. Brasília, Ano XXII, n.43, p. 85-98, jul./dez.2014.

REIS, Rossana Rocha. Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19, nº. 55 junho/2004.

RISSON, A. P.; MATSUE, R. Y.; LIMA, A. C. C. Atenção em saúde aos imigrantes haitianos em Chapecó e suas dimensões étnico-raciais. Revista O Social em Questão. Nº 41, 2018.

ROCHA, Rossana Reis; MOREIRA, Julia Bertino. Regime internacional para refugiados: mudanças e desafios. Rev. Sociol. Polit. 2010, vol.18, n.37, pp.17-30.

STANFIELD II, John. Direitos humanos e os extremos polares do “branco puro” e do “negro puro” em sociedades com legado escravista: Brasil, Estados Unidos e África do Sul. In.: PAIVA, Angela Randolpho (org). Direitos humanos: em seus desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2013.

ZAMORA, Maria Helena R. N. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. Fractal: Revista de Psicologia, 24 (3), 2012.

# ÊXODOS E MIGRAÇÕES NA REGIÃO DE LISBOA: a ignição para a explosão metropolitana

Teresa Valsassina Heitor  
Contato: [teresa@civil.ist.utl.pt](mailto:teresa@civil.ist.utl.pt)

Jorge Gonçalves  
Contato: [jorgemgoncalves@tecnico.ulisboa.pt](mailto:jorgemgoncalves@tecnico.ulisboa.pt)

CiTUA - Centro para a Inovação em Território, Urbanismo e Arquitetura do Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa





Lisboa é conhecida por historicamente ser um lugar de cruzamento de povos e culturas, proporcionando-lhes uma coexistência pacífica e até razões para uma gradual integração entre si. Os testemunhos arqueológicos que atravessaram os tempos, desde o neolítico até à atualidade, deixaram-nos largas provas dessa diversidade.

Todavia, a segunda metade do século XX foi particularmente decisiva na exibição da capacidade da cidade de Lisboa em atrair novos habitantes o que provocou, aliás, que a sua expansão confluísse na formação da área metropolitana. No entanto, a forma como este processo decorreu foi tumultuosa e desregulada deixando marcas profundas ainda hoje difíceis de sanar (Câmara Municipal de Lisboa, 1946).

A 26 de fevereiro de 1969 desmoronou-se na periferia norte da cidade de Lisboa, no bairro da Brandoa, concelho da Amadora, o que poderia vir a ser um prédio de 7 pisos para 21 inquilinos (Diário de Lisboa, 27 de fevereiro de 1969). No dia seguinte, os jornais mostravam o maior bairro clandestino da Europa lançando críticas implícitas aos responsáveis que foram tolerando esta e outras situações semelhantes em nome de uma cómoda solução para o atenuar da tensão social ligada ao problema da habitação. O governo, com este acontecimento e sobretudo com a sua projeção mediática, sentiu-se acossado e decretou, através da Direção Geral da Administração Política e Civil, o embargo de todos os edifícios ali em construção. No fundo, o que pretendia era dar resposta ao desafio lançado designadamente pelo Diário de Lisboa “(...) O desabamento de ontem foi o abcesso que rebentou às portas de Lisboa. Não acreditamos que alguém possa ficar insensível a isto” (27 de fevereiro de 1969).

A justificação desta situação dramática relatada pelas notícias resulta de uma imbricada teia de interesses e acontecimentos que começaram a ser delineados no final da década de 1940. O pós-Segunda Guerra Mundial desencadeou um turbilhão de mudanças na Europa. Elas também passaram por Portugal, com profundas implicações na política e na impedida pela ausência de economia primeiro e, depois, sociais e urbanas. É este contexto que vai justificar o surgimento de uma sociedade em mudança acelerada que, nesse percurso,

vai gerando graves clivagens e contradições plasmadas no território e na sociedade (Nunes, 2007).

No mercado livre da habitação em Lisboa assistia-se neste tempo de êxodos e migrações a um bloqueio do mercado de arrendamento pois havia sido imposto o “congelamento” das rendas desde 1910 para evitar a inflação dos preços acabando por ter repercussões na degradação do edificado. Por outro lado, a aquisição de casa própria estava limitada e mesmo impedida pela ausência de crédito hipotecário ou pela escassez de fogos para compra. Só com a aprovação da aquisição da casa própria levou a que hoje Portugal seja cada vez mais um país de proprietários que de arrendatários.

## A NOVA POPULAÇÃO URBANA E METROPOLITANA

A contabilidade demográfica feita em 1950 revela variação ocorrida ao longo da década anterior aproximando-se dos 10% de crescimento para o país e de quase 20% para a cidade de Lisboa (Quadro 1). Os dados do censo de 1950, mostram que Lisboa, com os seus 709 119 residentes, concentrava 8,4% da população nacional o que já contrastava de modo muito significativo com os 7,7% no início da década de 40.

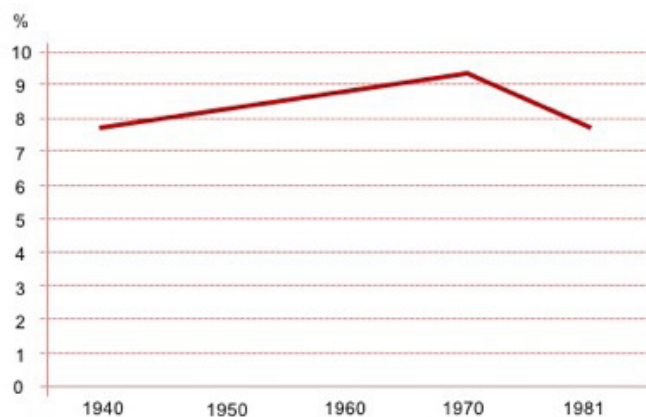
E, se à entrada da década de 1950 a situação era esta, a evolução nas duas décadas seguintes não deixou de continuar a manifestar um padrão semelhante sobretudo para a capital. Com efeito, o crescimento da população em Portugal até 1960 foi de 4,9% atingindo os 8 851 289 habitantes e o de Lisboa foi mais do dobro (11,5%) fixando-se nesse ano em 790 434 residentes.

### 1.

A construção da Brandoa inicia-se em 1960 com edifícios de 1 e 2 pisos sem ligações a serviços de saneamento ou outros. No início da década de 1970, a aproximação em distância-tempo à capital alterou a oferta residencial clandestina surgindo mais de 1000 edifícios de 4 ou mais pisos, correspondendo a mais de 5400 fogos e uma população de mais de 20.000 pessoas. Chegou mesmo a atingir os 28566 residentes em 1991.

Anos	População			
	Portugal	Lisboa	Varição Portugal (%)	Varição Lisboa (%)
1940	7722152	594390		
1950	8441312	709119	9,3	19,3
1960	8851289	802230	4,9	11,5
1970	8663252	769044	-2,1	-4,1
1981	9852841	807937	13,7	5,1

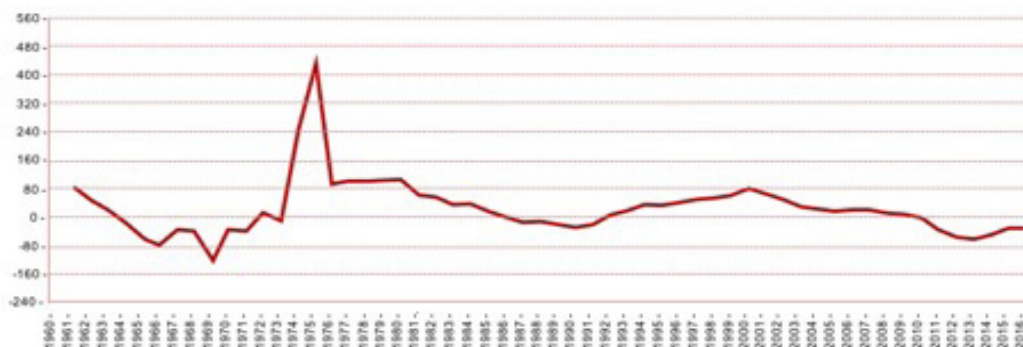
**Quadro 1- Trajetória do universo demográfico no país e na cidade de Lisboa, 1940 - 1981**  
 Fonte: artigo original



**Fig 2- Proporção de população residente na capital face ao país, 1940-1981**  
 Fonte: artigo original

	População				Taxa de variação (%)			
	1991	2001	2011	2015*	1991-01	2001-11	2011-15*	
Cidade de Lisboa (a)	656 002	563 149	542 440	504 471	-14,2	-3,7	-7,0	
Coroa (b)	1 883 518	2 115 546	2 284 610	2 308 207				
AML (a+b)	Total	2 539 520	2 678 695	2 827 050	12,3	8,0	1,0	
	% AML / Portugal	25,5	25,8	26,8	27,2	5,5	5,5	-0,5
Portugal	9 950 029	10 394 669	10 542 398	10 341 330	4,5	1,4	-1,9	

**Quadro 2- Variação recente da população na capital, AML e País, 1991-2015**  
 Fonte: artigo original



**Fig 3- Saldo migratório em Portugal, 1960-2016.**  
 Fonte: artigo original

Este padrão de crescimento nas duas escalas mas com ritmos diferenciados, acabou por revelar o que já se suspeitava, isto é, que Lisboa capitalizou grande parte deste crescimento ao ponto de ampliar o seu peso demográfico para agora 8,9% do total do país (Figura 1).

A década de 1960 tornou-se emblemática na exibição de uma trajetória demográfica divergente entre Lisboa e o país. Este, pela sangria migratória ocorrida neste período, sobretudo para países do centro da Europa, viu contrair-se a sua população para 8 663 252 habitantes (-2,1%). Ao mesmo tempo, a cidade de Lisboa ainda ampliava esta regressão com -4,1% recuando em 1970 para os 769 044 indivíduos.

Esta narrativa demográfica da evolução da Cidade e do país serve em especial para mostrar como Lisboa era o destino de dezenas de milhar de migrantes rurais, mas também para chamar a atenção de que esses quase 175 mil habitantes que a Capital ganhou entre 1940 e 1970 não tiveram ali um acolhimento fácil. Essa incapacidade, aliás, levou a que uma segunda vaga de migrantes ocorrida na década de 1970 (Quadro 1) representasse 13,7% de aumento populacional no país (isto é, quase um milhão e duzentos mil indivíduos), e que em Lisboa o incremento pouco passasse dos 5% (cerca de 37 mil residentes).

Esta nova vaga derivava agora de um processo tumultuado de independência dos territórios ultramarinos em resultado de contextos locais de grande instabilidade política e social. A descolonização sobretudo, mas também as guerras civis, designadamente, em Angola e Moçambique, provocaram o retorno em massa de colonos, alguns deles já nascidos nesses territórios, bem como de muitos outros imigrantes africanos (Figura 3).

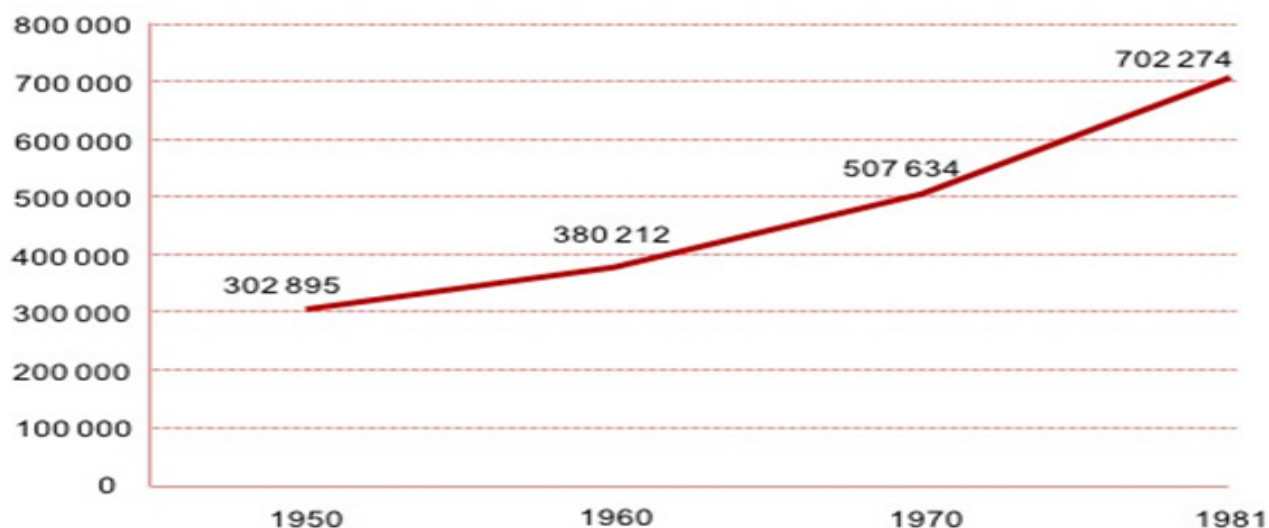


Fig 4 - Evolução dos alojamentos clássicos na AML, 1950-1981

Fonte: artigo original

Estes enormes contingentes demográficos chegaram a Portugal em 1974 e 1975. Porém, como se mostrou, agora não vieram para a Lisboa-cidade, pelo menos de modo significativo. As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto foram, mais uma vez, os espaços que se viram obrigados a acolher uma volumosa população frágil, desprotegida e, em muitos casos, sem recursos, bens ou trabalho que lhes pudessem conferir maior autonomia na escolha dos seus espaços de habitar.

Merece ainda destaque a vaga de imigração que ocorreu na década de 1990 quando, na sequência da entrada de Portugal na então designada Comunidade Económica Europeia, o país passou a dispor de fundos financeiros de apoio à construção pública de infraestruturas, habitação e equipamentos bem como quando o sector financeiro despertou o apetite pelas oportunidades suscitadas pela fileira do imobiliário. Lisboa beneficiou largamente deste ciclo de investimento público e privado bastando lembrar a construção na década de 1990 da segunda travessia do rio Tejo (1995-98), do Centro Cultural de Belém (1989-93), da Exposição Mundial de Lisboa (1993-98) ou ainda a enorme expansão da rede de metropolitano.

Estas e outras obras justificaram a dinâmica imigratória sentida ao longo de toda a década de 1990 (cf. Fig. 3) composta por comunidades oriundas de países lusófonos (pela afinidade cultural e linguística), mas também de países da Europa de Leste, como Ucrânia, Moldávia, Bulgária e Roménia, facilitada com a política fronteiriça da União Europeia, estabelecida em 1999.

No entanto, desde a década de 1980 até hoje, é possível observar que a cidade de Lisboa perdeu para os restantes municípios da área metropolitana (Quadro 2) cerca de 270 mil habitantes, aproveitando as oportunidades de aquisição de habitação mais barata e com a possibilidade de recorrer ao crédito hipotecário. Esse fluxo recessivo

## 2.

O crescimento populacional, resultante em grande parte da imigração rural, caracterizava-se por uma população não especializada profissionalmente, conseguindo apenas empregos com salários baixos. Daí o surgimento dos bairros de lata. Nesta época uma parte significativa da população empregada na cidade de Lisboa já não reside nos limites da cidade, pois os novos meios de transporte, designadamente o eléctrico e o caminho-de-ferro, tinham permitido uma mais ampla mobilidade.



é o que se pode designar por êxodo urbano e que parece não ter ainda estancado dado os fenómenos de turistificação que se estão a sentir nos bairros históricos da cidade, mas também nos restantes por via da proliferação da economia partilhada. Lisboa está transformada numa Shrinking City sem que haja política urbana à altura para inverter este fenómeno.

## A PRESSÃO DEMOGRÁFICA SOBRE A HABITAÇÃO E O MODO COMO COM ELA SE LIDOU

Este processo de urbanização de Lisboa e da região foi tardio face às dinâmicas europeias e, ainda por cima, ocorreu num razoável curto período de tempo e de modo muito desequilibrado. Apesar da extensão dos seus territórios ultramarinos e da imagem de poder e modernidade que o país se esforçava por projetar no exterior, Portugal era um país pobre e atrasado com muitas dificuldades em enquadrar devidamente os efeitos da bolha demográfica que tinha gerado na Capital (Gonçalves et al., 2014).

A evolução do número de unidades habitacionais clássicas (figura 4) é muito expressiva na área metropolitana de Lisboa (AML) pelo que revela do esforço depositado na produção imobiliária, mas também pelo que revela de incapacidade em satisfazer as exigências latentes, gerando ao mesmo tempo a periferização acelerada da Capital e a precarização das condições de habitação.

	Total	Barracas	Outro tipo de alojamento
Portugal Continental	44 676	24 016	20 660
Área Metropolitana de Lisboa	24 613	18 080	6 533
Município de Lisboa	10 643	8 799	1 844

Quadro 3 - Alojamentos não clássicos, 1981  
Fonte: artigo original

## ESTRATÉGIAS RES IDENCIAIS: Precárias, clandestinas e convencionais

Tendo ficado exposto sumariamente o percurso da cidade e da região de Lisboa no que respeita aos êxodos e migrações ocorridos a partir da segunda metade do séc. XX tipificam-se de seguida os esforços desenvolvidos pelas famílias para garantir o acesso à habitação, com base em três tipos de estratégia: habitação precária, informal e formal.

### HABITAÇÃO PRECÁRIA

Considera-se aqui habitação precária a que não é adequada à instalação definitiva de uma família quer pelos materiais utilizados na sua construção quer pelas condições gerais de habitabilidade que proporcionam aos seus moradores. A modalidade mais expressiva na cidade de Lisboa e na sua área metropolitana foi corporizada pelos designados “bairros de lata” que se generalizaram desde os finais da década de 1920. Tratava-se da ocupação de extensas áreas sem prévia infraestruturação, quer de propriedade pública quer de propriedade privada, por autoconstruções feitas de materiais simples como madeira, chapa, plástico e cartão, também designadas de “barracas”, sem redes de saneamento ou outros serviços básicos.

A sua existência foi sendo sistematicamente desvalorizada pelos responsáveis pois em muitos casos ficavam em áreas periféricas da cidade ou em terrenos deixados vazios, quase sempre fora do alcance da vista de quem passava. Não é de estranhar, por isso, que estas populações e construções tenham sido as mais afetadas pela pior catástrofe após o terramoto de 1755 – as cheias na região de Lisboa de 1967. As notícias e sobretudo as tentativas que o regime fez para abafar as suas consequências trágicas – os números reais apontam para 700 mortos, mas as estatísticas oficiais para pouco mais de 200 – deram ainda maior visibilidade a quem até aí tinha sido invisível.



**Fig 5 - O bairro da Cova da Moura: um dos maiores e mais antigos bairros degradados de população migrante.**  
Fonte: artigo original

As áreas de “barracas” sofreram em alguns casos uma evolução em termos de materiais, passando a ser substituídas por alvenaria continuando, contudo, a não dispor de qualquer infraestrutura ou serviço urbano: água, saneamento, eletricidade, recolha de resíduos sólidos urbanos ou equipamentos (Figura 5).

Sentia-se, assim, uma dupla exclusão destas comunidades: pelas medíocres condições objetivas de habitação, mas também porque os rodeava uma enorme indiferença de quem vivia na cidade canónica. Só os desastres lhes davam centralidade mediática.

Numa outra modalidade inscrita no que se designou aqui por estratégia de habitação precária algumas famílias optaram por viver em partes de casa, isto é, em compartimentos da edificação (ou moradia) com uma ou mais entradas que permitiam aos proprietários alugar várias das suas divisões (ou cômodos) que podiam ou não ter serventia de cozinha e casa de banho.

Cumulativamente a estes dois tipos de habitação precária foi ainda adotada uma outra modalidade constituída pela oferta pública de habitações provisórias em bairros prefabricados, no âmbito do que se designava por Programa de Habitações Desmontáveis (Quadro 3).

O primeiro conjunto de habitações desmontáveis surgiu em Lisboa em 1939 quando o Estado Novo decidiu realojar as famílias que moravam em outros dois bairros de lata da cidade. É sintomático que este bairro provisório construído em placas de fibrocimento só tenha sido completamente eliminado em 1997. O mesmo sucedeu nos anos de 1960 com outros três bairros construídos para acolher os desalojados do Vale de Alcântara devido à construção da primeira travessia do Tejo – atual Ponte 25 de Abril - e respetivos acessos. Foram completamente demolidos entre 1998 e 2003, isto é, três décadas após a sua construção “provisória”.

Apesar destas ténues tentativas de resolução do problema, no final da década de 1970 os alojamentos não clássicos (designação formal para barracas e outros alojamentos precários) na Área Metropolitana de Lisboa correspondiam a mais de metade dos existentes em Portugal continental e a cidade de Lisboa apenas continha menos de metade desse valor da AML (Quadro 4).

## HABITAÇÃO INFORMAL

Os primeiros bairros informais, designados de “clandestinos” surgem em meados da década de 1950. Distinguem-se da tipologia anterior porque são, quase sempre, construídos em propriedade própria e a qualidade da construção é também muito superior, recorrendo em regra a materiais convencionais muito embora sem a prévia execução de infraestruturas básicas. Como a legalidade da passagem do estatuto de propriedade rústica a urbana não fora acautelada, não dispunham de qualquer licenciamento municipal que tornasse o processo regular.

Dentro desse grupo é possível distinguir duas modalidades. A primeira e mais antiga, designada por habitação clandestina vertical, procura reproduzir na periferia a ideia do prédio de rendimento da capital, pelo que se tratava maioritariamente de habitações arrendadas. A ilegalidade traduzia-se também no não cumprimento generalizado dos regulamentos de construção e das normas de segurança legalmente exigidas.

A segunda modalidade de habitação informal ou clandestina é constituída por construções unifamiliares, maioritariamente de autoconstrução, sem infraestruturas, equipamentos ou outros serviços urbanos. Esta modalidade deu origem a enormes manchas de povoamento disperso, atualmente designadas por AUGI (Áreas Urbanas de Génesis Ilegal) que, ao mesmo tempo

que satisfaziam clientelas e resolviam problemas individuais, comprometeram a expansão ordenada do espaço metropolitano (Gonçalves et al., 2010)

Embora os primeiros bairros clandestinos remontem às décadas de 1930 e 40 nas periferias das cidades de Lisboa, Setúbal e Évora, é a partir de 1960 com o aumento do ritmo de urbanização, que o fenómeno se intensifica. Vivia-se um momento de expansão do capitalismo nacional, traduzido na instalação de novas e mais modernas indústrias e consequente urbanização da sociedade portuguesa, alimentada também pelas dificuldades sentidas no meio rural. Verificava-se igualmente um forte crescimento demográfico, principalmente nas zonas urbanas e, com ele, necessidades acrescidas de habitação.

Neste período sentiu-se uma maior atenção para as questões da habitação e urbanização, criando-se as condições necessárias para o lançamento de novos programas. Ainda nesta época, foi criada a figura do Plano Geral de Urbanização, inspirado, na legislação urbanística francesa, cimentando o urbanismo em Portugal, em termos administrativos, processuais e legais. Com este quadro legal os municípios viram-se obrigados a elaborar os planos gerais de urbanização para as sedes de concelho e para os aglomerados urbanos com mais de 2500 habitantes. Porém, as expectativas saíram goradas por falta de recursos humanos das autarquias e pela inexistência de cartografia adequada (Sousa Lobo, 1995).

Esta época é caracterizada por uma economia relativamente estável dominada pela aliança da grande propriedade rural, de capitais monopolistas locais, e de um Estado extremamente autoritário, característica do fascismo português. Esta situação sofreria um processo contínuo de erosão a partir do princípio dos anos 60 com o início das guerras em África e o progressivo colapso do império colonial, emigração massiva, os princípios de uma integração na Europa e no mercado internacional (adesão à EFTA - Associação de Comércio Livre Europeu,

---

### 3.

Vulgarmente conhecidas por luselite ou brasilite



ao Fundo Monetário Internacional, a obtenção do estatuto privilegiado junto da Comunidade Económica Europeia), a expansão de uma classe média urbana e de capitais não monopolistas, a penetração de capitais estrangeiros e a implantação de novos ramos industriais.

O aumento da oferta de emprego nos sectores mais dinâmicos da indústria e dos serviços, juntamente com remessas de poupanças provenientes da emigração, criou uma procura efetiva de habitação nas áreas metropolitanas, que veio sobrecarregar seriamente os sistemas de produção existentes. Uma população urbana crescente, ainda que mal paga e trabalhando sobretudo nas novas indústrias, não se coadunava com o produto especulativo da promoção privada. Foi este contexto que proporcionou a expansão dum sector «informal» na produção de habitação (Rodrigues, 1989).

Até 1965 a urbanização dos terrenos era regulada pela legislação urbanística, que definia as regras de elaboração e execução de planos de ocupação do solo. O fracionamento de terrenos para construção não merecia tratamento legislativo específico que lhe definisse regras próprias e a legislação sobre urbanização não se articulava com esse parcelamento. Percebida essa fragilidade foi rápido o aproveitamento informal das oportunidades que permitia.

O aparecimento de inúmeros aglomerados urbanos sem infraestruturas urbanísticas, propiciados pelo quadro legal obsoleto e pelo aumento da necessidade de habitação, levaram o legislador a instituir um novo regime para o parcelamento e urbanização dos terrenos destinados à construção – o regime dos loteamentos urbanos – através da publicação do Decreto-Lei n.º 46673, de 29 de Novembro de 1965.

Este Decreto-Lei, no qual surge pela primeira vez o conceito de “Loteamento Urbano” sujeito a licenciamento municipal, estipula que caberia aos particulares a realização e financiamento da infraestruturização. A aplicação deste diploma teve pouca expressividade devido ao não estabelecimento dos prazos para obtenção de pronunciamento da Administração Pública e também devido às demoras para a obtenção de

Alvarás. O objetivo principal do diploma era permitir a oferta no mercado de maior quantidade de terreno urbanizado e, assim, tentar conter a reprodução de loteamentos não infraestruturados. Porém, os resultados da sua aplicação ficaram muito aquém das expectativas.

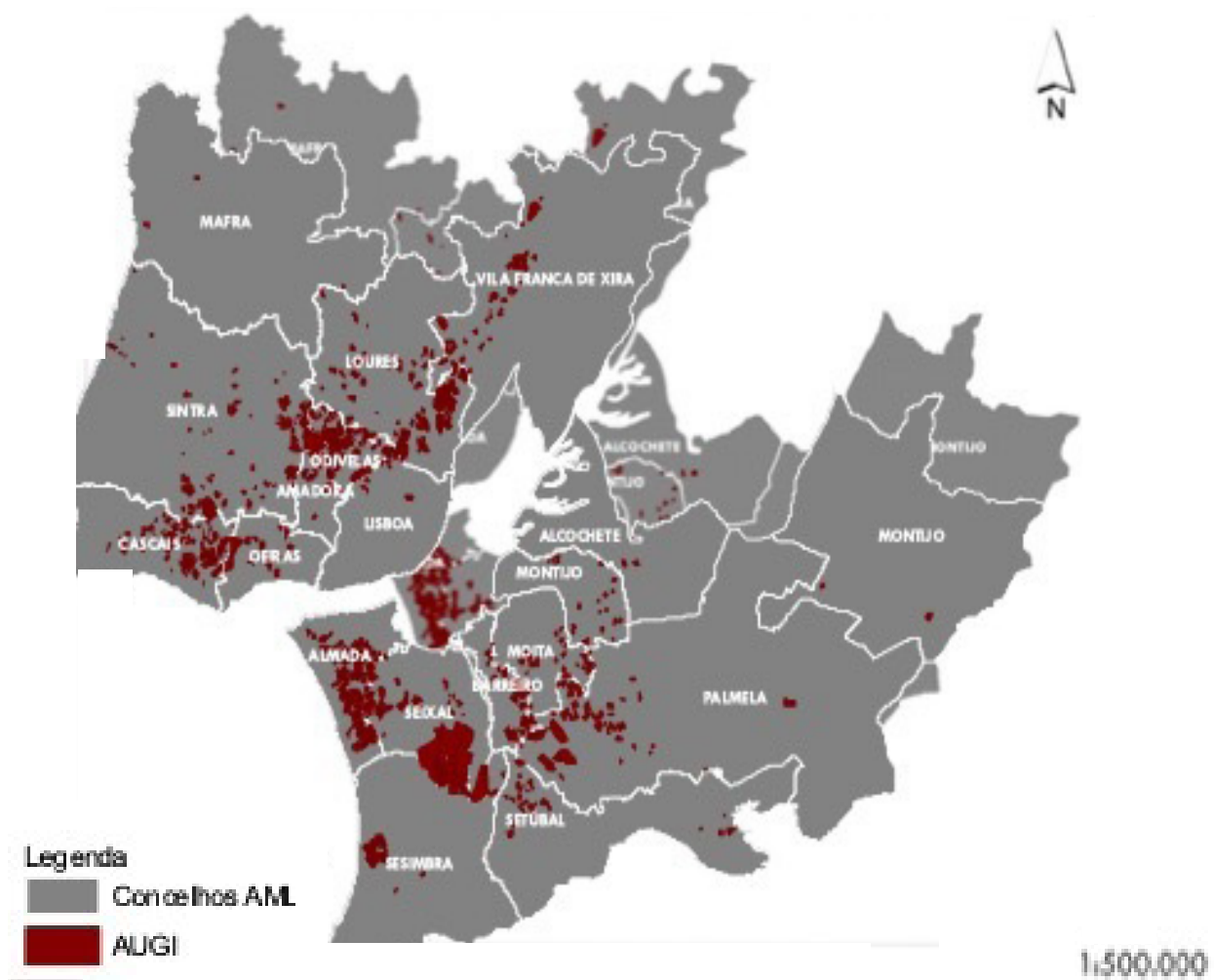
Até finais da década de 1960 as principais características do fenómeno dos clandestinos são o surgimento de construções, sem equipamentos nem serviços, um levantamento das construções realizada frequentemente de noite, sendo habitadas logo após a colocação da primeira placa para evitar a demolição (Salgueiro, 1977). primeira placa para evitar a demolição (Salgueiro, 1977).

Os primeiros anos da década de 1970 foram marcados pela acelerada expansão dos loteamentos ilegais e aumento significativo das construções clandestinas, justificadas pelas necessidades habitacionais que não encontravam resposta no mercado legal.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 289/73, de 6 de Junho que estabelecia o Regime dos Loteamentos Urbanos, esperava-se tornar mais célere o processo de licenciamento, fixando prazos para as decisões da Administração Pública e consagrando a figura de “deferimento tácito”. Este diploma determinou também a nulidade de quaisquer negócios sobre lotes sem alvará. Todavia, este Decreto-Lei tornou, em simultâneo, mais difícil o processo de legalização dos clandestinos.

Mais uma vez a motivação do seu aparecimento é a persistente carência de habitação e a inexistência de um verdadeiro mercado imobiliário a que acresce o alheamento interessado da administração. O procedimento era simples: Os loteadores clandestinos fracionavam os terrenos com base na Portaria n.º 202/70, de 21 de Abril (publicada ao abrigo da Lei n.º 2116 de 1962, que fixava as unidades mínimas de cultura (com 5000m<sup>2</sup>) e, por isso, os designaram loteamentos em “quintinhas”. Posteriormente, recorreriam à figura da propriedade regulada no Código Civil, dividindo as propriedades em “Avos”. Os compradores de cada um os avos passavam a proprietários efetivos não de um lote, mas de uma não delimitada fração da propriedade. Daí a designação de comproprietários.

Fig 6 - As manchas de habitação clandestina na AML.  
Fonte: artigo original



Só depois, com a delimitação física dos lotes no terreno e a posterior construção acontecia a ilegalidade.

Outra estratégia usada neste período foi a figura do “destaque”. O destaque de um lote, ou seja, a autonomização e venda de uma pequena parte do terreno principal, não era considerado loteamento. Assim se permitiram enormes manchas de povoamento disperso, comprometendo progressivamente uma futura expansão ordenada do espaço urbano, mas satisfazendo clientelas e resolvendo problemas individuais.

Esse *modus operandi* foi tendo algum sucesso, mas transferia para os novos proprietários a total responsabilidade de obterem, posteriormente, alvará de loteamento e licenças de habitação, situação que se arrastou, comportando riscos, custos acrescidos e inúmeros incómodos.

Ainda hoje o processo de regularização destas extensas manchas edificadas constitui um problema já que só muito lentamente se vai conseguindo legalizar espaços e construções, não tendo ainda qualquer solução à vista as que se situam, por exemplo, em situação de risco geomorfológico ou instabilidade de vertentes (Figura 6).

Independentemente das muitas limitações e impactos negativos no território gerados pelas construções e espaços clandestinos é inegável que constituíram uma qualificação social para muitos dos seus moradores que tinham assim conseguido sair dos bairros de lata ou da promiscuidade da sublocação (Ferreira et al., 1985). prestações (Nunes, 2011).

Embora os valores a cobrar tivessem limites máximos que não podiam ser ultrapassados, os valores mínimos não permitiam abranger a população mais carenciada, pelo que estes programas foram sobretudo dirigidos para a solução do problema habitacional da classe média urbana.

Nas décadas de 1950 e 60, mas de forma esporádica, foram também construídos alguns bairros de habitação social por iniciativa de entidades empregadoras localizados nas imediações das instalações das empresas permitindo ter os trabalhadores mais próximos, em condições de habitabilidade controladas

e inibidoras de problemas de saúde comuns em espaços insalubres, entre muitas outras vantagens (Gros, 1982). A produtividade e assiduidade saíam beneficiadas com esse apoio residencial prestado.

Em Lisboa, a criação de habitação social por iniciativa pública, maioritariamente por via municipal, ocorreu de dois modos distintos em função da sua dimensão e da estratégia de desenvolvimento urbano: operações pontuais e operações de grande escala integradas nos planos de expansão da cidade.

A maioria das operações municipais que constituem o primeiro modo, referem-se a núcleos de baixa densidade, dispersos na cidade e com carácter monofuncional. Localizaram-se em áreas periféricas e segregadas, em zonas anteriormente ocupadas por bairros de lata ou resultaram da ocupação de lotes integrados em zonas de expansão onde a iniciativa privada também interveio em simultâneo. Visavam sobretudo aspetos de economia de construção, com prevalência da quantidade sobre a qualidade e nas quais as componentes arquitetónica e de integração urbana raramente eram consideradas.

Dentro destas operações cabe destacar as intervenções realizadas ao abrigo do programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local). Tratou-se de um programa criado em Agosto de 1974 logo após a revolução, com o objetivo de dar assistência à construção de habitação promovida por Associações de Moradores e “apoiar as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na reconversão dos seus bairros investindo os próprios recursos latentes e eventualmente monetários” (Bandeirinha, 2007). As intervenções evidenciaram-se pelo carácter inédito do seu processo e pela realização de soluções inovadoras já que era realojada, no mesmo local, a população que aí vivia em “barracas”. O programa viria a ser extinto em Outubro de 1976 por razões conjunturais de natureza política, social e histórica ligadas ao momento que se vivia.

Em Lisboa, as operações de grande escala foram iniciadas na década de 1940 com o plano Bairro de Alvalade e envolveram a construção de infraestruturas, de habitação e de equipamento imediato da habitação em habitação e





Fig 7 - Vista global dos Olivais Norte  
Fonte: artigo original



de equipamento imediato da habitação em participação com diferentes entidades interessadas na promoção das habitações (Câmara Municipal de Lisboa, 1948).

No final da década de 1950, a escassez de habitação que o primeiro 'Inquérito às Condições de Habitação de Família' integrado no IX Recenseamento Geral da População realizado em 1950 havia inevitavelmente denunciado, levou o Governo a reconhecer a necessidade e urgência de lançar uma nova intervenção globalmente planeada na zona oriental de Lisboa. Era um território com cerca de 737ha que correspondia aproximadamente a um décimo da área total da cidade. Inscrevendo-se nas conceções político-sociais do Estado Novo, visava principalmente a construção de habitações de rendas acessíveis aos agregados familiares de mais fracos recursos na proporção de 70% de habitação social e 30% de habitações de renda livre. Dentro do primeiro grupo, 30% das casas destinavam-se ao realojamento de população oriunda de 'bairros de lata'. Os restantes eram divididos em quatro categorias definidas em função de escalões de rendas mensais.

Devido à sua dimensão este território foi dividido em duas grandes áreas – Olivais e Chelas - das quais, a primeira foi ainda subdividida, por razões operacionais, em Olivais Norte e Olivais Sul. Olivais Norte com cerca de 40ha foi planeado para uma população de 10 000 habitantes distribuídos por 2500 habitações. A sua construção inicia-se em 1959 e é dada como finalizada em 1963 (Figura 8).

Para Olivais Sul foi considerada a construção de 7 996 habitações a distribuir por uma população aproximada de 38 250 habitantes, organizada em 4 zonas habitacionais que incluíam equipamento escolar e comercial de proximidade. A construção inicia-se em 1962 ficando praticamente terminada no início da década seguinte, à exceção do centro cívico-comercial principal, cuja construção seria adiada para a década de 1990.

Estas duas áreas constituem tecidos diversificados e obedecem a projetos de desenvolvimento que refletem o pensamento urbanístico e arquitetónico do momento em que foram planejados. Enquanto o plano dos Olivais Norte resulta de uma aplicação fiel do pensa-

fonte: artigo original



Fig 8 - Vista aérea de Chelas na década de 1990

Fonte: artigo original

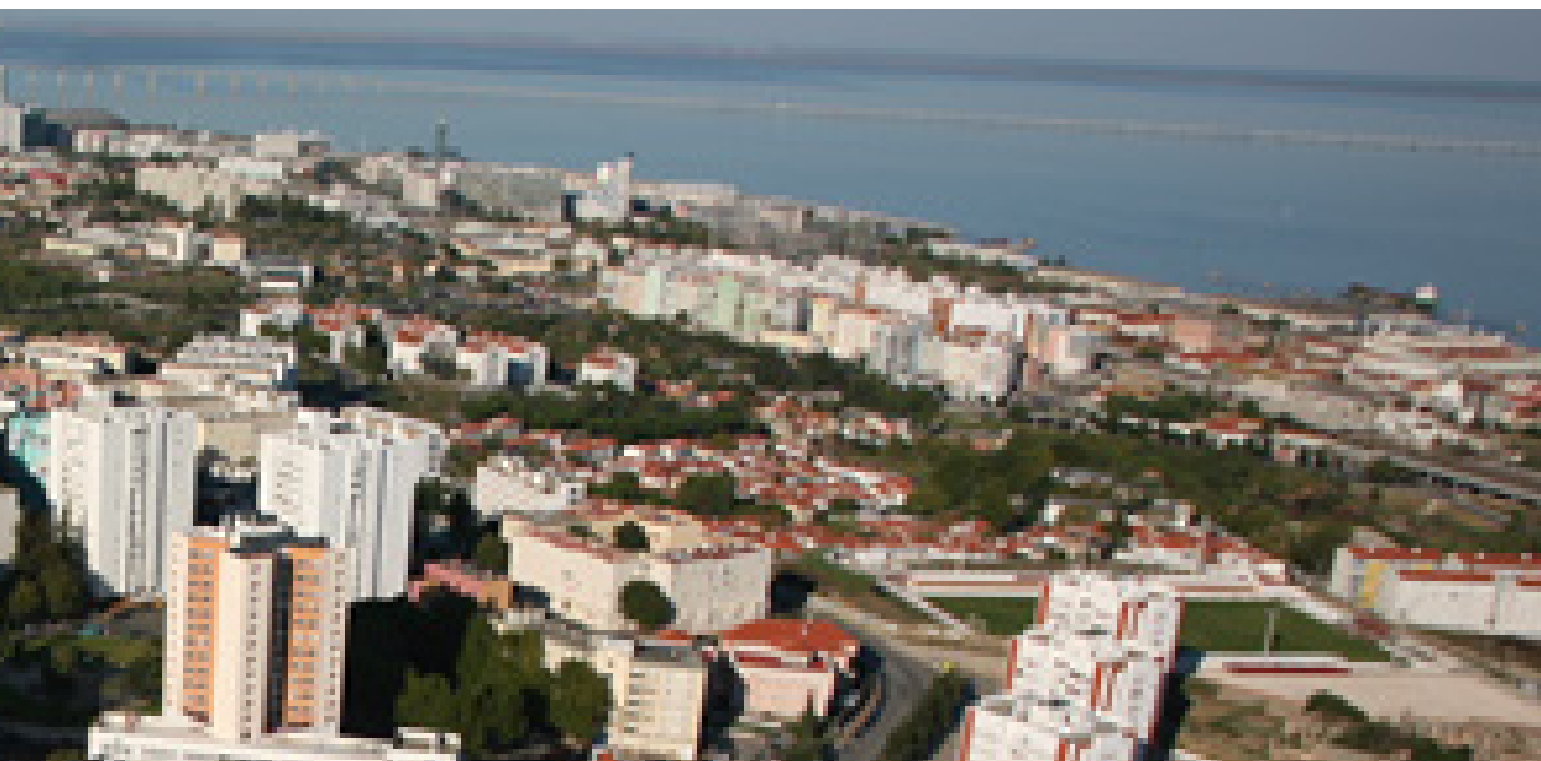
mento racionalista, na conceção dos Olivais Sul foram introduzidas algumas alterações resultantes do debate e da contestação em torno dos conceitos e da doutrina banal da cidade ‘moderna’, da reestruturação dos centros urbanos e das formas de crescimento das cidades.

Os modelos adotados nos Olivais permitiram assegurar uma ligação eficaz da residência com os serviços e equipamentos imediatos, mas não tendo resolvido a relação entre a residência e outros equipamentos produtivos não permitiu aos Olivais ultrapassar o estatuto de zona ‘dormitório’. Também a opção de agrupar os edifícios por categorias, definidas em função das rendas mensais levou à autosegregação dos núcleos destinados ao realojamento de população carenciada, que inevitavelmente foram ocupar função das rendas mensais levou à autosegregação dos núcleos destinados ao realojamento de população carenciada, que inevitavelmente foram ocupar as áreas de valor inferior e menor acessibilidade dentro da malha (Gabinete Técnico de habitação, 1964). Chelas, por sua vez, correspondia a um território de 520ha onde se previa a construção de

11 500 unidades habitacionais para um total de cerca de 55 300 habitantes. O plano é aprovado em 1964 apontando como data provável para a sua conclusão o ano de 2000 (Câmara Municipal de Lisboa, 1965).

Este vasto território encontrava-se numa situação de abandono e praticamente indiferente a pressões urbanísticas, explicável pelas suas difíceis condições de acessibilidade e pela existência de outros eixos prioritários de desenvolvimento da cidade. Pela proximidade às ofertas de trabalho havia atraído a fixação espontânea de população carenciada dando lugar à ocupação de extensas áreas de “bairros de lata”<sup>6</sup>.

À semelhança do que estava a ser proposto e testado noutras cidades europeias, a malha urbana de Chelas tomou a forma de dois eixos para-lemos que se desenvolviam a partir de um núcleo central de carácter terciário em que os equipamentos e os serviços se apoiavam numa rede de eixos secundários nele convergentes e que estruturavam





cinco zonas habitacionais de altas densidades com edifícios de habitação coletiva de grande porte.

A infraestruturização da malha e a execução do esquema viário iniciou-se em 1967. De modo a permitir a construção das zonas habitacionais foi dada prioridade à execução das redes de distribuição local em detrimento da rede viária principal e das ligações com o exterior. A partir de 1974, com a instauração do regime democrático, foi dada prioridade ao realojamento quer da população a viver em bairros de lata ou alvo de situações de emergência, quer da população que, entretanto, regressara forçadamente das ex-colónias sem recursos financeiros.

Ao contrário dos Olivais foi excluída a construção de habitações dirigidas a estratos sociais diferenciados e não foram criadas condições para incentivar a intervenção do sector privado, inviabilizando os objetivos iniciais de diversificação da métrica social da população.

O adiamento na execução da rede viária principal e das ligações com o exterior bem como a demora na construção do núcleo central acentuou o isolamento da área face à cidade. A construção de equipamento local e de apoio à habitação e a instalação de atividades económicas, potencialmente geradoras de trabalho para a população residente, também não se processaram com êxito. Muitos dos espaços então disponibilizados para a sua construção foram deixados vagos e ocupados por pequenas hortas de subsistência ou transformados em lixeiras.

A excessiva dimensão dos conjuntos habitacionais, associados à sua ocupação prematura sem que as infraestruturas e os arranjos exteriores estivessem concluídos, nem os modelos de gestão e

de manutenção fossem acautelados, favoreceu a sua rejeição e obsolescência prematura (Figura 9).

A persistência de vastas áreas de terrenos desocupados bem como de núcleos dispersos de antigas construções em adiantado estado de ruína continuou a servir de recurso à terceira vaga de migração com origem em África, Brasil e nos países da Europa de Leste, que aí se alojaram nas décadas de 1980 e 90, replicando a modalidade de bairro de lata.

No final da década de 1990, três décadas após o início da operação, são iniciadas ações de requalificação global da área com particular ênfase na redução da monofuncionalidade e no carácter monoclassista da população residente resultado dos critérios imediatistas que presidiram à distribuição das habitações.

A estrutura viária e as ligações com a cidade são revistas e a área é integrada na rede de metropolitano da cidade promovendo a sua acessibilidade. A grelha de equipamentos locais e de interesse para o conjunto da cidade, incluindo a rede de espaços verdes, é reprogramada e criada uma nova centralidade vinculada à rede viária principal. É impulsionada a construção de equipamentos locais por ocupação das áreas desocupadas, são disponibilizados terrenos e lançados incentivos para a construção de novos programas de habitação de promoção privada e cooperativa dirigidos a estratos sociais diferenciados (Heitor, 2001, 2017).

Passadas quase seis décadas desde o início deste programa, e apesar de todos os esforços realizados, o território de Chelas ainda denota grande resistência à sua integração nas dinâmicas de desenvolvimento

#### 4.

---

À data da extinção, estavam em construção um total de 2.250 unidades habitacionais distribuídas por várias zonas do país e previa-se o arranque de cerca de 6000. Após a extinção do programa todas as operações em curso foram alvo de adaptação administrativa e processual, incluindo algumas mudanças do local de intervenção, de equipa ou de projeto. Muitas intervenções foram anuladas ou foram realizadas sem o acompanhamento das equipas que as tinham elaborado. Em Lisboa foram realizadas oito operações SAAL que corresponderam a 1315 unidades habitacionais concluídos entre 1979 e 1986 já após a extinção do programa.

#### 5.

---

Alvalade ocupou uma área de 230 ha na periferia da área urbana da altura, de acordo com a expansão prevista no Plano Diretor da cidade de Lisboa de 1938-48. Foi planeada para uma população de cerca de 45.000 habitantes distribuída por construção de 12.000 unidades habitacionais de várias categorias e diferentes tipologias e regimes. Foi o primeiro conjunto urbano planeado para integrar edifícios destinados a habitação social e a habitação de rendimento, apoiados em equipamentos de proximidade.

social e urbano da cidade e incapacidade para atrair novos moradores a par de um sentimento de exclusão e de marginalização por parte da população residente.

Embora tenham constituído operações de uma enorme dimensão para o que seria normal num país com as limitações dificuldades financeiras, Olivais e Chelas não chegaram para suprir as carências muito mais vastas que se estendiam desde o interior da cidade de Lisboa até aos confins da área metropolitana. Aliás, o reconhecimento desse problema habitacional por resolver, levou a que na década de 1990 fosse concebido o Programa Especial de Realojamento (PER ). Era especificamente dirigido para eliminar os bairros de lata das áreas metropolitanas, mas houve casos em que se conseguiu ir mais longe ao beneficiar populações que viviam nouro tipo de habitações degradadas (as “ilhas” do Porto, por exemplo) ou sobrelotadas. Este Programa ajudou a que o final da década de 1990 e os primeiros anos do século XXI fosse o período com maior produção de alojamentos sociais de sempre (Figura 10).

Sem colocar em causa o sucesso do PER, os problemas que ainda persistem e que se traduzem em cerca de 25 mil famílias em carência de alojamento justifica que se equacione uma nova Política de Habitação que, aliás, se está a desenhando apostando sobretudo no aproveitamento e reabilitação do edificado existente.

## CONCLUSÕES

Êxodos, migrações, deslocações em massa, voluntárias ou forçadas, temporárias ou persistentes no tempo, são movimentos que tendem a gerar descontextualização cultural ou identitária. A ausência de novos pontos de referência nos territórios de chegada conduz muitas vezes a sentimentos de exclusão, abandono ou solidão por parte de famílias ou indivíduos.

A quebra dos laços geográficos e de muitos outros fundamentais para a nossa inclusão na vida comunitária corresponde a uma perda de cidadania ou mesmo de dignidade. Esses sentimentos só são atenuados com a inserção do indivíduo no mercado de trabalho com a obtenção dos correspondentes rendimentos, muitas vezes instáveis e incertos, e com o colmatar da necessidade de um alojamento merecedor desse nome.

Na região de Lisboa o problema da habitação era especialmente difícil de resolver. A desadequação e sobretudo a insuficiência de uma oferta pública e formal de habitação (muitas vezes até de qualidade arquitetónica e urbanística) conduziu à produção de uma cidade e de uma área metropolitana ainda hoje desconexa, desqualificada e desvalorizada (porque ineficaz e ineficiente). Em Portugal diz-se que “o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita”. Após mais de meio século do início deste descalabro social, urbano e arquitetónico arriscamos pensar que esta expressão traduz infelizmente a realidade (Figura 10).

### 6.

---

Em 1969 foi apurado um total de 7303 indivíduos alojados em 1909 unidades habitacionais, dos quais 47% eram barracas, 25% casas abarracadas e apenas 26% se localizavam em edifícios com condições mínimas de habitabilidade (Amorim, 1973).

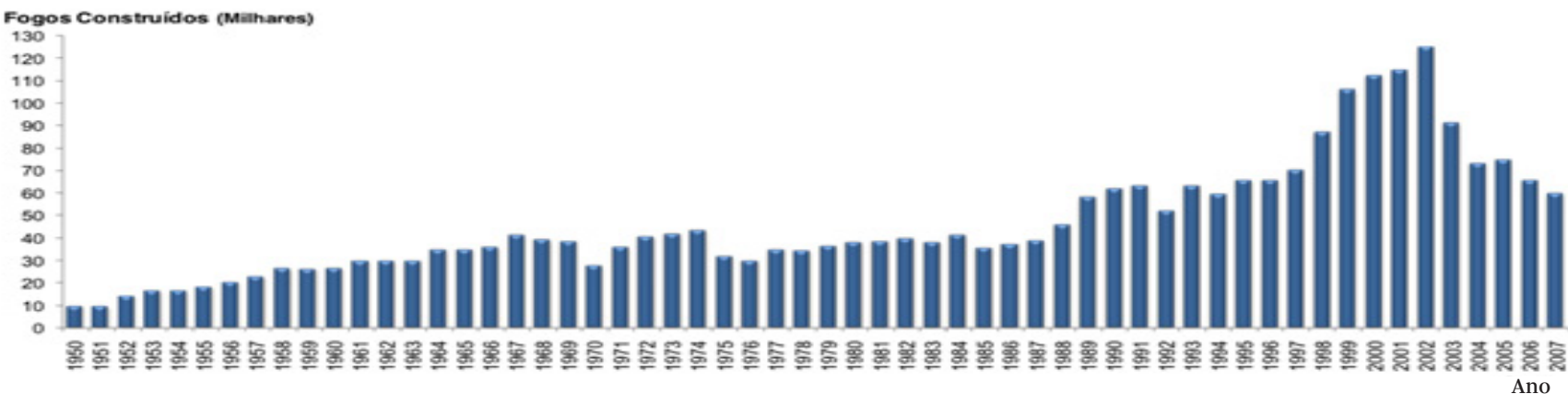


Fig 9 - Produção de habitação em Portugal, 1950-2007  
 Fonte: artigo original

Mas, talvez mais que a imagem que incomoda arquitetos, urbanistas e outros “cuidadores do território”, o que nos deve mobilizar antes de mais nada é a permanente crise de cidadania em que parecem estar mergulhados estes milhões de desenraizados, já não só pela eternização das mediócras (ou pelo menos sofríveis) condições de habitação, mas também pela redução cognitiva que lhes continua a impor uma espécie de claustrofóbica condição “desurbana”.

## 7.

O PER foi concebido como um programa “acelerado” de realojamento, subordinado “a uma determinação profunda para a extinção de situações sociais de degradação habitacional, (...) mediante o realojamento em habitações condignas das famílias residentes em barracas”. Disponibilizava aos Municípios das AML do Porto e Lisboa recursos financeiros para os custos de construção das habitações destinadas ao realojamento, para a aquisição dos fogos dentro de limites máximos pré -definidos, bem como para a aquisição e infraestruturas dos terrenos. Abria também a possibilidade de instituições de natureza social aderirem em iguais condições ao Programa. Em 1996 foi criada a modalidade “PER - Famílias” permitindo às famílias recenseadas no PER adquirirem no mercado livre uma habitação com tipologia adequada ao seu agregado, dentro de determinados valores de aquisição por tipologia (<http://habitacao.cm-lisboa.pt/>)



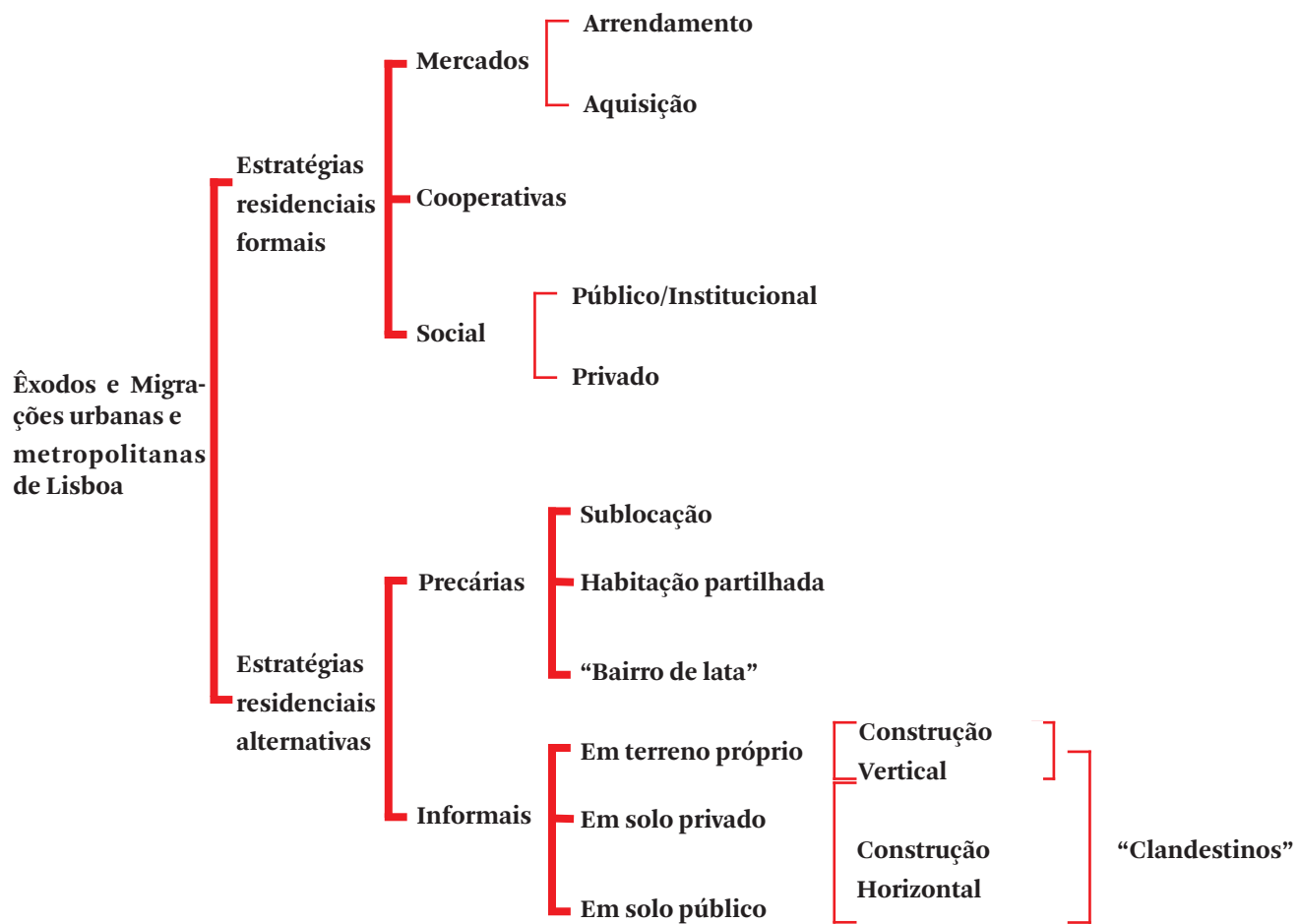


Fig 10 - Contribuição para uma síntese das estratégias residenciais decorrentes de êxodos e migrações em Lisboa.  
 Fonte: artigo original



Fig 11 - Área Metropolitana de Lisboa: Um espaço fragmentado.

## Referências Bibliográficas

Bandeirinha, J. A. O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

Câmara Municipal de Lisboa. Grandes Problemas de Lisboa. Separata do nº 26 da Revista Municipal. Lisboa: Publicações da CML, 1946.

Câmara Municipal de Lisboa. L'Urbanisation de Lisbonne - Le Sítio de Alvalade. Lisboa: Publicações da CML, 1948.

Câmara Municipal de Lisboa. Plano de Urbanização de Chelas. Lisboa: Gabinete Técnico da Habitação da CML, 1965.

Ferreira, A.F. et al. Perfil Social e Estratégias do "Clandestino". Estudo Sociológico da Habitação Clandestina na Área Metropolitana de Lisboa. Lisboa: Edição do CIES-ISCTE, 1985.

Gabinete Técnico de habitação. Olivais Sul. Boletim do Gabinete Técnico da Habitação 1(1):11-27, 1964.

Trago com carinho a lembrança do dia em que cheguei ao Rio de Janeiro tremendo de medo e de vergonha, sem saber falar português e o padre Mario, sem fazer qualquer pergunta, simplesmente, me disse: “Sim, você pode ficar aqui por um tempo, até conseguir arrumar um trabalho e seguir sua vida”. Nunca vou conseguir esquecer essas palavras.

Jajá

In: “Muitos sonhos, Muitos Planos e Fé em Deus: A trajetória de migrante haitiano em busca de uma vida melhor no Brasil”



# **A IMIGRAÇÃO E A QUESTÃO “ÉTNICA”, GANHOS OU PERDA DE IDENTIDADE?**

**Uma reflexão em torno dos hutus e tutsis residentes na província moçambicana de Nampula**

Sérgio de Melo Doce Taibo

Doutorando em História, Política e Bens Culturais, Bolsista da CAPES | FGV- RIO | DCSF

Contato: sergiotaibo@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, o ser humano sempre procurou se deslocar de um lugar para o outro à procura de melhores condições de vida. A África Austral e Moçambique, em particular, viveram estes momentos com a vinda da comunidade de origem bantu, que viria modificar drasticamente o modo de vida da população que encontraram nesta região do continente.

A maior parte da vasta região outrora ocupada pelos caçadores-coletores tornou-se posteriormente domínio dos agricultores bantu. Em algumas das regiões bantu, a tradição oral menciona encontros casuais com homens pequenos que antigamente teriam vivido e caçado na selva e na floresta (...) quando os bantu colonizaram este setor do sul da África Central, confinando e assimilando gradualmente as populações San, mais esparsas e cujo modo de vida era muito diferente do seu (MOKHTAR, 2010).

*Os primeiros bantus a atingir (...) Moçambique seguiram uma rota próxima do litoral. A preferência por esta via deve-se, sem dúvida, aos condicionais do meio ambiente: maior pluviosidade ao longo da costa, sobressaindo numa região interior árida ou semiárida, sem cursos de água permanente, infestada de glossinas e outras mortíferas doenças tropicais.*

(RITA FERREIRA, 1982, p. 30).

Mais tarde, verifica-se a presença portuguesa que viria a reestruturar a organização socioeconômica e política dos nativos. Como afirma CABAÇO,

*Na sociedade colonial em África estarão, frente a frente, bem demarcados, não só “branco e preto”, “indígena e colonizador”, mas também “civilizado e primitivo”, “tradicional e moderno”, “cultura e usos e costumes”, “oralidade e escrita”, “sociedade com história e sociedade sem história”, “superstição e religião”, “regime jurídico europeu e direito consuetudinário”, “código do trabalho indígena e lei do trabalho”, “economia de mercado e economia de subsistência” etc., todos eles conceitos marcados pela hierarquização, em que uns se apresentam como a negação dos outros e, em muitos casos, como a sua “raison d’être”*

(CABAÇO, 2007, p. 38).

Face a isto, atualmente tem-se verificado uma entrada massiva de imigrantes no território moçambicano, cujas causas de seu deslocamento são de ordens política, econômica, social, ou devido a problemas naturais, modificando a sociedade local, criando condições para uma nova realidade social. A título de exemplo, temos a questão dos Grandes Lagos e do Corno de África, concretamente em Ruanda e Burundi, a partir da chegada de hutus e tutsis, que nas últimas décadas têm criado enormes fluxos migratórios legais e ilegais em busca de melhores condições de vida.

Nessa perspectiva, o texto tem como objetivo refletir sobre a imigração, tendo em conta a questão étnica, partindo do pressuposto de que os imigrantes podem perder ou ganhar uma nova identidade no local de chegada. Para a análise do texto, basear-se-á na teoria individualista push-pull defendida por Ernest Ravenstein, e, mais tarde, por Everett Lee e a teoria estruturalista da abordagem transnacionalista.

No que diz respeito à metodologia usada para a redação do texto, é importante referir que foi meramente baseado na consulta bibliográfica. A análise permitiu concluir que os hutus e tutsis, apesar de conservarem a sua “identidade étnica”, estão sujeitos a um processo de assimilação por força das circunstâncias que vão encontrando no local de chegada.

## CONTEXTUALIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO NO TERRITÓRIO MOÇAMBICANO

Moçambique faz parte da região Austral do continente africano, que segundo a literatura geográfica internacional tem três (3) grandes regiões naturais: África Oriental, Central e Austral (MUCHANGOS, 1999). Após a independência nacional, a 25 de Junho de 1975, o território moçambicano foi dividido, administrativamente, em dez províncias. Em 1980<sup>1</sup>, ele foi novamente dividido, resultando em onze províncias. Segundo os resultados preliminares do censo de 2017, divulgado pelo INE<sup>2</sup>, a população moçambicana está estimada em 28 milhões de habitantes, cuja maior parte pertence ao “grupo étnico” Macua<sup>3</sup>, que do ponto de vista numérico é o mais importante e o mais coeso de Moçambique (PÉLISSIER, 1984).

Em termos econômicos, Moçambique, independente desde 1975, herdou uma estrutura econômica colonial caracterizada por uma grande falta de simetria entre o campo e a cidade, e entre o Sul e o Norte, sendo o Sul mais desenvolvido que o Norte, e a cidade mais desenvolvida que o campo. A falta de uma integração econômica e a exploração e opressão extrema da mão-de-obra constituíram as características mais dominantes dessa assimetria.

*(...) desde os finais do século XIX até ao fim da segunda guerra mundial, é caracterizado por duas dinâmicas paralelas: por um lado, a integração de Moçambique na economia capitalista regional cujo centro é a indústria mineira sul-africana (que se desenvolve a partir da segunda metade do século XIX com a descoberta de diamantes e ouro na região do Transvaal), e, por outro, a relação clássica das economias coloniais, que faz de Moçambique fornecedor de matérias-primas para as indústrias metropolitanas.*

(BRITO, 2009, p. 1).

De acordo com BRITO, nota-se que durante este primeiro período, a agricultura e a indústria das colônias foram direcionadas para a exportação, onde os produtos mais frequentes eram o sisal, chá, algodão, açúcar, madeira e a copra, representando, assim, 2/3 dos produtos exportados nos inícios de 1940. A pequena indústria existente neste período, estava voltada para a produção de bens de consumo interno, principalmente do ramo alimentar.

Portanto, no período colonial, a economia moçambicana era caracterizada por estar direcionada ao hinterland<sup>4</sup>, isto é, para uma economia de serviços ferro-portuários orientados para os países vizinhos como a África do Sul, a Rodésia do Norte e Sul (atual







Guarda comunitária (Policia Comunitária) do Centro de Refugiados de Maratane, responsáveis pela manutenção da ordem e boa convivência entre os refugiados dentro do acampamento.  
Foto: Sérgio Taibo

Zâmbia e Zimbabwe), bem como a Niassalândia (atualmente Malawi) e de trabalho migratório (a Sul do Save), sectores cujas receitas permitem um certo equilíbrio na balança de pagamentos, uma vez que a capacidade financeira da metrópole era deficitária.

O segundo período da história da economia moçambicana vai desde a segunda metade dos anos 1940 até à independência em 1975, e é caracterizado pelo desenvolvimento de indústrias de consumo interno, visto que neste período, de acordo com Brito (2009) Moçambique passou a ser uma colônia de povoamento, isto é, as autoridades coloniais portuguesas procuraram incentivar a emigração portuguesa para as colônias a fim de construir o chamado “espaço econômico integrado português”<sup>5</sup>.

O terceiro período começa com a independência em 1975, e se prolonga até as primeiras eleições multipartidárias em 1994, caracterizado por um decréscimo econômico como consequência da luta armada pela independência, do apartheid na região Austral de África, bem como do conflito interno entre o Governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)<sup>6</sup> e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO)<sup>7</sup>. Estes fatores acima mencionados aconteceram num período em que a política do Governo era de orientação marxista-leninista, que procurava estabelecer uma economia planificada, onde o Estado deveria desempenhar um papel central, o que por si só criava uma situação problemática, agravada ainda mais pela falta de quadros qualificados, bem como a situação de assimetria entre as regiões do país, cujo período colonial tratou de dividir as tarefas de cada região de acordo com as suas especificidades.

1.

---

A lei que aprova essa nova divisão administrativa foi a Resolução nº5/80 de 26 de junho de 1980. Porém, é importante salientar que, só em fevereiro de 2005 foi nomeada a primeira governadora, o que quer dizer que até esta altura, o cargo esteve vago.

2.

---

Instituto Nacional de Estatística.

*A estratégia de desenvolvimento formulada para inverter esta assimetria apostou numa economia socialista centralmente planificada. No entanto, as conjunturas regionais e internacionais desfavoráveis, as calamidades naturais e um conflito militar interno de 16 anos inviabilizaram a estratégia. O endividamento externo (cerca de 5,5 biliões em 1995) obrigou o País a uma mudança radical para uma estratégia de desenvolvimento do mercado filiando-se nas Instituições de Bretton Woods e a consequente adoção dum Programa de Ajustamento Estrutural, a partir de 1987.*

(ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994).

O quarto período começa com os AGP e a realização das primeiras eleições multipartidárias, e se caracteriza por um boom econômico com base na indústria extrativa dos recursos naturais e mineiros para a exportação. Não obstante, apesar da recuperação econômica a partir dos anos 90, o Estado ainda não consegue equilibrar o pagamento dos serviços públicos como acontecia no passado, e ainda é dependente da ajuda externa no que concerne ao orçamento do Estado. Apesar do notável crescimento econômico que o país vem registrando, muitos moçambicanos continuam vivendo abaixo da linha da pobreza.

3.

---

Emakwa, emakua, makua ou makhuwa. Segundo o Padre Prata (1970), o etnónimo Macua provém da palavra nkhuwa (plural makhuwa), que significa grande extensão de terra, sertão, selva, deserto, etc., mas esta palavra teve, até ao século XX, uma aceção pejorativa até injuriosa ou ofensiva, sendo utilizada pelos islamizados do litoral com o significado de “rude”, “selvagem”, “atrasado”.

4.

---

Região sem contacto com o mar

5.

---

De acordo com esta política, as colônias passaram a ser oficialmente consideradas “províncias ultramarinas” desde 1951 e, a partir de 1953, o governo português adotou os chamados “Planos de Fomento”, particularmente virados para o desenvolvimento das infraestruturas



## MOÇAMBIQUE E AS MIGRAÇÕES

Não é possível apontar um marco exato de surgimento de movimentos migratórios no mundo. Talvez o mais pacífico e hipotético seja, por exemplo, a idéia corroborada por PERDOMO (2007) e GONÇALVES (2015), de que o surgimento das migrações também se confunde com o surgimento da humanidade, com a própria dinâmica social na medida em que não existe nenhum povo que não tenha recebido a influência de vários movimentos migratórios ao longo da sua formação. As Migrações ganharam ímpeto na era contemporânea, estimuladas por avanços tecnológicos nos sectores de transporte e comunicações, pela aceleração internacionalização da economia e pelo agravamento de disparidades políticas, sociais e econômicas, problemas, culturais, naturais e religiosos entre regiões e países (FARIA, 2014).

Segundo WETIMANE (2012), durante muito tempo o estudo das migrações foi feito de maneira fragmentada. Cada ramo das ciências procurou puxar para si a legitimidade explicativa dos fenômenos migratórios. As migrações, como qualquer outro fenômeno social, não podem ser explicadas com recurso a uma teoria isolada, mas sim como um fenômeno multidisciplinar e estrutural. Assim, convém apresentar dois tipos de teorias migratórias - a teoria individualista (*push-pull*) e a teoria estruturalista transnacionalista que vão fundamentar a temática em alusão. As maiores contribuições da teoria individualista *push-pull* foram avançadas no século XIX pelo geógrafo e cartógrafo inglês Ernest Ravenstein, em 1885, e, mais tarde, por Everett Lee, em 1966, tendo-se tornado quase obrigatória. Estes autores pioneiros procuraram conceber uma “lei das migrações” a partir duma perspectiva econômica e espacial (geográfica), na qual os movimentos migratórios assentam numa série de condicionantes de “repulsão” e de “atração” (*push-pull*), associadas às regiões de destino e de origem dos fluxos migratórios (PEIXOTO, 2004).

Os fatores repulsivos, do local de origem, estavam ligados a um leque de causas econômicas como falta de acesso à propriedade ou ao uso da terra, desemprego, salários baixos, terras inférteis, fome e secas, falta de liberdade política ou pressão demográfica, enquanto os fatores atrativos, do local de destino, estavam associados à disponibilidade de terra, procura de mão-de-obra, salários elevados, nível de vida elevado, liberdades políticas, entre outros (MONTEIRO, 1997).

Na teoria estruturalista da abordagem transnacionalista, ARANGO (2003), afirma que os migrantes mantêm uma ligação com a sua região de origem. Outras abordagens dos movimentos migratórios consideram que os migrantes fazem uma ruptura com as origens, renunciando aos velhos hábitos, e assimilam a cultura do país receptor, desde logo, através da aprendizagem de uma nova língua.

6.

---

Movimento anticolonialista que lutou pela independência de Moçambique em 1975. Com a realização do IIIo Congresso em 1977, este movimento decidiu transformar-se em partido político de orientação Marxista-Leninista. Atualmente, é o partido no poder desde à independência nacional.

7.

---

É a segunda maior força política do país fundada logo após a independência como um movimento contra o ideal Marxista-Leninista da FRELIMO



Refugiadas comercializando hortícolas retiradas das sua hortas para a sua autonomia financeira  
Foto: Sérgio Taibo







Importa salientar que Moçambique tem verificado um fluxo migratório considerável pela estabilidade política e econômica que vive. Tratam-se de migrações internacionais que KEELY (2000), define como sendo alteração da morada habitual, incluindo atravessar uma fronteira política. Nesta perspectiva, LEITE & UMBELINO (1994, p. 54), chamam migrações internacionais, aquelas que *envolvem mudança de um país para o outro. Elas podem ser intercontinentais, se implicarem uma mudança de continente e intracontinentais, se elas se procederem dentro do mesmo continente.*

Com base nesses conceitos, pode-se afirmar que o tipo de migração que se pretende abordar é intracontinental, isto é, que acontece dentro do continente africano, no sentido norte-sul, principalmente com os povos oriundos da República Democrática do Congo, Burundi, Ruanda, Somália, Etiópia, Nigéria, entre outros, que procuram proteção e melhores condições de vida. *Embora as migrações estejam ligadas à história de Moçambique e seja um fenômeno gradual, a falta de informação e de dados surge como um dos entraves para a sua análise. A fraqueza estatística do fenômeno migratório resulta da falta de informação sobre as causas, tipologias e gestão dos fluxos migratórios* (PATRÍCIO, 2016, p. 3).

Com estes dizeres, pretende-se salientar que é difícil precisar em termos cronológicos esta entrada de imigrantes no país, seja pelo fato de elas acontecerem diariamente, seja em função das fragilidades no controle das fronteiras, aliado à falta de condições técnicas-materiais para a sua supervisão e registros. Para RAIMUNDO, ao analisarmos a questão migratória no país do ponto de vista cronológico ou histórico, devem-se ter como referências *as migrações bantu, o comércio costeiro com os árabes, a colonização portuguesa, a escravatura, o trabalho forçado, o trabalho migratório para as minas e plantações da África do Sul e plantações da ex-Rodésia do Sul (Zimbábue), incluindo os desastres naturais* (RAIMUNDO, 2011, p. 196 tradução nossa). Segundo SARMENTO et al (2009, p. 23), depois de 1992-1994, o número de imigrantes e a variedade de nacionalidades alargou-se através de três grandes ondas de imigração: *A primeira foi dominada por portugueses que, alegadamente, retornavam ao país para rever os bens deixados após a independência;*

A segunda foi caracterizada pelo predomínio de asiáticos, com destaque para paquistaneses e bengalis que, procuravam melhores condições socioeconômicas; e a terceira, que é atual, destacam-se os asiáticos (chineses, paquistaneses, indianos e bengalis) e do Médio Oriente (libaneses) e da América Latina (brasileiros). Ainda nesta terceira onda, é dominada pela imigração massiva de africanos, principalmente da África Austral, dos Grandes Lagos, da África Ocidental e Oriental. ARNALDO & MUA-NAMOHA (2013) consideram que estes movimentos migratórios com influência na dinâmica da população – ainda que não seja em curto prazo – são igualmente condicionados pela crise econômica que se verifica em alguns países da Europa, bem como pela instabilidade socioeconômica e política de que padecem muitos países africanos.



Centro de Saude do Centro de Refugiados de Maratane onde o atendimento nao tem distinção da sua origem “étnica”;  
Foto: Sérgio Taibo

Por exemplo, na região dos Grandes Lagos, entre Ruanda e o Burundi, verifica-se uma grande rivalidade étnica entre os hutus e os tutsis que já deixaram milhões de mortos. Certos autores afirmam que estes conflitos têm a sua origem na Conferência de Berlim de 1884/5, onde os colonizadores não respeitaram as fronteiras e os “grupos étnicos” que foram encontrando.

Portanto, tudo indica serem as causas sociais, políticas, culturais, econômicas e ideológicas as principais razões da movimentação dos imigrantes para o território nacional. Eles escolhem Moçambique por este país gozar de uma relativa paz, aliada a uma jovem democracia, com um desenvolvimento econômico em ascensão, graças aos recursos naturais e minerais que vão sendo descobertos e explorados, e por outro lado devido à frágil segurança nas extensas fronteiras, além de uma legislação incapaz de controlar este fluxo migratório.

## HUTUS E TUTSIS: ganhos ou perda de identidade no local de chegada

As últimas décadas da História de África têm sido marcadas por conflitos sociopolíticos. Mesmo tendo sido alcançada a independência, os conflitos prevalecem sob forma de luta para tomar o poder e controle das riquezas por parte dos próprios africanos. O exemplo destas contendas políticas tem a questão de Ruanda, que em 1959 viveu uma grande agitação política com o término da opressão colonial que visava o alcance da independência.

Alcançada a independência total de Ruanda e Burundi em 10 de Julho de 1962, por meio de uma resolução da Assembleia Geral da Nações Unidas, o país passou a ser dirigido pelos hutus. Porém, em 1959, houve uma revolta popular agitada pelos belgas que culminou com a queda da monarquia tutsi. Esta situação ganhou outros contornos na década de 1990, quando exilados tutsis de Ruanda invadiram o país, arrastando-o ao genocídio de 1994. Como afirma FONSECA (2016, p. 222), *a violência apresentada em Ruanda no início da década*



de 1990, (...) possui um forte enraizamento na sociedade ruandesa pré-colonial, ao mesmo tempo em que esta sociedade é desestabilizada e transformada no decorrer do período colonial, reestruturando a sociedade ruandesa, de modo a acirrar confrontos entre tutsis e hutus<sup>8</sup>.

O mesmo autor afirma que com a expulsão dos colonizadores belgas e a independência de Ruanda, alguns hutus passam a propagandear um nacionalismo hutu que colocava o tutsi como uma figura a ser “desconfiada” e até “combatida”, o que vai ser amplamente propagado no final da década de 1980 e início da década de 1990 pela mídia ruandesa.

Importa referir que não é intenção trazer uma descrição exaustiva da instabilidade vivida em Ruanda e Burundi nas últimas décadas. Simplesmente, procura-se de forma sintética contextualizar a origem do “confronto étnico” entre os hutus e tutsis na região Central de África. Nessa perspectiva, FONSECA (2016) enfatiza que as questões étnicas se fazem presentes em praticamente toda história contemporânea de Ruanda, assumindo diferentes concepções, entendimentos e práticas, de acordo com a temporalidade que a etnicidade é vivenciada. Mas, é evidente que essas temporalidades estão articuladas de um modo complexo, indo muito além de um mero processo acumulativo de ódio étnico entre tutsis e hutus, que culminaria no genocídio de 1994, considerado um dos maiores na história africana.

O texto pretende mostrar como estes dois grupos “étnicos”, que nas suas zonas de origem se confrontam, constituem em Moçambique um círculo de solidariedade, cujas motivações provavelmente estejam ligadas às condições que o local de chegada oferece, ou pela assimilação da cultura local que obriga essa integração. Contudo, é importante conceitualizar o termo “etnia”, que nos últimos anos tem levantado um debate entre os pesquisadores do ramo das ciências sociais em torno da sua aplicabilidade e significado. Para AMSELLE & M'BOKOLO (2017, p. 14), a essa problemática construtivista

da etnia liga-se a questão da “reapropriação”, que pode ser definida como o fenômeno de retroação (feedback) dos enunciados “éticos” sobre os próprios atores sociais.

A etnicidade e as etnias emergem a partir de uma tentativa de complementar (ou até de enfrentar dependendo da perspectiva) a concepção de que a humanidade seria delimitada a partir de diferentes raças (FONSECA, 2016, p. 224). Este ponto de vista de que no mundo existem diferentes grupos raciais a partir do século XIX tem como base na teoria de Charles Darwin sobre a evolução das espécies. O termo raça é introduzido na literatura mais especializada em inícios do século XIX, por GEORGES CUVIER, inaugurando a idéia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos (STOCKING, 1968, p. 29 apud SCHWARCZ, 1930, p. 63). Este conceito visava fazer face à reação ao iluminismo com a sua perspectiva unitária do mundo, partindo dos pressupostos da igualdade defendida pelas revoluções burguesas. (GALTON, 1869/1988, p. 86). Como salientam AMSELLE & M'BOKOLO (2017), a produção das identidades sociais a partir daquilo que V. Y. MUDIMBE (1988) nomeou a “biblioteca colonial”, salientava o caráter colonial das categorias étnicas que os colonizadores identificaram as sociedades africanas. Na opinião de CUNHA (1986), a etnicidade é um aspeto importante na sociedade atual, ainda mais em contextos diaspóricos em que as questões e tradições culturais são tomadas em consideração e passam por uma série de sincretismos, fazendo com que boa parte de nossas atividades sejam analisadas a partir de sua comunidade étnica.

*Nesta perspectiva, a etnicidade se afasta da concepção “tribalista” que, para a África independente, era vista como algo que “atrapalhava” o desenvolvimento do país, já que em um mundo multicultural, as etnicidades são valorizadas nos ambientes mais cosmopolitas, como nas grandes cidades*

(CUNHA, 1986 apud FONSECA, 2016, p, 225).

8.

Os tutsis são povos que na sua maioria têm como atividade econômica a pecuária, enquanto os hutus praticam a agricultura.

A esse propósito, os evolucionistas sociais afirmavam que em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas, partindo de uma perspectiva comparativa em que todas as sociedades deveriam passar (SCHWARCZ, 1930). Assim, a etnicidade se apresenta não como algo residual, mas também como [...] *formas de organizações eficientes para resistência ou conquista de espaço, em suma, que eram formas de organização política* (CUNHA, 1986, p. 237), possuindo, inclusive, um caráter manipulativo, de modo que ocorra [...] *a escolha de tipos de traços culturais que irão garantir a distinção do grupo enquanto tal depende dos outros grupos em presença e da sociedade em que estão inseridos* (*idem*, 238).

Diante desta situação, FONSECA (2016) afirma que, -se torna difícil determinar ou definir um “grupo étnico”, já que este passa constantemente por uma reinvenção, mas que se pode definir uma identidade étnica segundo FREDRIK BARTH (1998), onde é membro de um “grupo étnico” aquele que se considera e é considerado como membro de um determinado “grupo étnico”, apesar das limitações existentes nessa delimitação de Barth.

Neste sentido, o que acontece em Moçambique, mais especificamente na província nortenha de Nampula, mais especificamente na província nortenha de Nampula, onde se localiza o maior centro de refugiados do país, o cenário é completamente diferente, pois estas comunidades hutus e tutsis, que no seu local de origem se encontram mergulhados em conflitos, em função das *divisões sociais, políticas e econômicas da sociedade pré-colonial*, segundo CUNHA (1986) *apud* FONSECA (2016, p. 226), parecem não ter espaço para isso no novo país, em função do ambiente de solidariedade e confraternização.

Face a essa observação, levanta-se a seguinte questão: será que os imigrantes hutus e tutsis terão perdido a sua identidade e assimilado os hábitos e costumes locais para que não entrem em confronto no local de chegada? Como se sabe, uma das características da cultura é o fato de ela ser seletiva, isto é, a sociedade escolhe aquilo

*clo que acha ser justo e correto para se integrar no seu convívio diário, respeitando a identidade do próximo.*

Como refere VIGEVANI, LIMA & OLIVEIRA (2008, p. 184),

*As correntes migratórias dos séculos XIX e XX e o tráfico de escravos dos séculos XVI, XVII e XVIII, entre outros fatores, conformaram um mundo no qual já não existem Estados que não sejam constituídos por uma significativa mistura de povos, etnias e culturas. Em boa parte deles, apesar de eventuais problemas, tem sido possível a convivência pacífica entre os habitantes.*

Sendo os hutus e tutsis, na sua maioria imigrantes forçados, a sua chegada a Moçambique acaba sendo uma situação de alívio, na medida em que encontram um ambiente propício para a sua sobrevivência e o recomeço das suas vidas, principalmente em função de gozarem de uma proteção estatal à luz das convenções ou leis internacionais. Nesta perspectiva, e face à presença dos imigrantes, pode-se perceber de antemão que existe um multiculturalismo, assimilação e intercâmbio cultural no local de chegada.

## OS DIFERENTES GRUPOS ÉTNICOS E O MULTICULTURALISMO RESULTANTE DAS MIGRAÇÕES

Pretende-se enfatizar que, para além dos nativos, moram em Moçambique comunidades ou “grupos étnicos” provenientes de outros países africanos. Além dos hutus e tutsis, há também povos asiáticos de diversas etnias, línguas e religiões, o que resulta em um autêntico cruzamento de culturas. Muitos autores defendem a idéia que as comunidades receptoras se transformaram em sociedades multiculturais e diferentes. Para estes, a diversidade contribui muito no enriquecimento por parte dos Estados, porque pode criar nova cultura de trabalho, diversidade na maneira de confeccionar os alimentos, nos princípios socio-políticos, diversidade musical, bem como na língua.

Apesar de os hutus e tutsis possuírem os seus próprios valores culturais, estes são obrigados a assimilar a

cultura do nativo como uma questão estratégica para facilitar a integração. O governo moçambicano tem procurado concentrar estes imigrantes na província nortista de Nampula, de modo a possuir um maior controle sobre eles, bem como facilitar a sua assistência social.

Contudo, é importante realçar que a sociedade receptora nem sempre age de forma positiva com a presença dos imigrantes, o que até certo ponto pode influenciar negativamente na integração deste. Segundo KOLTAI (1988), para alguns nativos, os estrangeiros são vistos com desdém no processo de integração e adaptação, em função do risco de perderem suas terras. Para evitar a reação de parte da população, muitos governos adotaram uma política de assimilação, que segundo SEYFERTH são usadas pelos atuais governos ou Estados que pretendem, especificamente, prevenir a onda de descontentamento ou xenofobia, garantindo assim uma coesão social dentro do seu espaço geográfico. É nesta vertente que ela é vista como um aspecto estratégico para a sobrevivência das sociedades.

Como salientou o antigo presidente brasileiro Getúlio Vargas, citado por SEYFERTH (1997, p. 101), *um país não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território, mas, principalmente, a unidade de raça, a unidade de língua, a unidade do pensamento*

*nacional*. É óbvio que estes imigrantes procuram de todas as formas manter a sua identidade de acordo com os seus princípios, e principalmente nos aspetos que os identificam como a questão da língua. Não obstante, dadas as suas dificuldades de integração nos seus primeiros momentos nos locais de chegada, facilmente sofrem a aculturação ou a assimilação da cultura do outro por uma imposição ou por força das circunstâncias.

## A QUESTÃO DOS REFUGIADOS

Para controlar o fluxo migratório, principalmente de refugiados, o governo moçambicano criou o INSTITUTO NACIONAL DE APOIO AO REFUGIADO (INAR) pelo Decreto no 51/2003 de 24 de Dezembro. Mas, antes da sua criação, este organismo já vinha funcionando a cerca de 26 anos sem uma norma jurídica que só foi possível tê-la em 2003, isto é, dois anos após a abertura do Centro de Refugiados de Maratane na Província nortenha de Nampula. De 1977 à 1985, o INAR funcionava como Núcleo de Apoio aos Refugiados e Movimentos de Libertação (NARML), onde o seu objetivo era a prestação de apoio aos Movimentos de Libertação e Refugiados Individuais em Moçambique.



Sala de aula onde as crianças hutus e tutsis aprendem a ler e escrever sem distinção da sua origem

Foto: Sérgio Taibo



No período compreendido entre 1986 a 1996, o INAR passou a funcionar como Núcleo de Apoio aos Refugiados (NAR), com a missão de coordenar os fugiados que chegavam ao país, bem como os deslocados internos do Conflito que assolou o país em 16 anos. Mais tarde, foram criados os Serviços Provinciais de Migração, tutelados pelo Ministério do Interior, instituições essas encarregues por zelar pelo fluxo migratório e das questões legais, diferentemente do que aconteceu no Brasil com o governo Vargas que:

*Foi marcado pelo fortalecimento dos projetos de seleção e restrição direcionados ao ingresso de novos estrangeiros e pelo incremento de políticas de controle e repressão sobre os (...) imigrantes, especialmente aqueles que se concentravam em núcleos coloniais, acusados de serem de “difícil assimilação”. Após a Constituinte, Vargas criou a Comissão de Imigração, presidida por Oliveira Vianna, a qual acabou por sugerir a criação de um órgão que centralizasse o controle sobre a entrada de estrangeiros e também sobre a distribuição, fixação e assimilação dessas populações no território nacional.*

(GERALDO, 2002, p. 172-173).

Esta medida tomada pelo governo Vargas tinha como objetivo mostrar que a centralização dos serviços tornaria mais eficiente o controle e a fiscalização da imigração. Apesar da tendência assimiladora que os imigrantes estão sujeitos, estes procuram na medida do possível conservar a sua identidade étnica evitando contrair, por exemplo, matrimônio com os nativos, apesar de existirem casos em que este laço matrimonial ocorre com pessoas de etnias diferentes como forma de permitir uma fácil integração na sociedade em que se encontra ou até mesmo ganhar destaque ou uma ascensão social.

Para essa situação, MONSMA realça que *muitas famílias de origem imigrante em vias de ascensão social também se casaram (...), o que, provavelmente, facilitava sua integração com a elite local, mas estas famílias também podiam ganhar a aprovação da elite sem o casamento (...) e sem rejeitarem suas origens e mudarem sua identidade étnica* (MONSMA, 2010, p.538).

Portanto, a miscigenação social que existe é algo de extraordinário, porque em Moçambique os povos que lutavam em seus países de origem partilham o mesmo espaço e convivem sem problemas, apesar de no princípio existir um olhar de desconfiança. Exemplo disso são os hutus e tutsis de Ruanda e Burundi.

Como seus filhos frequentam as mesmas escolas, partilham o mesmo espaço, cultura, língua, etc., a interação ocorre naturalmente. Com base nesse princípio, se pode afirmar que *a imigração cria uma solidariedade reativa, no sentido de que, os membros do mesmo “grupo étnico” apoiam-se no país de acolhimento enquanto este apoio não existe no país de origem* (HEISLER, 2008, p. 87 apud CADEADO et al. 2009, p. 50). Apesar de existirem certas restrições legais, os imigrantes têm a liberdade de praticar e manifestar as suas crenças religiosas, usar a sua língua de origem, hábitos culturais e a sua maneira de ser e estar esclarecidas acerca dos imigrantes; por último, o ódio, acontece quando num espaço de tempo curto, o imigrante consegue reunir um poder econômico que incomoda o nativo.



Refugiados de diversas nacionalidades no momento de laser  
Foto: Sérgio Taibo









Página anterior: Sector da Mulher e Acao Social onde homens e mulheres de nacionalidades diferentes trabalham em prol de interesses comuns  
Foto: Sérgio Taibo

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todavia, três são os aspectos que uma determinada sociedade toma em consideração diante da presença de quem não faz parte do seu contexto cultural: aceitação, indiferença e ódio. A aceitação acontece quando o mesmo proporciona um certo grau de desenvolvimento para a referida comunidade, causando um impacto positivo; a indiferença verifica-se principalmente nos centros urbanos onde as pessoas já estão mais informadas e esclarecidas acerca dos imigrantes; por último, o ódio, acontece quando num espaço de tempo curto, o imigrante consegue reunir um poder econômico que incomoda o nativo.

Segundo CADEADO et al. (2009, p. 82) *as estratégias de integração (...) em Moçambique passam por 4 formas: a integração pelo casamento, pelo trabalho, pela escola e pela religião*. Na opinião do autor, não bastam somente estes quatro elementos, é necessário acrescentar outro elemento de extrema importância que é a língua. Uma vez que a maior parte dos imigrantes fala francês e inglês, há uma necessidade urgente de aprender a língua portuguesa, de forma a facilitar a integração e o enquadramento no contexto sociocultural do país de acolhimento.

Portanto, os processos migratórios, tal como se tentou mostrar anteriormente, produzem diferentes impactos quer no local de saída quanto de chegada. O que importa é que os hutus e tutsis, que nos seus locais de origem se confrontam, em Moçambique não encontram espaço para essas querelas, seja por estarem fora do seu contexto geográfico, seja por encontrarem uma sociedade com relativa estabilidade política e um franco desenvolvimento econômico, mesmo que diferenciado.

Fazem parte destes imigrantes que escalam Moçambique os hutus e tutsis, que nos seus locais de partida se confrontam e no local de chegada formam laços de fraternidade dada a situação de dependência em que se encontram. Porém, a presença destes não têm sido encarada de bom agrado pela comunidade receptora, por acreditarem que sejam os fomentadores da desordem e criminalidade que vai acontecendo no país.

O próprio Estado considera os imigrantes como se fossem uma ameaça à sua existência pelas experiências vividas anteriormente em certos países como o Uganda, onde imigrantes ruandeses criaram a Frente Patriótica Ruandesa e derrubaram o Governo constituído pela maioria Hutu, ou na Jordânia, onde em 1970 os imigrantes palestinos tentaram derrubar o Rei Hussein II.

Contudo, são várias as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, mesmo que sendo de origem étnica diferente. Estes sentem-se obrigados a assimilar parte da cultura moçambicana para que se possam sentir integrados dentro da sociedade acolhedora. Esta assimilação começa com a aprendizagem da língua e, posteriormente, por meio da educação, matrimônio e trabalho, apesar de este último aspecto não ser visível dadas as dificuldades administrativas com que o governo se depara nos últimos anos.

Por outro lado, os imigrantes hutus e tutsis têm a liberdade de praticar e manifestar as suas crenças religiosas, usar a sua língua de origem, hábitos culturais e a sua maneira de ser e estar. Com esta prática, fica claro que a sociedade moçambicana é aberta à integração dos refugiados, apesar de passarem por uma fase de aceitação, indiferença e ódio.

Portanto, os problemas étnicos vividos na região dos Grandes Lagos, concretamente em Ruanda e Burundi, entre os hutus e tutsis, não se verificam em Moçambique, apesar destes manterem as suas identidades étnicas e assimilarem certos traços culturais da comunidade local.

## Referências Bibliográficas

AMSELLE, Jean-Loup & M'BOKOLO, Elikia (orgs.). No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ARNALDO, Carlos; MUANAMOHA, Ramos. Tendências e Desafios do Crescimento da População em Moçambique. In: ARNALDO, Carlos; CAU, Boaventura (Org.). Dinâmicas da População e Saúde em Moçambique. Maputo: Cepsa, 2013.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. Moçambique: identidades, colonialismo e libertação. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2007.

CADEADO, Calton, et all. Imigração em Moçambique: Impacto Sociopolítico, Econômico e Cultural. Maputo, Dezembro de 2009.

FARIA, Maria Rita Fontes. Migrações Internacionais no plano multilateral: reflexões para a política externa laboral, 2005.

FONSECA, Danilo Ferreira da. Etnicidades de hutu e tutsis no manifesto hutu de 1957. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 17, n. 26, 1º sem. 2016.

GERALDO, E. O combate contra os 'quistos étnicos': identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. Locus. Revista de História Juiz de Fora. Vol. 15, nº. 1, 2009.

KEELY, C. Demography and International Migration, in: C. Brettel e J.V Hollifield (ed.), Migration Theory – Talking across Disciplines. London: Routledge. 2000.

LEITE, Maria Luísa e UMBELINO, Jorge. Geografia. Plátano Editora. 3º ciclo do ensino Básico, 7º ano de escolaridade. Amadora, 1994.

MOKHTAR, Gamal (Ed). História Geral da África, II: África antiga. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

MONSMA, Karly. Vantagens de Imigrantes e Desvantagens de Negros: Emprego, Propriedade, Estrutura Familiar e Alfabetização Depois da Abolição no Oeste Paulista. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, no 3, 2010.

MUCHANGOS, Aniceto dos. Moçambique, Paisagens e Regiões Naturais. Maputo, 1999.

PATRICIO, Gonçalves. A migração internacional e o processo de desenvolvimento na região norte de Moçambique: estudo de caso da província de Nampula. Tese de Doutoramento em estudos de desenvolvimento. Universidade de Lisboa – ISEG. Lisboa, 2015.

PEIXOTO, João. As Teorias explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macrosociológicas. Lisboa, ISEG, SOCIUS working paper, 2004.

PÉLISSIER, René. História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918. Vol. I, 3a ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

PORDOMO, Rosa Pére. Os efeitos da Migração, Brasília: 2007. RAIMUNDO, Inês. Mobilidade da população, pobreza e feitiçaria no meio rural de Moçambique. In: Revista Científica Inter-Universitária Economia, Política e Desenvolvimento, v. 1, 2009.

.



PORDOMO, Rosa Pére. *Os efeitos da Migração, Brásia: 2007*. RAIMUNDO, Inês. Mobilidade da população, pobreza e feitiçaria no meio rural de Moçambique. In: Revista Científica Inter-Universitária Economia, Política e Desenvolvimento, v. 1, 2009.

RAIMUNDO, Inês. *Immigration and refugee policy in Mozambique: The experiences of refugees from Maratane refugee camp*. WORKSHOP discussion on refugee status determination and rights in sub-saharan Africa, Kampala, 2011. Anais... Kampala, 2011.

SARMENTO, Enilde et al. *Imigração em Moçambique: Impacto sociopolítico, econômico e cultural*. Maputo: ISRI, 2009.

RITA-FERREIRA, A. *Fixação Portuguesa e História pré-colonial de Moçambique*. Estudos, ensaios e documentos n.º 142. Instituto de Investigação Científica Tropical/ Junta de Investigações Científicas do Ultramar. Lisboa, 1982.

SCHWARCZ, L. *“Uma história de diferentes desigualdades”*. In.: O espetáculo das raças. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. A Assimilação dos Imigrantes Como Questão Nacional. Revista Mana, vol. 3 nº 1, 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2457.pdf> acessado em 25/08/2014.

VIGEVANI, Tullo; LIMA, Thiago; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. *Conflito Étnico, Direitos Humanos e Intervenção Internacional*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 1, 2008.

WETIMANE, Francisco. *A imigração ilegal em Moçambique: O caso dos migrantes Somalis*. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Universidade Aberta. Lisboa, 2012.

# **DE HÓSPEDES A SUJEITOS POLÍTICOS: a “tomada de lugar” numa praça de Berlim**

Suzana Velasco

Jornalista e doutoranda em Relações Internacionais, PUC-Rio

Contato: [suzana.velasco@gmail.com](mailto:suzana.velasco@gmail.com)







foto: Suzanna Valasco

## INTRODUÇÃO

No dia 6 de outubro de 2012, solicitantes de refúgio e estrangeiros ameaçados de deportação em diferentes regiões da Alemanha se instalaram em uma praça num bairro central de Berlim, a Oranienplatz. Parte saíra de Würzburg, no sul, e de ônibus percorreram alojamentos de refugiados<sup>1</sup> de todo o país, chamando-os para se unir num movimento político. Outros andaram cerca de 600 quilômetros a pé, durante 28 dias. Até 8 de abril de 2014, ocuparam tendas na praça, onde até 200 pessoas dormiam, alimentavam-se, reuniam-se para definir estratégias de ação, encontrar-se, discutir, celebrar, passar o tempo, esperar. Eram em grande parte africanos negros, de diferentes países, que montaram seu próprio “campo de refugiados” e viveram ali – alguns durante um ano e meio, outros por semanas ou meses, mas sem que houvesse uma regulação exterior de chegadas e partidas. Eles deixaram seus lugares fixos, de rotina regrada e controlada pelo Estado, para lançarem-se num caminho desconhecido, porém com algum controle de suas decisões, ainda que sujeitas a riscos. Nessa trajetória, descumpriram a lei administrativa alemã do *Residenzpflicht*, a “obrigação de residência”, que proíbe o solicitante de refúgio de sair do distrito onde está registrado, e ficaram sujeitos à possibilidade de deportação.

Este artigo analisa como, ao cruzarem o país, ocuparem uma praça em Berlim por um ano e meio e, nesse movimento, exporem suas demandas e sua própria vulnerabilidade, os solicitantes de refúgio desafiaram a lógica espacial e temporal do que Walters (2009) denomina domopolítica, uma proteção da ordem doméstica que depende da categorização, da contenção e do controle de corpos que ameaçam essa ordem. Especialmente, eles saíram dos alojamentos regulados e afastados dos centros, em que eram separados das cidades e de seus habitantes “de direito”, e fizeram-se aparecer no centro da capital alemã, num local específico, mas aonde chegavam e de onde saíam sem restrições – até a evacuação por ordem do governo. Misturaram-se aos moradores de Berlim, que também passaram a conviver no local, e formaram redes transnacionais de ativismo. Temporalmente, eles deixaram o permanente presente dos alojamentos, um tempo de espera circular, em que há uma repetição diária da rotina programada, para forjar algum sentido de planejamento e de futuro. Ainda que esse futuro fosse incerto, ele significava uma possibilidade de continuar desejando; a incerteza inerente à contingência da vida vivida passou a ser maior do que a incerteza paralisante do alojamento<sup>2</sup>.

### 1.

---

Os espaços de moradia conjunta reúnem em sua maior parte solicitantes de refúgio, mas também aqueles que não têm onde morar apesar de já serem reconhecidos como refugiados, além de outros que tiveram o refúgio negado mas ainda não foram deportados.

O artigo sustenta que a visibilidade na praça foi uma forma de performatizar o direito de ir e vir sem autorização, e não um desejo de fixação em oposição à mobilidade, como argumenta Johnson (2015) em sua análise dos acampamentos de solicitantes de refúgio que se espalharam pela Alemanha a partir de 2012, como o da Oranienplatz, em Berlim. Tão importante quanto ocupar a praça e estar presente era a possibilidade de estar ausente, de não ser encontrado ali – os ativistas se deslocavam pela cidade e pelo país e mesmo pela Europa, em protestos, visitas a conhecidos ou para comparecer a seus antigos alojamentos. Estar ali era poder lutar pelo direito de não ser encontrado ali. As três principais reivindicações do movimento da Oranienplatz relacionavam-se a essa demanda por mobilidade e pela escolha de onde se estar: fim das deportações, do *Residenzpflicht* e dos alojamentos coletivos – que são chamados de *Lager* pelos ativistas, a mesma palavra em alemão para campo/acampamento. “We are here and we will fight, freedom of movement is everybody’s right” (“Nós estamos aqui e vamos lutar, liberdade de locomoção é um direito de todos”) era um dos lemas do grupo, manifestado em protestos, comunicados e entrevistas.

O abandono dos alojamentos para solicitantes de refúgio na Alemanha rompeu o nexo espaço-temporal da domopolítica, da contenção e da regulação de corpos próprias dos aparatos estatais. Isso representou um desafio à divisão entre cidadão-não cidadão/anfitrião-hóspede, segundo a qual o hóspede deve obedecer às “regras do dono da casa” para ser recebido. Solicitantes de refúgio de diferentes origens se tornaram ativistas ao rejeitarem o lugar que lhes era conferido por oficiais do governo alemão e morarem numa praça pública no centro da capital, expondo suas condições de vida – sua esfera privada, própria à casa, ao domos – e substituindo a lógica da hospitalidade pela demanda por justiça, uma diferença pensada por Squire e Darling (2013).

Em Berlim, cidade com uma história de mobilização política, os ativistas conseguiram criar vínculos criativos com o tecido urbano, conectando nacionais, refugiados, requerentes de refúgio, migrantes sem documento, migrantes com residência temporária ou permanente. Esses vínculos foram fundamentais para as negociações de permanência na praça. Enquanto em outras cidades da Europa, como Viena, campos de protesto foram rapidamente transferidos para lugares fechados, longe da circulação dos habitantes da cidade, o movimento da Oranienplatz conseguiu permanecer ativo na cidade durante

## 2.

---

“[A]brir o político para significações futuras imprevisíveis é sempre permitir um excesso performativo da temporalidade social que resiste ser totalizado e capturado pelas forças dominantes de significação” (BUTLER e ATHANASIOU, 2013: 140, minha tradução).



um ano e meio. Não sem oposição e ataques racistas, tampouco sem conflitos internos entre os moradores-ativistas, mas com o apoio da maior parte da população local e da mídia. A marcha pela Alemanha e a ocupação da Oranienplatz representaram uma defesa do direito à mobilidade, e as relações sociais em Berlim foram decisivas para a visibilidade do movimento político. A cidade não é o lugar por essência alheio às práticas da domopolítica, mas um local onde elas operam regularmente. No entanto, ela tem um potencial criativo de escapar ou subverter essas práticas por ser o lugar da experiência, em que os encontros e as contradições das relações sociais podem aparecer em comunidades que não são apenas imaginadas, para usar a formulação de Anderson (1991).

## A CASA E OS HÓSPEDE

A nação como comunidade imaginada (ANDERSON, 1991) sustenta o Estado moderno como lugar da ação política legítima, que separa aqueles que pertencem a determinado território, podendo ter participação na sociedade, daqueles que não pertencem. No entanto, as sociedades liberais contemporâneas dependem do movimento de pessoas, bens e capitais, o que provoca uma permanente tensão entre a liberação e a contenção da mobilidade. A administração desse excesso de mobilidade implica uma vigilância dos imigrantes mesmo depois que eles cruzam a fronteira, mantendo sua condição temporária, de deportabilidade, que sustenta mitos de proteção do cidadão nacional e o valor exclusivo da cidadania (SAYAD, 1998, 2004; NYERS, 2009; DE GENOVA, 2011). Domos é a casa, o espaço do familiar e do íntimo, mas também significa domesticar, conter, proteger a casa do estranho para assegurar essa intimidade. A administração da imigração integra a domopolítica como mecanismo de proteção ao cidadão nacional, como “parte de uma ordem de policiamento que vê solicitantes de refúgio como presenças suspeitas a serem detidas, contidas e removidas, uma forma de nomear, distribuir e definir aqueles sob questionamento pela nação” (DARLING, 2014: 77, meu grifo)<sup>3</sup>.

No caso do refugiado ou solicitante de refúgio, parte dessa contenção disciplinadora se dá por meio dos campos, espaços em que se tenta ordenar uma população que está à margem, que não cabe no Estado-nação. A geometria ordenada dos campos serve a um controle espacial de corpos, mas também temporal: suspende-se a vida daqueles sujeitos, que estão sempre à espera de uma mudança, já que sua condição é eminentemente transitória – mesmo que ela possa se estender por anos. O refugiado é, desse modo, contido num espaço ordenado e num tempo circular, de espera. Enquanto a maior parte dos campos está em países pobres – nas margens das margens –, grande parte dos países ricos desenvolvem políticas de dispersão para impedir a integração de refugiados na sociedade e sua participação na vida das cidades (DARLING, 2017: 182-183). Quando são reunidos num mesmo ambiente, este é em geral um alojamento afastado do centro, com regras de funcionamento definidas pelo Estado ou pela administração do local, que pode ser privada, mas segue o confinamento espaço-temporal próprio do campo como forma de fronteirizar, de manter a fronteira no interior do Estado.

Na Alemanha, o Asylkompromiss<sup>4</sup> de 1993 endossou as leis de refúgio e tornou o isolamento dos solicitantes um dos eixos de uma política de exclusão. De acordo com as leis de 1993, aquele que chega ao país para pedir refúgio passa de seis semanas a seis meses numa instalação de emergência ou de “primeira recepção” (Erstaufnahmeeinrichtung) e depois é transferido para um alojamento coletivo definitivo, em geral nas periferias da cidade, até que seu pedido seja analisado. Esse processo deveria durar até dois anos, durante os quais o solicitante não pode trabalhar ou estudar e recebe um valor em dinheiro ou

---

### 3.

Esta e todas as outras citações em outras línguas foram traduzidas por mim para o português.

---

### 4.

Acordo feito entre os partidos políticos União Demócrata Cristã (CDU)/União Social Cristã (CSU) e Social Democrata (SPD).

vale-compras, dependendo do ente federativo<sup>5</sup>. Nenhum deles pode sair do seu distrito de registro sem autorização (Residenzpflicht). Todo o sistema de alojamento é pensado para que se saiba onde e quando se poderão encontrar aquelas pessoas à espera de uma decisão do Estado alemão, mas elas não sabem quando a decisão será tomada. A rotina de alimentação e horas de silêncio é regrada pela administração do alojamento, onde quartos são divididos por requerentes de refúgio e “tolerados” (Geduldete). Na lei de refúgio alemã, existe a categoria do Duldung (que literalmente significa tolerância) para os que já tiveram o refúgio negado, mas a quem é permitido ainda ficar no país – geralmente por um a três meses renováveis. Como relata JAKOB (2016: 15).

*“[o]s campos separavam e estigmatizavam os moradores, projetavam medo. A forçada sociedade paralela do campo era um programa consciente anti-integração.” (...) “Exclusão social era portanto o objetivo do alojamento em campos e programa do Asylkompromiss. Os refugiados deveriam se manter estranhos e portanto indiferentes aos olhos da população”.*

Em março de 2012, quando começaram os protestos em Würzburg que deram origem à marcha até Berlim, o diretor departamental de Segurança Municipal e Assuntos Sociais da Baixa Francônia (região administrativa cuja capital é Würzburg), Hans-Georg Rüth, reconheceu a intencionalidade da contenção social: “Os solicitantes de refúgio por princípio não devem ser integrados. Essa é uma desvantagem legal” (MAIN POST, 2012). Napuli Paul Langa, que era ativista de direitos humanos do Sudão do Sul e se tornou um dos principais rostos do movimento da Oranienplatz, uniu-se à marcha rumo a Berlim um mês depois de chegar ao alojamento em Braunschweig, onde recebia um euro por hora para limpar a cozinha. Ela descreve o local: “É uma prisão. Há grades e seguranças na porta. Só podemos comer o que querem que a gente coma, na hora em que querem que a gente coma. Lá só comemos e dormimos, e a todo momento entram em nosso quarto para fazer revistas” (VELASCO, 2013).

## 5.

---

Na prática, muitos solicitantes ficam mais de seis meses no alojamento de primeira recepção e mais de dois anos no alojamento definitivo.

O controle nos alojamentos faz parte dos mecanismos que visam garantir a exclusividade da cidadania. Solicitantes de refúgio não têm o direito de residir num Estado a que não pertencem juridicamente, e consequentemente beneficiar-se dos mesmos serviços oferecidos ao cidadão, até que sejam reconhecidos como refugiados – e, mesmo então, somente sob condições. Como o Estado não tem qualquer dever de fornecer habitação, alimentação ou atendimento médico ao estrangeiro, ele é “generoso” ao conceder-lhes alguns benefícios. Em nome de proteger os cidadãos, não é possível deixar que um estrangeiro entre sem que seja categorizado, nomeado, contido, distribuído. Na domopolítica, a casa é governada por quem lhe é familiar; ao receber alguém de fora, este deve seguir as regras decididas antes de ele chegar. Há uma prioridade espacial e temporal a quem é de casa, a que o estrangeiro deve se adequar e ser grato. A cidade é para os cidadãos; os não cidadãos podem ser acomodados como um favor.

Desse modo, os discursos políticos de recepção ao solicitante de refúgio se baseiam numa narrativa de hospitalidade, segundo a qual permitir a entrada daquele que não se conhece é um ato de generosidade. O que costuma ser percebido como um ato moralmente bom, no entanto, segue a mesma lógica dos discursos anti-imigração que evocam imagens de invasão ao tratar de chegadas não previstas de grande número de estrangeiros. Se o Estado é generoso num caso, ele tem o direito de fechar as portas quando há excesso. Derri-da (2001) analisa como o conceito de hospitalidade, em princípio incondicional, carrega um paradoxo: só faz sentido falar em hospitalidade em relação a um estrangeiro, mas, ao defini-lo como estrangeiro, já se delimita a diferença entre mim e o outro. É nessa diferença que reside a justificativa para se agir com hospitalidade, mas também para controlar, regular, conter. Uma não exclui a outra, elas fazem parte da mesma engrenagem<sup>6</sup>.

*“Na medida em que tem a ver com o ethos, ou seja, a residência, a casa de alguém, o lugar familiar de habitação, da mesma forma que é uma maneira de estar ali, a maneira pela qual nos relacionamos conosco e com os outros, com os outros como um dos nossos ou como estrangeiros, ética é hospitalidade; a ética é completamente co-extensiva à experiência da hospitalidade. Mas por essa mesma razão, e porque estar em casa consigo (l’être-soi chez-soi – l’ipséité même – o outro dentro de si mesmo) pressupõe uma recepção ou inclusão do outro que se busca apropriar, controlar e dominar de acordo com diferentes modalidades de violência, há uma história da hospitalidade, uma sempre possível perversão da lei da hospitalidade (que pode parecer incondicional) e das leis que a limitam e a condicionam em sua inscrição como lei”*

*(DERRIDA, 2011: 17).*

O conceito de hospitalidade, portanto, sustenta-se na relação entre um hóspede e um anfitrião, aquele que tem a prerrogativa de receber o outro. É por esse motivo que Squire e Darling (2013) apontam a necessidade de se pensar em demandas por justiça em vez de hospitalidade. O discurso da hospitalidade esconde relações de poder, transforma uma questão política numa questão moral ao dar ao estrangeiro o lugar de hóspede de uma casa que não é sua (YOUNG, 2011; SQUIRE e DARLING, 2013). Quando solicitantes de refúgio se unem para romper as regras da casa, eles clamam por justiça, não por hospitalidade. Eles se afirmam como sujeitos políticos. A lógica da gratidão (MOULIN, 2012), própria da domopolítica em relação aos refugiados, é interrompida pelo que Walters (2008) define como acts of demonstration, ou atos de manifestação, em que a demanda não é por se tornar cidadão, mas por questionar a própria lógica estatal que separa cidadão de não cidadão – diferença que norteia a hospitalidade.

Durante a marcha até Berlim, ao chegarem à antiga fronteira que dividia a Alemanha Ocidental da Oriental, os “tolerados” rasgaram em pedaços seu Duldung – documento com um risco vermelho em diagonal sobre os dados de identificação, como os indicativos de proibição nas placas de trânsito. Depois de saírem dos muros dos alojamentos e percorrerem um país onde não tinham o direito de se mover, eles simbolicamente mostravam a permanência de fronteiras, a começar no ato de categorizar alguém como tolerado, solicitante, refugiado, cidadão; e opunham-se a essa divisão em categorias num ato de manifestação, ou seja, um ato em que criavam uma cena como sujeitos políticos, fazendo-se sujeitos no próprio ato. Não exigiam cidadania, deixando sua identidade em aberto, e consequentemente rompendo categorias determinadas de antemão pela lógica da domopolítica.

---

## 6.

No mesmo texto, Derrida lembra como as palavras hospitalidade e hostilidade têm origem na mesma raiz.



## DOS ALOJAMENTOS À ‘TOMADA DE LUGAR’ NA ORANIENPLATZ

O estopim da marcha pela Alemanha foi o suicídio do iraniano Mohammad Rahsepar, de 29 anos, que se enforcou com um lençol no alojamento de Würzburg, em 29 de janeiro de 2012, oito meses depois de chegar ao país para solicitar refúgio. A irmã de Mohammad morava em Colônia, mas ele foi proibido de se mudar para lá. Apenas em casos graves os requerentes de refúgio podem se unir a parentes que não sejam cônjuges, pais e filhos – o objetivo é, como já dito, a não integração até que a solicitação seja analisada. O caso de Mohammad não foi considerado grave o suficiente pela administração local, mesmo depois de médicos recomendarem sua transferência mais de uma vez, por conta de problemas físicos e psicológicos, acentuados pelas condições do local. O iraniano vivia num alojamento de sete metros quadrados por solicitante, sem poder trabalhar ou estudar, obrigado a comer em horários determinados e impedido de deixar o distrito. Se quisesse sair, mesmo que por poucas horas, era obrigado a pedir permissão, que podia ser negada, de acordo com o Residenzpflicht.

O edifício em Würzburg foi o quartel Adolf Hitler e depois da Segunda Guerra Mundial abrigou soldados norte-americanos, que só deixaram totalmente o local em 1992. Na época em que Mohammad vivia ali, o local alojava cerca de 450 solicitantes de refúgio, a maior parte de Irã, Afeganistão e Etiópia, alguns por mais de dois anos à espera de uma decisão sobre seu status jurídico. “Tudo ali me lembra da prisão no Irã. O quarto, as cores, o corredor, tudo”, disse Hassan Hosseinzadeh para o jornal *Die Welt*, na época do suicídio de Mohammad (HIRSCHBECK, 2012)<sup>7</sup>. Em

março de 2012, Hassan e outros iranianos deixaram o local e montaram um campo de protesto no centro da cidade, denunciando as condições do alojamento e o “aprisionamento pela incerteza”, como dizia um cartaz junto a um solicitante de refúgio acorrentado em protesto numa praça de Würzburg. Eles exigiam o fim do Residenzpflicht, da deportação e dos alojamentos, que chamavam de Lager (campo). Essas reivindicações se mantiveram no centro de todo o movimento.

Foram meses de protestos, greves de fome, negociações e alguns reconhecimentos de refúgio, inspirando vigílias em tendas em outras cidades do país, chamadas pelos ativistas de Tent Action. No fim de junho de 2012, solicitantes de refúgio de outras partes da Alemanha desafiaram o Residenzpflicht e se uniram ao protesto em Würzburg, que motivou acampamentos em mais 11 cidades alemãs. Em poucos meses, foi formada uma rede de comunicação e ativismo entre pessoas que antes viviam isoladas em alojamentos a dezenas de quilômetros do centro das cidades. Com o apoio de movimentos de refugiados criados nos anos 1990, eles organizaram em um mês uma marcha a pé e um tour de ônibus pelo país, parando em outros alojamentos e chamando pessoas nas mesmas condições para se unirem ao movimento político. O ato, que saiu de Würzburg em 8 de setembro de 2012 e chegou à capital alemã 28 dias depois, chamou-se “We will rise” (“Nós vamos nos levantar”).

Como ativistas de Berlim tinham ocupado a Oranienplatz durante o período da Tent Action, os que marchavam pela Alemanha decidiram que aquela praça seria seu destino final na capital. Centenas de pessoas,

7.

---

A reportagem descreve a sensação de prisão: “O alojamento coletivo de Würzburg, na periferia norte da cidade, não perdeu nada de sua atmosfera militar. Cercas, superfícies de concreto, banheiros por andar – tudo remete ao fato de que o terreno já foi usado como um quartel”.



cidadãos e não cidadãos, juntaram-se a eles nos últimos trechos do caminho. A atenção pública explodiu depois da ocupação da Oranienplatz em Berlim. Pela primeira vez um dos mais importantes programas de notícias da TV alemã, o Tagesschau, fez uma reportagem sobre protestos de refugiados no país; pela primeira vez uma manifestação de refugiados reuniu mais de dez mil pessoas, em Berlim; e a hashtag “refugeeswelcome” (“refugiados-bem-vindos”) ficou no topo do Twitter. A Oranienplatz foi tomada por tendas e ocupada mesmo no inverno, de 6 de outubro de 2012 a 8 de abril de 2014 – quando apenas Napuli resistiu, ficando quatro dias sobre uma árvore.

Ao analisar os campos de protesto na Alemanha e na Áustria a partir de 2012, Johnson (2015) aponta duas estratégias dos movimentos: solidariedade e presença. Há uma responsabilidade mútua entre cidadãos e não cidadãos: estes se auto-organizam e se impõem como sujeitos políticos, mas se servem dos direitos dos cidadãos para ampliar sua voz. Além disso, os movimentos em campos de protestos evocam a visibilidade no cerne de seus atos, levando os não cidadãos para o centro da cidade, obrigando os cidadãos a olharem para eles cotidianamente. Para a autora, que parte da autorrepresentação )

das manifestações, elas tratam de uma demanda por ocupação fixa, uma presença, e não por mobilidade. Por meio da ocupação do espaço, ela sustenta, o campo passa de um espaço temporário para um espaço permanente, deixa de ser um lugar de exceção, fora do corpo social, para ser um lugar de presença, geralmente só autorizada aos cidadãos. “Esses protestos, enquanto baseados numa política de mobilidade, são sobre permanecer, sobre usar a posição e a localização como recursos para promover a subjetividade política.” (JOHNSON, 2015: 12)

A dimensão da visibilidade é de fato central para os campos de protestos, que rompem o isolamento dos alojamentos e se apropriam do espaço público da cidade, fazem-no público com sua presença, por meio da qual demandam justiça e não hospitalidade. No entanto, fazer-se visível não significa necessariamente um desejo de permanência; no caso da Oranienplatz, significou a possibilidade de poder ir e vir, de permanecer ou não, o que se nota pelas práticas e pela própria autorrepresentação dos ativistas em Berlim. Solicitantes de refúgio e alguns alemães dormiam nas tendas do acampamento, mas também na casa de outros ativistas solidários ou





na escola no bairro de Kreuzberg que foi ocupada no inverno, sobretudo por famílias. Os principais porta-vozes do movimento não estavam todo o tempo na praça, mas saíam pela cidade e pelo país em manifestações e até voltavam aos alojamentos em outras cidades (que ainda eram sua residência oficial) para recolher comunicados do Estado, dinheiro mensal ou vale-compras de roupas, correndo o risco de deportação. Estar na praça era escancarar sua condição para os cidadãos alemães, e foi a partir da Oranienplatz que muitos deles passaram a saber que o país tinha uma lei como o *Residenzpflicht*.

O ugandês Bino Bwansi (na época conhecido como Patras), um dos ativistas presentes durante toda a ocupação da Oranienplatz, relata que ali se sentia livre para sair e voltar: “Eu podia ir à casa de outras pessoas para dormir, comer, tomar banho. Isso nunca tinha acontecido no campo”<sup>8</sup>. Ele relata a frequente visita de policiais a seu alojamento em Passau para perguntar-lhe por onde ele tinha passado até chegar na Alemanha. Como ele dizia que não se lembrava, para não ser reenviado ao país pelo qual chegou à Europa<sup>9</sup>, teve seu pedido de refúgio negado duas vezes, e passou a viver com *Duldung*:

“Para decidir a recusa do meu pedido demoraram um ano e meio, mas o apelo foi analisado em uma semana. Recebi uma lista de organizações que poderiam me ajudar em Uganda”, contou ele, que sofreu ameaças no país natal por ser bissexual. Em 2012, ele tinha que renovar seu documento constantemente, numa condição permanente de deportabilidade. Depois que começaram os protestos de solicitantes de refúgio, ele parou de comparecer aos órgãos oficiais alemães e permaneceu sem documentos até receber uma residência temporária em 2016, ao ter uma filha com uma alemã. Durante todo o tempo do campo de protesto, Bino insistia em afirmar o direito de locomoção acima de qualquer demanda por

8.

Quando não citada a fonte, as declarações foram dadas a mim pelos ativistas, não publicadas anteriormente.

9.

A Convenção de Dublin determina que a solicitação de refúgio seja feita no primeiro país de entrada na União Europeia.



cidadania ou direito de permanência. “As pessoas têm direito de se mover. Elas não têm que sair por causa da guerra, porque são gays ou perseguidas... Eu quero desconstruir isso”, disse, em 2017, reforçando uma ideia que ele e outros porta-vozes do movimento repetiam em seus discursos e entrevistas no período do protesto. Mais do que uma luta pela abertura de fronteiras, havia um apelo mais radical para a imaginação da inexistência de fronteiras.

O público e o privado também se misturavam na Oranienplatz. A praça não era um novo lugar de residência permanente, cuja diferença era sua visibilidade no centro da cidade. O conjunto de tendas não era apenas um espaço privado de moradia, mas, como a própria cidade, um lugar público de ir e vir, um espaço político de encontro, ativado justamente pela presença daqueles que ali estavam, fosse na praça, na rua dos protestos ou no terraço da escola ocupada, onde solicitantes de refúgio passaram nove dias quando o governo decidiu evacuar o local. “Oranienplatz is everywhere” (“A Oranienplatz está em todo lugar”) era um dos lemas do movimento em Berlim, que criou redes de contato com campos de protesto em outras cidades alemãs e em outros países da Europa.

Em março de 2013, cerca de 15 ativistas da Oranienplatz – solicitantes de refúgio e cidadãos alemães – visitaram 21 alojamentos pelo país no Revolution Bus Tour, que teve conflitos com a polícia e detenções. Em julho de 2013, protestos se espalharam pela Alemanha como no ano anterior, sem uma organização central, mas impulsionando-se e referindo-se uns aos outros, como o movimento Lampedusa in Hamburg. Em 2014, quando as tendas já tinham sido retiradas da Oranienplatz, os ativistas se uniram à Marcha pela Liberdade, com *sans-papiers* da França e migrantes vindos de outras partes da Europa. A caminhada começou em Estrasburgo e percorreu 450 quilômetros até Bruxelas, cruzando fronteiras que aqueles sujeitos supostamente não poderiam ultrapassar. O protesto terminou em frente a instituições da União Europeia. Em cada um desses locais, os ativistas formaram o que Athanasiou (2013: 194) denomina *spacing appearance*, um espaço de visibilidade ativado por seus corpos presentes, em que o “espaço não deve ser encarado como sinônimo de fixidez, mas implica um plano performativo de ‘tomada de lugar’<sup>10</sup>.

## SUJEITOS POLÍTICOS NA CIDADE

Em suas negociações cotidianas, o espaço urbano tem papel crucial em desafiar a imaginação política centrada no Estado-nação. Não se trata apenas de uma mudança de escala, pois a cidade, como afirma Darling (2017), não está além do Estado-nação, já que nela operam as dimensões regulatórias e de exclusão da domopolítica. Entretanto, por não ser apenas uma comunidade imaginada mas também concreta, em que práticas sociais podem se dar face a face, onde a visibilidade pode ser performatizada, onde sujeitos podem aparecer, a cidade tem um potencial de transformação e a configuração de novas possibilidades de pertencimento político. A ocupação de uma praça durante um ano e meio não teria sido possível sem a solidariedade de cidadãos. Isso ocorreu não apenas em gestos de hospitalidade como os que foram comumente vistos em 2015 – quando alemães receberam solicitantes de refúgio, sobretudo sírios, em estações de trem ou organizaram doações – mas também por vínculos mais duradouros, vivendo nas tendas ou participando de manifestações, “tomando lugar” mas também tomando tempo com eles.

Além de Berlim ser uma cidade onde há tradição de pensamento político progressista, houve uma mudança social e institucional desde os anos 1990, quando a Alemanha ainda não se reconhecia como um país de imigração. A politização do espaço depende desse ato de tomar lugar, que “requer a mobilização do espaço, e isso não pode acontecer sem uma série de “suportes materiais mobilizados e mobilizadores” (BUTLER, 2011). Quando os espaços concretos da praça, de ruas e estradas foram ativados, uma mudança social também pôde se fazer visível, pois foi possível se relacionar com os sujeitos que apareceram naquela praça, nas ruas e estradas. No caso

---

### 10.

Aqui Athanasiou propõe uma formulação diferente da noção de *space of appearance* de Hannah Arendt para sublinhar a importância da performatividade no lugar da permanência do lugar. Na expressão *spacing appearance*, o ato de aparecer é ressaltado em lugar do espaço em que se aparece.

da Oranienplatz, os solicitantes de refúgio se instalaram num local já atravessado por histórias de movimentos sociais e de protestos. A praça se localiza no distrito de Kreuzberg, uma das áreas de maior índice de imigrantes na história de Berlim, local de tradição de manifestações políticas, ocupação de edifícios abandonados e, nas últimas duas décadas, resistência à gentrificação da cidade.

Kreuzberg tinha 42% de seus prédios destruídos após a Segunda Guerra Mundial, quando estava sob a zona de ocupação norte-americana (DÜSPOHL, 2012: 108). A área central passou a ser periferia com a construção do Muro de Berlim, e ali foram instalados a maior parte dos turcos, gregos, iugoslavos, portugueses e espanhóis recrutados como Gastarbeiter (“trabalhadores hóspedes” ou “convidados”) para a reconstrução do país nos anos 1960. Supostamente temporários, esses trabalhadores morariam em edifícios que depois seriam derrubados e renovados, mas a maioria permaneceu na cidade e hoje é constitutiva do bairro. Na década de 1970, jovens alemães e estrangeiros começaram a organizar movimentos de ocupação contra a modernização compulsória que encarecia os preços em Kreuzberg, que até hoje sedia as principais organizações que lutam contra o aumento dos aluguéis na cidade. Em 2012, quando os solicitantes de refúgio se instalaram na praça, cerca de 250 mil pessoas de 148 nações e etnias viviam no distrito que reúne os bairros de Kreuzberg e Friedrichshain, numa mistura de classes sociais inexistente antes da reunificação alemã (DÜSPOHL, 2012: 157).

A Oranienplatz hoje não tem qualquer resquício aparente de sua ocupação pelos solicitantes de refúgio, apesar de a municipalidade ter prometido instalar ali um ponto de informação sobre o movimento, nos moldes do que havia entre o fim de 2012 e o início de 2014. No entanto, grupos foram criados a partir daquela experiência — como o International Women’s Space, focado nas questões de mulheres imigrantes. Ativistas passaram a desenvolver atividades na cidade e integrar redes transnacionais de protesto, parcerias com grupos artísticos e workshops pela Alemanha para contar histórias de auto-organização dos refugiados no país. Bino criou uma rádio comunitária em Berlim, “We are

born free” (“Nós nascemos livres”), que trata de questões de migração, refúgio, acesso a direitos e democracia. Napuli tornou-se uma figura conhecida na cidade, sobretudo após resistir sozinha à evacuação da Oranienplatz. Hoje casada e com um filho com um alemão, Napuli Paul Goerlich faz tours pela Europa, já participou de uma peça de teatro, dá workshops, fez discurso na ONU e escreve em revistas ao lado de acadêmicos.

Ao deixarem os alojamentos e descumprirem a lei, movimentando-se sem restrições pela Alemanha e submetendo-se ao risco de deportação, solicitantes de refúgio fizeram transbordar algo do excesso de mobilidade que é geralmente contido em alojamentos, centros de detenção, ordens de deportação e por toda a tecnologia de fronteiras, entre Estados ou dentro do Estado. A ocupação da Oranienplatz não ficou imune a conflitos e contradições internas. No entanto, ele marcou a história de movimentos políticos na cidade e gerou outros grupos locais e redes transnacionais que permanecem ativos na Europa. Como sustenta Butler em conversa com Athanasiou,

*a performatividade ocorre quando aqueles que não contam provam ser reflexivos e a contar a si mesmos, não apenas enumerando quem são, mas “aparecendo” de algum modo, exercendo nesse sentido um “direito” (extralegal) à existência. Eles começam a importar. Podemos entender isso mais amplamente como forma de produzir um sujeito político, de modo que o sujeito é um efeito político desse próprio exercício*  
(BUTLER e ATHANASIOU, 2013: 101).

Solicitantes de refúgio, refugiados, tolerados e cidadãos misturaram as categorias próprias da domopolítica em seus atos de manifestação, em que exerceram a possibilidade de estarem ausentes aos olhos do Estado, numa demanda por justiça em vez de uma adequação à lógica da hospitalidade e da presença controlada pelo anfitrião. Eles mostraram que é possível que alguém que por direito não tem voz fale, seja por meio de discursos ou simplesmente por colocar seu corpo à mostra com sua vulnerabilidade, no fazer-se visível de seus corpos irregulares, vulneráveis à deportação. Estar na

Oranienplatz, para aqueles sujeitos, foi uma chance de se fazer presente mas também de poder sumir sem que práticas estatais, próprias da domopolítica, domesticassem seus movimentos. Isso não significa que eles não estivessem sendo em alguma medida vigiados pelo Estado, mas sim que estavam dando forma a um espaço público-privado onde idas e vindas podem ser performatizadas.

Os ativistas da Oranienplatz não são figuras heroicas, e se pode dizer que suas conquistas foram efêmeras. Mas ainda que algumas de suas demandas tenham sido realizadas apenas temporariamente – o *Residenzpflicht*, por exemplo, foi abolido em alguns dos entes federativos, mas retomado após a midiaticizada “crise dos refugiados” de 2015 – isso não significa que o movimento não tenha tido efeito no debate sobre pertencimento e cidadania, já que conquistas políticas não são absolutas, estão permanentemente em disputa. Foi após uma grande marcha nacional de refugiados em 1998, antes das eleições federais, que a Alemanha tornou suas leis de refúgio mais inclusivas e se reconheceu pela primeira vez como país de imigração. Em setembro de

2017, uma nova marcha em Berlim, antes das eleições federais, reuniu milhares de imigrantes de todo o país, muitos desafiando mais uma vez o *Residenzpflicht*. Seu lema: “Não podemos votar, mas temos voz”. Para além das mudanças institucionais, aquelas pessoas, fazendo-se sujeitos políticos, tornaram-se rostos familiares à cidade, ainda que uma familiaridade que lhe fosse estranha. Elas se tornaram parte da casa ao transformarem a ordem da casa. Não se resignaram ao papel de hóspedes bem-vindos com gratidão, à espera de sua hora de ir embora, mas buscaram forjar um futuro ainda que incerto, um que eles não podiam controlar totalmente mas cuja contingência carregava mais agência política do que a do tempo circular dos alojamentos.

## Referências Bibliográficas

ANDERSON, B. R. O'G. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. 2nd ed. rev. and extended. London: Verso, 1991.

BUTLER, J. *Bodies in alliance and the politics of the state*, 2011. Disponível em: <http://eipcp.net/transversal/1011/butler/en>. Acesso em 14 de abril de 2019.

BUTLER, J.; ATHANASIOU, A. *Dispossession: the performative in the political*. Cambridge: Polity Press, 2013.

DARLING, J. *Asylum and the post-political: domopolitics, depoliticisation and acts of citizenship*. *Antipode*, 46(1), 2014, p. 72–91.

DARLING, J. *Forced migration and the city: irregularity, informality, and the politics of presence*. *Progress in Human Geography*, vol. 41(2), 2017, 178–198.



DE GENOVA, N. Alien powers: Deportable labour and the spectacle of security. In: SQUIRE, V. The contested politics of mobility: borderzones and irregularity. New York: Routledge, 2011, p. 91-115.

DERRIDA, J. On cosmopolitanism and forgiveness. Trad. Dooley M and Hughes M. London: Routledge, 2011.

DÜSPOHL, M. Kleine Kreuzberg Geschichte. Berlin: Friedrichshain-Kreuzberg Museum, 2012.

HIRSCHBECK, A. Iraner im Hungerstreik – so kann man nicht leben. Die Welt, 2012. Disponível em: <https://www.welt.de/regionales/muenchen/article13941967/Iraner-im-Hungerstreik-So-kann-man-nicht-leben.html>. Acesso em 15 de abril de 2019.

JAKOB, C. Die Bleibenden: wie Flüchtlinge Deutschland seit 20 Jahren verändern. Berlin: Christoph Links Verlag, 2016.

JOHNSON, H. L. These fine lines: locating noncitizenship in political protest in Europe. Citizenship Studies 19(8), 2015, p. 951-965.

MAIN POST. Menschenwürde im Fünferzimmer, 2012. Disponível em <https://www.mainpost.de/regional/wuerzburg/Asylbewerber-Fluechtlinge-Menschenwuerde-Post-und-Kurierdienste-Schutz-und-Sicherheit-Sozialarbeiter;art735,6685364>. Acesso em 15 de abril de 2019.

MOULIN, C. Ungrateful subjects? Refugee protests and the logic of gratitude. In: NYERS, P.; RYGIEL, K. (eds.), Citizenship, migrant agency and the politics of movement. London: Routledge, 2012, p. 54-72.

NYERS, P. The accidental citizen: acts of sovereignty and (un)making citizenship. In: NYERS, P. (ed.), Securitizations of citizenship. New York: Routledge, 2009, p. 118-136.

SAYAD, A. A imigração – ou os paradoxos da alteridade. Trad. de Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SAYAD, A. The suffering of the immigrant. Cambridge: Polity Press, 2004.

SQUIRE, V.; DARLING, J. The minor politics of rightful presence: justice and relationality in city of sanctuary. International Political Sociology, 7, 2013, 59-74.

VELASCO, S. (2013). Acampamento em Berlim simboliza luta de estrangeiros por ir e vir. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/acampamento-em-berlim-simboliza-luta-de-estrangeiros-por-ir-e-vir-7989858#ixzz5GoF52m8P>. Acesso em 15 de abril de 2019.

WALTERS, W. Acts of demonstration: mapping the territory of (non-)citizenship. In: ISIN, E.; NIELSON, G. (eds.), Acts of citizenship. London: Zed Books, 2008, p. 182-206.

WALTERS, W. Secure borders, safe haven, domopolitics. In: NYERS, P. (Ed.). Securitizations of citizenship. New York: Routledge, 2009. p. 34-58.

# OLHARES

**NURSEN NKINI**  
**Kinshasa, República Democrática do Congo**





**NURSEN NKINI**  
**Kinshasa, República Democrática do Congo**



**NURSEN NKINI**  
**Kinshasa, República Democrática do Congo**











**ALAN CHAVES**  
**Fronteira Brasil e Venezuela**









LIANA BIAR e ROSANA KOHL

Abrigo Jardim Floresta, Boa Vista, Roraima





LIANA BIAR e ROSANA KOHL

Abrijo Jardim Floresta, Boa Vista, Roraima





Missão CSVM 2018 -VH+JQ  
Abrigo Janokoida, Pacaraima, Roraima











120 \_ PRUMO 06 \_ OLHARES







Gaby Rocha  
Rio das Pedras, Rio de Janeiro











# PODERES LOCAIS, HABITAÇÃO, ESPAÇOS PÚBLICOS E ACOLHIMENTO DOS QUE VÊM DE FORA

Ana Paula Soares Carvalho  
Professora do Departamento de Ciências Sociais | PUC-Rio  
Contato: [apcarvalho@gmail.com](mailto:apcarvalho@gmail.com)

A existência de fluxos migratórios intensos não é fenômeno recente. Pode-se dizer, no entanto, que a fase do capitalismo global que se inaugura por volta dos anos 1970 – cuja emergência está fortemente relacionada a inovações tecnológicas que impactam as possibilidades de circulação de bens e o fluxo de capitais (HARVEY, 1996) – dá novos contornos a essas ondas migratórias. A desindustrialização de certas regiões de países ricos, acompanhada da industrialização de certas regiões de países em desenvolvimento, e a concentração de atividades financeiras, administrativas e científicas em poucas cidades são fatores que ajudaram a produzir novas desigualdades globais e, conseqüentemente, alterações demográficas e novas tendências de migração.

Refletindo sobre essas mudanças, Sassen (1991) argumenta que a globalização e a internacionalização da produção fizeram emergir cidades globais, que são aquelas detentoras de determinadas qualidades que as habilitam a funcionar como polos organizadores da produção no mundo. Ao se tornarem esse tipo de polo, essas cidades se transformam também em polo de atração de pessoas. Atraem, por um lado, profissionais com alta qualificação em busca desses postos em funções coordenadoras e, por outro, trabalhadores com baixa qualificação vindos de regiões pobres no mundo, em busca dos postos de empregos em funções de manutenção da roda viva dos serviços de coordenação. Buscam vagas como recepcionistas, postos em restaurantes, empresas de limpeza, construção, manutenção, entre outras várias funções necessárias ao funcionamento da cidade.

Algumas cidades grandes que apresentam certo dinamismo econômico e exercem influência regional, especialmente em países em desenvolvimento, embora não possam ser chamadas de cidades globais, compartilham com elas essa característica de atração de trabalhadores com variados níveis de qualificação.

Nas últimas décadas, é comum a esses polos de atração de migrantes de fora e de dentro do país apresentarem um quadro de profunda crise de oferta de habitação a preços acessíveis. Sucessivos relatórios da ONU sobre o direito à moradia adequada vêm mostran-

do que, tanto no norte como no sul global, cada vez mais indivíduos enfrentam problemas no acesso à moradia de custo acessível. (FARHA, 2017; ROLNIK, 2014, apud FIELDS e HOTKINSON, 2018) As despesas relativas à moradia consomem uma parte cada vez maior da renda, levando a condições inadequadas de habitação e mesmo à falta completa de abrigo. Como apontam Fields e Hotkinson (2018, p.1), essa situação está em grande medida ligada ao funcionamento disfuncional e geograficamente desbalanceado dos mercados habitacionais, que leva ao deslocamento de pessoas de renda média e baixa para fora das áreas de maior valor e a uma produção limitada de unidades habitacionais com vistas a manter os preços altos.

Não raro, os mais duramente atingidos por essa crise são imigrantes e refugiados<sup>1</sup>, especialmente aqueles sem autorização para morar e/ou trabalhar no país em que se encontram. Sua situação muitas vezes os impossibilita de entrar no mercado formal de habitação, forçando-os a situações precárias de alojamento. Isso, por sua vez, facilita que sejam explorados por seus senhorios.

A rede de suporte a esses habitantes da cidade inclui, normalmente, instituições religiosas e organizações não-governamentais, com o apoio da comunidade de descendentes já estabelecida em determinado local.

O acesso ao trabalho é outra questão fulcral para refugiados e imigrantes, especialmente aqueles sem permissão para trabalhar. Mesmo nas *sanctuary cities* dos EUA, onde os governos locais tradicionalmente têm se negado a permitir que, em seu território, imigrantes sejam perseguidos de qualquer forma, é difícil garantir a essa população bons postos de trabalho em virtude de sua situação irregular. Nos casos em que se encontram em situação regular, as barreiras culturais e linguísticas são entraves por vezes intransponíveis quando se trata de encontrar uma boa colocação no mercado de trabalho.

É assim que nas cidades que atraem indivíduos de todo o mundo é comum ver imigrantes e refugiados trabalhando nas ruas e praças, muitas vezes na condição de camelôs ou vendendo comidas típicas de seus locais de origem. O espaço pú-

blico das cidades funciona, assim, como local fundamental para a sobrevivência dessas populações.

De forma esquemática, pode-se dizer que neste texto se parte das seguintes ideias: algumas cidades, por concentrarem riqueza e oportunidades, atraem grandes contingentes de pessoas; em geral, nessas cidades há um déficit de habitação a preços acessíveis; alguns grupos são especialmente atingidos pela crise habitacional, como é o caso dos imigrantes e refugiados em condição irregular; indivíduos nessa situação também têm muita dificuldade em acessar bons postos de trabalho e não raro atuam como vendedores ambulantes.

Partindo dessas premissas, pretende-se neste ensaio refletir sobre essas questões e abordar de forma exploratória as possibilidades que governos locais/municipais dessas cidades têm de prover condições de vida mais adequadas aos habitantes que vivem essa condição específica de exclusão. Em geral, não é da alçada dos poderes locais garantir direitos políticos e acesso ao mercado de trabalho formal a essa população, em virtude da legislação nacional/federal, que cuida dos aspectos relacionados à cidadania e a permissões de trabalho. Ainda assim, há formas de garantir direitos mínimos e melhorar o cotidiano desses moradores. São enfocados os aspectos acima aventados: habitação e trabalho nos espaços públicos.

## DESAFIOS DO MORAR

Como se aventou na introdução deste texto, acolher adequadamente aqueles que buscam melhores condições de vida e trabalho em determinada cidade implica em lidar com um problema maior, que é o da habitação de qualidade, bem localizada e a preços acessíveis.

### 1.

---

De acordo com o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), órgão multiministerial do qual participam o governo, a sociedade civil e a ONU, por meio do ACNUR, refugiado é a “pessoa que deixa o seu país de origem ou de residência habitual devido a fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, e não possa ou não queira acolher-se da proteção de tal país.” (CONARE)

Garantir habitação adequada para as classes populares foi uma política bastante difundida nos países que adotaram alguma forma de Estado de Bem-Estar Social nas décadas imediatamente seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial. Em certo sentido, ganhou corpo a ideia de que a habitação é um direito social, tal como saúde, educação e seguro-desemprego. O Estado passou, pois, a ter papel fundamental na provisão da moradia. Linhas de crédito a juros baixos, formas distintas de aluguel com valores controlados, administrados ou não pelo Estado, foram algumas medidas adotadas. Dessa forma, parte da produção e gerenciamento das unidades habitacionais deixou de ser controlada por agentes privados.

Hoje, no entanto, mesmo em países que adotaram políticas de provisão massiva de moradia para as classes populares, há muitas cidades em que se observa um número crescente de pessoas morando em condições precárias e nas ruas. Uma série de fatores faz com que, mesmo em países com tradição de provisão pública de habitação, o déficit habitacional siga crescendo. Como se mencionou anteriormente, mudanças na economia global produziram a concentração de oportunidades em algumas cidades e o esvaziamento de regiões inteiras em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Alguns locais que concentram ramos da economia especialmente lucrativos, como o de desenvolvimento de softwares, tornaram-se praticamente inacessíveis mesmo a famílias com nível de renda compatíveis com o que se costuma chamar de classe média. É o caso de cidades como São Francisco, Seattle e seus respectivos entornos. Cidades extremamente bem sucedidas no que tange à atração de turistas, como Barcelona, Amsterdã e, mais



recentemente, Lisboa, também foram se tornando extremamente caras para seus habitantes. Quanto ao preço dos aluguéis, essa situação se agravou ainda mais com o advento de aplicativos de aluguel temporário de apartamentos, casas e quartos, como o Air Bnb.

Não se pode esquecer que uma política falha de construção de habitações na América do Norte e na Europa, que implicou em expansão desordenada do crédito imobiliário<sup>2</sup> e, conseqüentemente, em uma bolha imobiliária, está na base na crise financeira de 2008. (ALBERS, 2016) Com a crise, milhares de pessoas perderam suas casas e inúmeras propriedades ficaram vazias ou subutilizadas. Mesmo com a retomada do crescimento econômico na década de 2010, um grande contingente de pessoas segue sem condições de arcar com os custos da moradia adequada.

Há ainda o corte de recursos públicos para o setor da moradia, associado ao cenário de crise do Estado do Bem-Estar Social e pressão pela adoção de medidas de austeridade fiscal. Nesse contexto, emergem experimentos de política urbana que visam transformar o espaço urbano em arena para o crescimento econômico orientado pelo mercado. No campo da política habitacional, isso implica em uma reestruturação do mercado de habitações que ataca as habitações públicas e outras formas de habitação com aluguel baixo, bem como formas de controles de aluguel e construções subsidiadas para a população de baixa renda. (BRENNER, THEODORE, 2002).

Londres talvez seja hoje a epítome da crise habitacional em cidades globais. Se na Grã-Bretanha o tema da habitação tem ocupado o centro dos debates políticos (cf. ELGOT, 2017), esse assunto está ainda mais na ordem do dia na cidade onde a média os aluguéis no mercado privado supera em muito a média nas demais partes do território. A média do preço dos imóveis em Londres chega a ser o dobro da média no restante da Grã-Bretanha. (HODKINSON et al., 2016) Quando se trata do mercado de habitações de luxo, entre 2005 e 2015, em nenhum lugar do mundo os preços subiram mais rapidamente que em Londres. (KNIGHT FRANK, 2015)

Nesse mercado aquecido, locadores se encontram em posição privilegiada para escolher seus inquilinos e mesmo forçá-los a se engajar em uma espécie de leilão de preços do aluguel. (BESWICK, 2016) Como afirmam Beswick et al. (2016), o aumento dos despejos e do número de pessoas vivendo nas ruas não deve espantar diante desse cenário.

No Brasil, as tentativas feitas no sentido de prover moradia de baixo custo às classes populares ao longo do século XX foram bastante tímidas, de modo que a provisão e gerenciamento das unidades habitacionais se deu majoritariamente por agentes privados. A autoconstrução há muito é uma saída encontrada pelas classes popula-

## 2.

---

Nos EUA, isso se deu de forma ainda mais acirrada devido à flexibilização das normas de operação do mercado financeiro, especialmente ao longo dos anos 1990 e 2000.

res para a questão da moradia, uma vez que raramente puderam contar com políticas estatais que fossem ao encontro de suas necessidades no âmbito da habitação. Nas grandes cidades, o efeito mais visível dessa negligência é a grande quantidade de assentamentos irregulares e favelas, bem como o espraiamento das cidades e a existência de alguns vazios urbanos em áreas bem localizadas. Assim, embora uma da população de baixa renda tenha conseguido se estabelecer em áreas nobres – como é o caso bem conhecido das favelas da zona sul da cidade do Rio de Janeiro –, a maioria desses habitantes vive em áreas distantes das regiões em que se concentram as atividades econômicas, os serviços, os aparelhos culturais, etc. Outra solução encontrada por esses habitantes são os cortiços que, apesar de, em geral, localizam-se em áreas centrais, são bastante precários<sup>3</sup>.

O programa Minha Casa, Minha Vida, iniciado em 2009, além de não ter diminuído o déficit habitacional no país, acirrou ainda mais a tendência de expansão das fronteiras das cidades e regiões metropolitanas. Apenas algumas iniciativas no âmbito desse mesmo programa – na sua versão voltada à parceria com entidades da sociedade civil ligadas à questão da moradia popular – produziram unidades habitacionais bem localizadas no tecido urbano. (ROLNIK, et al., 2015)

É também pouco utilizado no Brasil o sistema de locação social, diferente do que ocorre em cidades europeias com forte tradição de provisão pública de habitação. (WERNECK, SANTOS JUNIOR, 2015) Mais uma evidência de que o Estado brasileiro relega ao mercado a questão da moradia.

Assim, embora o direito à habitação conste na Constituição Brasileira, pouco se tem feito em termos de políticas públicas para a sua realização.

Essa ausência história de uma política adequada de habitação a preços acessíveis produziu um problema crônico relacionado ao déficit habitacional. E a crise da moradia popular nas grandes

cidades brasileiras agravou-se ainda mais a partir de 2009. O valor dos imóveis e dos alugueis disparou em praticamente todas as capitais e grandes cidades do país. Entre os fatores que contribuíram para isso estão os grandes eventos esportivos e a maior disponibilidade de recursos para o setor imobiliário. (CASTRO, NOVAES, 2015).

De acordo com a Fundação João Pinheiro<sup>4</sup>, o déficit habitacional<sup>5</sup> no Brasil em 2007 era de 5.855.375 unidades. Em 2015, esse número saltou para 6.355.743. Esse déficit mede a deficiência no estoque de moradias levando em consideração: o ônus excessivo com aluguel; casas que precisam ser substituídas por estar em estado precário; e novas unidades que deveriam existir para evitar coabitação familiar e adensamento excessivo de moradores em imóveis alugados.

É importante notar que, além do aumento do déficit, houve mudanças na sua composição.

---

### 3.

Sobre isso, ver SANTOS et al., 20016

---

### 4.

Instituição responsável pelo cálculo do déficit habitacional no Brasil, a partir de microdados da Pinad (pesquisa nacional de domicílios do IBGE).

---

### 5.

O conceito de déficit habitacional utilizado pela Fundação João Pinheiro está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. “Engloba aquelas sem condição de serem habitadas em razão da precariedade das construções ou do desgaste da estrutura física e que por isso devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, em função da coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), dos moradores de baixa renda com dificuldade de pagar aluguel nas áreas urbanas e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. O déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como déficit por reposição de estoque e déficit por incremento de estoque.”(FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018, p.20)

Enquanto, em 2007, cerca de 30% do déficit correspondia ao ônus excessivo com aluguel, em 2015, esse percentual era de 50%. Nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, esse percentual chegou a 66,5% e 58% respectivamente. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018)

Para essa situação, certamente colabora a retenção especulativa de terrenos urbanos. Embora haja mecanismos legais para conter a esse tipo de prática e pressionar os proprietários a dar destino para suas propriedades, eles ainda são utilizados de forma limitada pelos municípios brasileiros. (CARVALHO, 2016) Há ainda nas cidades brasileiras inúmeros edifícios e terrenos públicos abandonados. Disso resulta uma quantidade significativa de imóveis vazios e subutilizados em áreas bem localizadas, com boa infraestrutura, ideais para abrigar unidades habitacionais.

Dois trágicos acontecimentos recentes simbolizam o tipo de problema que emerge do tratamento inadequado da questão habitacional e do descaso com moradores de baixa renda em grandes cidades: o incêndio da Grenfell Tower, em Londres, em 2017, e o incêndio, seguido do desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, em São Paulo, em 2018. No primeiro caso, tratava-se de um prédio de apartamentos para habitação social, inaugurado em 1974. Há indícios de que os materiais de isolamento e os painéis de alumínio utilizados em reforma recente no edifício não eram seguros para esse fim justamente por permitirem rápida expansão do fogo. (EL PAÍS, 2017) 72 pessoas morreram na tragédia. (BBC, 2018) Alguns analistas associam o ocorrido ao descaso das autoridades com as habitações sociais na Grã-Bretanha nas últimas décadas. (LAMMY, 2018) O segundo caso se refere

a um edifício comercial inaugurado em 1968, que foi sede de algumas empresas e, posteriormente, de órgãos governamentais. Pertencia à união e passou à condição de desocupado em 2003. Desde meados desta década, abrigava pessoas que tinham estabelecido ali uma ocupação para fins de moradia. De acordo com a União, tanto a prefeitura quanto ela buscavam a “reintegração amigável do edifício”. (G1, 2018) O incêndio começou em um dos andares e se espalhou rapidamente pelo edifício, que acabou desabando. Uma semana após o acidente, o Corpo de Bombeiros tinha confirmado uma morte e sete desaparecidos. (G1, 2018)

A crise habitacional, como todas as crises, não afeta todos os habitantes da cidade da mesma forma. Entre os mais vulneráveis estão os menos escolarizados, com menos laços comunitários, em situação irregular no país, condições essas que por vezes se superpõem. Entre esses, muitos trabalham na informalidade. Ao se pensar as condições de vulnerabilidade, há ainda que se levar em consideração questões referentes a gênero, raça e sexualidade.

A questão do custo do habitar é um dos principais impedimentos no que se refere ao acesso. As condições acima citadas – que certamente não esgotam os fatores de vulnerabilidade – estão ligadas à possibilidade limitada de auferir rendimentos compatíveis com o custeio de uma moradia de qualidade. Alugar ou financiar um imóvel em boas condições se torna algo inatingível.

Entretanto, o rendimento não é o único limitador nesses casos. Existem várias pré-condições quando se trata de acessar o mercado formal de locação ou financiamento de imóveis. Uma série de documentos é exigida, a começar por comprovantes

## 6.

---

O ônus excessivo com aluguel urbano “corresponde ao número de famílias urbanas com renda familiar de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento(domicílios urbanos duráveis) e que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel.”



de renda. Isso sem levar em consideração, no caso da locação, a exigência de um ou mais fiadores, pagamento de seguro fiança, ou de depósito caução. Ou seja, é necessário: ter emprego formal ou alguma fonte de renda que permita comprovação; ter condições de poupar ou emprestar recursos de terceiros para o depósito ou o seguro fiança; e/ou contar com pessoas que aceitem a condição de fiador.

Imigrantes e refugiados em situação irregular no país enfrentam vários empecilhos nesse sentido. As barreiras linguísticas, por sua vez, atrapalham até mesmo aqueles em melhores condições. Uma política habitacional em nível local que atenda a população de baixa renda e seja inclusiva em relação a imigrantes e refugiados deve levar em consideração esses fatores.

Aumentar o estoque de habitação acessível e bem localizada – o que pode se dar por meio de programas de financiamento adequados às faixas de renda mais baixas, investimento em unidades para locação social, e readequação, para fins de moradia, de imóveis abandonados, entre outras medidas –, é uma forma mais geral de lidar com o déficit habitacional que impacta positivamente a população mais vulnerável, incluindo os imigrantes e refugiados.

Há que se somar a isso, no entanto, estratégias que foquem especificamente nas dificuldades encontradas por imigrantes e refugiados em situação irregular. Assim como o Sistema Único de Saúde brasileiro atende a todos, sem exceção, também se pode pensar em uma política universalista de habitação que ofereça vagas em abrigos e moradias para essa população impossibilitada de acessar o mercado formal de habitação.

É fundamental que esse tipo de solução habitacional seja bem localizada, próxima a zonas onde as possibilidades de garantir algum tipo de renda são maiores, especialmente regiões centrais.

No caso de abrigos temporários, contornar a resistência que os moradores costumam apresentar diante da possibilidade de sua instalação em seus bairros é tarefa difícil e depende de um longo trabalho que leve em conta a posição e as necessidades dos habitantes da vizinhança. O estabelecimento de certas contrapartidas, um trabalho sério de sensibilização para o problema e promoção de encontros com os recém-chegados são apenas alguns dos caminhos possíveis para a sustentabilidade dessas iniciativas.

É comum que uma série de instituições de apoio a imigrantes e refugiados operem nas cidades que os recebem. Há nelas um saber acumulado sobre as especificidades dessa população e uma capilaridade no seu atendimento que não podem ser desprezados pelo poder público. Nesse sentido, apoiar instituições que dão suporte a imigrantes e refugiados e trabalhar em conjunto com elas é um passo incontornável de uma política de atendimento a esses grupos.

---

## 7.

Em Inglês, há até mesmo um acrônimo (NIMBY= not in my backyard, em tradução, não no meu quintal) para descrever a reação de moradores a instalação de equipamentos indesejados na sua vizinhança, que vão desde aeroportos e shopping centers até grandes conjuntos habitacionais e abrigos para imigrantes e refugiados.

## TRABALHO E ESPAÇO PÚBLICOS

Tão comum como a crise habitacional nas cidades que concentram riquezas e oportunidades é a presença de vendedores de rua nas áreas mais movimentadas. Artesanato, brinquedos, alimentos, aparelhos eletrônicos, acessórios para celular, roupas, sapatos e etc. Tudo isso e mais um pouco pode ser encontrado nas calçadas, praças e calçadas das mais vibrantes cidades do mundo. Esse tipo de atividade, em grande parte informal, está presente mesmo em locais com altas taxas de formalização do emprego.

As razões que levam trabalhadores a vender mercadorias nas ruas são variadas. É inegável, entretanto, que altas taxas de desemprego forcem muitas pessoas a trabalhar de modo informal. Essa é também a saída encontrada por muitos imigrantes e refugiados sem visto de trabalho no país em que residem. As ruas e calçadas se tornam o lugar da reprodução da vida para muitos dos membros mais vulneráveis da sociedade em lugares tão diversos como São Paulo, Los Angeles e Roma.

No Brasil, a crise econômica que vem assolando o país elevou a taxa de desemprego, que, de acordo com o IBGE, passou de 8,5% em 2015 a 12,7% em 2017. Com isso, cresceu também o número de pessoas vendendo produtos nas ruas. Levantamento do IBGE, a pedido do jornal Folha de São Paulo, mostrou que o número de pessoas vendendo alimentos nas ruas subiu de pouco menos de 100 mil pessoas em 2015 para mais de 500 mil pessoas em 2017. (CUNHA, 2018)

Como no caso da questão habitacional, grupos com diferentes características são atingidos de forma desigual pela crise. Embora a classe média, mesmo em seus extratos mais altos, tenha sido também atingida pela crise e pelo desemprego, a rede de contatos e assistência faz com que as perdas objetivas sejam minimizadas. Trabalhadores pobres, sem laços familiares, vivendo em cidades muito distantes de seu local de origem são aqueles para quem a perda de um posto de trabalho pode significar muito rapidamente a perda da moradia e das condições mínimas de sustento. Essa situação é ainda mais grave para imigrantes e refugiados que, além de contar com uma rede limitada de suporte, por vezes não dominam o idioma local e se encontram em situação irregular. Retornar ao local de origem, mesmo quando é uma opção desejável, torna-se também um desafio.

No começo desta década, assistiu-se a uma nova onda migratória para o país. Fugindo de situações adversas de diferentes naturezas e atraídos pelo bom clima econômico do Brasil, senegaleses, haitianos, sírios, venezuelanos, entre outros, desembarcaram aqui com expectativas e perspectivas positivas. Rapidamente, no entanto, a crise econômica que se instalou significou uma profunda insegurança para esses grupos. Além da falta de trabalho, passaram a sofrer ainda mais com o racismo e a xenofobia. Muitos hoje trabalham como ambulantes, mesmo aqueles que tinham conseguido trabalhar por um tempo no comércio, nos serviços e na indústria.

Embora as regras variem muito de cidade para cidade, em geral há uma série de limitações oficiais à atividade dos vendedores ambulantes. Existem licenças e delimitação de espaços onde se pode trabalhar dessa forma. Em Nova York, onde se estima que haja pelo menos 20 mil vendedores de rua, sua imensa maioria trabalha de forma irregular, uma vez que a legislação limita as licenças para vendedores de rua de mercadorias em geral a 853 e para vendedores de alimentos a mais ou menos 5100. (CITY OF NEW YORK) Assim, grande parte desses trabalhadores se vê submetida a situações adversas como pesadas multas e intimidação policial. (POON, 2015)

A cidade de Los Angeles, conhecida por sua diversidade cultural e por abrigar muitos imigrantes vindos de diferentes partes da América Latina, foi por muitos anos uma das únicas grandes cidades dos EUA em que ser vendedor ambulante era considerado atividade ilegal. Esse tipo de vendedor era considerado contraventor estava sujeito à detenção. Após anos de debate, apenas em abril de 2018 a atividade foi descriminalizada. A pressão para

que isso ocorresse se intensificou com a crescente ameaça de deportação de imigrantes desde o início do governo de Donald Trump, em janeiro de 2017<sup>8</sup>.

No Brasil, muitas vezes os governos locais optam pela criação de centros comerciais, comumente chamados de shoppings populares ou camelódromos, com vistas a solucionar a questão do espaço de trabalho dos vendedores ambulantes. Essas iniciativas são bastante utilizadas no âmbito de projetos de revitalização de regiões centrais degradadas com potencial turístico em virtude de uma arquitetura à qual se atribui valor histórico. (JAYME, NEVES, 2010).

Não raro, emergem aqui e alhures notícias sobre abordagens violentas de vendedores ambulantes perpetradas por agentes estatais. São comuns também contendas entre os próprios ambulantes, que têm de disputar cotidianamente os melhores pontos de venda.

Não parece exagerado afirmar, pois, que o maior problema enfrentado pelos vendedores ambulantes é sua condição irregular, pois ficam sujeitos a perder sua mercadoria e mesmo sofrer violência por parte de agentes do Estado responsáveis pelo cumprimento das normas.

Em estudo sobre a saúde física e mental de trabalhadores ambulantes, Santos e Mesquita (2016) mencionam ainda os problemas advindos do fato de exercerem suas atividades em locais com pouca higiene, sem banheiro, e sem proteção do frio, do calor e da chuva. A isso soma-se o medo de assaltos.

A essas dificuldades, há que se adicionar ainda fatores como: a falta de um local adequado para armazenamento de suas mercadorias e para a preparação de bebidas e alimentos; dificuldade em se alimentar de forma adequada e a preços acessíveis; e falta de acesso a fontes de água potável.

Diante desse cenário, cabe perguntar que tipo de espaço público se deseja e que medidas tomar para se aproximar dele, levando em consideração as especificidades da população que atua no comércio ambulante.

Propõe-se aqui que os governos locais sejam, em primeiro lugar, sensíveis às razões que levam à existência do comércio ambulante. Altas taxas de de-

semprego e a impossibilidade de se inserir no mercado de trabalho formal por limitações referentes a vistos de trabalho são apenas algumas delas. A repressão pura e simples aos vendedores em situação irregular é inócua, na medida em que não lida minimamente com as condições que produzem esse tipo de realidade. Com isso, produz-se ainda mais desigualdade, uma vez que se oprime os mais vulneráveis.

Como no caso da habitação, medidas de caráter estrutural, como o estímulo à criação de postos de trabalho formais, são formas de melhorar as condições de vida dos trabalhadores pobres e menos escolarizados. Certamente uma parte significativa dos trabalhadores informais desejaria a condição mais estável de trabalhador com carteira assinada. Entretanto, a possibilidade de ação dos governos locais é bastante limitada nesse sentido, uma vez que a criação de empregos está muito ligada à política econômica definida em âmbito federal/nacional. Além disso, como se mencionou na introdução deste trabalho, em geral não é da alçada do governo local conceder permissões de trabalho a moradores de outras nacionalidades. Assim, ainda que no âmbito da cidade se consiga resultados positivos em termos de formalização do trabalho, imigrantes e refugiados em situação irregular seguirão à margem.

Independentemente do sucesso de uma política de estímulo à abertura de postos de trabalho com carteira assinada, o fato é que, em grandes cidades, os governos locais sempre terão de lidar com um contingente significativo de vendedores de rua. Se a intenção é melhorar sua condição de vida, um ponto fulcral é impedir as abordagens violentas por parte dos agentes re-

## 8.

A proposta de descriminalização dos vendedores ambulantes apresentada ao conselho da cidade de Los Angeles mencionava a intenção expressa do presidente Donald Trump de deportar imigrantes com ficha criminal que estão no país de forma ilegal e afirmava que “seguir impondo penas de delito criminal pela atividade de vendedor ambulante afeta e desproporcionalmente e pune injustamente imigrantes sem documento e os coloca potencialmente em risco de serem deportados”. (NBCLA, 2017).



sponsáveis pela fiscalização das ruas. Isso leva necessariamente a buscar caminhos para a regularização desses trabalhadores, de modo que não fiquem expostos à intimidação policial.

Outras iniciativas de cunho mais prático podem melhorar sobremaneira as condições de vida desses trabalhadores. Tomando como ponto de partida os problemas aventados anteriormente, pode-se pensar em medidas como: a criação de depósitos seguros e bem localizados para o armazenamento de mercadorias, que podem também contar com vestiários; construção de cozinhas coletivas com equipamentos apropriados e condições adequadas de higiene e segurança, onde se poderia inclusive fazer a capacitação dos trabalhadores; e instalação de mais banheiros públicos e bebedouros que pudessem atender não só esses trabalhadores, mas também os transeuntes em geral. Outra medida interessante seria a criação de equipes de saúde que atendessem esses trabalhadores nos locais onde estabelecem seus pontos de venda.

Do ponto de vista urbanístico, além da instalação dos equipamentos citados acima, há que se pensar na qualidade dos espaços públicos, especialmente praças e calçadas. Isso inclui: boa pavimentação; arborização; e elementos de mobiliário urbano (bancos, quiosques, paraciclos, guarda corpos, entre outros), além dos já mencionados acima, projetados levando em consideração as necessidades de quem trabalha na rua.

Para o caso específico dos imigrantes e refugiados, faz-se necessário disponibilizar intérpretes que os ajudem a compreender a burocracia local e buscar auxílio em situações adversas. Assim como no caso da habitação, uma boa estratégia é estabelecer parceria com instituições que já trabalham junto a essa população.

Não se pode esquecer que qualquer desenho de política não pode prescindir de um trabalho sério de pesquisa, conduzido por uma equipe interdisciplinar, que investigue o perfil do ambulante para buscar as melhores estratégias para lidar com suas necessidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que o tema da imigração, associado às questões de habitação e trabalho, foi tratado aqui de forma bastante superficial. Cada um dos tópicos aventados merece um estudo mais aprofundado, dada a sua centralidade para pensar o tipo de cidade que se deseja construir e o tipo de ser humano que se deseja fazer surgir. Tal afirmação, um tanto exagerada, inspira-se na reflexão de Park sobre a cidade. Nas palavras do autor, a cidade é

*(...)“no geral, a tentativa mais consistente do ser humano de reconstruir o mundo em que viver de acordo com o seu desejo. No entanto, se a cidade é o mundo que o ser humano construiu, ela é também o mundo em que ele está condenado a viver a partir de então. Dessa forma, indiretamente, e sem uma noção clara da natureza dessa tarefa, ao fazer a cidade o ser humano se reconstruiu a si mesmo”*  
(PARK, 1967, p.3, tradução nossa).

Não há como negar que o “partido”- para adotar o jargão de profissionais da arquitetura- deste texto é de veras normativo e tem a ver com a defesa de um tipo de política urbana que tenha como princípios fundamentais a efetivação do direito à moradia e o acolhimento das diferenças.

Acredita-se que as trocas de saberes e modos de vida proporcionadas pelos movimentos migratórios enriquece a cidade de diversas maneiras, inclusive do ponto de vista econômico. Levando-se em consideração temas relacionados à política e à cidadania, cabe acrescentar que as lutas dos trabalhadores informais e sem permissão para trabalhar têm muito a contribuir em termos de formas de organização e demandas de direitos, como atesta uma série de pesquisas sobre os movimentos sociais que envolvem esses atores. (cf. BHIMJ, 2010; ROSALES, 2013).

A reflexão de Caldeiras (2000) sobre a cidade moderna é extremamente útil para pensar os caminhos para a produção de uma cidade em que todos os residentes, independentemente, de suas características, possam negociar, em pé de igualdade, as condições que regem a vida naquele espaço. Segunda a autora,

*“[os] ideais de política democrática-abertura, indeterminação, fluidez e coexistência de diferenças não assimiladas- encontraram algumas de suas melhores expressões nos espaços públicos das cidades modernas. Estes espaços promovem interações entre pessoas que são forçadas a confrontar seus anonimatos e os dos outros com base na cidadania e assim a reconhecer e respeitar os direitos iguais do outro. É claro que há várias maneiras de subterter aquela igualdade e invocar diferenças de status e hierarquias. No entanto, o espaço da cidade moderna, mais que qualquer outro, força esse confronto e consequentemente o pontencial de desafiar e nivelar essas hierarquias. No espaço da cidade moderna diferentes cidadãos negociam os termos de suas interações e de fato interagem socialmente a despeito de suas diferenças e desigualdades. Esse ideal de cidade aberta às diferenças e negociações em encontros anônimos cristaliza (...) espaço público moderno e democrático”.*  
(CALDEIRA, 2000, p.307, grifos nossos).

Defende-se aqui, por fim, a ideia de que a política urbana só será capaz de produzir esse espaço público democrático se partir da simples e potente premissa de que “nenhum ser humano é ilegal”<sup>10</sup>.

### 9.

O texto em língua estrangeira é “man’s most consistent and on the whole, his most successful attempt to remake the world he lives in more after his heart’s desire. But, if the city is the world which man created, it is the world in which he is henceforth condemned to live. Thus, indirectly, and without any clear sense of the nature of his task, in making the city man has remade himself.”

### 10.

Frase do sobrevivente do Holocausto e ganhador do prêmio Nobel da Paz, Elie Wiesel, e que tem sido bastante citada no debate recente sobre imigração nos EUA.

## Referências Bibliográficas

ALBERS, M. (2016). *The financialisation of housing*. A political economy approach. Oxon: Routledge.

BBC. (2018). *What happened at Grenfell Tower* Disponível em: <http://www.bbc.com/news/uk-england-london-40272168>. Acesso em 27 de maio de 2018.

BESWICK, J. et al. (2016). *Speculating on London's housing future*. *City*, 20(2), 321–341.

BHIMJI, F. (2010). *Struggles, Urban Citizenship, And Belonging: The Experience Of Undocumented Street Vendors And Food Truck Owners In Los Angeles*. *Urban Anthropology and Studies of Cultural Systems and World Economic Development*, 39(4), 455–492.

BRENNER, N., THEODORE, N. (2002). *Cities and the Geographies of "Actually Existing Neoliberalism."* *Antipode*, 34(3), 349–379.

CARVALHO, A. P. (2016). *Estatuto da Cidade e Juridificação da Reforma Urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

CASTRO, D., NOVAES, P. (2015). *Copa do Mundo 2014 e os Impactos no Direito à Moradia: uma análise das cidades-sede brasileiras*. In Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: E-papers.

CITY OF NEW YORK, *Street vending*. Disponível em: [http://www.nyc.gov/html/sbs/nycbiz/downloads/pdf/educational/sector\\_guides/street\\_vending.pdf](http://www.nyc.gov/html/sbs/nycbiz/downloads/pdf/educational/sector_guides/street_vending.pdf). Acesso em 27 de maio de 2018.

CUNHA, J. (2018). *Meio milhão de brasileiros vendem comida na rua*. FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1948561-meio-milhao-de-brasileiros-vende-comida-na-rua.shtml>. Acesso em 27 de maio de 2018.

EL PAÍS. (2017). *Uma geladeira, a origem do incêndio da torre Grenfell de Londres*. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/23/internacional/1498211257\\_235698.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/23/internacional/1498211257_235698.html). Acesso em 27 de maio de 2018.

ELGOT, J. (2017). *Theresa May to unveil plan for "rebirth" in council housing in conference speech*. The Guardian. Disponível em: <http://www.theguardian.com/politics/2017/oct/04/theresa-may-to-unveil-plan-for-rebirth-in-council-housing-in-conference-speech>. Acesso em 27 de maio de 2018.

FARHA, L. (2017). *Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context: Financialization of housing and the right to adequate housing*. Geneva: United Nations Office of the High Commissioner on Human Rights. Apud FIELDS, D. J., HODKINSON, S. N. (2018). *Housing Policy in Crisis: An International Perspective*. *Housing Policy Debate*, 28(1), 1–5.

FIELDS, D. J., HODKINSON, S. N. (2018). *Housing Policy in Crisis: An International Perspective*. *Housing Policy Debate*, 28(1), 1–5.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. (2018). *Déficit habitacional no Brasil 2015*, Belo Horizonte : FJP.

HARVEY, D. (1996). *Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. *Espaço & Debates*. *Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, (39), 48–64.



G1 (2018) *Sobe para 7 o número de desaparecidos no desabamento do prédio no Centro de SP*. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/sobe-para-7-o-numero-de-desaparecidos-no-desabamento-do-predio-no-centro-de-sp.ghtml>. Acesso em 27 de maio de 2018.

JAYME, J., NEVES, M. (2010). *CIDADE E ESPAÇO PÚBLICO: política de revitalização urbana em Belo Horizonte*. Caderno CRH, 23(60).

KNIGHT FRANK (2015) *Global Development Report 2015: Prime Residential Development Trends and Insight*, <http://www.knightfrank.com/research/global-development-report-2015-3229.aspx>. Apud BESWICK, J. et al. (2016). Speculating on London's housing future. *City*, 20(2), 321–341.

LAMMY, D. (2017). *Those responsible for the horror of the Grenfell Tower fire must face trial* | David Lammy. The Guardian. Disponível em: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2017/dec/26/grenfell-tower-fire-david-lammy>. Acesso em 27 de maio de 2018.

NBCLA (2017) *Los Angeles City Council Votes to Legalize Street Vending*. Disponível em: <https://www.nbclosangeles.com/news/local/Los-Angeles-City-Council-street-vendors-decriminalize-ordinance-412254193.html>. Acesso em 27 de maio de 2018.

PARK, Robert (1967). *On Social Control and Collective Behavior*. Chicago: University of Chicago Press.

POON, L. (2015). *What Street Vendors Look Like Around The World*. Disponível em: <http://www.citylab.com/work/2015/11/a-look-at-street-vendors-around-the-world/415722/>. Acesso em 27 de maio de 2018.

ROLNIK, R. (2014). *Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context: Guiding Principles on security of tenure for the urban poor*. Geneva: United Nations Office of the High Commissioner on Human Rights. Apud FIELDS, D. J., HODKINSON, S. N. (2018). Housing Policy in Crisis: An International Perspective. *Housing Policy Debate*, 28(1), 1–5.

\_\_\_\_\_ et al. (2015). *O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação*. *Cadernos Metrópole*, 17(33), 127–154.

ROSALES, R. (2013). *Survival, Economic Mobility and Community among Los Angeles Fruit Vendors*. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 39.

SANTOS, D. R. DOS, MESQUITA, A. A. (2016). Avaliação das condições de trabalho e sofrimento psíquico em camelôs. *Revista Psicologia e Saúde*, 8(2), 29–42.

# Direito a outra cidade: favelas como táticas de resistência e transformação

Juliana Canedo

Doutora em Urbanismo PROURB | UFRJ, pesquisadora associada do Instituto Habitat Unit/ TU-Berlin  
Contato: canedoju@gmail.com

Luciana da Silva Andrade

Professora PROURB | UFRJ, coordenadora do- Núcleo de atividades de pesquisas e extensão sobre o Morar - [na]MORAR e membro do CATÁLISE - coletivo de assessoria técnica a movimentos de lutas pela moradia.  
Contato: luciana\_andrade@ufrj.br

## INTRODUÇÃO

No Rio de Janeiro, assim como na maioria das grandes cidades do mundo periférico - e até mesmo o central -, a história recente de desigualdade no acesso à habitação está conectada com as constantes transformações promovidas por uma lógica capitalista de urbanização e seus ciclos de destruição e acumulação, que têm condenado repetidamente na história das cidades muitas pessoas à procura de meios informais de moradia e abrigo (Harvey, 2006 e 2011 [2000]).

Como C.N.F. Santos (1981) nos mostra, diferentemente do que o senso comum mediano apregoa, os pobres e excluídos urbanos tem o protagonismo de suas vidas, criando suas próprias alternativas e, mesmo quando não possuem um viés ideológico claramente definido, evidenciam as contradições e limitações do sistema capitalista na produção das cidades. Muito além das manifestações e discussões acadêmicas acerca das perversidades desse sistema, a ação dos moradores de favelas e outras periferias nos mostra alternativas práticas e criativas que podem e devem ser incorporadas na discussão de que tipo de cidade se quer construir.

Mundialmente, o fenômeno da informalidade<sup>1</sup> assume proporções cada vez maiores (Davis, 2006), e junto com ele obviamente uma série de problemas como a precariedade dos assentamentos urbanos, a falta de acesso a serviços e oportunidades, entre outros. A informalidade é uma estratégia decorrente das perversidades do sistema capitalista de desenvolvimento. No entanto, há que se observar atentamente que, dentro desses universos de estratégias - de certa forma "livres" -, podemos encontrar uma diversidade de elementos de inspiração, formas de convivência e acordos coletivos que muitas vezes estão especializados no território.



Favela Indiana  
Fonte: Acervo Abricó



Dizemos de certa forma livres, pois não pretendemos ignorar as instâncias de poder e hierarquia que também se estabelecem nos espaços da informalidade. Desde o tráfico de drogas, milícias, aos movimentos sociais organizados, a construção desses espaços não é isenta de ordem e imposições. Porém, acreditamos que em cada um desses espaços se encontram elementos de resistência e ação criativa que, além de sobreviver, buscam formas de construir um espaço urbano que se dá através do diálogo, do conflito e da construção e transformação cotidiana das relações. É a partir dos caminhos e da potencialidade de se repensar a cidade nestes espaços que iniciamos nossa pesquisa.

Nossa pesquisa surge em um contexto de profundas transformações no Rio de Janeiro motivadas ou justificadas a partir de dois grandes eventos sediados na cidade: a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Estas transformações vêm gerando um processo intenso de remoção dos pobres de áreas centrais para periferias cada vez mais distantes. Embora a prática das remoções não seja novidade em nossa breve história, a forma como têm sido feitas e as estratégias de luta pela permanência atuais possuem características muito específicas e que merecem ser aprofundadas.

Nossa análise é feita a partir da ótica da atuação do arquiteto/urbanista, buscando identificar de que forma este profissional pode atuar para auxiliar o acesso à moradia digna, minimizando riscos e potencializando soluções, e ao mesmo tempo realizando uma abordagem crítica com relação ao papel deste profissional no quadro atual.

Nossa crítica se fundamenta no distanciamento do profissional que realiza os projetos da prática das cidades ou do conhecimento profundo da realidade social onde pretende intervir. Buscamos uma aproximação, tanto do arquiteto/urbanista quanto do pesquisador com seu campo empírico. Trabalhamos com o autor C.N.F. Santos (1980, 1981[1979], 1986, 1988) e sua discussão acerca

da alienação do arquiteto e urbanista e a defesa de um arquiteto mais atuante e conectado com o mundo onde intervém, que se compreenda como parte do processo de construção das cidades e não apenas seu único detentor.

Nós apoiamos também na discussão epistemológica de B.S. Santos (2007), Morin (1990) e Latour (2011 [1991]), buscando uma abordagem menos impositiva e mais engajada na relação entre a pesquisa e a empiria. O estudo destes autores foi fundamental para a construção do trabalho de campo e para o entendimento da importância de trabalharmos com caminhos abertos e com o imprevisível.

No desenvolvimento dos estudos que defendem o “pensamento complexo” (Morin, 1990), as “epistemologias do sul” (B.S. Santos, 2007) ou a “tradução” (Latour, 2011 [1991]), os autores vêm buscando compreender de que forma o conhecimento científico pode dialogar mais intensamente com a realidade. Este grupo de pensadores faz uma crítica à forma de construção do conhecimento tal qual a conhecemos e propõe um mergulho mais profundo na experiência ou experimentação do campo da empiria, não apenas como estudos de caso ou locais onde se verificam ou aplicam determinadas hipóteses ou teorias, mas sim entendendo o campo como local onde se produz e prática o conhecimento. O diálogo entre teoria e prática deve se dar durante todo o processo da pesquisa, e é esta interação que irá sugerir os caminhos diversos da pesquisa.

É a partir deste lugar que procuramos propor nossa reflexão. Nosso objeto empírico foi determinante para a condução dos caminhos da pesquisa. E foi a partir da análise e da transformação provocada na pesquisa, na pesquisadora e na realidade que buscamos desenvolver este trabalho. Escolhemos trabalhar com uma favela ameaçada de remoção na cidade do Rio de Janeiro – favela Indiana – com a qual

## 1.

---

Consideramos o termo “informalidade” inadequado para definir a natureza das práticas populares. Nos espaços periféricos, existe formalidade e há informalidade nos espaços urbanos delimitados para as classes alta e média-alta. Entretanto, por falta de outro termo, seguimos o utilizando este, que deve ser considerado com essas ressalvas.

desenvolvemos um processo de aproximação desde o início de 2014, o qual descreveremos neste artigo.

Ao longo de nossa pesquisa, pudemos observar como os espaços de resistência, aqui representados pelas favelas, podem se configurar como potenciais de transformação social e espacial. É a partir deste universo de potencialidades que desenvolvemos este trabalho.

Para tanto, a aproximação intensa com o caso de Indiana foi fundamental. Não apenas para compreender os limites, complexidades e contradições da luta pela permanência da favela, como para abrir possibilidades de experimentação no campo do estudo e da prática da arquitetura e urbanismo, a partir da aproximação e atuação no sentido de realizar assessoria técnica de alunos, professores e pesquisadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ.

## INDIANA: Uma favela partida

A ocupação do terreno onde hoje se situa a favela Indiana teve início nos anos 1950, no bairro da Tijuca, Rio de Janeiro. De acordo com levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Habitação (SMH) em 2013, Indiana possui 363 domicílios e 75 estabelecimentos comerciais, e localiza-se em uma região dotada de infraestrutura, serviços e oportunidades de emprego.

A favela de Indiana é considerada uma favela de pequeno porte e se desenvolveu ao longo das últimas décadas sem ameaças declaradas de remoção. Embora desde a década de 1980 a favela tenha recebido alguns serviços e equipamentos públicos, como luz, pavimentação, coleta de lixo, creche e um CIEP, não houve grandes intervenções por parte do Estado em Indiana.<sup>2</sup>

Em 2012, a Secretaria Municipal de Habitação (SMH) apresentou uma proposta de remoção de toda a comunidade

e reassentamento dos moradores que assim o desejassem em novas unidades habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida, no bairro de Triagem sob a justificativa de que esta se encontra em área de risco, devido à ocupação, por parte da favela, da FNA<sup>3</sup> do rio Maracanã. Apesar disso, até o presente momento a prefeitura não apresentou laudos técnicos completos e detalhados que comprovassem a situação de risco<sup>4</sup>.

Após a proposta da SMH, uma parte dos moradores aceitou as unidades habitacionais em Triagem, porém outra parte decidiu permanecer em Indiana. Esta divisão da comunidade, inicialmente, não representou um conflito, uma vez que os interesses de um grupo não se confrontavam com os interesses do outro. Após a saída dos primeiros moradores de Indiana, a Prefeitura iniciou um processo de demolição das casas vazias.

Estas demolições não tiveram início nas casas que ocupavam a FNA, mas sim no trecho denominado “miolo”, uma área passível de regularização segundo o Instituto de Terras e Cartografias do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ)<sup>5</sup> e fora da área de risco. Este processo, além de não seguir critérios claros predefinidos, como localização ou condições de habitabilidade das casas, por exemplo, gerou enormes transtornos aos moradores que permaneciam na comunidade. Segundo relato dos moradores, os entulhos das demolições eram deixados no local, favorecendo a proliferação de vetores de transmissão de doenças. Além disso, muitas vezes as construções em favelas “apoiam-se” estruturalmente umas nas outras, e a demolição de uma casa pode desestabilizar a casa adjacente<sup>6</sup>.

Em vista de todos esses transtornos, o grupo de moradores que desejava permanecer na favela se reuniu e criou uma Comissão de Moradores. Esta comissão procurou o Núcleo de Terras da Defensoria Pública do Município (NUTH), e os moradores passaram a ser representados pela Defensora

---

## 2.

Em 1997, Indiana foi objeto do projeto Bairrinho – o correspondente do programa Favela Bairro para favelas de pequeno porte –, porém este não passou da etapa de Diagnóstico. O Diagnóstico Urbanístico foi realizado pelo escritório Arquitraço.

Maria Lúcia Pontes. A partir daí, a Defensora entrou com um processo e solicitou uma liminar que impediu temporariamente as demolições na favela.

Com a liminar concedida, as demolições foram interrompidas. No entanto, a SMH interrompeu também a entrega das chaves dos novos apartamentos para os moradores que desejavam sair de Indiana e que inclusive já haviam assinado o dossiê exigido pela Prefeitura oficializando o interesse. A SMH condicionou a entrega das chaves dos novos apartamentos à suspensão da liminar e ao retorno das demolições. A justificativa da Prefeitura para as demolições foi de que os imóveis vazios poderiam ser ocupados por outras pessoas de fora da comunidade.

A Defensora e a Comissão de Moradores, por outro lado, defendem que as casas das pessoas que querem sair deveriam ser ocupadas por moradores de Indiana que se encontram de fato em áreas de risco ou condições de insalubridade, realizando um gerenciamento interno na comunidade. Este impasse gerou um enorme conflito entre os dois grupos de moradores e a cisão da comunidade em dois lados.

Para auxiliar nas questões técnicas da luta dos moradores pela permanência em Indiana, a defensora buscou apoio na Faculdade de Arquitetura, por meio de professores e alunos, além de outros técnicos voluntários em áreas como engenharia por exemplo.

## TRANSFORMANDO O ESPAÇO CONSTRUÍDO

No início de 2014, iniciamos nosso processo de aproximação com Indiana, que faz parte de um trabalho que consolidou uma ampliação na rede de atuação dos processos de resistência existentes no local. Não apenas através da participação da universidade, mas também de técnicos voluntários independentes, outros órgãos do governo como o Instituto de Terras e Cartografias do Estado – ITER.

As primeiras atividades na favela em parceria com a universidade foram atividades de aproximação de apoio mais imediato às demandas emergenciais

Acompanhamos visitas técnicas com membros da Defesa Civil, por exemplo, buscando entender os critérios e justificativas da prefeitura para a remoção. Além disso, auxiliamos no processo de cadastramento dos moradores que desejavam permanecer em Indiana, realizado pelo ITERJ no primeiro semestre de 2014. Levantamentos físicos para melhor entendimento da favela, relatórios técnicos para dar suporte ao processo conduzido pela Defensoria Pública e inúmeras reuniões com os moradores, como a exibição de filmes em telão na praça de Indiana, festa de Dia das Crianças e outras atividades que favoreciam o encontro, a troca e um maior sentimento de confiança por parte dos envolvidos.

Durante esta aproximação, ficou claro que havia uma demanda dos moradores por um plano de urbanização que pudesse, por um lado servir como ferramenta de luta e demonstração de que seria possível a permanência, e por outro para que se colocasse no papel uma série de ideias que os moradores já tinham sobre melhorias no seu espaço urbano.

Para enfrentamento dos desafios de elaboração do plano de urbanização de Indiana, foi oferecida uma disciplina inserida na grade curricular da FAU/UFRJ no segundo semestre de 2014, aumentando o número de estudantes envolvidos e a carga horária disponível de professores e alunos. Por envolver, além de todos os atores já citados, alunos e a estrutura da FAU/UFRJ, pudemos, por um lado, mergulhar de forma ainda mais profunda neste caso; por outro lado,

### 3.

---

. FNA: faixa non aedificandi.

### 4.

---

Canedo (2012) e Azevedo & Faulhaber (2015) apontam como o argumento de ocupação em área de risco tem sido utilizado pela prefeitura do Rio de Janeiro nos últimos anos como justificativa para levar a cabo processos de remoção de áreas valorizadas da cidade.

### 5.

---

O ITERJ iniciou um processo de regularização fundiária de Indiana em 2013.



a complexidade e as contradições de um processo coletivo se tornaram ainda mais latentes.

O objetivo principal para os professores envolvidos era o de oferecer aos alunos um exercício que envolvesse um engajamento e uma relação direta com o campo prático e que possibilitasse uma bordagem transdisciplinar, expandindo o conhecimento técnico previsto na grade curricular.

Este processo de imersão e de troca com os alunos levantou uma série de questões que foram fundamentais para o desenvolvimento da nossa pesquisa. Algo que nos chamou muita atenção é como o planejamento, elemento fundamental e intrínseco à nossa profissão, não consegue dar conta de uma realidade tão dinâmica. Desde o planejamento da disciplina até o desenvolvimento dos projetos em sala, inúmeras modificações tiveram que ser feitas ao longo do semestre para que adequássemos nossas expectativas às dos alunos, dos moradores, às exigências da universidade e a algumas urgências que surgiram ao longo do processo.

Outra modificação importante foi com relação à dinâmica de desenvolvimento. Os estudantes sentiram necessidade de estar mais presentes em Indiana, e decidimos então fazer a cada quinze dias uma aula em Indiana, onde eles poderiam conversar com moradores, esboçar os estudos desenvolvidos, conferir medidas e ter inspirações do local. Essas visitas frequentes foram fundamentais para o conhecimento da realidade de Indiana e para transmitir confiança aos moradores. No entanto, soubemos também que têm gerado alguns conflitos, uma vez que os moradores que desejam sair veem nos estudantes e na universidade um empecilho à sua conquista da habitação pelo PMC-MV. Esses conflitos não foram observados diretamente por nós, mas relatados pelos moradores da comissão.

Desde o início, mesmo partindo de um planejamento inicial, buscamos nos manter abertos e flexíveis

às mudanças que poderiam ocorrer ao longo do percurso. Estávamos (professores e estudantes) cientes de que essas mudanças também faziam parte do processo de aprendizado e transformação mútua – dos indivíduos e da realidade –, e buscamos na medida do possível incorporá-las sempre que possível.

Esta abordagem de uma construção mais aberta e de certa forma imprevisível da construção do conhecimento científico e, especialmente, da atuação técnica na realidade complexa de uma favela carioca pode ser observada a partir do debate sobre a separação artificial das disciplinas, dos campos do conhecimento e da realidade híbrida defendido por Latour (2011[1991]) e B.S. Santos (2007).

Ao incorporar diferentes atores, possibilitar um caminho aberto de construção coletiva da disciplina, trabalhar não apenas com um estudo de caso, mas de fato dentro de uma demanda real, com pessoas reais que faziam parte da construção das soluções possíveis, buscamos realizar um exercício de ampliação do nosso entendimento enquanto arquitetos e urbanistas e de nossa atuação dentro de um espaço que havia sido constituído justamente na ausência de nossas normas, regulações e padrões técnicos. As contradições inerentes a este processo – e às nossas próprias convicções – se faziam presentes cotidianamente. Embora estivéssemos buscando trabalhar com a cooperação de diferentes disciplinas e áreas do conhecimento, por exemplo, nos víamos engeçados a uma estrutura curricular preexistente, a uma carga horária inferior ao que julgávamos necessário, à necessidade de um sistema de avaliação (mesmo que subjetivo), à dificuldade de diálogo e entendimento de outras áreas técnicas, e, especialmente, à nossa falta de habilidade de dialogar com os moradores de Indiana.

Esta dificuldade era visivelmente recíproca e ora evidenciava um sistema hierárquico falsamente construído, onde supostamente nós da universidade detínhamos o saber, ora criava conflitos na medida em que há uma falta de valorização por parte dos técnicos

## 6.

---

Estas estratégias utilizadas pela prefeitura não são exclusivas de Indiana e foram documentadas por Azevedo & Faulhaber (2015).

(professores e estudantes) do saber construído pelos moradores. Apesar de nossos esforços para incorporar, ouvir e inserir as ideias dos moradores acerca das possíveis – e desejadas – transformações nos seus espaços, muitas vezes optamos por referências externas (de outros arquitetos que trabalham em favelas, por exemplo) ou em uma interpretação de nossos próprios desejos na materialização de projetos, ideias e imagens para Indiana.

Estas limitações e contradições nos dizem mais sobre como nossa sociedade se organiza de forma a invisibilizar os interesses e desejos de parte da população através de uma hierarquização do conhecimento, do que sobre as intenções ou a índole dos estudantes, professores, técnicos e moradores envolvidos. Ou seja, por mais abertos que estivéssemos, por mais consciência, debate e desconstrução, o sistema no qual estamos inseridos muitas vezes impede que transformações reais de fato ocorram.

Estas considerações, no entanto, não devem invalidar os processos, e sim nos motivar a seguir buscando outras formas de construir coletivamente conhecimento, transformação física e social, e de ampliar o diálogo entre aqueles que supostamente deveriam ser diferentes.

## PELO DIREITO A UMA OUTRA CIDADE

Mais do que a luta pelo direito à cidade existente, ou seja, a partir do desejo de inclusão de parte da população que se vê ou é vista como excluída, propomos que as favelas podem ser utilizadas como táticas de luta pela construção de uma outra cidade. O que observamos é que muitas vezes a resistência não apenas se dá em oposição a uma determinada ação por parte do governo, por exemplo, mas também se trata de uma resistência pela autonomia e pelo direito de escolha e de voz nas decisões relativas à moradia e à cidade.

Portanto, para pensarmos nestes processos de resistência e luta, é fundamental compreendermos os diferentes contextos de cada um destes espaços, e também observar que há neles um enorme potencial de discussão e debate sobre a cidade. Esta discussão está presente não apenas quando

movimentos sociais coletivos se organizam com demandas claras e objetivas, mas também nas práticas cotidianas de grupos de pessoas que muitas vezes não estão agindo no intuito de produzir determinadas discussões, mas sim de melhorar sua qualidade de vida dentro de um sistema precário e frágil.

O que argumentamos, no entanto, é a existência de um potencial transformador, e não de uma transformação oriunda dos processos tratados. Ou seja, não basta reconhecermos que há ali elementos transformadores, é necessário agir coletivamente no intuito de potencializar determinados aspectos inerentes ao invés de sufocá-los reproduzindo lógicas de dominação e manutenção das desigualdades e segregação socioespacial.

Assim como podemos observar o potencial transformador desses espaços, também devemos destacar e atentar para o potencial de manutenção de um sistema impositivo e homogeneizante das cidades, que tem favorecido historicamente as elites mundiais, que tem favorecido historicamente as elites mundiais. No caso das favelas cariocas, sua própria existência foi fomentada e tolerada pelas elites e pelo poder público durante diferentes momentos da história justamente por servir aos interesses dos grupos mais poderosos da cidade, como por exemplo reserva de mão de obra barata, contribuindo para a manutenção dos privilégios desses grupos em detrimento da população pobre.

Também é importante ressaltar novamente as práticas capitalistas e análogas às práticas hegemônicas que ocorrem especialmente nos casos do que chamamos de resistência reativa. No caso de Indiana, por exemplo, podemos citar as estratégias utilizadas durante o conflito entre parte da população que aceitou as unidades do PMCMV e a parte que gostaria de permanecer.

Tomando o caso da favela Indiana como elemento de discussão, pudemos observar durante nossa aproximação que, se por um lado a luta pela resistência ao modelo de desenvolvimento urbano proposto pelo governo estava evidente no desejo de permanência na comunidade, por outro este movimento não foi unânime e representou a divisão dos moradores em dois





Casas demolidas na favela Indiana  
Fonte: Acervo Abricó





grupos opostos: os que desejavam permanecer e os que desejavam sair de Indiana e receber um apartamento do Programa Minha Casa Minha Vida. A divisão em dois lados não deve, no entanto, ser vista de forma simplista e superficial como tendo de um lado aqueles que aprovam o modelo imposto pelo governo e de outro aqueles que defendem outra forma de desenvolvimento urbano. A aproximação com a realidade nos mostra que mesmo esta dualidade é construída e desconstruída cotidianamente e que há muitas nuances e muitas complexidades dentro de cada um dos grupos.

Embora as lideranças dos dois grupos opostos tenham tido que se identificar com um ou outro discurso de forma a unificar as demandas, o contato cotidiano com diversos moradores nos mostrou que o que movia cada um para um lado ou para outro estava muito mais relacionado com particularidades e interesses pessoais do que com uma visão de conjunto uniforme.

Da mesma maneira, em cada um dos grupos observamos estratégias no intuito de se beneficiar de um ou outro caso. Havia denúncias de moradores que aceitavam unidades do PMCMV, mas deixavam algum parente morando na casa em Indiana com o objetivo de adquirir mais uma unidade. Em outros casos, moradores que alugavam seus apartamentos para terceiros ameaçavam expulsar os moradores quando eram informados de que o processo de regularização fundiária só é possível quando o ocupante mora no local a ser regularizado. Solicitações de regularização de espaços coletivos, como a antiga sede da Associação de Moradores, em nome de um morador também eram recorrentes.

Essas aparentes contradições e particularidades não devem, no entanto, ser vistas de forma maniqueísta como estratégias perversas guiadas pelos próprios moradores. Em todos os casos, há uma justificativa dada por esses moradores para suas demandas, e muitas delas decorrem da extrema precariedade e vulnerabilidade a que estes sempre estiveram sujeitos.

Neste sentido, há que se colocar na equação os desejos e necessidade individuais e os coletivos. E em uma situação de conflito interno, como no caso de Indiana,

isto se torna mais difícil. A Prefeitura vem se beneficiando e fomentando este conflito nos últimos anos, criando inclusive elementos que acirram a divisão interna da comunidade.

Durante o trabalho de aproximação da FAU/UFRJ com Indiana, fomos rapidamente vistos como estando de um determinado lado do conflito – o lado dos que desejavam permanecer na comunidade. Isso se deu, pois de fato nossa atuação inicial surgiu a partir da demanda da Defensora Pública que representava a Comissão dos Moradores que desejava permanecer e, neste sentido, nosso trabalho foi o de auxiliar, através de relatórios técnicos e planos de urbanização, a defesa de permanência desses moradores. Tanto os membros da FAU/UFRJ envolvidos quanto a Defensoria e parceiros, no entanto, não se posicionaram contra aqueles que desejavam sair da comunidade. Reconhecemos que há também uma clara ideia das razões pelas quais aqueles moradores desejavam sair de Indiana, fossem elas pessoais ou relativas às condições insalubres a que estavam sujeitos. De qualquer forma, eram demandas legítimas e não necessariamente opostas ao desejo de permanente de parte dos moradores. Quem criou esta oposição foi a Prefeitura, ao condicionar a entrega dos apartamentos do Minha Casa Minha Vida à demolição das casas.

Há que se observar, portanto, que em um primeiro momento o surgimento e o desenvolvimento de Indiana se deram em um contexto de falta de alternativas formais viáveis para aqueles moradores. A partir daí o espaço urbano foi sendo cotidianamente construído a partir de concessões, decisões coletivas, imposições de determinados grupos ou do espaço físico, além de imposições do governo. A prática do direito à cidade se dá aí, neste processo de construção e transformação, mas também no momento presente, em que a ameaça de remoção força os moradores a assumirem a luta pela resistência ou a luta pela busca de outras condições – no caso, a aquisição de uma unidade do Programa Minha Casa Minha Vida.

Da maneira como enxergamos, atualmente ambos os lados estão em luta. E esta luta não é necessariamente por objetivos opostos. No cerne da questão está a luta pela autonomia, a luta pela decisão acerca de sua

própria mobilidade. A prática do direito à cidade como direito às suas próprias escolhas dentro da cidade. De um lado ou de outro, trata-se da luta pelo reconhecimento desses moradores como cidadãos e, como tais, com voz e direito, seja de ficar e lutar por uma favela melhor, seja de sair e ter o direito a uma habitação dentro dos moldes propostos pelo governo. De uma forma ou de outra, a luta dessas pessoas também não se encerra aí. Garantindo a permanência ou o acesso ao Minha Casa Minha Vida, há que se permanecer na luta cotidiana por acesso a melhores condições nesses espaços, pela inserção urbana de fato desta população. E esta luta pode se dar de forma coletiva e organizada, ou pode se dar nas pequenas resistências do dia a dia praticadas há tanto tempo pelos pobres urbanos nas nossas cidades.

## OUTROS TEMPOS, OUTRAS FERRAMENTAS, OUTROS ATORES, OUTROS PROCESSOS

*“Imaginemos ainda que estamos nos empenhando em transformar o mundo. Na qualidade de habilitados arquitetos inclinados à rebeldia, temos que pensar estratégica e taticamente acerca do mudar e de onde mudar, sobre como mudar o que e com que ferramentas.”*

(HARVEY, 2011 [2000], p. 305)

Durante o trabalho de parceria com Indiana, nos deparamos constantemente com nossos limites e desafios enquanto técnicos, professores, pesquisadores e estudantes diante de uma atuação mais próxima da realidade. Estes limites vão além da nossa falta de prática em processos participativos ou em uma arquitetura mais ativista. Eles estão intimamente relacionados à relação entre a produção do espaço e a reprodução de lógicas de dominação naturalizadas em nosso sistema.

Esta reprodução se reflete diretamente nas nossas ferramentas, tempos e processos. Como defende Ferro (1979), nossas ferramentas, especialmente a do desenho, servem como instrumento de alienação daqueles que efetivamente constroem

os espaços por meio de uma separação entre aquele que pensa a cidade e aquele que a executa.

No caso das favelas, como Indiana, a ferramenta do desenho torna-se ao mesmo tempo elemento de opressão e de diálogo. Se, por um lado, os moradores tinham maior conhecimento e entendimento tanto da configuração urbana da favela como daquilo que desejavam como transformação e melhoria, por outro compreendiam a força de um desenho entendido como “Plano de Urbanização” como elemento de pressão à Prefeitura e como elemento de diálogo entre técnicos e moradores e entre os diferentes grupos de moradores.

Apesar das contradições entre o planejamento e a realidade dinâmica das favelas, o desenho se apresentava também como um produto concreto que simbolizava desejo e poder daqueles moradores. No entanto, o desenho demandado era um desenho elaborado coletivamente, e não um desenho imposto. O desenho/modelo imposto de vida, aqui representado pelo conjunto Minha Casa Minha Vida, havia sido rechaçado por parte dos moradores.

Nossa dificuldade de diálogo com os agentes reais da transformação dos espaços informais relaciona-se diretamente com nossa formação, que separa os que pensam dos que constroem e que entende planejamento e projeto como uma construção exclusivamente técnica e que exclui os usuários dos espaços do processo. Portanto, a desconstrução – no sentido da filosofia de *Deleuze, Guattari e Derrida* – de tudo aquilo que pensávamos saber foi diária, e o esforço para reorganizar e reconstruir coletivamente outras ordens de ações foi enorme. Portanto, a desconstrução – no sentido da filosofia de *Deleuze, Guattari e Derrida* – de tudo aquilo que pensávamos saber foi diária, e o esforço para reorganizar e reconstruir coletivamente outras ordens de ações foi enorme.

Em nossa experiência com Indiana nos demos conta de que os tempos do projeto, da universidade, do poder público, não são condizentes com as urgências dos moradores que transformam seu espaço cotidianamente. Portanto, atuar em favelas é atuar em um

espaço fluido e em constante transformação. A transformação do espaço construído não se dá em um espaço construído não se dá em um espaço estático, mas sim em um espaço que se transforma em uma velocidade muito maior do que as nossas ferramentas podem dar conta. Por outro lado, os moradores que conheciam e viviam aqueles espaços todos os dias dominavam de forma natural aquelas transformações. Era preciso, portanto, atuar na urgência, garantindo qualidade no trabalho proposto e ampliando o diálogo entre universidade e campo, pois para nós esta era a única forma de funcionar.

Neste sentido, o processo de aproximação com Indiana foi um processo de experimentação. Assim como acreditamos que as transformações cotidianas feitas pelos próprios moradores também se tratam de experimentações. Não havia um objetivo concreto ou possibilidade de elaboração de um plano rígido de ação, uma vez que nem os moradores ou os técnicos envolvidos sabiam exatamente quais as demandas que surgiriam ao longo do processo. O único elemento imutável durante todo o trabalho foi a tentativa de auxiliar os moradores em sua luta pela permanência. em Indiana e melhorias de seu espaço urbano por meio de um processo participativo e coletivo.

Outro aspecto que ficou latente no desenvolvimento deste trabalho é a contradição de um processo participativo e nossa pouca – ou nenhuma – preparação para ouvir os não técnicos a respeito de propostas e soluções para seus problemas cotidianos. Podemos perceber que, embora haja um esforço muito grande por parte dos alunos e dos professores, temos uma habilidade muito maior em ouvir e incorporar a visão dos moradores quando se trata da identificação dos problemas da comunidade. Mas para a proposição de soluções ainda continuamos muito centrados em nossas referências em outros arquitetos/urbanistas e pouco na experiência e vivência dos não arquitetos construtores de seu espaço. No caso de Indiana, assim como de várias favelas, os moradores têm ideias muito concretas sobre o que fazer para melhorar sua comunidade. As soluções vão desde grandes intervenções, como uma laje sobre o rio para área de lazer, até pequenas mudanças que impactam diretamente no cotidiano dessas pessoas, como a construção de um guarda-corpo em uma passagem improvisada sobre o rio e a substituição de postes que atrapalham a circulação em alguns becos.

O problema é que muitas dessas soluções vão de encontro a algumas questões que aprendemos na universidade e/ou com importantes pensadores das cidades. No entanto, não se trata do diálogo entre aqueles que dominam o saber e os que não dominam, mas sim dos conflitos entre formas de saber diferenciadas, uma mais pautada na experiência e na urgência do que a outra. O desafio está em como articular essas diferentes visões de mundo, entendendo que, como técnicos, temos algum conhecimento específico, porém como moradores eles têm muito a nos ensinar sobre suas práticas cotidianas. Esta conciliação não é simples. Por diversas vezes ao longo do trabalho nos questionamos com relação às nossas próprias certezas enquanto arquitetos e urbanistas. Por outro lado, os moradores também tiveram que questionar suas certezas e repensar suas próprias lógicas.

A discussão sobre outra forma de enxergar e atuar na realidade das favelas passa também, portanto, por uma crítica e revisão de nossas próprias ferramentas,



tanto enquanto pesquisadores, como enquanto profissionais. Ao nos depararmos com uma realidade dinâmica como a das favelas, percebemos que elas não dão conta de apreendê-la de forma efetiva. Vemo-nos realizando adaptações de instrumentos pensados para outras realidades, outra temporalidade, outro contexto. E no máximo conseguimos chegar a uma série de aproximações<sup>7</sup>.

Acreditamos que, nas favelas e demais espaços construídos, de certa forma à margem de algumas das regras (estratégias) da sociedade, e onde as táticas aparentemente predominam, tornam-se mais evidentes as contradições entre uma visão externa e estática do mundo idealizado e o dinamismo do mundo real concreto.

Muitas das ações do poder público e de técnicos acerca das formas alternativas de habitação por parte da população pobre partem de uma lógica de que, ao colocá-las sob a mesma égide e sob as mesmas regras do restante da cidade, seus habitantes e seu habitat irão evoluir e atingir o status de “urbanizado” ou poderíamos dizer “civilizado”. Esta visão reforça a segregação tanto social quanto espacial, na medida em que coloca em diferentes níveis de evolução determinados grupos da sociedade.

A própria forma como o governo, respaldado por parte da sociedade, assume as soluções do problema da moradia no Brasil revela uma visão “domesticadora” do pobre. O Programa Minha Casa Minha Vida, a exemplo dos inúmeros conjuntos do BNH e outros programas, não leva em consideração a complexidade da moradia da população que se pretende atender da moradia da população que se pretende atender. Não considera, por exemplo, as dinâmicas de crescimento das famílias ou a necessidade de uso da moradia como local de trabalho. Andrade e Leitão (2006) desenvolveram um estudo sobre as transformações realizadas em conjuntos habitacionais para atender às necessidades dos moradores reassentados, no qual fica claro que não apenas os projetos para os conjuntos habitacionais não haviam levado em consideração as práticas e desejos

dos moradores, como também que estes não iriam simplesmente se submeter aos limites do espaço físico e adequar suas práticas cotidianas à nova configuração espacial imposta. Ao contrário disso, o que se vê é um constante processo de transformação que desafia os limites da construção técnica e em alguns casos coloca em risco a integridade física dos moradores.

Para além da crítica às ações dos moradores no intuito de transformar seus espaços físicos, é crucial a crítica aos projetos e especialmente aos processos de formulação e desenvolvimento dos espaços de moradia promovidos pelo governo ou por atores privados. A forma por muitas vezes ousada com que os moradores interferem nas construções evidencia a potência da cidadania insurgente defendida por Holston (2013), demonstrando que o domínio do espaço físico adquirido através de décadas de autoconstrução não será facilmente reprimido pelo Estado ou pela elite.

Afirmar que não existe planejamento nas favelas seria uma imprecisão e uma visão superficial e homogênea do desenvolvimento das favelas. Conforme Silva (2005) demonstra, há uma diversidade de formas pelas quais as favelas cariocas surgiram e se desenvolveram, e muitas delas estiveram atreladas a projetos de parcelamento do solo irregulares ou abandonados, entre outras estratégias que demonstram que a ideia de desenvolvimento puramente orgânico e espontâneo das favelas não é uma representação acurada da realidade.

A visão linear do tempo presente na prática do planejamento urbano não apenas não é condizente com a realidade dinâmica dos espaços estudados, como serve como instrumento de imposição e dominação.

A linearidade do tempo implica a ideia de evolução, progresso. A tentativa de imposição de um modelo físico predefinido e o entendimento de uma estrutura temporal de evolução se reflete no campo da atuação de técnicos nas favelas de forma a reforçar a segregação existente e impor um determinado modo de

7.

---

C.N.F. Santos (1980) trabalhou as limitações e contradições do trabalho dos arquitetos em favelas.



Apresentação final do trabalho da disciplina Transformação do espaço  
construído em Indiana  
Fonte: Acervo Abricó







## CAMINHOS

vida a esses habitantes da cidade. Para ele, quanto maior a diversidade de saberes e experiências, mais o presente se expande e o futuro se contrai. A diversidade de experiências pressupõe a existência de conflitos e diálogos. O autor propõe a troca de saberes e experiências entre técnicos e população, diferentes formas de trabalho e produção, diferentes sistemas de classificação diversidade e da multiplicidade disponíveis social, diferentes meios de comunicação.

O reconhecimento e a expansão da e possíveis trazem dois problemas. O primeiro é o da fragmentação da realidade e o segundo, derivado do primeiro, é o da “impossibilidade de conferir sentido à transformação social” (B.S. SANTOS, 2002, p. 261).

À medida que o trabalho se desenvolve, percebemos cada vez mais que é necessário encontrarmos formas de pensar junto com os moradores, de incorporar o dinamismo em nossos processos, de buscar pensar a partir de uma lógica mais aberta e livre. Como disse C.N.F. Santos sobre sua experiência em Brás de Pina.

*De fato, fomos vendo que o mais fascinante resultado do que fazíamos era o que acontecia a partir daí e totalmente fora de nosso controle. Quanto mais inventávamos sofisticadas maquinações sobre o espaço, a economia e os comportamentos sociais, mais éramos superados pelos processos do dia a dia individual e coletivo dos moradores.*

(C.N.F. SANTOS, 1980, p. 42)

Esse dinamismo não é exclusivo das populações mais pobres. No entanto, quando há necessidades latentes e um cotidiano que impõe decisões dia a dia, ele se torna mais forte. E talvez um dos caminhos seja buscar aprender com ele, afinal de contas os pobres já sabem como lidar com o imprevisível há tempos, nós é que procuramos a segurança do estático e do previsível.

Embora exista a participação de movimentos sociais em uma luta organizada que envolve diversos aspectos da transformação social urbana no Brasil, em muitos casos a necessidade por moradia vem antes de qualquer pensamento ideológico. As favelas muitas vezes não se apresentam como uma escolha de fato, mas como uma alternativa encontrada onde não há muitas opções. Não se trata, portanto, de uma escolha por uma vida coletiva, por outra forma de morar; trata-se muitas vezes, inicialmente, de sanar uma necessidade básica pelo abrigo, proximidade do trabalho, da família.

No entanto, pela marginalidade desses espaços com relação às regras impostas e criadas na nossa sociedade, faz-se necessário criar novas regras cotidianamente. A vida coletiva acaba por se fazer necessária, mas nem por isso menos conflituosa. Os ideais de solidariedade, autonomia, liberdade e comunidade que se constroem vêm, muitas vezes, a partir da exclusão.

Independente de esta forma de vida alternativa vir antes ou depois, da necessidade se sobrepor ou não à ideologia, o fato é que se constroem dinâmicas coletivas, alternativas fora do sistema formal do capitalismo neoliberal.

Acreditamos, portanto, que possa estar nas favelas as pequenas iniciativas de resistência e de repensar o sistema capitalista excludente, que juntas podem se fortalecer. São nos momentos e nos espaços de tensão e conflitos que as mudanças ocorrem. O encontro como confronto cotidiano de ideias e práticas está presente no espaço urbano (Lefebvre, 1994) e potencializado nas experiências coletivas de habitação.

O que podemos observar com o caso de Indiana, e tantos outros (não apenas de favelas e outras formas de habitar a cidade), é que seja como forma de resistência organizada, através dos movimentos de luta pela moradia e outras organizações coletivas, seja a partir de iniciativas individuais, os pobres da cidade encontraram formas de utilizar espaços vagos e sem interesse para o poder público ou para o mercado imobiliário, garantindo de certa forma o seu direito de habitação e sua inserção urbana.

No entanto, se por um lado a ação dos pobres pela moradia parece resolver a questão da grande massa excluída dos processos formais de acesso à habitação e à cidade, por outro acaba por gerar problemas mais complexos e de grande impacto social. A possibilidade de localização dos trabalhadores em áreas bem localizadas da cidade, mesmo que em condições de insalubridade, contribui para o barateamento da mão de obra e a precarização da qualidade de vida desses indivíduos (Maricato, 2009). Além disso, a criação de guetos de pobreza, onde o Estado está ausente, favorece a segregação socioespacial e a violência urbana, tanto dos habitantes desses guetos, sujeitos a poderes paralelos como a milícia e o tráfico, quanto dos demais habitantes da cidade, que também se restringem aos seus guetos de riqueza (condomínios, shoppings etc.). Assim, buscam-se os espaços dos iguais, e vai se tornando cada vez mais restrito o convívio entre os diferentes, responsável pela diversidade da cidade.

Portanto, a luta pela permanência na moradia construída representa uma luta pelo direito à cidade, uma espécie de resistência ao processo cruel de “desenvolvimento” capitalista neoliberal. Ela representa as táticas dos habitantes mediante as estratégias rígidas da sociedade (C.N.F. Santos, 1988). Em uma sociedade onde as regras (estratégias) são normalmente impostas de cima para baixo, surgem ações de baixo para cima que permitem que a vida continue acontecendo à sua maneira (táticas) (Certeau, 1994 [1980] e C.N.F. Santos, 1988).

É a luta pelo direito à cidade, mas a uma outra cidade. Uma cidade mais igualitária, com menor segregação socioespacial, uma cidade não mercantilizada. Trata-se de autonomia, direito a mobilidade, direito a experimentação. A inclusão dos pobres da cidade no sistema deve ser pensada de forma a, a partir deles e suas vivências, revolucionar-se a cidade, e não garantir apenas o acesso àqueles que não o têm. É por uma outra cidade, por um outro urbanismo, por uma outra forma de relacionar-se, que seja construída cotidianamente por seus cidadãos. É pela valorização das conquistas, pelo reconhecimento das dinâmicas, pela possibilidade de se reinventar coletivamente.

A resistência ao projeto de cidade é uma resistência à imposição, à dominação. É uma afirmação de que existem outras possibilidades e formas de viver possíveis. A luta é por se inserir, mas não por se adequar. Os termos são ditados por aqueles que são livres, donos de sua própria história. Conforme afirma Holston (2013), a segregação de grupos de pessoas mobiliza a insurgência desses cidadãos. É a partir da situação de não pertencimento que se constrói a possibilidade de outra forma de pertencer e conectar-se.

Neste sentido, não cabe reduzirmos a questão das favelas ao acesso à moradia, não basta ampliarmos a moradia e revelarmos a importância da inserção urbana no desenvolvimento do indivíduo urbano. É preciso em primeiro lugar entender a complexidade desse movimento, e respeitar a autonomia de cada grupo, de cada ocupação. É olhar para o conjunto e observar que enquanto movimento ele se fortalece, mas é também olhar atentamente para o particular e entender que, sem as especificidades e subjetividades de cada grupo, não existe luta. A relação da escolha do local de moradia não pode ser entendida, portanto, dentro de uma simples relação centro-periferia.

O espaço da favela pode ser visto, portanto, como um potencial espaço para a construção do utopismo dialético de Harvey (2011 [2000]). Para que nos tornemos “arquitetos rebeldes” na construção deste outro espaço urbano, de troca e de imaginação, precisamos trabalhar na construção de possibilidades políticas materializadas no espaço.

## Referências Bibliográficas

- Albernaz, P.; Canedo, J.; Minto, F. (2016) 'Transferência dialógica de saberes para melhoria habitacional: Urbanização da Comunidade Indiana na cidade do Rio de Janeiro'. Artigo apresentado em II Congresso Internacional de Habitação Coletiva Sustentável, São Paulo, Brasil, 18-20 abril.
- Andrade, L.S.; Leitão, G. (2006) 'Transformação na Paisagem Urbana: favelização de conjuntos habitacionais', in: Silva, R. C. M. (org.) A Cidade pelo Averso: desafios do urbanismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Viana e Mosley.
- Andrade, L.S. (2013) 'Para além da arquitetura possível nas favelas cariocas', in: Reverso de um espetáculo urbano: desafios e perspectivas para uma arquitetura habitacional popular. Rio de Janeiro: Casa 8.
- Azevedo, L.; Faulhaber, L. (2015) SMH 2016 – Remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Mórula.
- Canedo, J. (2012) Intervenções urbanas em favelas - o arquiteto no processo coletivo de construção e transformação das cidades. Rio de Janeiro: PROURB/FAU/UFRJ. (Dissertação de mestrado).
- Certeau, M. de (1994 [1980]) A Invenção do Cotidiano. Petrópolis: Editora Vozes.
- Davis, M. (2006) Planeta Favela. São Paulo: Boitempo.
- Ferro, S. (1979) O Canteiro e o Desenho. São Paulo: Projeto Editores Associados.
- Harvey, D. (2006) A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola.
- Harvey, D. (2011 [2000]) Espaços de Esperança. São Paulo: Edições Loyola.
- Holston, J. (2013) Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.
- Latour, B. (2011 [1991]) Jamais Fomos Modernos. São Paulo: editora 34.
- Lefebvre, H. (2001 [1968]) O direito à cidade. São Paulo: Centauro.
- Lefebvre, H. (1994) The production of space. Oxford: Blackwell.
- Maricato, E. (2009) 'Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação', Caderno Metrôpoles, 11 (22): 33-52.
- Morin, E. (1990) Introdução ao pensamento complexo. Lisboa: Instituto Piaget.
- Santos, B.S. (2002) 'Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências', revista Crítica de Ciências Sociais, 63 (out): 237-280.



Santos, B.S. (2007) 'Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia dos saberes', revista *Crítica de Ciências Sociais*, 78 (out): 3 - 46.

Santos, C.N.F. (1981 [1979]) 'Velhas Novidades nos Modos de Urbanização Brasileiros', in: Valladares, L.P (coord). *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro: Zahar.

Santos, C.N.F. (1980) 'Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?', in: Velho, Gilberto (coord.). *O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus.

Santos, C.N.F. (1981) *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.

Silva, M.L.P. (2005) *Favelas Cariocas*. Rio de Janeiro: Contraponto.

# RIO DE JANEIRO PARADIGMA DA BELEZA E DO CAOS<sup>1</sup>

Luiz Fernando Janot

Professor de Arquitetura e Urbanismo | FAU | UFRJ,

membro do Comitê Organizador do 27º Congresso Mundial de Arquitetos – UIA2020RIO,

articulista Jornal O Globo

Contato: lfjanot@gmail.com

1.

---

Homenagem aos compositores de “Rio 40 graus”: Fernanda Abreu / Fausto Fawcett / Laufer

## CONCEITOS REVISITADOS

As cidades não são abstrações, elas reproduzem as sociedades estratificadas em seu território ao longo da história. A apreciação de uma cidade torna-se nebulosa se nos restringirmos a avaliar exclusivamente a sua condição espacial. Para melhor compreender as transformações ocorridas nas cidades é necessário inseri-las no contexto em que foram realizadas.

Desde os tempos remotos, as cidades tendem a incorporar ao seu processo de evolução urbana uma considerável influência das correntes migratórias que atuaram em seu território. A história está repleta de exemplos que comprovam como a participação dos imigrantes foi relevante para os processos de transformação urbana e adaptação de padrões arquitetônicos.

Entre as cidades brasileiras foi o Rio quem mais incorporou eventos relevantes em nossa história. De capital da colônia portuguesa acolheu o império lusitano com a chegada da corte ao Brasil. Após a independência se tornou sede do império brasileiro até ser a capital da República. Durante esse longo período o Rio foi o principal porto brasileiro a receber escravos provenientes do continente africano.

Tais circunstâncias contribuíram inegavelmente para promover na sociedade carioca uma extraordinária miscigenação racial. Mesmo depois de a cidade virar capital da República a migração nunca deixou de existir. Estrangeiros de diversas procedências chegavam ao Rio, atraídos pelas ofertas de trabalho. Moradores de outros estados também migravam para a cidade em busca de melhores condições de vida.

Com a consolidação da sociedade industrial ocorreu uma expressiva migração populacional do campo para a cidade e a cidade começou efetivamente a se transformar. A industrialização começava a movimentar a economia nacional e a gerar bens de consumo para os diferentes extratos sociais. O objetivo era alcançar toda a sociedade, mas, na verdade,

tal intento não foi alcançado. A classe operária, mal remunerada e envolvida com dificuldades financeiras, não conseguia ter acesso às benesses da industrialização.

A falta de recursos para adquirir a moradia em áreas urbanizadas, fez com que as camadas mais pobres da população adotassem como alternativa a ocupação informal de morros, margens de rios e outras áreas devolutas na periferia da cidade. Atualmente, cerca de um quinto da população carioca vive precariamente nessas localidades.

Morar em comunidades desprovidas de urbanização, de saneamento básico, de coleta de lixo, de condições de mobilidade, de espaços para recreação, entre outras tantas carências, não é tarefa fácil para ninguém. E ainda por cima estão sujeitas à ditadura imposta por traficantes ou milicianos.

A ausência do Estado nessas aglomerações urbanas informais, além de negar o direito constitucional de todo indivíduo, revela o desprezo do poder público em relação às camadas mais pobres da população. Trata-se de uma questão que atravessa anos sem que se encontre uma solução compatível para resolver esse grave problema.

A construção de conjuntos habitacionais nas periferias distantes não passa de um jogo perverso destinado a contemplar interesses específicos de diversas naturezas. Com o passar do tempo, essas edificações, em geral de má qualidade, acabam se deteriorando e se transformando em guetos de pobreza encravados na cidade. É preciso encontrar meios factíveis para reverter esse quadro de injustiça social o quanto antes.

Refletir e interagir diante desses e de outros aspectos que interferem na formação dos espaços urbanos das nossas cidades, corrigindo rumos e estabelecendo metas em benefício da população, pode ser a forma mais adequada de formular propostas e atuar de forma coerente com a realidade brasileira e do mundo contemporâneo.



## PRECONCEITO DISFARÇADO

A cultura hegemônica do capitalismo globalizado apresenta uma contrapartida indesejável para aqueles que não alcançam o sucesso econômico e social por ela tão propagado. No limite inferior da escala de valores estabelecida encontra-se um contingente de miseráveis que vivem à margem da sociedade, em condições precárias e sem meios de garantir sua própria sobrevivência.

São camadas da população que configuram a faceta cruel de um modelo econômico que não contempla paritariamente os seus cidadãos com os recursos e oportunidades disponibilizados para a sociedade. Era de se esperar que em regimes democráticos as becesses do capitalismo não ficassem restritas exclusivamente aos indivíduos que possuem recursos financeiros para usufruí-las.

Tal percepção indica que há uma aceitação incondicional das condições impostas pela economia globalizada e que, por extensão, tendem a interferir no comportamento humano e no cotidiano das diversas sociedades. Ao se colocar a cidadania e a dignidade humana em um plano secundário, abre-se o caminho para a iniquidade e a anomia prevalecer no contexto das nossas cidades.

O geógrafo Milton Santos, ao especular sobre esse tema perguntava, provocativamente, quantos habitantes no Brasil são de fato cidadãos e quantos nem sabem que não o são. Como resposta afirmava que se o espaço urbano for deixado ao livre jogo do mercado, ele tenderá a consagrar desigualdades e a constituir espaços sem cidadãos. Para ele, o grande desafio da sociedade brasileira está em encontrar meios que valorizem a cidadania<sup>2</sup>.

De uns tempos para cá, a cultura hedonista vem associando a felicidade humana à prática consumista desvairada. Além de satisfazer o próprio ego, o consumo desperta nos indivíduos uma sensação de prazer e estabelece um círculo vicioso que envolve o consumo e a aquisição do produto. Essa dependência passou a interferir negativamente no comportamento das pessoas que não possuem meios para realizar os desejos provocados pelas sedutoras campanhas publicitárias. Nessa perspectiva, as desigualdades sociais ficam mais explícitas e passam a constituir um quadro dramático no contexto urbano das cidades. Apesar de não se poder atribuir exclusivamente ao aspecto financeiro a responsabilidade por esses dramas sociais, é inegável que ele exerce um papel relevante para acirrar os ânimos e os contrastes sociais. A violência urbana nas cidades brasileiras confirma essa percepção.

Mesmo que de forma indireta existe uma relação promíscua entre a acumulação do capital financeiro e o mercado da ilegalidade. A corrupção endêmica que se apossou da nossa sociedade está de certo modo associada a essa engrenagem.

2.

---

Santos, Milton. “O espaço do cidadão” – São Paulo: Nobel, 1993 (p.07/43)

Os corruptos de colarinho branco e os criminosos sem eira nem beira costumam agir de modos semelhantes. Altera-se apenas a forma como se dá a prática criminosa.

## REFLEXÕES NECESSÁRIAS

As cidades não são representadas unicamente por seus espaços naturais e edificados. Elas são, sobretudo, referências da existência humana e como tal não podem ser apreciadas apenas por sua materialidade. Ambiência urbana e urbanidade são componentes indissociáveis da vida nas cidades e como tal precisam ser compreendidas e resgatadas para estimular as boas relações de convivência social.

Em seu livro “As cidades invisíveis” o escritor italiano Ítalo Calvino afirma que o inferno dos vivos, se existe, é aquele que está aqui e que ajudamos a criar nos ambientes onde ocorre a vida cotidiana. Para escapar desse inferno muitas pessoas se sujeitam a conviver com ele até não mais percebê-lo. Outras, porém, tentam identificar quem e o que no meio desse inferno não é verdadeiramente inferno e, assim, melhor compreender os verdadeiros significados da cidade<sup>3</sup>.

Essa parábola demonstra que em uma cidade como o Rio de Janeiro não se pode considerar inferno tudo aquilo que causa estranheza. Para evitar avaliações preconceituosas e precipitadas é necessário observar e refletir cautelosamente sobre o que se supõe ser ou não ser verdadeiramente um inferno na própria cidade.

Recentemente, a população carioca voltou a assistir com extrema perplexidade o crescimento vertiginoso da violência em seus espaços públicos. Na medida em que essa situação se agrava, aumenta a procura por espaços privados de uso coletivo que ofereçam maior segurança e conforto.

Dessa forma, se estabelece uma condição urbana que vem contribuindo gradativamente para o esvaziamento, desvalorização e degradação dos espaços públicos.

Configurou-se, desse modo, um círculo vicioso onde a ordem da desordem prevalece e o distanciamento entre classes sociais se amplia. No vácuo desse conflito, surgem, de um lado, os condomínios residenciais fechados protegidos por cercas, guaritas e seguranças particulares, e, de outro, as favelas e os loteamentos irregulares com suas barreiras reais e simbólicas, visíveis e invisíveis, a configurarem modelos distintos de exclusão social.

Acreditamos que a gradativa desconstrução dos conceitos que sustentam a formação desses enclaves urbanos possa ser uma forma eficiente de contribuir para o resgate da cidadania no Rio de Janeiro. Este talvez seja o caminho mais curto para recuperar a urbanidade perdida e a imagem de cidade agregadora e democrática. É preciso mostrar que o Rio não vive apenas do seu passado glorioso, mas, sobretudo, da alegria e da solidariedade coletiva em seus espaços urbanos.

## SAÍDAS IMAGINADAS

Se no início o destino dos que deixavam o Rio por não suportar a violência era Miami, hoje a bola da vez é Portugal. Por menor que seja o fluxo contínuo das pessoas que deixam atualmente a cidade, não dá pra continuar assistindo esse êxodo de braços cruzados. A imagem negativa que decorre dessa atitude demonstra que o Rio está passando por um processo descontrolado de decadência e de esvaziamento sintomático de novos empreendimentos.

Só há um jeito de desestimular as pessoas que estão deixando a cidade e as que sonham em deixá-la algum dia. A proposta consiste em promover ações para conter o avanço da criminalidade e recuperar paralelamente a confiança perdida nas representações políticas e empresariais..

3.

---

Calvino, Ítalo. “As cidades invisíveis” – São Paulo: Companhia das letras, 1990 (p.150).

Hoje, infelizmente, uma boa parte dos nossos políticos e empresários está comprometida pelas práticas delituosas e pela corrupção deslavada que assolou o país.

Em meio ao tiroteio ideológico que marca atualmente a política brasileira, vemos, de um lado, um desgastado comportamento ideológico em defesa de medidas inócuas para reverter a violência atual, e, de outro, os arautos do mercado que se recusam a reconhecer o Estado como mediador de políticas de interesse da sociedade.

Enquanto no exterior se investe pesado na valorização dos ambientes urbanos, no Brasil despreza-se essa tradição. O que mais encontramos em nossas cidades são espaços urbanos deteriorados e relegados ao abandono. Infelizmente, ainda persiste entre as nossas autoridades governamentais e a própria população, um desconhecimento primário da importância que os espaços públicos desempenham para a valorização da cidade.

Quando não se oferece uma urbanização qualificada e condições de segurança que permita às pessoas circularem pela cidade sem sobressaltos a qualquer hora do dia e da noite, a probabilidade de degradação dos espaços públicos aumenta consideravelmente. O estado de decadência da maioria das nossas áreas centrais reflete a gravidade deste problema.

Como contrapartida, há que se recorrer a políticas urbanas capazes de alavancar um desenvolvimento sustentável e duradouro para a cidade e, simultaneamente, atrair novos investimentos. O primeiro passo é requalificar espacialmente as ruas, praças, parques e jardins de modo a resgatar condições propícias para o convívio social nos espaços públicos.

Infelizmente a perspectiva de construir uma sociedade mais justa e equânime parece cada vez distante. A matriz de desenvolvimento global consagrada como dogma pela ampla maioria das nações dificulta contestações dessa natureza. Apesar de as recentes conquistas tecnológicas mostrarem avanços significativos para a humanidade, são poucas as pessoas que conseguem ter acesso a tais benesses.

A concentração de capital nas mãos de poucos direciona os investimentos para os seus interesses exclusivos e de grupos financeiros espalhados pelo mundo afora. Vivemos um modelo econômico que condena legiões de jovens ao desemprego; que exclui idosos do mercado de trabalho; que impõe aposentadorias aviltantes aos trabalhadores; que despreza os que vivem na miséria; e que confina as camadas mais pobres da população em periferias e favelas desprovidas de recursos essenciais.

O Rio, depois de um curto período de aparente tranquilidade, voltou a viver, em maior escala, os conhecidos dramas decorrentes da violência urbana. Os conflitos armados entre facções do narcotráfico e a polícia deixaram rastros de terror nas comunidades faveladas e nas suas imediações. Como se não bastasse a luta para conter essa barbárie, a população carioca voltou a se sentir refém da onda de assaltos que acontece em toda a cidade.

Para reverter esse quadro desolador precisamos ter a convicção de que o caminho a ser trilhado deverá estar livre dos radicalismos de ocasião que alimentam ódios, violência e segregação de diversas espécies. As próximas eleições poderão significar uma oportunidade singular para reavivar o debate democrático e recuperar a dignidade perdida nos últimos anos. Não podemos perder a esperança de voltar a ver Rio admirado por todos.



Eu acho que todos imigrantes e refugiados que estão aqui estão considerando o Brasil como país deles... Eu, particularmente, o Brasil é o meu país, já que eu não posso voltar pra Síria pra morar de novo e não tem condições. Então, com o fato de eu estar aqui, de eu morar aqui... Eu quero um Brasil melhor, não só pra mim, mas pra todo mundo também; eu tendo a oportunidade de falar mais, de participar politicamente, eu acredito que ajudaria em várias questões como de eu ter outra experiência diferente do que os brasileiros têm, e diferente dos outros migrantes. “Eu preciso contato com brasileiro”; preciso contato com políticas, também, pra eu entender o que eu devo pro Brasil, o que eu posso fazer e que me ajude também. Então seria importante essa participação.

É isso.

Abel Bakkour

In: “Olhares Migrantes”



# Judeus do Egito: mudanças e permanências no Brasil

Tamara Tania Cohen Egler

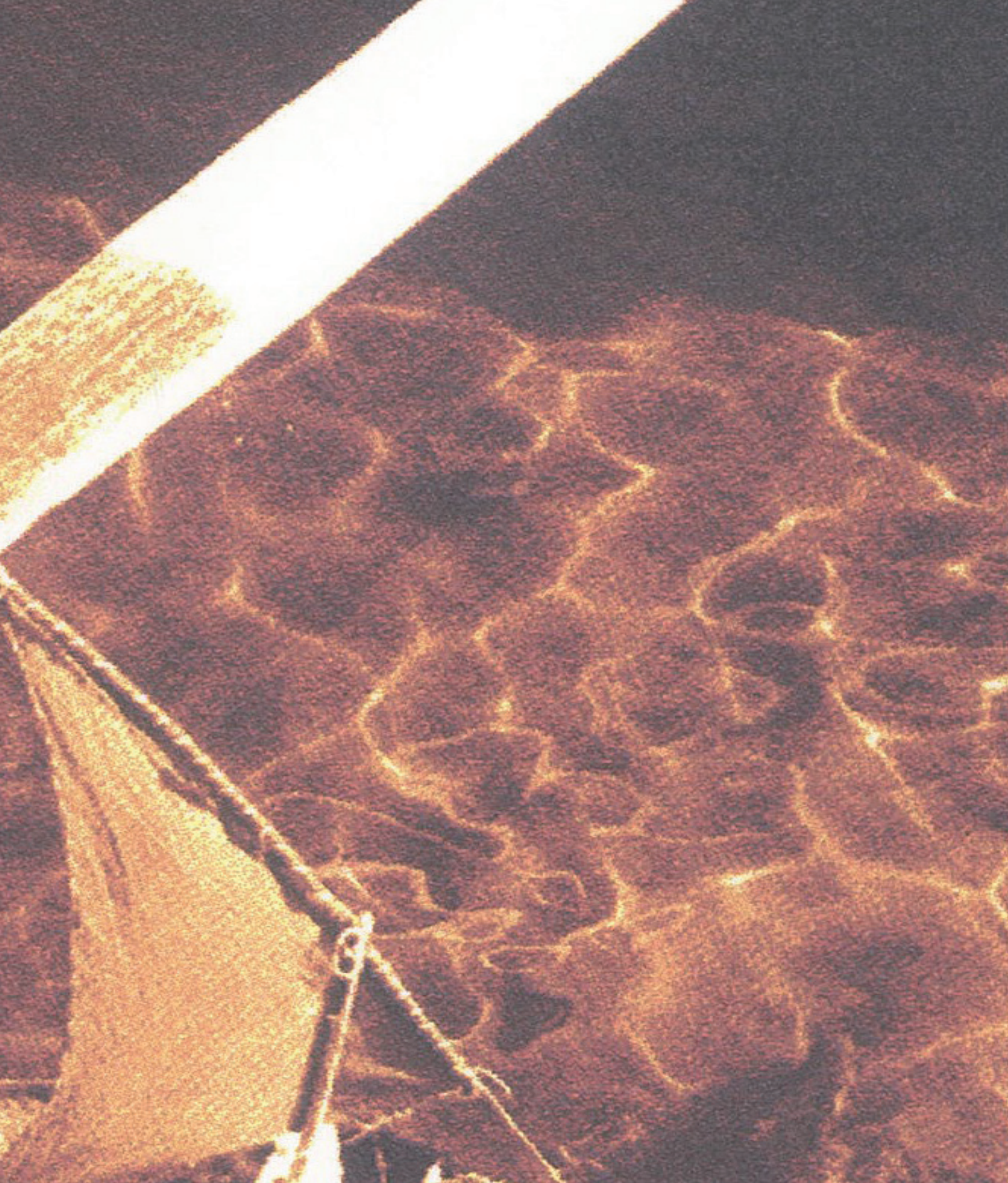
Professora | IPPUR | UFRJ

Pesquisadora CNPQ | Cientista do Nosso Estado, FAPERJ

Contato: [tamaraegler@uol.com](mailto:tamaraegler@uol.com)











6 - ALEXANDRIA - Saad Zaghloul



10 - ALEXANDRIA - Boulevard Saad Zaghloul



ALEXANDRIA 1914



11



Alexandria - The Boulevard Saad Zaghloul

# Alexandria



Esse estudo nasceu da questão que interroga sobre o *habitus* dessa comunidade, e como ele se plasma no corpo social, e permite reconstruir, em pouco tempo, e com dignidade uma existência no Brasil. É essa questão que suscita a nossa pesquisa que procura responder às seguintes indagações: o que acontece com uma comunidade quando, por condições externas à sua vontade, é obrigada a migrar de uns pais para outro? Quais são as mudanças que podem ser observadas na organização da cultura, nas energias práticas, no seu cotidiano, na integração com a nova sociedade? Quais são as variáveis que se mantém e quais são aqueles que se transformam?

Nosso objetivo é, portanto, fazer a memória coletiva dessa história compartilhada. A pesquisa nos leva a uma periodização do processo migratório, no sentido de identificar três momentos históricos: o primeiro sobre a vida no Egito, o segundo registra o processo de migração, no terceiro observamos as práticas de vida no Brasil. A estrutura da pesquisa foi concebida no sentido de identificar as práticas de vida em cada um dos países, para analisar as mudanças e permanências, na cultura, economia e energias práticas de vida.

Comunidade é um sentido de vida em comum, são relações sociais que colocam os indivíduos em comunhão, em coesão. A integração social resulta de um *habitus* lido nas formas de pensar, fazer e ser compartilhadas o que faz a integração de indivíduos em um ser coletivo. Para fazer essa importante contribuição teórica, Bourdieu faz a análise da casa cabile, na Argélia, para tanto observa as suas múltiplas determinações para além de sua materialidade, para adentrar na observação da cultura cabile, e incluir na sua análise as variáveis imateriais, como: contos, provérbios, ritos, objetos da cultura material, e o deslocamento dos corpos no espaço da casa. Ocupar o espaço de uma determinada maneira responde a uma forma específica de pensar, ser e agir, que resulta da cultura acumulada ao longo de muitas gerações (BOLTANSKY, 2005). Por isso Ana Clara Torres Ribeiro (2011) nos revela como toda ação tem uma marca sobre o espaço. Essa percepção é muito importante porque reúne numa mesma totalidade analítica as relações materiais e imateriais lidas no espaço.

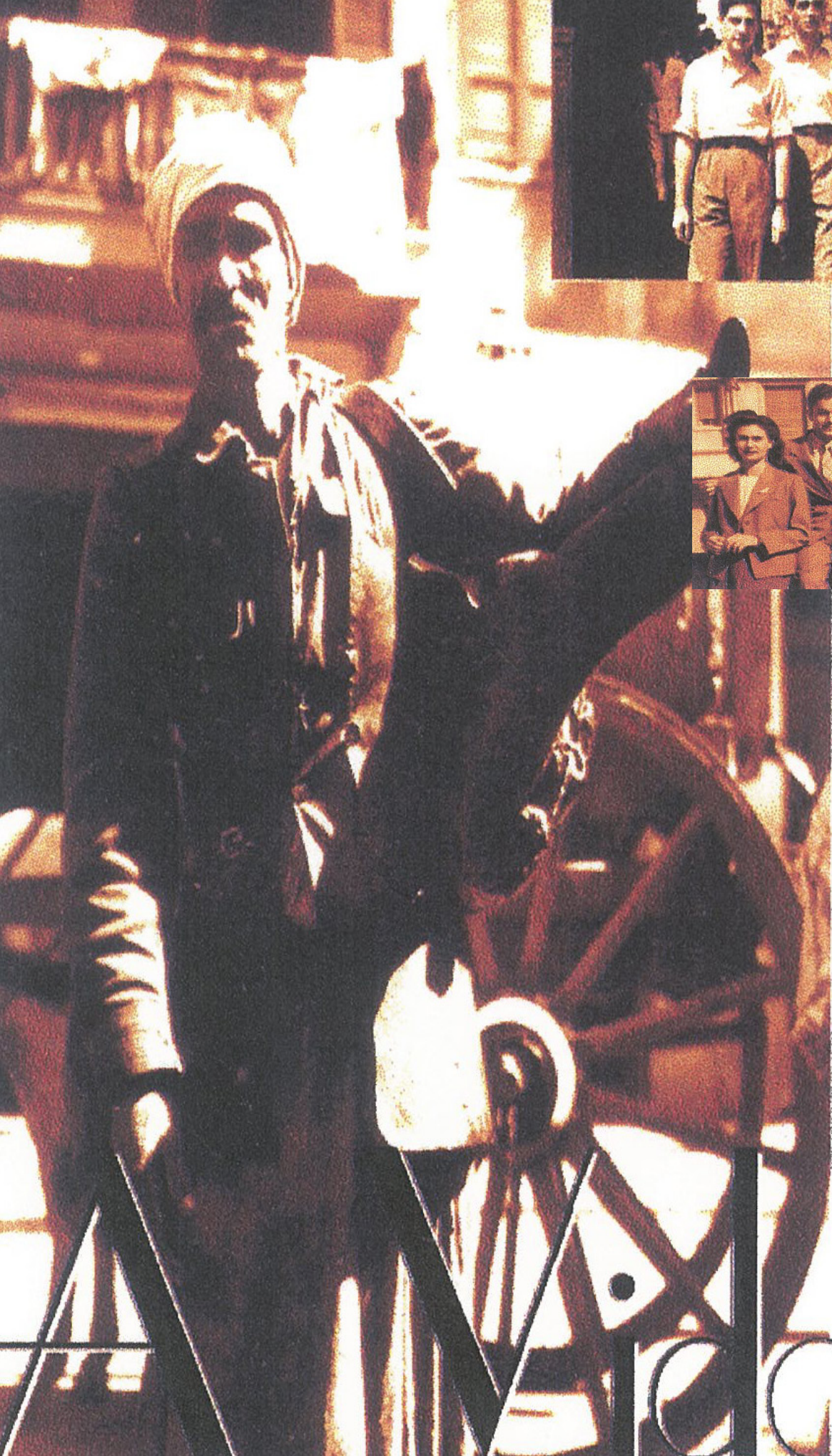
Esse grupo social compartilha das mesmas energias práticas, um mesmo rumo no movimento do seu ser, no tempo e no espaço. Ele se realiza através dos fios invisíveis de natureza comunicativa que fazem o tecido dos grupos sociais. Isso quer dizer que consideramos que a integração se realiza através da possibilidade de constituir esse coletivo que resulta da possibilidade de ler o mundo de forma compartilhada. Quando se trocam códigos, sentimentos, significantes, para dar o mesmo sentido (Bourdieu, 1998) e agir na mesma direção no mundo. Para tanto, é preciso unir esse coletivo, quando ele resulta do poder de compreensão coletiva. A compreensão antecipa a fala (Arendt, 1994) e se realiza através da comunicação, no domínio da vida onde se transmitem valores e conhecimentos culturais.

Não menos importante é incluir nessa reflexão Hanna Arendt (1981), que conseguiu fugir da Alemanha nazista e chegar aos EUA, quando na condição de ser judia, viveu o totalitarismo nazista e a democracia na América, quando interroga sobre as condições de existir, e busca compreender as origens do isolamento e desenraizamento. Para ela as sociedades se organizam através de vínculos que traçam as relações entre os grupos que tem identidades em comum e que fazem o poder de ação humana. Os grupos são constituídos através de vínculos que se representam por fios invisíveis de comunicação que ramificam o tecido social. São relações de mutualidade, que reúnem os homens em sua desigualdade. É a formação de um espaço social, que pela concordância comum, produz o acolhimento, que reúne aqueles que não são iguais, mas estão unificados.

A exclusão é uma relação social que coloca à margem do tecido, num lugar de não pertencimento os indivíduos e grupos que não participam das formas de pensar, fazer e ser coletivas, sendo que o pensar, faz a cultura, o fazer as relações econômicas e o ser as relações entre o indivíduo e o coletivo. Os grupos sociais se integram, portanto, em formas de produção da cultura, da economia e da política e do espaço social.

A condição de ser judeu do Egito no Brasil é um caso exemplar de análise na medida em que a história





MIC



da imigração pode ser lida no transcorrer dos últimos 40 anos, e temos elementos na realidade que nos permitem compreender as formas de integração, manutenção da identidade, e exclusão social. Temos ainda testemunhos que nos permitem observar, documentar, refletir, analisar e contar essa história.

## A VIDA NO EGITO - o sol no azul do mar

A vida no Egito está guardada na memória dos que viveram o tempo imóvel, a felicidade infinita de um ritmo de vida dado pelo trabalho, rituais, escolas, pelas recepções, festas, e pela intensa atividade cultural.

A presença judaica no Egito tem uma longa tradição, é considerada uma das mais antigas comunidades judaicas do mundo. Os judeus viveram em Alexandria desde a sua fundação por Alexandre. Era uma comunidade plural composta pela presença de grupos de diferentes origens sociais. Os Caraitas, de cultura judaico-arabe, muito antiga remontando há 3.000 anos, eram os mais pobres e tinham ritos particulares, falavam o árabe, rezavam de pés descalços, como os muçulmanos. Os Rabanitas, orientais de origem espanhola, eram os mais integrados à vida local, ocupavam um lugar especial na economia e na vida política, exerciam a liderança intelectual e política. Os Asquenazins de origem europeia eram artesões e trabalhavam com jóias. Eles conservavam as tradições culturais nos rituais religiosos e na alimentação (EGLER,1997).

O multiculturalismo no Egito, remonta às origens milenares, no século XX a imigração da Espanha, da Grécia, da França, da Itália, conduziu para a formação de uma nação judaica dentro do Egito, formada por vários grupos. Entre 1930 e final da década de 50, Alexandria foi centro importante da civilização mediterrânea. Uma história plural que permitiu a formação de uma comunidade de judeus do Egito. Na fronteira do ocidente com o oriente, um lugar onde se realiza um conjunto de práticas culturais próprias à essa condição

judaica- árabe e europeia. É como se esse multiculturalismo plasmasse essas diferentes origens culturais, reunindo num mesmo lugar do mundo, um pouco de cada uma dessas culturas.

Nessa convivência de paz, o diálogo com os árabes de religião muçulmana fluía no mar da abundância econômica, quando muitas vezes era possível observar sociedades comerciais formadas por parceiros judeus e árabes. Na política os membros da comunidade participavam dos mais altos escalões do Estado da nação egípcia, ministros, particularmente das finanças, ou ainda personalidades que detinham lugares importantes na vida nacional, como rabinos e médicos (Mizrahi, 1977). O que estamos reescrevendo é que existia um caminho de trocas entre a comunidade de judeus e egípcios que inclusive definiram a terminologia: judeus do Egito, uma condição judaica particular resultante de um processo histórico próprio.

A vida se desenvolve entre as atividades econômicas e de lazer. Nas imagens de nossa história podemos ver a abundância econômica, nas festas e nos rituais, e roupas que expressam a riqueza econômica e cultural do povo judeu no Egito. As festas comemoram a existência familiar e comunitária, e sua expressão está impressa nos jasmims e rosas que ornamentam casamentos e rituais. Assim, podemos entender essa história através de suas atividades produtivas e comemorativas, do que se é capaz de ganhar e do que se é capaz de comemorar.

## A ALEGRIA DE VIVER

A natureza deve ser considerada como mãe, é por essa razão que o sol é elemento fundamental na constituição dessa comunidade de homens, mulheres e crianças. É uma história florescente, que se realiza em um país onde as condições ambientais permitem um estar comunitário sob o sol no azul do mar mediterrâneo, da vida liberta no espaço onde acontecem todos os encontros de amigos e família.

A casa é a representação do lugar que as pessoas ocupam no seio da comunidade. Trata-se de um lugar que fala da condição econômica e representa a condição social. Os objetos que compõem a casa simbolizam os processos, a memória. É por essa razão que as jóias fazem parte do ritual comemorativo, expressão da capacidade de prover a existência familiar do homem. Enquanto a mulher se representa nos cuidados com a casa, a comida, com o bem estar material, responde pela ordem cotidiana da reprodução familiar.

A presença judaica no Egito era originária de diferentes grupos. Eles tinham suas próprias sinagogas e rituais, que realizavam os laços e identidades de cada grupo. Os casamentos aconteciam dentro dos grupos comunitários, e existiam clivagens que respondiam por relações de integração e exclusão. Era preciso compartilhar das crenças e das práticas sociais, para participar do tecido comunitário.

## A CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA NO EGITO

Corria em rio de abundância econômica, essa condição havia sido favorecida pela localização do Egito como entreposto comercial, que num primeiro momento do século XIX faz dos país, um produtor privilegiado de algodão que era exportado no mercado internacional, para imitar os teares ingleses da produção têxtil. Durante a segunda guerra mundial o Egito se encontrava em pleno desenvolvimento econômico, quando a guerra favoreceu a exportação de mercadorias egípcias, o que intensificou o fluxo de moedas e produziu um grande enriquecimento local (Stambouly, 1984).

Ao mesmo tempo, a segunda guerra mundial cria um espaço político de tensão permanente que interrompe esse ciclo de riqueza e prosperidade, quando as atividades culturais foram interrompidas. Com o fim da guerra tudo voltou à acontecer como antes. Era possível ver em Alexandria as principais manifestações

da cultura européia como: a Comédie Française, cantores italianos, as orquestras, as conferências, que traziam as representações sociais européias para dentro do Egito multicultural (Egler, 1997).

Com a criação do Estado de Israel em 1948, acontece a primeira guerra entre palestinos e judeus, é quando se instala a desconfiança entre egípcios e estrangeiros. A vida se politiza, as células comunistas se formam sob a proteção das organizações da juventude, os grupos sionistas se organizam nos clubes, e nos esportes israelitas, os movimentos nacionalistas árabes se defrontam com os irmãos muçulmanos nas escolas, nas universidades e em outras escalas de poder. O êxodo de judeus começa lentamente, discretamente.

A estória da família Bigio é emblemática. Com a criação do Estado de Israel em 1948, o governo egípcio promulga um conjunto de leis restritivas, quando a condição de existência dos judeus começou a piorar. Nesse contexto histórico, Leon Picciotto, líder de família, percebe o esgotamento da presença de judeus no Egito, quando reúne a sua família, formada por cinco irmãs, com seus maridos e filhos, sua mãe e seu irmão mais novo, para fazer uma migração coletiva. Para tanto, era preciso: convencer os membros da família para a importância da emigração, obter passaportes, vender os bens, guardar o dinheiro, organizar as viagens de toda a família. Em 1952, após 4 anos de preparação migraram para o Brasil, escolheram a cidade de São Paulo, onde alugaram uma casa no bairro de Higienópolis, para todos morarem juntos. Quando pouco a pouco foram capazes de criar meios de trabalho, cada um foi morar na sua própria casa, e alcançaram o desígnio de manter a família reunida num mesmo país, cidade e bairro (Bigio, 2103).

O golpe de Gamal Abdel Nasser, em 1952 -cria uma conjuntura política de arabeização que redefine a presença judaica no Egito. Um último suspiro pode ser lido na volta do General Néguib, em 1954, que representava ainda uma ideologia livre, que se confrontava com as organizações religiosas e que destituiu o poder dos irmãos muçulmanos. Ele manteve

um espaço de negociação com os países que então ocupavam o Egito, obtendo dos ingleses um acordo de evacuação do país em 26 meses. A revolução nacionalista nasseriana depôs o presidente Néguib, e as famílias foram se exilando lentamente. Foi o toque de recolher do cosmopolitismo (Balta, 1992).

O processo de arabeização se amplia, a Tunísia e o Marrocos alcançam sua independência, a revolução se prepara na Algeria, o nacionalismo de Nasser se propaga. Os russos ampliam sua presença no oriente e vendem as armas para o Egito, as relações de tensão entre os EUA e a URSS se estabelecem na guerra fria São construídas as condições necessárias para a nacionalização do canal de Suez que ocorre em 26 de junho de 1956, quando Gamal Abdel Nasser, em comício na presença de 250 mil pessoas, promulga a sua nacionalização. Quando expressa a importância da independência econômica e política da nação árabe (Balta, 1992).

Em outubro de 1956, as tropas israelenses invadem o Sinai, e alcançam uma penetração importante no território egípcio sendo secundadas pelas tropas francesas e inglesas que desembarcam em Port Said e Port-Fouad. Mas a URSS ameaça com a utilização de armas atômicas, e convence os norte-americanos à uma ação comum em defesa da ordem do Oriente médio. É o fim da dominação franco-inglesa que vai dar lugar à nova doinação exercida pelos EUA e URSS (Balta, 1992).

Foram promulgados um conjunto de decretos de desapropriação de capitais, negócios, patrimônio que levaram ao exílio mais de 90 mil pessoas, que em pouco tempo perderam seus meios de produção material e o lugar para a sua vida. O processo se estende com um conjunto de restrições ao setor privado, fechamento da bolsa de valores, expulsão das comunidades estrangeiras. Todos os bens foram seqüestrados ou nacionalizados. Escolas, hospitais, fábricas, negócios, casas, teatros, cinemas. Absolutamente todos os bens que pertenciam às comunidades foram apropriados pelo governo árabe (Balta, 1992). Ficaram os bens matérias, mas o *habitus*, que se plasma no corpo social se desloca com os judeus do Egito, para o Brasil.

Entre 26 de julho de 1956 e 24 de março de 1957, foi um pesadelo. Houve um acordo entre as lideranças judaicas e o governo árabe, foi uma expulsão branca, quando as pessoas deveriam abandonar rapidamente o Egito sem direito à levar, dinheiro, patrimônio ou bens materiais. As pessoas se encontravam nas ruas, e trocavam informações sobre o país de destino (Egler, 1997). Os mais ricos foram para a Europa, os mais jovens para o Brasil, os mais pobres foram para Israel, o governo árabe colocou à disposição grandes embarcações, sendo que as pessoas foram sumariamente embarcadas, com seus pertences pessoais. Uns após os outros deixavam o país.

## A CIDADE DE ALEXANDRIA

Na história da cidade de Alexandria, as nacionalidades se confundiam no misto da condição judaica, européia e árabe. Assim na sociedade era possível identificar os pobres, como corpo de operários, pequenos funcionários, os egípcios burgueses ocidentalizados. Os egipcianizados, portadores de um passaporte, como os judeus, turcos, gregos, e outros povos do mediterrâneo. Os judeus europeizados, que tinham vivido no seio do império Otomano sem problemas, viviam no Egito, na condição de apátridas.

Ocupações de diferentes países, abertura do canal de Suez e crescimento da economia algodoeira, faz de Alexandria o porto mais importante dos país onde se reúnem as comunidades Judaica, francesa, inglesa e grega. No seu esplendor ela não foi apenas uma simples expressão do seu crescimento econômico, Foi uma cidade livre, suspensa no tempo, foi durante um século o símbolo de um Mediterrâneo aberto ao mundo e à diferença. Essa abertura ao mundo não é um simples cosmopolitismo. O que conta não é a multiplicidade das nacionalidades presentes na cidade; mas sobretudo as trocas que se realizam entre as diferentes origens culturais que constrói sua condição multicultural. É essa reunião de diferentes formas de pensar, de ser e de fazer que





# Rituais



conformam uma totalidade cultural própria à essa comunidade alexandriense, partilhada pelas diferentes comunidades que habitam a cidade (Ilbert, 1992).

Alexandria, do mar, da Corniche, dos prazeres, lugar de encontro e diálogo de uma sociedade fundada sobre uma rica história econômica e política, expressa um Mediterrâneo onde tudo era possível, onde as fronteiras eram pouco importantes e os deslocamentos eram livres. Uma cidade quase ideal. Alexandria foi um importante lugar onde foi possível conjugar a condição individual de liberdade aos vínculos comunitários que remontam à antigüidade (Ilbert, 1992). E também ao mesmo tempo congrega a tradição otomana e européia aliando a cultura oriental e ocidental.

Uma sociedade plural fundada sobre a autonomia de diferentes grupos, quando se criou a possibilidade de gerir essas diferenças a partir da existência de um conjunto de interesses em comum. Durante a primeira guerra mundial, acentua-se a condição de refúgio, quando seu porto recebe milhares de refugiados russos que migrando por causa da revolução bolchevique irão encontrar uma nova identidade comunitária, o mesmo com os armênios que em Alexandria encontram uma escala no caminho do exílio. Todos se transformam em Alexandrinos. Os homens exilados, têm uma família, um amigo; as normas são conhecidas, e as pessoas encontram um espaço de abrigo social. Funda-se uma tradição cultural estruturada sobre a convivência da diferença, solidariedade e vida comunitária.

## O CONSELHO DE CIDADÃOS

Com uma tradição política construída sobre a autonomia da municipalidade, que se concretiza pela criação de um conselho, eleito por sufrágio, que tinha por objetivo fazer a política urbana, produziram uma ação sobre a cidade que foi responsável pela construção da Corniche, a abertura dos grandes jardins e planejamento dos bairros populares. Financiando museus, teatros e obras literárias, esse conselho construiu uma cidade que foi capaz de

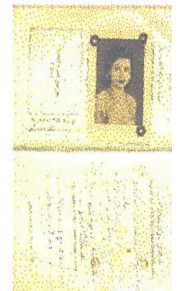
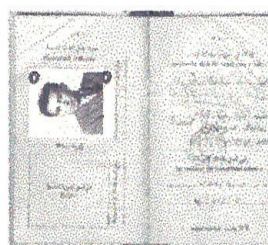
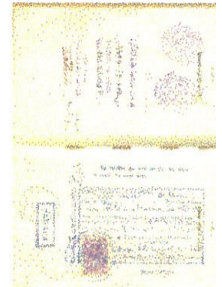
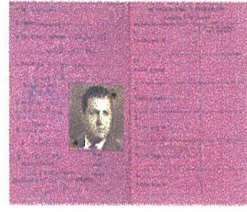
competir com Gênova e Marselha. Através da municipalidade foi possível criar um espaço de cidade metropolitana, que elevou Alexandria para ser candidata à cidade para sediar as Olimpíadas de 1922.

Um grupo social formado por homens e mulheres, numa cidade cosmopolita, livre, onde todos se conheciam de forma pessoal, ligados por negócios, laços familiares e comunitários. A cidade moderna de Alexandria nasce dessa combinação de sociedade, uma cidade autônoma apoiada sobre interesses comuns. Alexandria se desenvolveu a partir da gestão desse conselho com espírito de cidadania e atenção às condições locais de vida. Produzindo uma política urbana voltada para o desenvolvimento da economia e do seu corpo social (Ilbert, 1992). O conselho implementou políticas públicas que funcionavam de forma a manter em boas condições o funcionamento de hospitais, da infraestrutura urbana, dos bairros populares e das praias.

O hospital israelita era reconhecido em todo o oriente-médio, as escolas como L'Union Juive, preparavam os estudantes para o bachariat das universidades francesas, as sociedades de cientistas e filantrópicas, expressam a importância das políticas de saúde e de desenvolvimento científico. Os recursos financeiros provinham de doações ao templo, taxas comunitárias, aluguel de imóveis, juros sobre capitais inalienáveis. Sendo que o poder era exercido pelo grande rabino.

A importância das sinagogas de Alexandria é bem conhecida. Eilhou Hanabi, que data da idade média, foi destruída por ocasião da invasão do Egito por Bonaparte, e depois reconstruída pelo pacha Muhamed Ali, entre 1936 e 1956. Uma das mais velhas sinagogas de Alexandria, a Zaradel, foi restaurada em 1384, Green, fundada em 1911, Sasson, na mesma data, Castro, 1920, Eliahou Hazan, 1930. A cidade de Alexandria foi construída pelas obras sociais, resultante do esforço comunitário, que permitia um sentido de comunidade e solidariedade e representa a história dos judeus no Egito (Hassoun, 1992).

Alexandria foi uma cidade que abrigou uma sociedade pluralista, fundada sobre a formação de um





universo que respeitava a autonomia dos diferentes grupos. O objetivo proposto pelo Conselho gestor era a ampliação das condições de vida da sociedade. Por isso Alexandria se constituiu como uma cidade mágica, onde encontramos um espaço construído na convivência das diferenças (Ibert, 1992).

## A LÍNGUA E A CULTURA

Entre o final do século XIX e o início do século XX, aconteceu um grande debate no seio da comunidade, que durou aproximadamente dez anos, sobre os caminhos da cultura judaica-árabe. Quando foi observado um movimento de ocidentalização que podemos ler nos discursos de Nouri Farhi, quando ele mostra sua inquietude frente ao crescente uso da língua francesa, e o abandono da língua árabe (Hassoun, 1992). O fato é que a ocidentalização se realizou, e judeus egípcios que eram, tornaram-se Europeus, brancos e israelitas. Mas, fora um grupo de intelectuais que olhavam para o mundo árabe, a grande maioria sonhava em deixar o país. As pessoas preferiam ter uma identidade europeia antes de se encontrar numa condição egípcia. Por isso, era uma sociedade poliglota se que falava árabe, inglês, francês, italiano e grego.

## AS NACIONALIDADES

Os estrangeiros, frequentemente portadores de um passaporte egípcio, se viram a partir de 1946, na condição de apátridas, enquanto que os autóctones, que haviam nascido no Egito, e de origem europeia, gozavam de proteção de seus países de origem, por exemplo os europeus de origem italiana da proteção do governo Italiano, os franceses do governo francês, e assim para outras nacionalidades. Em função disso, chegou a ser criada uma nacionalidade de ficção: sujeito local. O Egito foi o único país árabe que recusou a partir de 1945, aos autóctones que o habitavam,

havia muitos séculos, a nacionalidade egípcia. Assim os judeus no Egito eram considerados estrangeiros (Hassoun, 1992).

A convivência de diferentes nacionalidades está associada à Lei da capitulação, que foi editada após a vitória de Bonaparte sobre o império Otomano. Essa lei previa que outras nações poderiam legislar, a luz de sua própria Constituição, sobre as pessoas que pertenciam à comunidade e moravam no Egito.

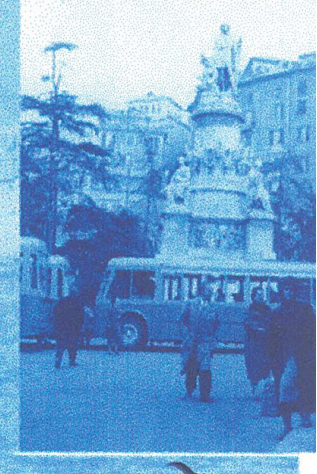
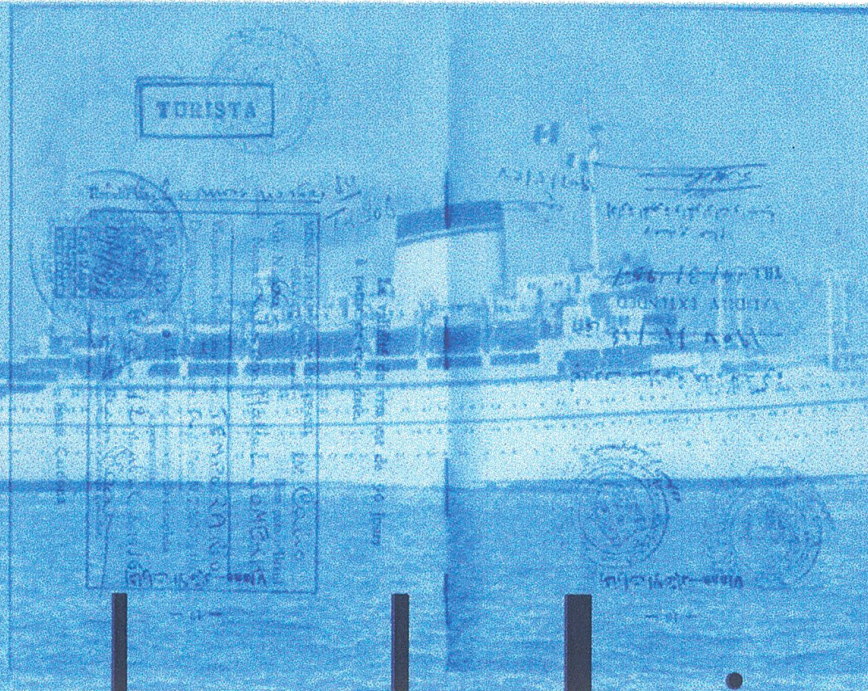
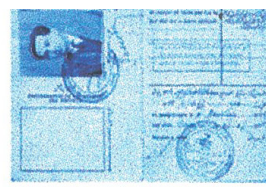
Na prática, isso quer dizer, que no Egito conviviam várias constituições que validavam a conduta das diferentes comunidades europeias (Egler, 1994). Interessava aos países por terem grande número de pessoas sob sua tutela. O que ampliava seu poder sobre o território e a sociedade.

Ao observar essas relações, Balta (1992) conta como os passaportes eram inclusive vendidos pelos consulados, e relembra a história de um amigo comunista que tinha comprado um passaporte espanhol. Quando foi preso, recomendaram-lhe que migrasse para a Espanha, para ir ao encontro dos franquistas. Como partir? Essa história, que hoje nos parece engraçada expressa como as pessoas tinham um passaporte italiano, francês, inglês, mas na verdade não detinham sua identidade nacional, e também não tinham direitos de viver nos referidos países.

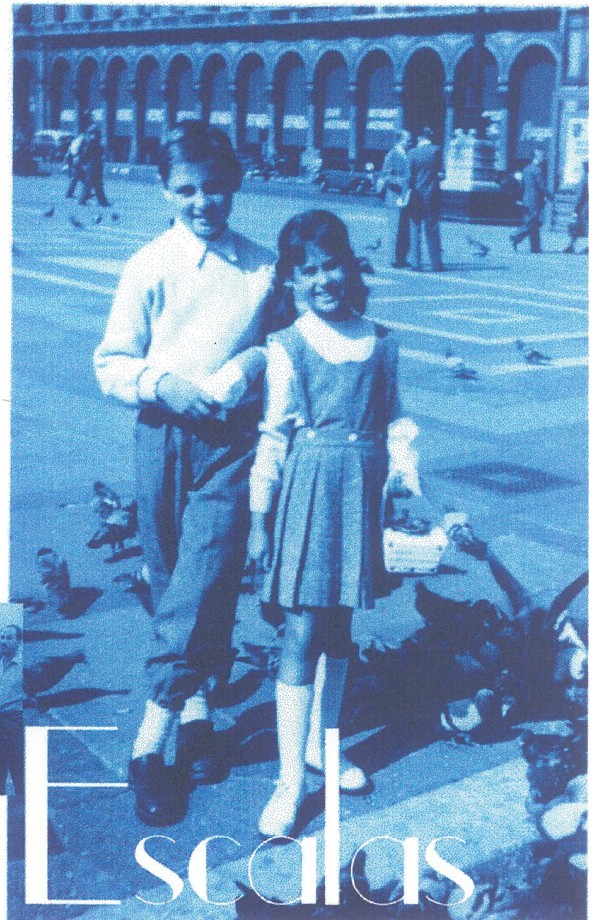
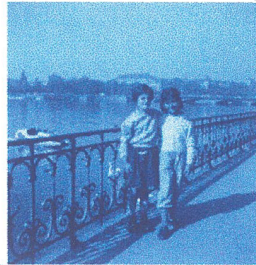
## O INÍCIO DO EXÍLIO

Essa situação dura até a segunda guerra mundial, quando a cidade vai conhecer o início de um processo de decadência, e vamos observar uma decomposição, uma quebra dos laços de solidariedade nas diferentes culturas que conformam a história local. A violência do exílio em 1957, com a partida das comunidades judaicas, francesa, inglesa e grega, e o processo de arabeização produz uma cidade esvaziada, destituída de vida cultural. Alexandria torna-se uma cidade deserta de vida cosmopolita. Quando estudamos as condições de vida que existiam no Egito,





# Escalas da Imigração



Escalas



podemos perceber que elas foram deslocadas para o Brasil, e quando observamos o esvaziamento de cidades como Alexandria, compreendemos a importância da *habitus*, para a análise dos grupos sociais.

A desapropriação de fábricas, negócios e patrimônio não resultou no enriquecimento, dos egípcios. As fábricas fecharam, os negócios faliram, a indústria parou, e hoje o Egito é um país muito pobre, porque não é a riqueza material que faz a riqueza social. Essa história mostra como os grupos sociais foram responsáveis pela criação das condições de sua própria existência no Egito, e quando contra a sua vontade, fizeram a viagem do exílio foi possível encontrar aqui, as mesmas condições que permitiram sua integração ao espaço multicultural brasileiro.

## A VIDA NO BRASIL: permanências e mudanças

O ponto de partida da análise é a reconstituição da comunidade no Brasil. As mesmas relações de trabalho, de vida cotidiana e de representação podem ser lidas nas múltiplas esferas da vida familiar, das empresas e da vida comunitária. No início era preciso refazer a vida em todas as instâncias desde aprender a língua, refazer os negócios, reconstituir as formas de ação social através da compreensão dos códigos que formam a integração com os outros grupos sociais no Brasil.

Primeiro, foi necessário reconstituir a produção, assim quem trabalhava com o sistema financeiro, com moinhos de farinha, com fábrica de tintas, com vidros, com comércio, em muitos casos foram observadas a reprodução das atividades. É como se a fábrica ou o comércio tivesse sido transferido e recomeçado no Brasil. Esses fatos conduzem nossa análise para uma compreensão que considera que o sistema cognitivo se mantém na esfera da produção. Quem conhece a dinâmica do sistema financeiro, as químicas das tintas, ou a sabedoria do comércio mantém a sua atividade. As famílias

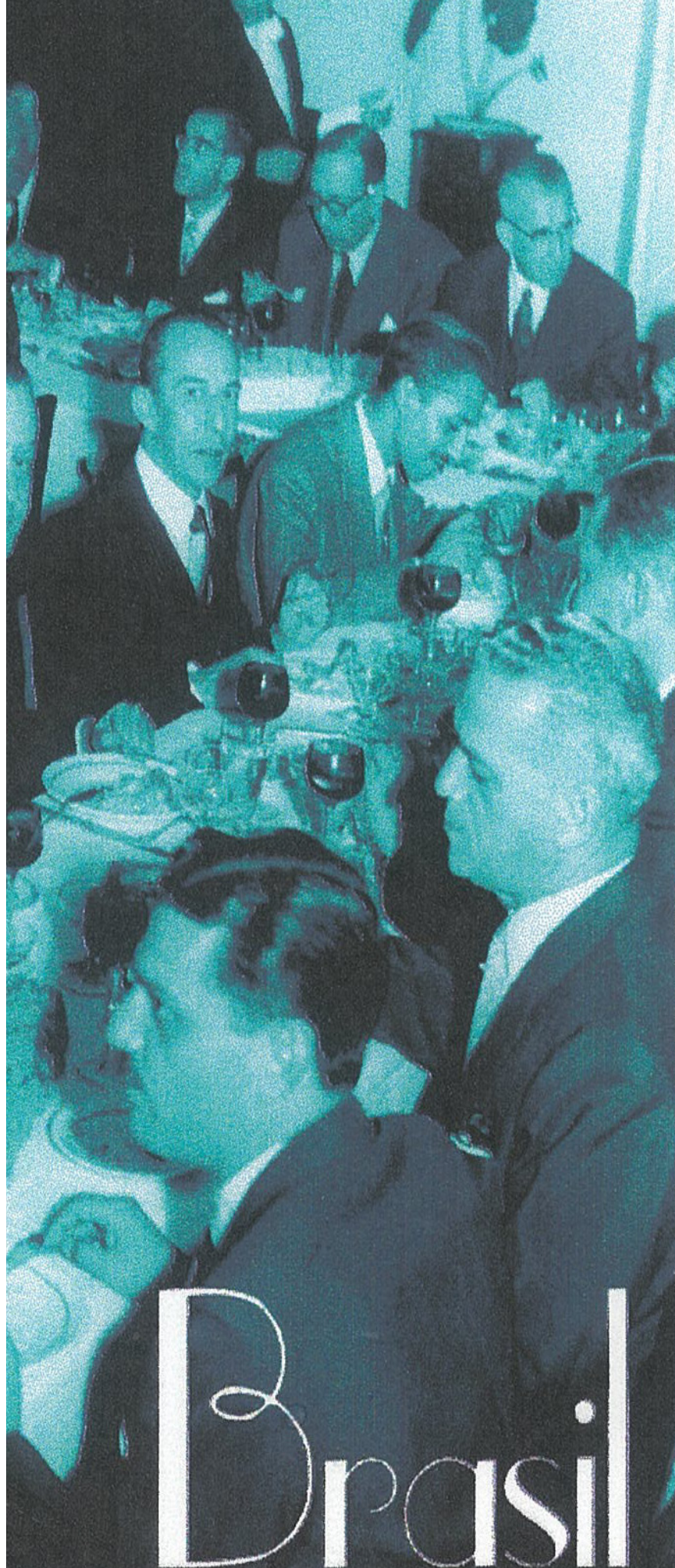
prosperaram e a vida se reproduziu. Os bens materiais foram desapropriados, mas restou o *habitus*, que permitiu que a criatividade reinventasse a vida.

Nos estudos realizados por Nádia Someck (1994) sobre as relações espaciais no Cairo e em São Paulo, ela demonstra como existe uma semelhança muito grande entre os bairros das duas cidades. Nas fotografias do nosso texto, vemos as imagens de Alexandria, que podemos comparar ao Rio de Janeiro, e observar como as cidades são também muito parecidas, inclusive nas características arquitetônicas dos seus edifícios. É como se fosse possível reencontrar elementos da espacialidade que pudessem ser reconstituídos, e onde as pessoas se encontram, e se atualizam o espaço construído e o espaço vivido.

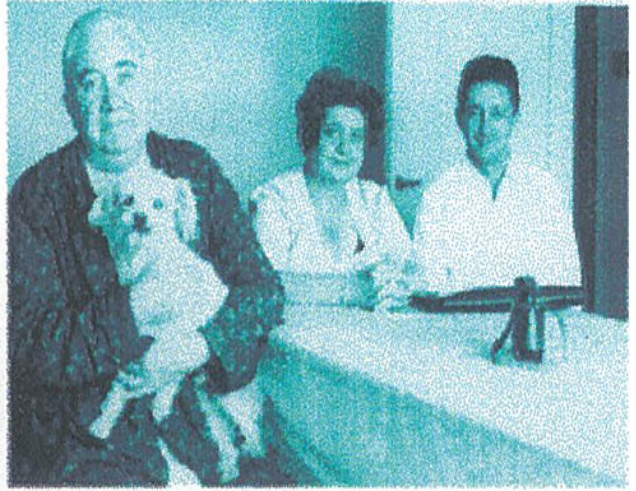
+das a partir de relações espaciais definidas por um sistema de proximidades. O bairro se organizava em torno da sinagoga. A mesma relação espacial se reproduz no bairro de Higienópolis em São Paulo onde foi construída a sinagoga e as pessoas passam a morar em seu entrono. No Rio de Janeiro, a comunidade se instala em Copacabana ao redor da sinagoga, reproduzindo as mesmas relações espaciais que eram observadas no Egito, através do urbano e da arquitetura. Elo fundamental para o encontro dos membros da comunidade, é a casa do saber onde se transmitem valores, se reproduzem os ritos, se preserva a memória, se realiza a transmissão cultural e se fazem os elos de solidariedade social (Egler,1997).

Os primeiros anos no Brasil foram dedicados a reconstruir os espaços de trabalho e de vida. Nos anos subsequentes, foi possível reconhecer um movimento de ascensão da comunidade lida no florescimento das atividades econômicas e na construção do seu lugar na cidade. Essa história aponta para a importância dos sistemas cognitivos, referidos ao saber acumulado ao longo de muitos anos de florescimento desta comunidade no Egito.





# Brasil





O que se transfere é o *habitus*, capital simbólico, concebido como um sistema de comunicação que produz o consenso sobre o sentido do mundo, uma subjetividade coletiva e conduz para a integração social.

Como a comunidade foi obrigada a migrar, deixando para trás bens materiais como as fábricas, os negócios e as casas, que fazem o capital econômico e patrimonial, a nossa análise reconhece como o capital econômico pode ser importante, entretanto ele não define em si mesmo o desenvolvimento de uma comunidade. No caso que apresentamos, mesmo destituídos de seu capital econômico os judeus do Egito portadores de um capital simbólico, acumulado no corpo social, lido no pensar, fazer e ser, permite a reconstrução de sua existência. Além disso, os laços de integração para a manutenção das identidades comunitárias formaram um capital social que permitiu aos seus membros traçar os fios invisíveis de comunicação, produzir um sentido comum da ação e alcançar o poder da ação coletiva para o desenvolvimento da comunidade de judeus do Egito no Brasil.

Foi possível observar ao longo do processo histórico um movimento econômico ascendente, sendo que a comunidade ocupa um lugar importante na vida econômica do Brasil. O que importa reter é que o conhecimento acumulado pela comunidade de judeus egípcios na sua história milenar não foi perdido. Foram mantidos os saberes, sua criatividade e capacidade de ação coletiva.

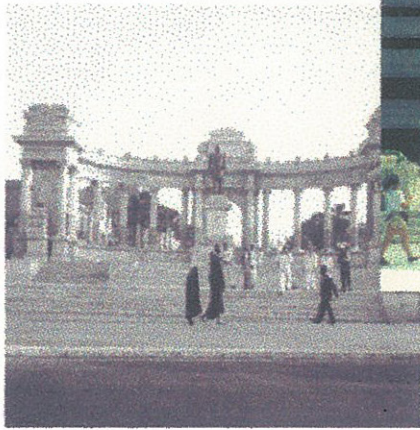
A vida cotidiana é o lugar que nos permite a integração social. Quando se trocam objetos e sentimentos através de fluxos comunicacionais, são os valores, saberes e sabores que realizam a forma existencial da comunidade, conforma a estrutura valórica, e permite as o exercício de suas energias práticas. É o lugar onde se manifesta a existência dos homens, onde se realizam os diferentes modos de vida e se plasmas suas práticas culturais. O jogo de cartas, as festas de casamento, os encontros reproduzem o espírito de convivência, amizade e festividade que marcam as formas de compartilhamento da existência,

revelam como o grupo social se mantém através de vínculos que reproduzem os laços de convivência e mutualidade. Na estrutura de valórica encontramos os elementos que reproduzem as personalidades dos indivíduos, das tradições e conteúdo que são compartilhados pela comunidade. Trata-se de observar a formação dos indivíduos e desenhar os contornos dos processos que conduzem para um sentimento de pertencimento e identidade que formam a ação coletiva.

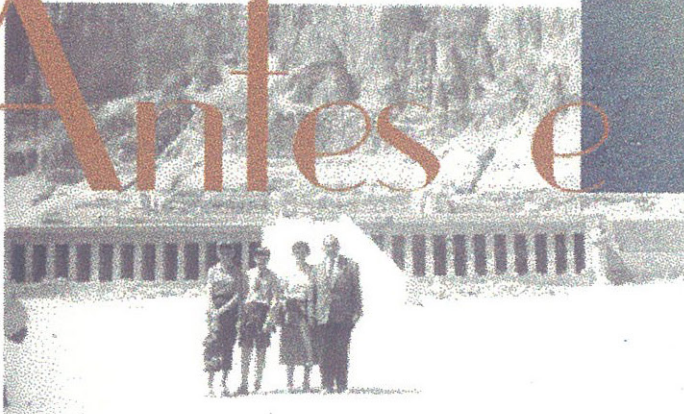
O desafio desses homens e mulheres era decodificar e interagir. Para tanto era necessário conhecer a língua, os sistemas de códigos que constituem as relações sociais e a formação de uma nova identidade, mesclada pela interação com a cultura brasileira. Nas festas, na alimentação, nas condutas vamos encontrar elementos da cultura brasileira. Arroz, feijão e kibe para o prato de resistência diária. As festas brasileiras se incorporam, carnaval e festa junina passam a fazer parte das comemorações, no espírito de alegria que faz as práticas de vida cotidiana dos judeus do Egito, no Brasil.

Nesse deslocamento foi preciso construir novos objetos, reconhecer novos processos de interação social, reinventar as formas de representação simbólica, tudo isso dentro de um movimento de preservação e manutenção, da estrutura valórica e das formas de expressão da cultura.

Hoje, no Rio de Janeiro ou em São Paulo, encontramos indivíduos que fazem parte da condição de serem judeus do Egito no Brasil. Muitos alcançaram recompor as condições de sua existência, construindo fábricas, gerindo novos negócios, reconstituindo a esfera comunitária, renovando nossa forma de pensar, formando novas famílias. São o que restou da antigo Egito cosmopolita, espalhados pelos quatro cantos do mundo. Mas, a cultura não está morta, ela revive na organização comunitária, no trabalho, nas cozinhas, nas festas de casamento, nas práticas, e na estrutura de valores que trouxeram para o Brasil e que se confundem na forma de pensar e de ser desse grupo social integrado à vida no Brasil.



# Antes e Depois





Sabemos que a primeira geração manteve a língua, as práticas sociais, as formas de cozinhar. Quando a segunda geração manteve as formas de pensar e de ser, a terceira geração não guarda mais uma identidade de judeus do Egito (Roucheau, 2002). É preciso escrever essa história, e aprender com ela uma lição de convivência que representa o exercício de respeito à diferença que marca o multiculturalismo da nação brasileira, uma prática social de inclusão, para compartilhar com o outro e de integração para a manutenção das identidades.

A vida será mais possível para todas as nações, quando os homens forem capazes de ver as múltiplas possibilidades de interagir nas oportunidades dadas pelo multiculturalismo, quanto maior as possibilidades de estar no mundo, de lidar e interpretar os signos, símbolos e representações que compõem o mundo, mais possibilidades de sobreviver e existir.

### Referências Bibliográficas

ARENDT, Hanna- A condição humana, Rio de Janeiro Forense Universitária, Salamandra, São Paulo Editora da Universidade de São Paulo, Janeiro São Paulo, 1981.

BALTA, Paul- 1956 – in Ilbert, Robert e Yannakekis- Alexandrie- 1860-1960. Un modèle éphémère de convivialité: communautés et identité cosmopolite. Editions Autrement- Séie Mémoires, Paris, 1992.

BIGIO, Alain- A Travessia , de Ismaeleya a Higienópolis, São Paulo, Editora e livraria Sefer, 2013.

BOLTANSKI, Luc. Usos Fracos e usos Intensos do Habitus, in Encrevé, Pierre e Lagrave , Rose Marie . Trabalhar com Bourdieu Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 1998.

EGLER, Tamara Tania Cohen – Trajetórias de vida : espaços de integração e exclusão.in Lewin, Helena – Judaísmo, memória e identidade, Rio de Janeiro, UERJ, 1997.

FAUSTO, Boris- Negócios e Ócios, Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2000.

HAZAN, Vera & outros- Exposição Imagens da Imigração, Evento Perfume de Jasmim, São Paulo, Clube a Hebraica, 1997.

HASSOUN, Jacques – Les juifs, une communauté contastée, in Robert e Yannakekis- Alexandrie- 1860-1960. Un modèle éphémère de convivialité: communautés et identité cosmopolite. Editions Autrement- Séie Mémoires, Paris, 1992.

ILBERT, Robert – Une certaine cidadinité in Ilbert, Robert e Yannakekis- Alexandrie- 1860-1960. Un modèle éphémère de convivialité: communautés et identité cosmopolite. Editions Autrement- Séie Mémoires, Paris, 1992.

# Quem tem medo do lobo mau? Reflexões sobre o lugar da arte como política a partir da exposição “R de Resistencia o la vergüenza de ser hombre” (2018)

Pedro Beja Aguiar

Doutorado do Programa de Pós-Graduação Literatura, Cultura e Contemporaneidade | PUC-RIO

Contato: pedrobejaaguiar@gmail.com

Convencionou-se datar de forma ampla e genérica ao século XIX, e circunscrita à Inglaterra, o surgimento do primeiro registro escrito da fábula “Os três porquinhos”, à época assinada pelo escritor e folclorista australiano Joseph Jacobs. Com olhar atento aos saberes populares, Jacobs captou das narrativas orais uma história fabular em que três porquinhos irmãos – Cícero, Heitor e Prático – se veem às voltas com a necessidade de construir três casas que os protejam das agruras do mundo externo, representado pela personagem do lobo mau (signo construído como modelo da maldade) que sucessivas vezes frustra o planejamento dos inocentes porquinhos indefesos. Apenas no ano de 1933, através de uma releitura estética e ética, as personagens ultrapassam as fronteiras populares do arquipélago britânico e se tornam mundialmente conhecidas com o curta-metragem de animação “Three little pigs”, dirigido por Burt Gillet e produzido por Walt Disney, e sua popular canção “Quem tem medo do lobo mau?” (GABLER, 2013:334).

Essa lembrança fabular inicial se faz necessária na medida em que os atributos que conformam e dão forma às personagens supracitadas ainda persistem enquanto narrativa hegemônica no que tange ao contexto da maior crise global após a Segunda Guerra Mundial: o quadro alarmante de migrantes que conseguem chegar ao território europeu e acabam por se transformar em indivíduos apátridas e sem território, seres que flutuam no limbo de discursos e interesses políticos e econômicos.

Ainda é possível ouvir as finas vozes de Prático, o mais inteligente e perspicaz dos porquinhos, e seus irmãos cantando repetidamente “quem tem medo do lobo mau?”, “quem tem medo do lobo mau?”, “quem tem medo do lobo mau?”, enquanto o violento e assustador lobo, assumindo seu lugar de visitante insistente e indesejado, foge freneticamente aos berros após cair em cima de uma panela cheia de água fervente quando tentava invadir a última das residências dos porquinhos (feita de tijolos) pela chaminé.

O objetivo deste texto é refletir sobre o papel da arte enquanto estratégia de deslocamento e desarme do olhar e dos discursos monolítico

que estruturam a pauta política e midiática sobre o refúgio contemporâneo em território europeu. Para tanto, perscruto as formas de enunciação e as estratégias<sup>1</sup> plásticas adotadas no projeto “R de Resistencia o la vergüenza de ser hombre” (2018), do artista plástico espanhol Ramón Mateo, e os textos produzidos especialmente para o jornal disponibilizado no início da exposição em Madri.

Adotando dois questionamentos como norte de análise: a) como refletir esteticamente sobre um fenômeno global, constante e instável, tendo em vista as reverberações políticas internas e externas dos países receptores?; e b) quando e em que medida a dor do outro deixou de ser uma preocupação do ser humano?; proponho desenvolver um pensamento que justaponha os materiais visuais e textuais da exposição com o anacronismo da história dos porquinhos, a fim de inverter seu sentido procurando deslocar o signo do lobo para outro lugar, pensando-o como uma cifra do diferente, de um indivíduo que é estranho ao espaço pretensamente marcado por uma norma.

## ACOLHIMENTO E O BINÔMIO HOSTILIDADE/HOSPITALIDADE

*“[...] a arte é considerada política porque mostra os estigmas da dominação, porque ridiculariza os ícones reinantes ou porque sai de seus lugares próprios para transformar-se em prática social”*

(RANCIÈRE, 2012:52).

Dois quadros brancos apresentando estatísticas em letras pretas, extensa grade próxima à parede, sugerindo um impedimento espacial, paredes brancas, quatro coletes salva-vidas surrados dispostos ao chão – dois à frente da grade, dois atrás.

### 1.

Todas as fotos apresentadas aqui foram retiradas diretamente do site de divulgação da exposição, disponível em: <https://www.promociondelarte.com/tabacalera/noticia-332-r-de-resistencia-o-la-verguenza-de-ser-hombre>





Imagem de exposição e inauguração.  
Foto: Arantx Boyero

Desta forma, a exposição “R de Resistencia o la vergüenza de ser hombre” (2018) recebe seus visitantes, que ao deslocar o olhar entre as informações sugeridas e as paredes imensamente brancas, são mergulhados num oceano angustiante, e de certa forma mórbido, da consciência da falta e da calamidade. A delicadeza do mínimo é aí um elemento de estranha brutalidade.

A partir dos quadros são apresentadas as seguintes informações: “65.621.054 *Refugiados y desplazados internos en todo el mundo hasta diciembre de 2017. Sólo en Oriente Medio y África son 29.779.323*”<sup>2</sup>; “57.543.859 *Refugiados en países vecinos hasta diciembre de 2017 en todo el mundo sólo en Oriente Medio y África son 25.610.217*”<sup>3</sup>. Os números dividem com o expectador a preocupação com uma realidade internacional que persiste e cresce a cada ano. Segundo dados recentes do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), “*a inicios de 2018 había 65,6 millones de personas en el mundo que se han visto obligadas a huir de sus casas a consecuencia de la violencia o la persecución*” (MATEOS, 2018:20). Os números, no entanto, fraccionam o medo do desconhecido. Um desconhecido construído em suas múltiplas identidades, que a título de representação do “outro”, são por si só, redutoras e excludentes.

O medo, que está fragmentado em números, disposto nas tabuletas brancas, dilui o humano e o encarcera apenas em um quadro fixado na parede. Ali não há mobilidade, apenas aprisionamento. No aprisionamento do humano transfigurado em números, a prisão é



Imagem de exposição e inauguração.  
Foto: Arantx Boyero

possível para milhares. Esta visão, que evidencia o pavor das elites políticas europeias ajusta o foco das percepções acerca de um sistema capitalista que quantifica corpos, e constantemente, em suas investidas históricas de manutenção de poder, reinventa formas de desumanizar para oprimir. O fato dos migrantes se deslocarem pelo globo à procura de acolhimento está diretamente atrelado às formas como o próprio sistema capitalista e as elites globais interferem na economia de outros países, bem como em suas formas de organização política e cultural.

O terror para quem transita pela exposição parece ser também a angústia de saber, em formas e cores, no campo tangível e no intangível, pela afetação, que o mesmo sistema que acolhe é também o que faz migrar. Nesse sentido, o acolhimento ou o não acolhimento são reverberações do horror, que no jogo de construção aberta que se dá entre a obra e o espectador, não é possível purgar. A fruição que se estabelece a partir da experiência da exposição, continua ecoando nos ouvidos de uma audiência atenta àquela zumbido do importuno, que insiste em tentar minimizar a dor fabulando a agonia: “quem tem medo do lobo mau, lobo mau, lobo mau?” Mas afinal, quem é o lobo mau?

2.

---

“65.621.054 Refugiados e pessoas deslocadas internamente pelo mundo até dezembro de 2017. Somente no Oriente Médio e África são 29.779.323”. Tradução livre do autor.

3.

---

“57.543.859 Refugiados em países vizinhos até dezembro de 2017 em todo o mundo apenas no Oriente Médio e África são 25.610.217”. Tradução livre do autor.





Imagem de exposição e inauguração.  
Foto: Arantx Boyero



O que está em pauta é uma política de identidade e da diferença, em que a estratégia de acolhimento se estrutura a partir do controle dos corpos em dois âmbitos (os Estados Nacionais e a política interna) e de duas perspectivas diferentes (da coerção e do consenso). Ou seja, o acolhimento enquanto prática e gesto guarda em si o binômio hostilidade e hospitalidade. Dependerá de quais corpos se referem e quais as regiões que se abrem ou não para a possibilidade do acolhimento – “86% *Porcentaje de refugiados que tienen como destino un país en vías de desarrollo. Sólo tienen como destino un país industrializado el 14%*”<sup>4</sup>, conforme aponta Paolo Gomasca (2017) em relação a esta dimensão simbólica do corpo:

*Assim sendo, o corpo do migrante, sobretudo do “irregular”, tornar-se [...] o lugar simbólico onde explode essa contradição política, que é também um dilema ético: por um lado, o direito das pessoas de cruzar as fronteiras e pedir asilo; por outro, o direito das nações de controlar suas fronteiras.*

(GOMARASCA, 2017:19).

Essa “contradição política” que habita no corpo produz brechas que possibilitam aproximar a formulação do conceito de “necropolítica” produzido pelo sociólogo camaronês Achille Mbembe (2016), e que muito bem se enquadra na dimensão hostil que a política do acolhimento carrega em si. A partir do instante que este corpo migrante – mas não necessariamente – é lido como ameaça ao status quo, os estados nacionais acionam uma política, pautada por uma lógica de poder institucional e normativa, que possibilita determinar quem deve viver e quem deve morrer. Um poder de cima para baixo – discursivo, prático e legal – que dita sobre a vida e a morte ao desprover os indivíduos do status de sujeitos políticos. Reduz-se o humano ao âmbito biológico, abrindo espaço para uma ação institucional violenta que se autoriza ter o “direito de matar” (MBEMBE, 2016:128).

No entanto, é importante destacar que para o sociólogo há racionalidade no aparente gesto irracional desse extermínio. Técnicas e aparatos são desenvolvidos e formulados a fim de executar com profissionalismo essa política de desaparecimento e de morte. O processo de exploração e do ciclo em que se estabelecem as relações neoliberais opera pelo extermínio dos grupos que não têm lugar algum no sistema (os estrangeiros, por exemplo), uma política que parte da exclusão para o extermínio. No ensaio “A questão da raça”, do livro “Crítica da razão negra” (2014), Achille Mbembe formula esta concepção de política à luz do quadro atual de crise migratória:

*Neste contexto, o cidadão é redefinido como sujeito e beneficiário da vigilância, que é exercida prioritariamente pela transcrição das características biológicas, genéticas e comportamentais em impressões numéricas. Neste novo regime tecnocrônico, caracterizado pela miniaturização, a desmaterialização e a fluidez na administração da violência de Estado, as impressões (digitais, da íris, da retina, da voz e, até, da forma do rosto) permitem medir e arquivar a unicidade dos indivíduos. As partes imutáveis do corpo humano tomam-se a pedra de toque de inéditos sistemas de identificação, vigilância e repressão. Ora, se o Estado securitário concebe a identidade e o movimento dos indivíduos (isto é, dos seus cidadãos) como fontes de perigo e de risco, a generalização do uso de dados biométricos como fonte de identificação e de automatização do reconhecimento facial terá como objetivo constituir uma nova espécie da população com predisposição para o distanciamento e o enclausuramentos. É, assim, que, no contexto de uma escalada antimigratória na Europa, são indexadas categorias inteiras da população, depois submetidas a diversas formas de consignação racial. Estas fazem do migrante (legal ou ilegal) a figura de uma categoria essencialista da diferença*

(MBEMBE, 2014:50).

#### 4.

---

<sup>4</sup>“86% Porcentagem de refugiados que tem como destino um país em desenvolvimento. Só tem como destino um país industrializado 14%”. Tradução livre do autor.

Neste ponto, torna-se interessante refletir sobre a mensagem estética que configura a presença da grade e a disposição dos coletes ao lado das estatísticas já mencionadas. Como aponta a epígrafe deste tópico, o aspecto político da arte consiste em “mostrar os estigmas da dominação” deslocados, onde o objeto (o colete) e o humano (o migrante) significam constantemente a mesma coisa. A objetificação dos corpos ou a subjetivação dos coletes estão configurados dentro do contexto estético-político, que escava na plasticidade do gesto um campo de reflexão sobre a coisificação do corpo, os direitos de vida e de morte – ou de morte em vida.

Os coletes também se configuram numa relação com as grades alocadas no ambiente do projeto artístico, onde estas são as evidências das fronteiras que delimitam espaços de circulação. Dentro desta análise, as fronteiras, como as identidades e mesmo as estruturas socioculturais, são construções que dinamizam no mundo o que pode ser incorporado e o que deve ser extirpado. Tratam-se sempre de negociações, evidências de um sistema que organiza politicamente o mundo a partir da coerção e da outorga de uns e da negação para outros. O campo das negociações políticas também distribui, ou tenta, as peças do jogo como lhe importa. Dentro de uma perspectiva estética, o jogo da imagem é também a maneira como se opera simbolicamente no mundo. No caso da exposição, desloca-se o objeto do mundo e o isola no espaço de reflexão para evidenciar o que mesmo estando superexposto não merece ser visível.

## A AUSÊNCIA DO OLHAR COMO PERSPECTIVA

Ultrapassado o ambiente inicial da exposição, o visitante se desloca para a segunda e última área destinada ao projeto de Ramón Mateos na sala La Fragua do espaço Tabacalera Promoción del Arte. Encontra-se um local com maior número de elementos e intervenções artísticas, seja pelas paredes – alguns quadros com

bandeiras e silhuetas de políticos famosos por suas declarações e ações contra os solicitantes de refúgio, documentos e projeções –, seja por estarem distribuídos pelo chão. Sobre estes que desejo me deter aqui.

Posicionada no centro da sala, há uma enorme escultura feita de espuma de poliuretano – material que possibilita boiar em contato com a água e impede qualquer passagem de líquidos através de sua superfície – que reproduz oito indivíduos perfilados em cima de um tronco se deslocando para algum lugar. A construção estética destes indivíduos, com traços negroides e masculinos, enormes mãos, ausência de pés e olhos, mesmas vestimentas e postura corporal idêntica conduz a uma reflexão já identificada: Ramón Mateos traduz plasticamente os dados estatísticos e as narrativas sobre os refugiados que se espalham aos montes pelas paredes e veículos de imprensa.

Os corpos essencializados e objetificados ganham potência na subtração de dois elementos sensoriais dos solicitantes de refúgio: os olhos e os pés. A extirpação do olhar suprime qualquer perspectiva futura de vida, coisificados por suas nações e pela travessia, massificados enquanto sujeitos políticos individuais, com suas subjetividades apagadas. Ao negar a capacidade visual de cada indivíduo, retira-se o horizonte de expectativas que subjaz a própria viagem. Os olhos representam sentimento, desejo, esperança, identidade.

Sua extirpação evidencia a redução que o estrangeiro (aqui, europeu) faz do corpo negro (os traços de cada indivíduo indicam que são oriundos do continente africano, o que se reafirma com os elementos pictóricos, a documentação e as projeções espalhadas pelas paredes ao redor da obra). Já a ausência dos pés retira a possibilidade do trânsito, do deslocamento, da travessia. Ou melhor, coloca os indivíduos em suspensão, dentro de um fluxo constante que fragmenta as personalidades e cria um conjuntodesumanizado de seres. Em frente à escultura uma projeção que evidencia um rosto negro, com olhos atentos, que ao olhá-los de frente também relativiza sua própria identidade, volátil, migratória, em trânsito, em transe.



Uma videoinstalação encerra a exposição, revelando os olhares nus dos que conseguiram atravessar. De certa forma, ela remete ao próprio título do projeto artístico, na medida em que a resistência, em “R de resistência”, pode se referir à própria exposição como ato político, mas também a resistência a estes “outros”, visitantes indesejáveis. Há a apropriação do Deleuze sobre a frase marcante de Primo Levi (“R de Resistência ou a vergonha de ser homem”), que pontua um sentimento que certamente a exposição faz nutrir: vergonha. Há, ainda, outra dimensão possível de interpretação, a resistência dos que migram, onde resistir é existir.



**R DE RESISTENCIA**  
**O LA VERGÜENZA DE SER HOMBRE**

Imagem de exposição e inauguração.  
Foto: Arantx Boyero





Imagem de exposição e inauguração.  
Foto: Arantx Boyero





## Referências Bibliográficas

DERRIDA, Jacques. "Carta a Europa". Disponível em: [https://www.uc.pt/fluc/dfci/public\\_/publicacoes/vol\\_23\\_n\\_46\\_textos/carta\\_a\\_europa](https://www.uc.pt/fluc/dfci/public_/publicacoes/vol_23_n_46_textos/carta_a_europa).

FREUD, S. (1919). "O Estranho". In: Sigmund Freud – Obras Completas, vol. 14. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. (1932). "Por que a guerra? (Carta a Einstein)". In: Sigmund Freud – Obras Completas, vol. 18. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2010.

GABLER, Neal. Walt Disney: o triunfo da imaginação americana. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2013.

GOMARASCA, Polo. "Direito de excluir ou dever de acolher? A migração forçada como questão ética". Revista Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 25, n. 50, ago. 2017, p. 11-24.

MATEOS, Ramón. Periodico R de Resistencia o la vergüenza de ser hombre, projecto de Ramón Mateos, 2018. Disponível em <https://www.promociondelarte.com/tabacalera/noticia-332-r-de-resistencia-o-la-verguenza-de-ser-hombre>.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Lisboa: Antígona, 2014.

\_\_\_\_\_. "Necropolítica". Arte & Ensaios, 32, 2016.

RANCIÉRE, Jacques. O espectador emancipado. São Paulo: WMF, Martins Fontes, 2012;

VERGNE, C. M.; VILHENA, J.; ZAMORA, M. H.; ROSA, C. M. "A palavra é genocídio: A continuidade de práticas racistas no Brasil". Psicologia e Sociedade (impresso). 27, pp. 516-528, 2015.



# NARRATIVA TESTEMUNHAL:

## subjetividades e verdades individuais

Laís Ramalho  
Doutorado em Instituto de Relações Internacionais | PUC-RIO  
Contato:l.ramalho.ufrj@gmail.com

### INTRODUÇÃO

Em outubro de 2014, a norte-coreana Yeonmi Park provocou uma forte comoção na plateia da conferência One Young World, ocorrida em Dublin, ao narrar a trágica sequência de eventos que se deram ao longo de sua infância e consequente fuga do país natal. Seus relatos incluíam cenários de fome, execuções públicas, estupro e outras violações de sua própria integridade e de sua família.

A narrativa de Park voltou aos holofotes alguns meses depois quando, em dezembro do mesmo ano, a jornalista australiana Mary Ann Jolley publicou no The Diplomat o artigo “The Strange Tale of Yeonmi Park”<sup>1</sup>. No trabalho, a jornalista aponta, com base em entrevistas com outros refugiados norte-coreanos, inconsistências no discurso de Park, dando a entender que muito de sua história pode ter sido inventada ou exagerada a fim de atrair a atenção do público. Nesse sentido, a jornalista questiona se “o mundo pode confiar na memória de alguém de 21 anos que deixou a Coreia do Norte quando tinha 13 anos?” e “quais são as consequências se sua memória [de Yeonmi Park] tiver falhado e a imagem que ela está apresentando da sua vida na Coreia do Norte e da sua fuga para a Coreia do Sul não é exata?”.

Os questionamentos levantados por Jolley se aproximam em grande parte de um dos maiores debates a respeito da narrativa testemunhal: precisão ou subjetividade? Qual dos dois deve ser a finalidade primordial deste tipo de testemunho?

A narrativa testemunhal ocupa nos estudos do refúgio um lugar de grande importância. Isso se dá, em primeiro lugar, porque é contando e recontando sua trajetória às instituições implicadas que o refugiado pode obter o acesso aos instrumentos jurídicos de proteção. Em segundo lugar, é através da narrativa que o refugiado quase sempre cumpre o ímpeto de narrar o inenarrável, de contar o que vivenciou ainda que isso signifique “lidar com a memória traumática” (Prates, 2012, p. 1). Essa narrativa, no entanto, parece ser sempre posta à prova, sempre medida, sempre verificada.

Pretendo através deste trabalho discutir a dupla emoção que se qualifica como o ímpeto e a impossibilidade de narrar a trajetória traumática do refúgio analisando a problemática precisão-subjetividade não como um embate, mas como um encontro e uma possibilidade de adentrar os labirintos da memória.

1.

---

The strange tale of Yeonmi Park – Mary Ann Jolley (2014): <https://thediplomat.com/2014/12/the-strange-tale-of-yeonmi-park/>

Resgatando ainda a ideia de que “recordar é sempre um ato de criação” (BOSI apud MAGALHÃES, 2018, p. 151), busco investigar a literatura como uma arte que viabiliza esse encontro, retirando a narrativa testemunhal do lugar de réu e permitindo-lhe habitar um lugar entre o mágico e o real, que prioriza o humano enquanto atravessa o factual. Neste último esforço, exploro o trabalho de Aglaja Veteranyi, “Por que a criança cozinha na polenta” (2004), como repositório dessas sensações e subjetividades que se apresentam quase sempre em limites fluidos entre a realidade e a imaginação.

## **NARRAR OU NÃO NARRAR: entre o trauma e a redenção**

Na literatura aqui explorada, é possível perceber três principais dimensões que circundam o ato da narração na vida do refugiado.

Narrar é um ato a ser evitado porque significa reviver, visitar, trazer à tona as memórias traumáticas de um passado que se busca esquecer. Narrar é um ato obrigatório porque é preciso provar o que se viveu para ter seu status de refugiado reconhecido. Narrar é um ato imprescindível porque é narrando que o refugiado cumpre o seu papel de testemunha.

Entre essas dimensões, delinham-se também fortes relações. Narrar o percurso de fuga, seja tanto por uma necessidade pessoal quanto por uma necessidade jurídica, entretanto, esbarra sempre nos obstáculos construídos pelo trauma.

Marie Saglio-Yatzimirsky (2015) relata a história de Karan, um refugiado de origem tâmil do Sri Lanka que emudece durante a audiência para a solicitação de asilo frente ao juiz da Corte Nacional de Direito de Asilo (CNDA) da França. Entre a frustração do juiz que questiona porque o homem se recusa a cooperar e a frustração de seu amigo que vê o ato de emudecer como um “desperdício”, Karan se vê esmagado entre a obrigação e a impossibilidade de narrar sua trajetória, uma experiência que não considera “crível” ou mesmo “compreensível” (p. 175). O caso de Karan é apenas uma amostra do conflito frequentemente enfrentado pelos solicitantes

de refúgio: a necessidade de atender à demanda dos dispositivos jurídicos e a concomitante dificuldade de lidar com a memória traumática. De acordo com Catherine Riessman, a resposta mais comum em casos de “atrocidades” é justamente a tentativa de “bani-las da consciência” (1993, p. 3). O silêncio, nesses casos, se apresenta como um “mecanismo de defesa” que o sujeito articula como tentativa de evitar sua própria aniquilação frente ao trauma (Saglio-Yatzimirsky, 2015, p. 175).

De certa forma, é possível compreender a solicitação de refúgio frente aos instrumentos jurídicos como o último trecho da viagem de fuga do país natal, uma última travessia dessa jornada violenta antes que se possa aportar em território seguro. A grande expectativa que se constrói em torno desses processos advém do fato de que qualquer incoerência ou imprecisão no discurso podem colocar em xeque a concessão do status de refugiado. É importante ressaltar também a forte aura de suspeita que cerca o processo de requerimento de refúgio. De acordo com Saglio-Yatzimirsky, é comum que a palavra do solicitante seja considerada “suspeita até a obtenção de seus documentos oficiais”. Esse estado, por sua vez, ajuda a prolongar e reforçar a experiência do trauma, já que esses indivíduos buscam asilo em outros países justamente por se sentirem perseguidos em seu país de origem. Assim, essa sensação de “ilegalidade” age como mais um disparador de inseguranças e ansiedade (2015, p. 176).

Sendo a categoria identitária “refugiado” conferida exclusivamente pelo estado em um intenso processo de verificação de credibilidade, resta ao indivíduo fazer da sua história um modelo racional, compreensível e aceitável frente aos dispositivos jurídicos. Assim, o solicitante de refúgio deve se apresentar como “um todo homogêneo”, dotado de uma fixidez que só pode ser produzida de forma ficcional. A narrativa dessa trajetória, conforme exigida pelo estado, “produz uma negação da multiplicidade de experiências, relações, medos e desejos que podem se acumular numa pessoa” (Waldely, 2016, p. 61).

Outro fator a ser problematizado nesse processo é o aparente moralismo que circunda seus critérios

de elegibilidade. É comum que os solicitantes de asilo sejam entendidos, primeiramente, como indivíduos marginais, “figuras não apenas do deslocamento entre espaços físicos, mas sobretudo do deslocamento que se daria entre espaços morais” (Vianna & Facundo, 2015, p. 46). Nessa posição, encontram-se sujeitos aos critérios que lhes pretendem determinar enquanto “verdadeiros refugiados” ou não (Ibid., p. 48).

A objetividade com a qual as instituições cobram os relatos dos requerentes de asilo coloca o indivíduo, já fragilizado pelo trauma da fuga – e faz-se de importância primordial lembrar aqui que o refugiado encara o deslocamento como perda e não como oportunidade (Saglio-Yatzimirsky, 2015, p. 180) –, em uma posição extremamente delicada. Relatando episódios de violência, o sujeito as revive, destruindo-se um pouco mais em troca da possibilidade de obter um amanhã.

A responsabilidade de narrar a busca pelo refúgio como uma história clara, coerente e convincente parece se afastar, no entanto, das emoções que atravessam essa jornada. Marcada por processos de “desterritorialização”, “perda”, “alienação” e “renúncia à identidade” (Saglio-Yatzimirsky, 2015, p. 180), o refúgio se caracteriza muito mais como um caminho de rompimentos, sobreposições, desajustes e desencontros do que pela clareza e objetividade. Ele é, portanto, um caminho alheio a lógicas ou padrões, frequentemente dominado por violências e horrores que não podem ser claramente expressos ou mesmo compreendidos por aqueles que o vivenciaram.

De acordo com Daniele Abilas Prates, relatar as dificuldades da fuga em busca do refúgio esbarra em uma “forte carga emocional” e em uma “tentativa de apagamento” (2012, p. 1). Conforme diz a autora, o esquecimento é uma estratégia recorrente entre os refugiados “no processo de construção de uma nova vida”. Ibrahim, um refugiado palestino que buscou asilo no Brasil, afirma:

*Eu quero esquecer o passado, tudo o que aconteceu, só quero pensar no futuro. No campo eu me sentia como um animal, não me sentia uma pessoa. Agora eu voltei a me sentir humano, quero levar uma vida normal.*

(IBRAHIM APUD PRATES, 2012, p. 2).

Sobre o caso dos refugiados que recorrem ao silêncio como estratégia de sobrevivência, Prates afirma que “a linguagem passa a ser aniquilada pela violência, fazendo com que o vivido não possa mais ser trazido para o campo do dizível”. Neste caso, não narrar significa também não reviver o sofrimento. Assim, o silenciamento é uma estratégia que permite que, esquivando-se da memória, o sujeito possa esquivar-se também da dor (2012, p. 6). Deste modo, é simples perceber que os questionários e entrevistas que compõem os processos de solicitação de asilo exercem uma pressão brutal sobre o requerente. O perfil desses mecanismos não só não leva em consideração as feridas produzidas pelo trauma como faz ele mesmo com que essas feridas reverberem.

Apesar de reconhecer que “os solicitantes de refúgio tenham dificuldade em contar suas histórias” como resultado de uma ou mais experiências traumáticas, o manual



Metodologia e Técnicas para Entrevistar Solicitantes de Refúgio da ACNUR tem o propósito de incutir no entrevistador uma série de técnicas e habilidades que lhe permitam avaliar a credibilidade do solicitante a partir de seu discurso e comportamento. Frente a indivíduos hesitantes, silenciosos ou incoerentes, cabe ao entrevistador “desvendar a história e esclarecer os verdadeiros fatos” (2013, p. 31).

A necessidade de superar os obstáculos impostos pelo processo transforma também a mentira em uma estratégia recorrente entre os requerentes de asilo. Ou seja, para apresentar uma narrativa que se encaixe nas categorias simplistas ou reducionistas que compõem os questionários, o refugiado se vê inclinado a mentir, modelar sua história fazendo-a caber nos critérios impostos pelas instituições implicadas (Saglio-Yatzimirsky, 2015, p. 181). Waldely comenta o que chama de uma “produção coletiva de habilidade” que se dá entre os refugiados, que compartilham entre si estratégias que podem ser aplicadas nas entrevistas a fim de garantir resultados positivos (2016, p. 58).

Muitas vezes, a mentira é também usada como uma forma de se proteger. Ferreira relata as relações conturbadas entre usuários e voluntários da organização *Médecins du Monde* e destaca que frequentemente os voluntários sabem que as informações cedidas pelos requerentes de asilo são falsas. De acordo com a autora, a mentira é uma estratégia de tomar o controle da situação e prevenir-se de preconceitos, “modificando os sinais que poderiam ser suscetíveis ao julgamento do outro” (2017, p. 141).

A “objetividade” desses mecanismos, no entanto, quase sempre culmina em resultados bastante subjetivos. Saglio-Yatzimirsky questiona os critérios dos juízes da CNDA que, ouvindo centenas de relatos similares sobre torturas e outras violações devem selecionar apenas 10% daqueles indivíduos como aptos a receberem o status de refugiado (2015, p. 181). Esse fato denota que, por mais que se tente manter os critérios de seleção com alto nível de objetividade, os preconceitos, desconfianças e crenças pessoais dos agentes sempre podem interferir no modo como essas narrativas são recebidas e encaradas.

Não obstante, uma narrativa inventada pode ser uma possibilidade de oferecer um relato convincente e coerente às autoridades que concedem o direito de asilo além de ser uma forma de manter intocada a história real, ou seja, aquela que o refugiado não se sente pronto ou apto a narrar.

## A VOCAÇÃO DA MEMÓRIA

Uma segunda relação delineada pelas dimensões da narrativa testemunhal se dá no plano pessoal. Ao mesmo tempo em que narrar sua jornada desencadeia uma forte carga emocional ligada ao trauma, é comum que o indivíduo perceba o ato de narrar como uma “necessidade absoluta”, uma “condição de sobrevivência” (Seligmann-Silva, 2008, p. 66). “Estou em paz comigo porque testemunhei”, afirmou Primo Levi (apud Agamben, 2008, p. 27).

Conforme conta Giorgio Agamben (2008), servir de testemunha é o que fez muitos dos indivíduos expostos aos horrores do campo de concentração quererem sobreviver (p. 25). Dessa forma, espera-se viver para que se possa comunicar o que até mesmo para si é inimaginável ou incompreensível.

Esse ímpeto de narrar entrelaçado à sensação de incapacidade de expressar tamanha violência se configura, portanto, como uma dupla emoção – chamada por Nagayama (2016) de “double bind” – que vem sendo entendida neste campo de estudo como um sentimento próprio da narrativa testemunhal. Nesse sentimento, o trauma individual cede espaço a um compromisso coletivo assumido pelo sujeito. Enfrenta-se o trauma de reviver a catástrofe pela responsabilidade de revelar uma história da qual se fez parte. É, portanto, nesse sentido que Prates afirma que “a memória traumática é também fundamental para a preservação da comunidade simbólica, pois é ela que conecta as histórias de vida e reforça o sentimento de pertencimento”. Nas palavras da autora, “é necessário lembrar para pertencer” (2012, p. 6). pela consequência máxima da violência: a morte.

Ao mesmo tempo, enquanto narra e conseqüentemente revive os eventos trágicos, o indivíduo faz justiça àqueles que não podem falar por si. A condição mínima para tornar-se testemunha, portanto, é o fato de ter vislumbrado o horror a certa distância, não ter passado pela consequência máxima da violência: a morte.

*A história do Lager foi escrita quase exclusivamente por aqueles que, como eu próprio, não tatearam seu fundo. Quem o fez não voltou, ou então sua capacidade de observação ficou paralisada pelo sofrimento e pela incompreensão.* (LEVI APUD SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 68).

Esses indivíduos, “‘privilegiados’ dentro do inferno”, justamente porque não tocaram o fundo, são reconhecidos por oferecerem um testemunho que será sempre parcial (Seligmann-Silva, 2008, p. 68). O que viram aqueles que foram levados até o limite jamais poderá ser revelado.

Mesmo excluindo as histórias transversais, ou seja, aquelas nas quais o sujeito atua como espectador, observando à distância, obtendo o privilégio de sobreviver enquanto outros são condenados à morte, a questão da parcialidade ou da imprecisão na narração dos fatos pode ser uma questão. Como vimos no caso de Yeonmi Park, é comum que as trágicas narrativas de refugiados sejam questionadas ou postas à prova. Colocar a narrativa sob rasura é uma prática especialmente recorrente entre os agentes dos dispositivos jurídicos de solicitação de refúgio. Cabe ressaltar aqui que o próprio manual do ACNUR afirma que “o confronto é um meio necessário para se obter uma história verdadeira” (2013, p. 30).

É curioso notar, no entanto, que parece sempre pairar sobre a narrativa testemunhal uma angústia relacionada à insuficiência da memória frente ao passado. Esse sentimento domina não apenas os discursos apresentados aos instrumentos oficiais, mas também aqueles cuja pretensão é denunciar, compartilhar ou exorcizar uma história. Um caso exemplar é o que se dá nos escritos do próprio Primo Levi quando, narrando os eventos do Lager, ele se questiona se os fatos de que se recorda

“realmente aconteceram” – uma sensação de irrealidade típica da memória traumática. Sem crer ele mesmo na autenticidade do que narra, Levi espera ser desacreditado, taxado de mentiroso (Seligmann-Silva, 2008, p. 69).

A sensação descrita por Levi denota a violência que a necessidade de precisão impõe sobre a narrativa testemunhal. Essa incerteza a respeito de suas próprias lembranças provoca no indivíduo um sentimento de incapacidade de tradução da memória traumática para uma língua ou um código que sejam factíveis no mundo real.

Se a incerteza se infiltra nas relações do sujeito com sua própria memória como pode ele ser submetido à violência de produzir uma narrativa com tamanho “poder moral, político e administrativo” de definir seu futuro (Vianna & Facundo, 2015, p. 48)? Como pode o sujeito exposto a horrores inimagináveis ser capaz de recontar racionalmente uma história que ultrapassa os limites do racional?

Cabe ainda incluir neste debate mais uma importante questão: qual é o verdadeiro propósito da narrativa testemunhal? Seria sua prioridade realizar uma exposição quase que jornalística dos eventos que compuseram a trajetória daquele indivíduo? Ou deveria ela priorizar as sensações e subjetividades resultadas dessa trajetória?

Se decidimos que a prioridade deve ser o componente humano da narrativa testemunhal e, portanto, as sensações e subjetividades decorrentes da passagem do indivíduo pelo trauma, passamos a perceber as imprecisões não como obstáculos, mas como instrumentos de apoio do discurso. Ou seja, reconhecemos que também os desvios e os silenciamentos podem ser entendidos como sinais e vestígios dessa história, que se revelará mais por sentimentos do que por fatos.

## ENTRE O REAL E O IMAGINADO: Um lugar possível para a narrativa testemunhal

Dominado pelo ímpeto incontrolável de narrar misturado à impossibilidade de traduzir sua jornada para o campo do real, o sujeito encontra na imaginação “um meio para enfrentar a crise do testemunho” (Seligmann-Silva, 2008, p. 70). Se a imprecisão, provocada pela difícil relação do indivíduo com suas próprias lembranças, é um fator que não pode ser evitado, cabe fazer dela uma possibilidade na narrativa testemunhal.

Segundo Eda Nagayama (2016), a literatura testemunhal, surgida no pós-Holocausto – da qual Primo Levi foi um grande expoente –, chama atenção justamente pela “valorização da subjetividade e do ponto de vista das vítimas e pelo autoquestionamento de sua real capacidade de narrar sobre o que se encontraria na esfera do inimaginável e impossível até então” (p. 33). Dessa forma, a testemunha oferece uma versão, uma que seja capaz de traduzir o intraduzível, descrever o indescritível, uma narrativa que borra os limites entre o real e o irreal para ser capaz de dizer o indizível. Nela, não são protagonistas os fatos, mas as sensações e impressões, os efeitos produzidos por aqueles acontecimentos no âmago do indivíduo.

Para ilustrar esse encontro entre o mágico e o real, cabe lembrar uma das notícias internacionais mais emotivas dos últimos anos: o falecimento do menino sírio Aylan Kurdi, ocorrido em 2015. A fotografia do menino de três anos que jazia sem vida à beira do mar tomou as páginas dos jornais suscitando inúmeros debates sobre a crise dos refugiados: a irresponsabilidade dos pais, a irresponsabilidade dos governos, as condições a que os refugiados se submetem para buscar asilo, etc.

A comoção em torno da morte de Aylan repercutiu em inúmeras manifestações artísticas que fizeram as vezes de instrumentos de assimilação do trauma, tentativas de conciliar, através de uma substância mágica ou fantástica, esse encontro brutal entre a morte e a primeira infância (Nagayama, 2016, p. 32).

Neste sentido, incorporar a imaginação na memória traumática é um exercício que cumpre um papel de “recepção, de ligação e preenchimento das lacunas” (Nagayama, 2016, 34). No caso do indivíduo que, em razão do trauma, se vê desconectado de suas próprias memórias, ou seja, incapacitado de “verbalizar a experiência traumática” (Seligmann-Silva, 2002, p. 140), a imaginação é ainda um fator que possibilita construir uma ponte, refazer o caminho de volta como tentativa de compreender sua história.

A “imaginação e a ficcionalização”, movimentos opostos àquele instigado pelos dispositivos jurídicos, “podem constituir instrumentos de maior eficiência ainda que problematizem as questões da ética e da verdade” (Nagayama, 2016, p. 35). É nesse espírito que Valéria Magalhães enxerga a narrativa testemunhal como uma “expressão simbólica” formada por elementos sociais e subjetivos. Observando o caso de Yeonmi Park, a norte-coreana cuja história abre este trabalho, Magalhães resgata as palavras de Alessandro Portelli quando este diz que a história oral “nos conta menos sobre os eventos e mais sobre os significados” (Portelli apud Magalhães, 2018, p. 151).



Assim, tomam o lugar central na narrativa testemunhal não os fatos, mas as próprias subjetividades. Estas últimas são, portanto, a substância que preenche as lacunas deixadas pela memória

A esse respeito, Ecléa Bosi (2003, p. 62) atestou que *“recordar é sempre um ato de criação”, de modo que o narrado e o real são instâncias diferentes – intermediadas pela memória –, mas também complementares. As lembranças têm muito a dizer sobre a história e a identidade de um grupo. Então, o que interessaria à história oral não seria a correspondência exata entre fatos vividos e fatos contados, mas sim o processo de construção simbólica da história e sua relação com a memória coletiva”*.

(MAGALHÃES, 2018, p. 151)

Nesse sentido, Magalhães ressalta que o trunfo da narrativa não se contém no que ela expõe a respeito dos fatos em si, mas a respeito da “percepção dos homens” sobre esses mesmos fatos (2018, p. 152). Essas percepções, por sua vez, não permanecem inalteradas. Considerando a capacidade da memória de realizar um processo de auto-revisão, percebemos que seu material é, na verdade, extremamente plástico, alterável. A memória é fruto, portanto, do indivíduo em seu estado atual. Ela “permite uma elaboração subjetiva feita no presente sobre o que foi o passado, mas não revela o passado exatamente como aconteceu” (p. 163).

Reconhecendo os limites impostos pela experiência traumática e assumindo que a memória se compõe de uma matéria plástica, frequentemente revisada a partir do lugar que o indivíduo ocupa em seu estado atual, torna-se desnecessário questionar se essa combinação entre o real e o mágico produz narrativas verdadeiras ou falsas. Desse modo, a narrativa deixa de ter sua credibilidade condicionada à tarefa de atuar como espelho de uma realidade vivenciada. A narrativa testemunhal importa por si só. Seus meandros, aproximando-se ou afastando-se desse passado traumático

refletem interpretações, reações e efeitos produzidos pelo contato dessas experiências com o indivíduo. A narrativa testemunhal, portanto, não pode ser encarada como uma fotografia do passado, mas como um produto do choque entre sujeito e trauma. Um produto que se revisa, se reinterpreta e se redescobre infinitamente.

## LITERATURA TESTEMUNHAL

A narrativa testemunhal, enquanto processo que borra os limites entre a realidade e a imaginação, encontra terreno fértil na literatura. De acordo com Seligmann Silva, a força da literatura para lidar com o atravessamento desses limites vem justamente de sua capacidade de estar “na vanguarda da linguagem”, jogando “com o simbólico, com suas fraquezas e artimanhas” (2002, p. 145).

Na obra *“Por que a criança cozinha na polenta”* (2004), Aglaja Veteranyi explora através da literatura a vida refugiada através do olhar de uma menina, filha de artistas de circo que fogem da Romênia em tempos de ditadura, redesenhando os limites entre o real e o mágico e não fazendo distinção entre eles quando afirma que “a imaginação também é autobiográfica” (p. 10).

Veteranyi parece confiar ao olhar infantil da protagonista a tarefa de tornar mais crível ou mais palpável os devaneios e fantasias que permeiam a trama. Ao mesmo tempo que o olhar da pequena torna os eventos absurdos possíveis, essa mesma ótica infantil parece ser capaz de apresentar verdades tão cruas que talvez só sejam possíveis de serem contadas por um narrador que não as compreende completamente, como no caso da menina

*Minha irmã é louca, diz minha mãe, porque meu pai a ama como mulher. Eu tenho de tomar cuidado para não ficar louca também, por isso minha mãe me leva junto para toda parte .*

(VETERANYI, 2004, p. 30).

Nesse sentido, a autora afirma: “eu não poderia ter escrito de outro jeito. Só da perspectiva de uma criança era possível relatar toda a crueldade e imoralidade dessa história” (p. 9).

A menina parece narrar uma vida em suspensão, na qual se espera um lar, uma rotina e uma normalidade que nunca chegam.

*Meu pai coleciona pinturas a óleo com cavalos, minha mãe, porcelana fina, que não usamos nunca, porque, de embrulhar e desembulhar, se gasta e se quebra. As coisas que temos estão todas em uma grande mala, embrulhadas com muito jornal.*

*COLECIONAMOS COISAS BONITAS DE TODOS OS PAÍSES PARA A NOSSA CASA GRANDE*

*(VETERANYI, 2004, P. 28).*

[...]

*Onde está a nossa casa?*

*A mala com a louça de porcelana da minha mãe ainda está aqui.*

*(VETERANYI, 2004, p. 145)*

Da mesma forma, o retorno ao lar não é uma possibilidade: “Jamais poderemos voltar, é proibido” (p. 60).

A menina parece ver no deslocamento uma grande dor. Essa sensação fica clara quando relata o quão insuportável considera o “desfile final do circo” (p. 52). A despedida de uma cidade significa voltar à estrada, confrontar as fronteiras novamente. O vexame e a dificuldade que cercam o ritual de passagem pela fronteira fazem com que a menina questione como sua família se diferencia das pessoas de verdade, ou seja, aquelas que não encaram obstáculos e perseguições no ir e vir.

*Temos passaporte de refugiados. Em todas as fronteiras, tratam-nos de maneira muito diversa de como tratam as pessoas de verdade. A polícia nos faz descer e desaparece com nossos passaportes. Minha mãe sempre lhes dá presentes, chocolate, cigarros ou conhaque. E faz olhos doces. Mesmo assim, nunca sabemos se eles vão telefonar ou não para a SECURITATE.*

*(VETERANYI, 2004, p. 70).*

De forma similar ao que discutimos sobre a memória como matéria plástica, a menina relata que a história da família conforme contada por sua mãe “varia todos os dias” (Veteranyi, 2004, p. 64). Como uma tentativa de disfarçar essa sensação que permeia a família de que ocupam um lugar de cidadãos de segunda classe, a mãe reinventa as origens, remonta o passado a fim de lhes fazer parecer mais interessantes, importantes. Para cada situação, uma narrativa diferente.

*Somos ortodoxos, somos judeus, somos internacionais! Meu avô tinha um picadeiro, era comerciante, capitão, viajava de país em país, nunca saiu da sua cidade e era condutor de locomotiva. Ele era grego, romeno, agricultor, turco, judeu, fidalgo, cigano, ortodoxo.*

*(VETERANYI, 2004, p. 64)*

A obra de Veteranyi parece demonstrar a força de uma narrativa na qual as emoções e subjetividades falam tanto ou mais do que os fatos. Fabiana Macchi parece resumir esse processo discutindo no prefácio que “talvez a imaginação tenha sido mero andaime para a revelação das sensações, dos medos e mágoas, sonhos e alegrias – estes, sim, reais” (p. 10).

## CONCLUSÃO

Minha principal intenção neste trabalho foi apresentar o debate entre a precisão e a subjetividade enquanto objetivos primordiais da narrativa testemunhal especialmente no caso de indivíduos refugiados.

Entendendo que a relação do indivíduo com a memória traumática produz lacunas que quase inevitavelmente acabam por ser preenchidas por elementos construídos pela imaginação, percebemos que a narrativa encontra seu terreno mais fértil num espaço que habita simultaneamente o mágico e o real.

Nesse terreno, o protagonismo cabe às emoções e sensações. Mais do que um retrato fidelíssimo da experiência vivida, a narrativa testemunhal atua em sua maior

força quando é capaz de expressar os ecos produzidos pelo trauma no indivíduo. Assim, cabe reconhecer a narrativa como uma interpretação, uma verdade individual.

Na literatura, essa narrativa encontra caminhos frutíferos. Restabelecendo os limites entre realidade e a imaginação como no caso da obra de Aglaja Veteranyi, a literatura pode ser entendida como uma arte que põe a linguagem a serviço do testemunho.

Levando em conta as questões debatidas aqui, faz-se imprescindível comentar a abordagem violenta com a qual os instrumentos jurídicos lidam com o testemunho nos casos de solicitação de asilo. A objetividade demandada por eles contrasta quase sempre com essas lacunas, rompimentos e inquietações que cercam a relação do indivíduo com sua própria memória. Cabe às instituições implicadas reconsiderar seus processos burocráticos a fim de evitar que esses indivíduos se sintam confrontados com mais uma experiência violenta nessa jornada em busca de paz.

## Referências Bibliográficas

ACNUR. Metodologia e Técnicas para Entrevistar Solicitantes de Refúgio. Brasília: DPU, 2013. AGAMBEN, Giorgio. O que resta de Auschwitz: o arquivo e o testemunho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

FERREIRA, Jaqueline. A benevolência à prova dos excluídos: relações entre voluntários e usuários de um centro de saúde humanitário francês. Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 25, n. 51, dez. 2017, p. 129-148.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Relatos de refugiados nortecoreanos: História oral e narrativas autobiográficas, Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica, Salvador, v. 03, n. 07, p. 146-166, jan./abr. 2018.

NAGAYAMA, Eda. Testemunhos de um Trauma Cultural Contemporâneo: Aylan Kurdi e os Deslocamentos Migratórios. Ver. Cult. E Ext. USP, São Paulo, n. 15, p.29-38, set. 2016.

PRATES, Daniele Abilas. Vozes Refugiadas: o relato da memória traumática entre refugiados palestinos no Brasil, 2012.

RIESSMAN, Catherine. K. Narrative Analysis. Qualitative research methods, vol 30. Newbury Park, Sage, 1993

SAGLIO-YATZIMIRSKY, Marie-C.. Do relatório ao relato, da alienação ao sujeito: a experiência de uma prática clínica com refugiados em uma instituição de saúde. Psicol. USP, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 175-185, Aug. 2015.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura e trauma. Pro-posições vol 13, n. 3 (39), set-dez 2002, p.135-153.



# **SOB O SIGNO DA TRAVESSIA:**

A figura do refugiado/imigrante no filme Haitian  
Corner, do cineasta haitiano Raoul Peck

Marcelo Rodrigues Esteves

Doutorado em Literatura, Cultura e Contemporaneidade | PUC- RIO

Contato: mresteves70@gmail.com

## RAOUL PECK E O SIGNO DA TRAVESSIA

*“Arrachés à leurs foyers d’origine, des millions d’hommes, de femmes et d’enfants avilis ont pris les chemins de l’exode. Un autre cycle du grand repeuplement du monde est en cours. Ils ne sont pas de fuyards. Ce sont des fuyitifs. Menacés par une calamité ou une autre, ils se sont échappés des lieux qui les ont vu naître et grandir, où ils sont vécu, mais qui un jour, sont devenus inhabitables, des demeures impossibles”<sup>1</sup>.*

(ACHILLE MBEMBE, LE GRAND DÉBARRAS)

Para boa parte dos espectadores regulares de cinema do hemisfério sul, o cineasta haitiano Raoul Peck tornou-se conhecido apenas no ano de 2016, por ocasião do lançamento do documentário de longa-metragem *I Am Not Your Negro* (Eu Não Sou Seu Negro, 2016), baseado no manuscrito inacabado *Remember This House*, do escritor norte-americano James Baldwin. Quando, em 2017 – depois de uma trajetória de sucessos angariando indicações e prêmios em importantes festivais de cinema –, o filme foi indicado ao Oscar de Melhor Documentário, Raoul Peck parecia estar finalmente inserindo seu nome no panteão dos grandes nomes da cinematografia mundial. No entanto, o que muitos espectadores que recém haviam descoberto a existência de Peck desconheciam é que, a essa altura de sua carreira, fazia muito que ele se tornara reconhecido, tanto pela crítica especializada quanto pelo público interessado em seus filmes carregados de teor político e crítica social.

Raoul Peck nasceu em Porto Príncipe, em 1953. Sua família fazia parte da pequena elite haitiana bem letrada que, a partir dos anos 60, abandonou o Haiti em direção à África – fugindo da ditadura de Papa Doc<sup>2</sup> –, para contribuir com a construção das jovens e recentemente independentes nações africanas. Assim, em 1961, com apenas oito anos de idade, Peck partiu com a família para o exílio na República Democrática do Congo

(então Zaire), onde passou a viver na capital Léopoldville (hoje Kinshasa). Esse primeiro e precoce movimento de deslocamento parece ter influenciado tanto a trajetória pessoal de Peck, cuja vida iria se construir entre idas e vindas por diferentes continentes, quanto as histórias dos personagens de seus filmes, cujas existências quase sempre se encontram marcadas pelo deslocamento geográfico, e pelo assombro constante do passado sempre inacessível.

Do Congo, Peck partiu ainda jovem para estudar no Brooklyn, em Nova York (EUA) e depois para a França, onde terminou seus estudos escolares. Mudou-se para Berlim onde começou a estudar engenharia industrial e economia, retornando a Nova York no início dos anos 80, onde trabalhou por um ano como taxista, e depois como

---

### 1.

“Arrancados de suas casas de origem, milhões de homens, mulheres e crianças aviltados tomaram os caminhos do êxodo. Um outro ciclo do grande repovoamento do mundo está em curso. Eles não são desertores. São fuyitivos. Ameaçados por uma calamidade ou outra, eles escaparam de lugares que os viram nascer e crescer, nos quais eles viveram, mas que um dia tornaram-se inabitáveis, moradas impossíveis”. (Achille Mbembe, 2017c, tradução nossa).

---

### 2.

Agrônomo, o pai de Raoul Peck foi preso pela ditadura de François Duvalier, o Papa Doc, por sua tentativa de sindicalizar os fazendeiros.

jornalista e fotógrafo, enquanto esperava por uma oportunidade de trabalho nas Nações Unidas. A espera vã lhe garantiu o tempo necessário para que tomasse consciência de que sua vocação não estava na carreira de assuntos internacionais, e sim no cinema. Retornou, então, a Alemanha, em 1981, para estudar na *German Film and Television Academy*. Datam dessa época seus primeiros curtas-metragens documentais cujas temáticas já antecipavam o engajamento político e o ativismo do diretor.

Em 1987, ainda como estudante de cinema, Peck realizou seu primeiro longa-metragem de ficção, *Haitian Corner* (Canto do Haiti). Uma vez formado, deu aulas como professor de cinema na Alemanha, e na França, e como professor visitante na Tisch School of the Arts, em Nova York. Em 1993, realizou seu segundo longa-metragem de ficção, *L'Homme sur les Quais* (O Homem nas Docas), o primeiro filme haitiano a participar da competição oficial do Festival de Cannes e a ser lançado comercialmente em salas de cinema dos Estados Unidos.

Já reconhecido como importante realizador, tanto de filmes de ficção quanto de documentários, Peck retornou ao Haiti para uma brevíssima atuação (1996-97) como Ministro da Cultura no governo de René Préval. Em 2000, conquistou o reconhecimento internacional com o filme *Lumumba*, cinebiografia de ficção sobre Patrice Lumumba, político e importante líder independentista congolês barbaramente assassinado por seus opositores em 1961. Considerado, nos Estados Unidos, como um dos filmes políticos mais importantes daquele momento, *Lumumba* abriu as portas para que Peck realizasse, na HBO<sup>3</sup>, seu longa-metragem seguinte, *Sometimes in April* (Abril Sangrento, 2005), sobre o genocídio de Ruanda. (BONITZER, 2013).

Em 2009, Peck chamou novamente a atenção da comunidade cinematográfica com *Moloch Tropical*, longa de ficção – que, como sugere o título, dialoga temática e esteticamente com o filme *Moloch* (1999), do cineasta russo Alexandr Sokurov –, que retrata as últimas horas de um fictício presidente haitiano democraticamente eleito no poder.

Em 2002, graças à notoriedade de seus filmes, Peck foi convidado para ser membro do júri oficial do Festival Internacional de Berlim. Dez anos depois, em 2012, repetiu a dose ao fazer parte do júri oficial do Festival de Cannes.

Desde 2010, é Presidente do Conselho Administrativo de La Fémis, uma das mais renomadas escolas de cinema da França. Atualmente, como prova e sintoma de sua condição de cidadão do mundo, Raoul Peck vive entre New Jersey, nos EUA, Paris, na França, e *Port-à-Piment*, no Haiti.

Filho de uma elite altamente qualificada para os padrões haitianos da época, não resta dúvida de que a origem familiar de Raoul Peck lhe garantiu o direito de livre trânsito através das fronteiras dos diversos países nos quais, alternadamente, construiu sua vida profissional. Essa condição pessoal, no entanto, não lhe fez insensível ao drama de milhões de outras pessoas que, assim como ele, foram impelidas a se colocar em movimento – quase nunca por vontade própria – como única garantia de sobrevivência.

De uma forma ou de outra, os filmes de Peck – sejam os curtas-metragens ou os longas, as obras de ficção ou os documentários – sempre dialogam com os temas da imigração, do refúgio, da repressão política que leva à necessidade do deslocamento, da imobilidade causada pelo trauma, dos interesses escusos que estão por trás

---

### 3.

*L'Homme sur les Quais* começou a ser filmado no Haiti, mas teve sua produção interrompida devido ao golpe de Estado que derrubou o então presidente Jean-Bertrand Aristide, em 1991. As filmagens foram retomadas na República Dominicana (BONITZER, 2013).



das “boas intenções” da ajuda humanitária do norte global. Embora não tematize a questão das fronteiras de forma direta, são elas – ou mais precisamente a crise gerada por elas – que estão na origem dos conflitos de muitos dos personagens de Peck. Senão as fronteiras, o movimento – sua necessidade ou direito a –, diante do qual as fronteiras representam uma estratégia de contenção. Como insiste Mbembe, “na verdade, o problema não são nem os imigrantes, nem os refugiados, nem os solicitantes de asilo. A fronteira. Tudo começa com ela, e tudo a ela nos remete” (2018c, tradução nossa).

Desde seus primeiros filmes, Peck tem um olhar atento, e altamente crítico, para os efeitos que essa crise – não de refugiados, mas sim de fronteiras – exerce sobre o homem ou a mulher que se encontram “fora de seu lugar”, geográfico ou emocional: um refugiado, um imigrante, um “deslocado”. Ainda que não fale sobre as fronteiras, seus personagens estão marcados pelo signo de sua travessia.

## MOVIMENTO, IMIGRAÇÃO E VIOLÊNCIA EM CANTO DO HAITI

Haitian Corner, longa-metragem de estreia de Raoul Peck, conta a história de Joseph Bossuet, um poeta haitiano que vive como imigrante na comunidade de haitianos no Brooklyn, Nova York. No passado, no Haiti, Bossuet foi preso e torturado pelos tontons macoutes, a temida milícia secreta do ditador François Duvalier – o Papa Doc. Agora, nos Estados Unidos, tenta sem sucesso dar algum sentido à sua nova vida de imigrante, deambulando pelas calçadas e vagões de metrô, entre a casa – onde vive com os pais e a jovem Sarah, por quem nutre algum afeto – e o trabalho desimportante numa marcenaria, entre os bares frequentados por outros imigrantes haitianos, e a livraria Haitian Corner que dá nome ao filme.

Apesar de continuar escrevendo seus poemas, Bossuet leva uma vida em suspensão, recusando propostas de edição de seus escritos, de trabalhos na editora haitiana do amigo Hegel, se esquivando da responsabilidade de cuidar do pai doente, ou de se fazer mais presente

dentro de casa. Mas a rotina de Bossuet é abruptamente quebrada quando, em visita ao local de trabalho de Sarah, ele escuta a voz de um homem que reconhece como sendo a de Theodor, seu torturador do passado. A partir daí, atormentado por essa descoberta, Bossuet usará de todos os meios para descobrir o paradeiro de Theodor, com o objetivo de acertar as contas com ele.

Entre as estratégias narrativas utilizadas por Peck para comprometer o espectador com o horror da tortura que subjugou o personagem principal, encontra-se a utilização do registro documental justaposto à narrativa ficcional. O filme inicia-se, de fato, com uma série curta de depoimentos, aparentemente de personagens reais, em tom documental: dois homens e uma mulher, cada um a seu tempo, narrando diretamente para a câmera, num tom quase monocórdio, os detalhes das rotinas de tortura sofridas no Haiti, sob a ditadura de Duvalier. Somente após esse breve prólogo é que a ficção se inicia.

Outra estratégia importante de Peck é a decisão de fazer os personagens falarem majoritariamente em língua crioula do Haiti, e não em inglês, o que seria convencional dadas as condições de produção do filme (realizado em solo norte-americano, com dinheiro de produção alemão) e/ou o local onde é ambientada a história. Mais do que uma estratégia de naturalização do processo de caracterização dos personagens – essa afinal é a língua utilizada pelos imigrantes haitianos quando conversam entre si –, utilizar o crioula é uma estratégia política de Peck, uma forma de inscrever a presença haitiana não somente em sua então iniciante filmografia, mas também de inserir a língua haitiana na economia cinematográfica global. Nas fronteiras e escritórios de imigração, o falante de crioula pode até encontrar-se em situação de desequilíbrio de poder, dependente da ajuda de tradutores para compreender e ser compreendido. Mas, diante de Haitian Corner, é o espectador falante das línguas imperiais (especialmente o anglofalante) que necessitará apoiar-se nas legendas, e confiar nelas, para poder seguir a história que lhe está sendo contada.

Iniciada a trama ficcional, o enredo de Haitian Corner se desenvolve em dois tempos narrativos: o tempo real dos personagens, e o tempo da memória de

Bossuet. O tempo da memória, por sua vez, subdivide-se em duas dimensões: a memória do afeto, filmada em preto e branco, sempre relacionada às lembranças felizes de Bossuet e Sarah quando crianças, no Haiti, e a memória do horror, ligada à lembrança das sessões de tortura que produzirá o trauma em Bossuet. Dessa forma, no filme – assim como só acontece para boa parte daqueles que imigram –, o Haiti, espaço de origem, existe apenas no plano da memória, não se apresentando mais como um espaço concreto e possível para os personagens. Para que não reste nenhuma dúvida sobre isso, Hegel, amigo de Bossuet, adverte: **“O Haiti acabou. Você está aqui há dez anos e não quer entender isso”**.

No entanto, esse local de origem permanece assombroso, de maneira diferente, diversos personagens do filme, lembrando-os constantemente da condição indesejável que é a de se viver emparedado entre dois mundos. Por um lado, é exigido que Bossuet se integre à sua nova vida, abraçando a condição de imigrante, para seguir em frente. Por outro, é sugerido – numa bravata feita por um amigo – que ele retorne ao Haiti, para organizar uma guerrilha e lutar contra o regime ditatorial. Bossuet não retrocede nem avança. E, quando acusado por Sarah de, nesta condição de paralisia, ter abandonado “seus sonhos, seu trabalho e sua família”, a ataca de volta, acusando-a de “burguesa” por tentar levar uma vida normal, apesar de tudo o que lhes aconteceu. A resposta de Sarah revela a forma como ela própria resolveu seu dilema de imigrante: **“Eu quero viver”**.

Mas é outra rápida passagem, envolvendo um personagem secundário, a que melhor ilustra a condição de paralisia que se acomete de alguns imigrantes. Num café, Bossuet vê um homem mais velho que lhe oferece um cigarro para depois se sentar sozinho, junto à janela do estabelecimento, olhar perdido para fora. É o primo de Bossuet que revela a história do homem: **“Está vendo esse cara? Há três anos que vive assim. Cada manhã, levanta, prepara sua mala, acha que vai para o Haiti. Pergunta na agência o preço da passagem. O resto do tempo passa aí... Assim vivem os haitianos aqui”**.

Se Bossuet vivia uma vida aparentemente tediosa e sem muitas expectativas, a partir do momento em que descobre a presença de seu torturador no seio da comunidade em que vive sua vida passa a ter um único objetivo: encontrá-lo, confrontá-lo, vingar-se. Contraditoriamente, essa aparente tomada de movimento mostra-se, na verdade, como uma paralisia, uma prisão mental: nada mais vai acontecer na vida de Bossuet até que ele encontre seu algoz. Bossuet suspeita que outros membros da comunidade haitiana estão cientes da presença de Theodor. Ao confrontar de forma violenta um conhecido de quem desconfia, ele escuta deste uma frase que mais vale como uma sentença: **“O exílio te deixou louco!”**.

A partir daqui, até o confronto final entre Bossuet e Theodor, a narrativa vai vibrar simultaneamente em duas teclas: a da memória e a do trauma. Bossuet confronta Hegel sobre a presença do torturador, que tenta dissuadir o amigo dizendo que tudo não passa de imaginação sua. Mas Bossuet tem certeza de que era Theodor: **“Essa voz, eu nunca a esquecerei. Tenho certeza que era ele”**. Diante do tema do esquecimento, é Hegel quem rememora, logo em seguida, sua história como vítima da tortura (que lhe rendeu o problema físico que lhe afeta, não por acaso, a mobilidade):

#### HEGEL

**Você vem me falar de esquecer? Nem sequer esqueci os cheiros nem os barulhos. Lembro até os detalhes sem importância. Esquecer, disse? Uma noite me apanharam após o toque de recolher. Eram militares e macoutes. Andavam juntos num jipe. Buscavam diversão. Me espancaram com uma barra. Caí, gritei, chorei e supliquei. Mas eles continuaram. Estava coberto de sangue e de excrementos. Quando desmaiei, me arrastaram até o próximo cruzamento, e passaram em cima de mim com o jipe. Por sorte só acertaram minha perna.**

#### BOSSUET

**Por que me conta isto?**

## HEGEL

Nunca contei para ninguém. O mais duro não é a dor da perna. É a vergonha.

Diante da confissão final de Hegel, não há mais o que possa ser dito entre os dois personagens, e Bossuet se cala. Essa rápida sequência aglutina duas importantes estratégias que envolvem o tema da memória e do trauma: o desejo de esquecer para poder seguir em frente; e a necessidade de lembrar/contar para superar o trauma. A experiência traumática organizada, assim, na forma de uma narrativa faz com que a confissão de Hegel reverbere os depoimentos documentais do início do filme, dando dimensão e credibilidade à sequência ficcional, mas, também, em termos estruturais, trazendo unidade para o roteiro.

Para tornar a situação ainda mais difícil, Bossuet logo descobre que Hegel não somente está ciente da presença de Theodor, quanto também o ajudou a se estabelecer nos Estados Unidos em troca de uma lista com nomes de haitianos que seriam presos e eliminados pela ditadura de Duvalier. Em troca da “delação premiada” do torturador, salvaram-se vidas inocentes. A partir desse momento, sentindo-se sozinho, a jornada de Bossuet passa a ser uma dupla luta contra seus demônios internos, e de certa forma, contra toda a comunidade pela qual ele se sente traído.

O clímax do filme acontece quando Bossuet, ciente da localização de Theodor (finalmente fornecida por Hegel), toma coragem para ir confrontá-lo. A conversa se dá inicialmente de forma dissimulada, com Theodor fingindo não reconhecer Bossuet. Mas diante do revolver que Bossuet empunha, Theodor “recupera” prontamente a memória. De maneira cínica, primeiro ele apela para a compreensão da antiga vítima: o que Bossuet teria feito em seu lugar? Theodor confessa ter sido traído por aqueles que eram responsáveis por suas ações. Alega ser, agora ele também, uma vítima assim como Bossuet, a condição de imigrante igualando a ambos. Mas a conversa toma um rumo diferente a par-

tir do primeiro disparo do revolver. Alvejado no braço, apavorado diante da morte iminente, Theodor cai, chora e clama pela piedade de Bossuet, humilhando-se.

A jornada de vingança de Bossuet termina aí, ao ver seu algoz resumido à condição de vítima. Como se recuperasse o poder sobre si mesmo, poder que havia perdido pelas mãos de Theodor, Bossuet desarma o revolver, jogando no chão, ao lado de Theodor, a bala com a qual poderia ter matado seu inimigo. Filmada sem grandes arroubos, com a dose exata de tensão, este é um tipo de sequência que se tornará marca registrada do cinema de Raoul Peck: transformar o espectador em testemunha da violência que seus filmes denunciam (PRESLEY-SANON, 2013). Assim será com a menina Sarah testemunhando o pai sendo atacado covardemente pelos militares, em *O Homem das Docas*; com os corpos de Patrice Lumumba e de seus companheiros sendo esquartejados e dissolvidos por policiais no meio da savana, em *Lumumba*; com o opositor do presidente do Haiti sendo torturado nos porões do castelo, em *Moloch Tropical*.

*Haitian Corner* termina de forma convencional. Depois de subjugar seu torturador, e renunciar a se transformar em um assassino, Bossuet sai para o amanhecer chuvoso no Brooklyn. Ele embarca em um ônibus enquanto a câmera, fixa, permite que observemos o veículo se afastar, fazendo supor – graças a esse expediente clássico da linguagem audiovisual –, que, talvez agora, ele possa colocar sua vida em movimento.

Há, ainda, um último aspecto interessante de ser observado, que diz respeito às implicações do nome do filme e sua tradução para a língua portuguesa. Embora “haitian corner” tenha sido traduzido corretamente para o português como “canto haitiano”, é preciso lembrar que, em língua portuguesa, “canto” é uma palavra homófona que remete tanto ao significado de “lugar escuso ou retirado” quanto ao “ato de cantar”. A forte referência ao universo musical que paira ao redor do título em português pode confundir o espectador – uma vez que não encontra nenhum respaldo na história –, e também dissipa a força por detrás da ideia de “canto” como um “lugar escuso ou retirado”. No filme, o “canto haitiano” tanto pode ser a livraria na qual se reúnem os imigrantes hai-



tianos – de fato, o é –, quanto o espaço geográfico ocupado por esses mesmos imigrantes no distrito do Brooklyn. Ainda que, de acordo com os dicionários de língua portuguesa, o substantivo masculino “canto” carregue também a possibilidade de significar “aresta”, “quina” ou “esquina, essas são acepções um pouco mais distantes de serem relacionadas ao vocábulo em português.

No entanto, mesmo em língua inglesa, são essas as acepções que nos parecem mais interessantes. “Corner” pensado como uma “quina” ou “esquina” é, segundo o dicionário Cambridge, o “ponto, área ou linha formada pelo encontro de duas linhas, superfícies, estradas, etc.”. O que é o contato das comunidades de imigrantes com as comunidades que os recebem senão a formação de uma “quina”, que guarda, pelo lado de dentro do encontro dessas duas linhas, a ideia de um “canto”, e, pelo lado de fora, a de uma “aresta”? A “esquina”, como vértice em que se encontram as arestas, como espaço público na extremidade do quarteirão, que aponta para fora, tanto remete à ideia de um lugar de passagem, quanto um lugar onde se marca um encontro. “Corner” enquanto “esquina” parece dizer muito mais sobre o filme de Raoul Peck, e, por extensão, sobre a condição de imigrante, do que a palavra portuguesa “canto” consegue carregar.

## OUTRO PERSONAGENS DESLOCADOS NA FILMOGRAFIA DE RAOUL PECK

Se Raoul Peck não realizou, pelo menos até esse momento de sua carreira, um filme no qual os temas da fronteira e da mobilidade estivessem no centro da narrativa, é preciso perceber que o tema do movimento, ou de sua interdição, subjaz na rotina miúda de muitos dos seus personagens, em diversos de seus filmes.

Em *Haitian Corner* (1987), enquanto outros imigrantes haitianos estão levando suas vidas adiante – Sarah está prestes a se casar, ao mesmo tempo em que trabalha no novo empreendimento de seu noivo, Hegel ajuda outros imigrantes a se estabelecerem em Nova York, etc. –, Bossuet está como que emparedado entre o passado no Haiti e a impossibilidade de fazer avançar sua vida no presente, como poeta, o que faz com

que ele se afaste da mãe, do pai, e da mulher que ama. Em *O Homem das Docas* (1993) – segundo longa-metragem de ficção de Peck –, diante da prisão pai militar, Sarah e suas irmãs vivem escondidas enquanto aguardam uma possibilidade de sair do Haiti. Primeiro como clandestinas entre as freiras de um convento, depois trancadas no sótão da casa da avó. Em *Lumumba: A Morte do Profeta* (1992) – primeiro longa-metragem documentário de Peck –, é o movimento de exílio do jovem Raoul Peck, e a memória que este tem da mãe, que fazem desencadear a história de Patrice Lumumba. No filme de ficção realizado sobre esse mesmo importante personagem da história recente do Congo (hoje RDC) – *Lumumba* (2000) –, Patrice Lumumba alterna momentos de prisão e de liberdade, de interdição de sair do Congo em direção a França, de proibição de sair de sua própria casa que permanece vigiada pelos militares, até a prisão final, a morte e a desmaterialização brutal de seu corpo. Em *Moloch Tropical* (2009), é a vez de vermos um presidente fictício do Haiti, Jean de Dieu, alienado e isolado em sua fortaleza – assim como Hitler no *Moloch* de Sokurov – enquanto o Haiti se dissolve numa terrível revolta popular, até sua decisão final de abandonar o país. Em *Morte em Pacot* (2014), um casal de classe média alta vive no entorno das ruínas de sua mansão destruída pelo terremoto de 2010, em Porto Príncipe, impossibilitados de moverem-se adiante, especialmente porque entre os escombros da casa encontra-se soterrado o corpo do filho adotivo do casal.

Como se vê, por esses poucos exemplos, o direito ao movimento, a privação da liberdade, a escolha sempre inquietante entre ficar ou partir, permanecer preso ao passado ou seguir adiante, faz parte dos dilemas cotidianos dos personagens de Peck. Esse movimento particular, “pequeno”, dos personagens espelha um outro grande movimento, coletivo, que hoje toma a forma dos grandes fluxos migratórios percebidos em todos os continentes. É como se o cineasta anteviesse, desde o início de sua filmografia, a importância e o impacto que o tema da mobilidade e da migração teria para o planeta no século XXI.

De acordo com Achille Mbembe, é preciso pensar esses movimentos migratórios sob outra perspectiva.

*É preciso compreender o que se chama de “migrações” à luz desses fatores demográficos de longo prazo. Ainda, é preciso adicionar a isso outros fatores, de ordem ambiental, econômica e política. O fato é que para além das “migrações”, como tais, é de um processo de repovoamento do mundo que é preciso falar. As “migrações”, legais ou ilegais, são apenas uma de suas manifestações. Uma nova era de circulação das populações está aberta (...) Esses vastos movimentos populacionais vão se acelerar. A Europa não é o único destino. O governo do movimento constitui, da mesma forma que a crise ecológica, um dos maiores desafios do século XXI. Além disso, a velha categoria política da “soberania” (o direito de decidir quem deve ser exposto à morte) se confunde doravante com o direito de quem pode se mover, e sob quais condições.*  
(2017, p. 18, tradução nossa).

*(...) O que faz para mim a singularidade de Raoul Peck é que ele é talvez o único cineasta de expressão francesa de inspiração épica. Sua história pessoal, sua ubiquidade, seu próprio jeito de viver em muitos países e dois ou três continentes que lhes dão esse sopro ao lado da qual nossas pequenas histórias francesas podem parecer tão pequenas, essa raiva e essa ironia que atravessam seus filmes, a raiva e a ironia indômitas dos oprimidos. (2013)*

## CONCLUSÃO

O cinema de Raoul Peck está atento à essa nova dimensão da necropolítica de Mbembe (2018) que agora aponta para o “governo do movimento”, para o controle de “quem pode se mover, e sob quais condições”. Seus filmes, compreendidos dentro da ordem cinematográfica sejam como “filmes da diáspora”, “cinema caribenho” são como pequenos exercícios de descolonização que mostram nas telas os efeitos desse controle sobre os corpos, negros, de seus personagens. Ainda de acordo com o Mbembe e Felwine Sarr, “as estruturas fundamentais dessa descolonização podem ser melhor percebidas na produção artística e estética, e na renovação do pensamento crítico” (MBEMBE; SARR, 2017, tradução nossa), duas dimensões que a cinematografia de Peck parece concatenar.

Reivindicado ora como cineasta haitiano, ora como “de expressão francesa”, ora como da diáspora, o certo é que o signo da travessia marca tanto a vida quanto a obra de Raoul Peck, assim como salienta o roteirista francês Pascal Bonitzer, seu amigo e companheiro de trabalho:

## Referências Bibliográficas

AUMONT, Jacques et al. A estética do filme. Campinas: Papirus, 1995.

\_\_\_\_\_; MARIE, Michel. Dicionário teórico e crítico do cinema. Lisboa: Texto e Grafia, 2008.

BONITZER, Pascal. Raoul Peck. A long story. In: INSTITUT FRANÇAIS. Raoul Peck – 6 films. Cinema. Collections Talents. Paris: 2013.  
INSTITUT FRANÇAIS. Raoul Peck – 6 films. Cinema. Collections Talents. Paris: 2013.

MBEMBE, Achille. L'Afrique qui vient. In: MABANCKOU, Alain (Org.). Penser et écrire l'Afrique aujourd'hui. Paris: Édition du Seuil, 2017b. p. 17-31.

\_\_\_\_\_. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1, 2018a.

\_\_\_\_\_. Le grand débarras. AOC media – Analyse Opinion Critique. Maio de 2018. Disponível em: <<https://aoc.media/opinion/2018/05/02/le-grand-debarras>>. Acesso em: 3 de mai. 2018c.

\_\_\_\_\_; SARR, Felwine. Africains, il n'y a rien à attendre de la France que nous ne puissions nous offrir à nous-mêmes! Le Monde. Paris, 27 nov. 2017. Disponível em: <[http://www.lemonde.fr/afrique/article/2017/11/27/africains-il-n-y-a-rien-a-attendre-de-la-france-que-nous-ne-puissions-nous-offrir-a-nous-memes\\_5221000\\_3212.html](http://www.lemonde.fr/afrique/article/2017/11/27/africains-il-n-y-a-rien-a-attendre-de-la-france-que-nous-ne-puissions-nous-offrir-a-nous-memes_5221000_3212.html)>. Acesso em: 28 de nov. 2017.

PIERRE-PIERRE, Gary. At lunch with: Raoul Peck; Exporting Haitian culture to the world. New York Times. Nova york, 8  
dre-de-la-france-que-nous-ne-puissions-nous-offrir-a-nous-memes\_5221000\_3212.html>. Acesso em: 28 de nov. 2017.

PIERRE-PIERRE, Gary. At lunch with: Raoul Peck; Exporting Haitian culture to the world. New York Times. Nova york, 8 mai. 1996. Disponível em: < <https://www.nytimes.com/1996/05/08/garden/at-lunch-with-raoul-peck-exporting-haitian-culture-to-the-world.html>>. Acesso em 25 de mai. 2018.

PRESLEY-SANON, Toni. Haiti: witnessing as revolutionary praxis in Raoul Peck's films. Black Cinema. Indiana University Press, v. 5, n. 1, p. 34-55, 2013.

VANOYE, Francis; GOLLIOT-LÉTÉ, Anne. Ensaio sobre análise fílmica. Campinas: Papirus, 1994.

### Filmografia de Raoul Peck

- De Cuba Traigo Un Cantar (média-metragem, doc., 1982)
- Exzerpt (curta-metragem, experimental, 1983)
- Leugt (curta-metragem, 1983)
- The Minister of the Interior is on our Side (curta-metragem, 1984)
- Merry Christmas Deutschland (curta-metragem, ficção, 1984)
- Haitian Corner (Canto do Haiti, longa-metragem, ficção, 1987–88)
- Lumumba: La mort du prophète (Lumumba: A morte do Profeta, longa-metragem, documentário, 1992)
- L'Homme sur les quais (O Homem nas Docas, longa-metragem, ficção, 1993)
- Haiti - Le silence des chiens (média-metragem, doc., 1994)



A Terra não é monopólio nem propriedade privada de ninguém, ao contrário: é tua, é minha, é nossa única casa, como espaço de vida e de relação fraternas e solidárias, com o dever e o compromisso de cuidá-la com carinho, responsabilidade e, sobretudo, com amor, para que todos vivamos com dignidade, e ninguém tenha que sair do seu lugar de origem de forma violenta ou forçada para sobreviver e para buscar segurança e paz. A migração deve ser livre e espontânea e jamais da forma violenta, como está acontecendo hoje com milhões de seres humanos. Atenção ao meu grito: “amanhã pode ser você.”

Jose Rafael Bolívar

In: “Da Venezuela destrozada para o Brasil em crise: A história de um imigrante, refugiado, advogado, em busca de novas oportunidades”

# ABRIGOS CAMPOS: REFÚGIO PELA VIDA!

Ângela Magalhães Vasconcelos

Professora da Escola de Serviço Social da UFF, membro titular do Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes – CEIPARM-RJ, coordenadora do Laboratório de Políticas Públicas, Migrações e Refúgio- LabMigrar- ESS -CNPq e Coordenadora da Cátedra Sérgio Vieira de Mello-UFF  
Contato: avasconcelos@id.uff.br

*“A ocupação colonial em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição de novas relações espaciais (“territorialização”) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto.”*  
(Mbembe, 2003)<sup>1</sup>

O presente Ensaio Fotográfico foi produzido a partir da pesquisa ‘Mulheres Refugiadas da Venezuela no Norte do Brasil: fluxos migratórios mistos, políticas públicas e acesso à cidade’, em desenvolvimento desde o ano de 2017, com ênfase na garantia de direitos da população refugiada à política de assistência social, Em função do complexo impacto espacial da ‘moradia’ ela originou o subprojeto ‘Abrigos Humanitários no fluxo migratório de Venezuelanos, em Roraima: política e controle’.

A investigação parte do contexto recente de acentuada emigração de venezuelanos no Brasil, solicitantes de refúgio e de visto de permanência temporária, tendo em vista a grave situação política e econômica vivida na Venezuela.

A pesquisa é desenvolvida pelo Laboratório de Políticas Públicas, Migrações e Refúgio - LabMigrar, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS- UFF) e tem como base metodológica a narrativa oral e a etnografia visual com entrevistas, rodas de conversa, fotografias e filmagens do cotidiano.

São três as etapas da pesquisa *in loco* e a partir delas foram organizadas as exposições fotográficas I e II de

Rostos & Corpos: Entre Ruas e Abrigos: experiência com imigrantes venezuelanos em Roraima<sup>2</sup>, composta por registros da vivência em diversos momentos. Primeiro, no mês de maio e depois no mês de outubro de 2018 nas cidades de Boa Vista e de Pacaraima. A última etapa foi programada para junho de 2019 quando terminou o Ensaio Fotográfico.

O roteiro da pesquisa foi inicialmente construído para entrevistar atores de instituições públicas municipais e estaduais, de organizações não governamentais, de coletivos de mulheres migrantes e refugiadas e de organizações internacionais. Contudo, os estudos introdutórios revelaram uma outra faceta e o olhar voltou-se para uma triste realidade, incomum na região, uma crescente população imigrante em situação de rua, em extrema vulnerabilidade, com expressivo quantitativo de mulheres e crianças venezuelanas.

Além da rua como moradia, acampamentos, ocupações de prédios públicos e imensos galpões lacrados com muros e grades – os ‘Abrigos Humanitários’, sob o controle e gestão do Ministério da Defesa, Secretaria Estadual de Trabalho e Bem-Estar Social de Roraima e do

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), passaram a constituir local de passagem e permanência para os imigrantes sob a vigilância permanente de um efetivo militar da Força-Tarefa Humanitária da Operação Acolhida, desde o seu interior às ruas do centro e periferia de Boa Vista e da transfronteiriça Pacaraima.

A partir desta realidade, ruas e Abrigos tornaram-se a parte central dos estudos sendo desenvolvida metodologia de roda de conversa com mulheres onde elas colocam sua história na Venezuela, como chegaram ao Brasil e suas dificuldades, demandas e expectativas no novo território. Concomitantemente conversamos sobre o dia-a-dia e prestamos informações sobre direitos aos serviços e benefícios socioassistenciais que constituem direitos constitucionais no âmbito do Sistema Único da Assistência Social como forma de empoderamento do coletivo feminino, desde o Abrigo.

Nestes territórios delimitados estão abrigados separadamente imigrantes venezuelanos não indígenas e indígenas das etnias Warao e Eñap'á.

Existem cerca de 3,4 milhões de refugiados e migrantes da Venezuela no mundo. A Colômbia é a que mais tem recebido com mais de 1,1 milhão seguida pelo Peru com 506 mil; Chile, 288 mil; Equador, 221 mil; Argentina, 130 mil; e finalmente o Brasil, 96 mil. Outros países

1.

---

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo. n-1 edições, 2018. pp 38-39

2.

---

Exposição I, na Faculdade de Direito da UFPR, durante o IX Seminário das Cátedras Sérgio Vieira de Mello, em setembro de 2018. Na Escola de Serviço Social de Niterói- UFF, durante a Semana Acadêmica, em outubro de 2018. Exposições I e II, em conjunto com a Palestra 'Fluxo Migratório Venezuelano no Brasil: os 'Abrigos Humanitários' e Reflexões sobre o Programa de Interiorização 'proferida no GRISUL, Escola de Ciência Política da UNIRIO, em abril de 2019. Fotos e curadoria da autora

da América Central e Caribe também têm recebido um número significativo de refugiados e migrantes venezuelanos.<sup>3</sup>

Em maio de 2018<sup>4</sup> haviam entrado no Brasil 92.656 imigrantes venezuelanos, permanecendo em território brasileiro 48.024, basicamente através da migração interna espontânea. Naquele momento eram nove Abrigos com 4.038 imigrantes, sendo dois deles indígenas<sup>5</sup>. Um ano depois são treze Abrigos onde vivem cerca de 6.750 imigrantes venezuelanos<sup>6</sup>. Foram reassentados voluntariamente 5.872 imigrantes em 18 estados e 100 cidades<sup>7</sup> desde o início do Programa de Interiorização do governo Federal, em abril de 2018, com critérios de elegibilidade para recebimento e permanência estipulados pelas instituições e governos de destino.

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), passaram a constituir local de passagem e permanência para os imigrantes sob a vigilância permanente de um efetivo militar da Força-Tarefa Humanitária da Operação Acolhida, desde o seu interior às ruas do centro e periferia de Boa Vista e da transfronteiriça Pacaraima.

A partir desta realidade, ruas e Abrigos tornaram-se a parte central dos estudos sendo desenvolvida metodologia de roda de conversa com mulheres onde elas colocam sua história na Venezuela, como chegaram ao

3.

---

Fonte: OIM e ACNUR, fevereiro de 2019.

4.

---

Fonte: Polícia Federal de Boa Vista, maio de 2018

5.

---

Fonte: Operação Acolhida, maio de 2018.

6.

---

Fonte: OIM, março de 2019.



Brasil e suas dificuldades, demandas e expectativas no novo território. Concomitantemente conversamos sobre o dia-a-dia e prestamos informações sobre direitos aos serviços e benefícios socioassistenciais que constituem direitos constitucionais no âmbito do Sistema Único da Assistência Social como forma de empoderamento do coletivo feminino, desde o Abrigo.

Nestes territórios delimitados estão abrigados separadamente imigrantes venezuelanos não indígenas e indígenas das etnias Warao e Eñap'á.

Existem 3,4 milhões de refugiados e migrantes da Venezuela no mundo. A Colômbia é a que mais tem recebido com mais de 1,1 milhão seguida pelo Peru com 506 mil; Chile, 288 mil; Equador, 221 mil; Argentina, 130 mil; e finalmente o Brasil, 96 mil. Outros países da América Central e Caribe têm recebido um número significativo de refugiados e migrantes venezuelanos.

Em maio de 2018 haviam entrado no Brasil 92.656 imigrantes venezuelanos permanecendo em território brasileiro 48.024, basicamente através da migração interna espontânea. Naquele momento eram nove Abrigos com 4.038 imigrantes, sendo dois deles indígenas. Um ano depois são treze Abrigos onde vivem cerca de 6.750 imigrantes venezuelanos. Foram reassentados voluntariamente 5.872 imigrantes em 18 estados e 100 cidades desde o início do Programa de Interiorização do governo Federal, em abril de 2018, com critérios de elegibilidade para recebimento e permanência estipulados pelas instituições e governos de destino.

Do abandono da casa venezuelana, do caminho até a fronteira brasileira, (sobre)vivendo nas ruas, aguardando e implorando uma vaga em Abrigo. Por vezes, acampado na frente de um deles, na grande expectativa de chegar a sua vez para ser distribuído ao Abrigo Rondon <sup>2</sup>, e é quando chega a hora de interiorizar para algum lugar que o queira no Brasil.

Entre a hospitalidade e a hostilidade, a resistência é pela vida!

A fotografia que flagra por diversos ângulos o impacto desta imigração venezuelana na fronteira e na região passa de galpões reestruturados e barracas de lona do Exército brasileiro e do ACNUR a construções em territórios que se assemelham à campos de refugiados.

A etnografia visual é um grande desafio para o pesquisador que num instante opta pela imagem com o seu olhar mas deixa a observação e a análise para o espectador.

Os registros fotográficos foram realizados a partir do celular J7 Galaxy Pro Samsung, 64GB.

*“Parecia um lugar sem fim,  
sem côr e  
andar sobre  
as pedrinhas no chão de lama  
era gritar no silêncio”*

A. Vasconcelos (Boa Vista-RR, outubro de 2018)

7.

---

Fonte: OIM, abril de 2019.



Fronteira Brasil-Venezuela, respectivamente cidades de Pacaraima e Santa Helena de Uiarén. 11 de maio de 2018.  
Foto: Ângela Vasconcelos





Abrigo Pintolândia. Imigrantes Indígenas em condição de refúgio. 15 de maio de 2018.  
Foto: Ângela Vasconcelos





Abrigo Pintolândia. Imigrantes indígenas de etnia Warao e Eñap'á. 15 de maio de 2018.  
Foto: de Ângela Vasconcelos









Abrigo Jardim Floresta. 16 de maio de 2018.raima. 11 de maio de 2018  
Foto: Ângela Vasconcelos





Abrigo São Vicente. 22 de outubro de 2018.  
Foto: Ângela Vasconcelos





Abrigo Rondon I. Família aguarda a interiorização. 22 de outubro de 2018.  
Foto: Ângela Vasconcelos





Abrigo Rondon II. Base para interiorização no Brasil. Crianças brincando de 'Amarelinha'. 22 de outubro de 2018.  
Foto: Ângela Vasconcelos





Família recém chegada 22 de outubro de 2018.  
Foto: Ângela Vasconcelos







Abrigo Rondon III. Dia da inauguração, 22 de outubro de 2018.  
Foto: Ângela Vasconcelos



# HOTEL CAMBRIDGE

um filme que da cores locais a um drama global.

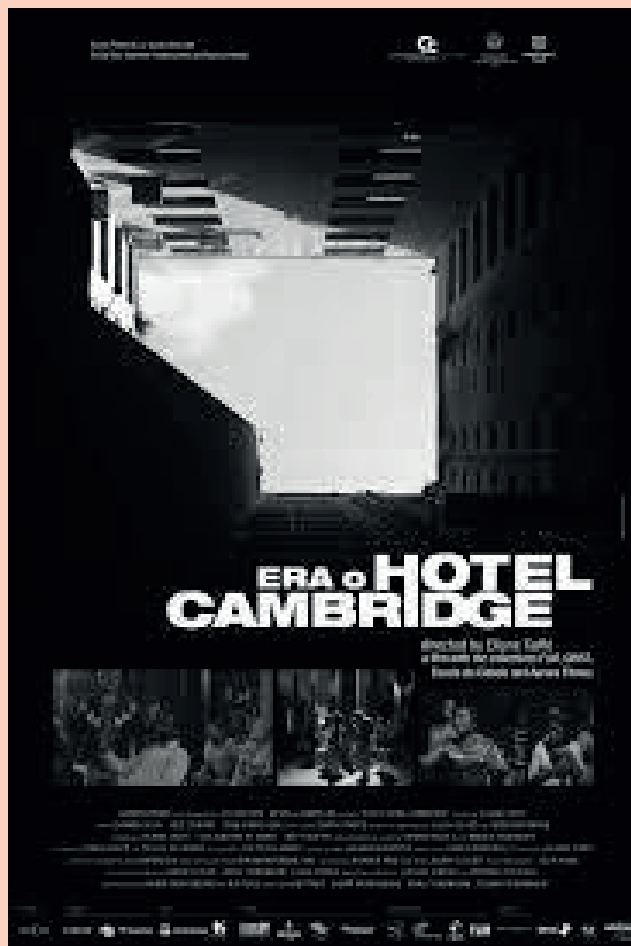
Abílio Guerra

Professor da FAU | MACKENZIE, editor do portal Vitruvius e da Romano Guerra Editora

Contato: abilio@vitruvius.com.br

Após a apresentação do filme Era o Hotel Cambridge para a imprensa, ocorrida no Cine Itaú Augusta no dia 9 de março de 2017, uma comoção toma conta dos jornalistas presentes durante a entrevista com equipe do filme. Muitos fazem elogios laudatórios antes das perguntas e estas expressam a perplexidade diante de um filme de gênero impreciso entre ficção e documentário. Os dois atores presentes – a baiana Carmen Silva, líder da Frente da Luta pela Moradia (FLM), e o palestino Isam Ahamad Issa, refugiado –, ao representarem a si próprios no filme, deixam ainda mais borrada a linha divisória entre o drama real e a representação fingida. Carmen, diante da situação inusitada, confessa emocionada que havia mentido para jornalistas em exhibições do filme em festivais brasileiros e internacionais ao afirmar que não era atriz, mas o faz de forma ambígua: “eu sou atriz; na cena do choro eu fui dirigida pela Lili, que me pediu para chorar; e eu tinha tantos motivos para chorar, que foi muito simples; agora mesmo eu posso me sentar aqui e começar a chorar e nunca mais parar”. O choro da atriz é o choro da líder do movimento, o sofrimento que finge é exatamente o mesmo que está encarnado em cada palmo ou poro de seu corpo.

Lidar com essa ambivalência parece ter sido o maior desafio – e mérito – de Eliane Caffé, a Lili. Isam Ahamad Issa, o refugiado palestino dublê de ator e de



Imagens cedida pelo autor.

poeta, com um português rude, cheio de quinas corcantes, dribla a pergunta sobre os percalços de sua vida ao se descrever como uma peça ínfima diante do desafio maior de se realizar um filme. Sua veia e verve poéticas tomam as rédeas da sua fala cheia de hiatos, convoca metáfora geográfica, descreve os rios que representam as trajetórias individuais que desaguardam num mar coletivo, onde os sofrimentos de cada qual vão se sedimentar; coloca Lili na posição superior de amalgamar as vivências, de insuflar no barro da experiência coletiva a vida própria de uma obra de



arte. Imagens que dão significado e sentido para a catarse que parece ter sido a filmagem para todos ou quase todos os membros do set, mas que embaralham mais uma vez o que é vida e o que é arte. A partir dessa situação de enorme densidade emocional, entender o filme passa a ser uma operação de retraimento, de evasão; é necessário encontrar um ponto de vista um pouco mais isento.

Contudo, ao se buscar isenção e transcendência excessivas, o risco é perder o frescor da experiência vivida, que parece ser tão significativa como o próprio filme finalizado. Talvez uma saída intermediária é propor uma metáfora de relativa autonomia, mas que ainda contemple o que está em jogo. No filme e nos depoimentos, uma quase ausência se faz presente como espectro: as forças invisíveis do capital, que se materializam no fechamento especulativo de imóveis, nas leis e normativas que passam ao largo da função social da propriedade prevista na Constituição, no sistema de propriedades rurais que resulta no latifúndio e na migração interna, no desmazelo oficial com o sertão nordestino que impõe rigorosa carstia de água e alimento a sua população, nas guerras promovidas no Oriente Médio e África por conta do controle de jazidas de petróleo e de minérios, moti-

vo maior da diáspora de populações expulsas nessas regiões e a presença de parcela desses contingentes no Brasil na condição de refugiados. São essas forças que insuflam substância histórica e social aos personagens do filme. Temos aqui um quadro global que nos sugere uma tela de talagarça, tecido de pontos grossos e abertos onde vovós fazem bordados. Por outro lado, a diretora em sua fala convoca de forma recorrente as “narrativas” das pessoas e personagens, as histórias de vida que ela diz lhe interessar mais como experiências de amplitude coletiva do que expressão de subjetividades fluídas. Podemos imaginar – a partir do historiador francês Paul Vayne – o cozimento de uma trama histórica com o entrecruzamento das várias linhas que representam as múltiplas e quase infinitas trajetórias individuais e de grupos. Podemos em minha metáfora quase alegórica imaginar que tais linhas são cozidas na tela de talagarça genérica que representa o Capital.

A partir dessa imagem sugerida pela fala de Isam, podemos aplicar os pontos de crochê. São muitas as histórias paralelas que vão se sobrepondo, se entrecruzando, embargadas pela emoção de vidas que se separam e se juntam, em regra marcadas pelas distâncias geográfica e temporal, e pelas aproxi-

mações ao mesmo tempo forçadas e inusitadas que se dão nas situações da ocupação de imóvel abandonado no centro velho da capital paulista, o extinto Hotel Cambridge.

A velhinha sem família, saudosa de sua vida no circo itinerante, que se revigora ante a possibilidade de ensinar português a um refugiado do Oriente Médio; o negro congolês que descobre que vai ser pai na África ao mesmo tempo em que se apaixona por uma branca brasileira; um palestino que tenta reconstruir sua vida no novo país mas se depara com a destruição de Gaza ao conversar com parente em um chat na internet; um velho ator desempregado que propõe a encenação dos dramas dos refugiados estrangeiros e é obrigado a incorporar as manifestações culturais dos migrantes brasileiros, uma fusão de demandas emocionais na forma de dança, música e poesia que se oferece como metáfora da própria história do filme.

As irmãs Caffé – Eliane, diretora, e Carla, diretora de arte – comentam durante a entrevista como o interesse pelos refugiados presente no roteiro original vai ser ampliado no contato com o movimento de

moradias, quando as demandas locais são incorporadas a partir do entendimento dessa gente como “refugiados na própria terra”.

Do ponto de vista narrativo, as múltiplas histórias e situações cumprem o papel fundamental de humanizar o grupo e dar legitimidade à bandeira social que defendem. Trata-se de um contra-discurso, que se digladiia de forma consciente com a imagem construída pela grande mídia de um coletivo criminoso, que se organiza e age ao largo das leis, passando por cima do direito de propriedade. Não são criminosos, uma vez que se agrupam em famílias; não são pessoas de má índole, pois mitigam as dificuldades imensas com a formação de laços de solidariedade; não são foras da lei, afinal têm a seu favor a própria carta magna da precária democracia brasileira, que estabelece a moradia como direito social<sup>1</sup>. Mas, é possível enxergar também um segundo papel narrativo, mais estrutural do que argumentativo, que se aproxima da poderosa imagem da antiguidade grega: a calmária que antecede a tempestade ou a guerra. Uma aproximação im-perfeita, pois é uma calmária cheia de sentimentos aguçados, algumas vezes à flor da pele, que vão car-





regando de energia estática o corpo coletivo dos invasores, uma eletricidade potencial que vai ser descarregada nas peripécias finais, cheias de correria, gritos e violência quando os moradores do Cambridge vão prestar solidariedade em outra invasão.

Seja como for, a estrutura narrativa coesa é um elemento de destaque e, ao lado das ótimas performances da fotografia, cenografia, figurino, iluminação e atuação de atores profissionais e amadores, garante a excelente qualidade artística do filme.

A tela de talagarça se mostra bem colorida com todos esses pontos e nós. Pelos furos da trama anônima, abstrata e descarnada constituída pela estrutura socioeconômica capitalista vão se insinuar os fios das histórias individuais e de grupo, de gama ampla de cores e tons, personalizando uma história que é ao mesmo tempo global e regional. Se ampliarmos as possibilidades desse cozimento coletivo, é possível alinhar na mesma base ao menos dois desdobramentos do próprio filme: o adensamento do aspecto educativo interno ao movimento, sempre evocado pelas lideranças durante sua realização – encenar a si próprio a partir de um distanciamento e elaboração, vivenciar a alteridade ao ser obrigado a lidar com as diferenças culturais, aceitar a arte nas formas de música, poesia e dança como parte do cotidiano, dialogar com outras classes sociais ao aceitar a presença dos universitários da equipe de filmagem<sup>2</sup> –. A ampliação exponencial da luta coletiva pela moradia digna ao ter sua mensagem propagada pela estrutura social através de um meio tão persuasivo e potente como o cinema – a já mencionada comoção verificada na apresentação para a imprensa pode se espriar pelas plateias em cinemas de rua, em shopping centers, de comunidades, em festivais, em residências quando for para a televisão fechada e, posteriormente, aberta<sup>3</sup>; como foi explicitado por Carmem Silva em debate ocorrido no projeto Marieta<sup>4</sup>. A capacidade de uma obra de arte como o filme de Eliane Caffé dialogar de forma mais universal com a sociedade pode permitir a compreensão e adesão às bandeiras

## 1.

---

Tanto no filme no debate ficou evidente o amplo conhecimento dos seus direitos constitucionais por parte das lideranças e membros dos movimentos pela moradia. A Constituição Federal de 1988 estabelece o direito à moradia de forma indireta, como um dos itens a ser contemplado pelo salário mínimo. Contudo, a emenda constitucional n. 26, de 14 de fevereiro de 2000, modificou a redação do artigo 6º, deixando expressa a moradia como direito essencial dos cidadãos do país: “Art. 6- São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição.”

## 2.

---

O Making of do filme *Era o Hotel Cambridge*, exibido no projeto Marieta no dia 4 de março de 2017, apresenta diversas cenas que explicitam a extrema importância, para as lideranças do movimento de moradias, do compromisso com a educação cidadã dos participantes das ocupações, muitos deles em estágio de extrema degradação física e moral. Carmem Silva afirma explicitamente a obrigação em “devolver à sociedade cidadãos plenos”.









de luta por outras camadas sociais, convertendo-se em arma importante na construção de uma imagem pública positiva do movimento.

Por se tratar de tema polêmico no embate ideológico, há o risco imediato de sua trajetória no mercado exibidor ser mais cheio de obstáculos do que o normal – tanto por parte dos proprietários de cinema ao exibirem um filme provocador, como por parte do público, pois na atual divisão dos humores políticos vividos pelo país é possível que grupos se sintam atingidos pela inteligência aguda dos líderes e a extrema organização dos movimentos. Assim, os discursos de ódio acerca das ocupações, que são vistos por um dos personagens ao acessar uma rede social na bem organi-

zada biblioteca e centro de mídia do Hotel Cambridge ocupado, têm algum risco de se repetir em fóruns de debate sobre o filme. É uma circunstância que se apresenta como mais um nó ou ponto na tela de talagarça, onde ficção e história real vivida serão transformadas tanto pelo acaso como pelas forças de apoio e antagonismo. Fecha-se assim a metáfora, mas não o que ela aponta: entre as frustrações das derrotas e as alegrias das conquistas, o movimento social pela moradia vai escrevendo de forma propositiva sua própria história.

Na linguagem comum, a emotividade é atribuída ao universo feminino, regra quebrada no filme, capitaneado em sua realização por duas mulheres, com personagens femininos mais focados e deter-



minados do que os homens – propensos às dúvidas, angústias e evasões, em uma das cenas alguns personagens masculinos se escondem na cobertura para compartilhar bebidas alcoólicas. Portanto, atendendo a convocatória do filme, termino reabrindo a comporta que reteve até aqui a densidade emocional que compartilhei na apresentação do filme para a imprensa. Como diversos críticos e jornalistas, perco a vergonha em afirmar que me emocionei muito durante a projeção. Era o Hotel Cambridge é um filme que se assiste com a garganta travada e lágrimas nos olhos. Era o Hotel Cambridge é um filme que precisa ser assistido.

---

### 3.

Um sinal evidente de que isso possa estar em processo é a série de críticas positivas já publicadas e o sucesso alcançado pelo filme em festivais- Festival do Rio; Festival de San Sebastián e Festival de Rotterdam- antes de entrar em circuito comercial. Agora resta esperar a resposta do público e a reação do mercado exibidor.

---

### 4.

Trailer do filme Era o Hotel Cambridge e trecho do debate sobre moradia social, com as participações de Eliane Caffé, Carla Caffé e Carmem Silva- respectivamente diretora, diretora de arte e atriz do filme- e João Sette Whitaker, secretário Municipal de Habitação da Cidade de São Paulo no governo Fernando Haddad, podem ser vistos a partir da notícia: PORTAL VITRUVIUS. SÃO PAULO, NOTÍCIAS 05/03/2017 <[www.vitruvius.com.br/jornal/newsread/2693](http://www.vitruvius.com.br/jornal/newsread/2693)>.

# CAMINHAR E PARAR. ENTRE O MATTATOIO E O CHAOS

**Adalton da Motta Mendonça**

Sociólogo, doutor em Planejamento Urbano e Regional,  
IPPUR | UFRJ

Contato: professor.adalton@gmail.com

## RESUMO

A partir das leituras dos livros de Francesco Careri, apresentamos esta resenha crítica onde tentamos ir além e ao contrário. Comentamos desde a antropogeografia o encontro com o lado humano e particular nas obras, construindo um diálogo imaginário com o autor. Careri apresenta o difícil ato de caminhar pela alteridade nos passos e nos laços que nos unem enquanto seres humanos. Nele, descreve simultaneamente o caminho e o caminhante, a alegria e o sofrimento, a sociedade e o ser social que nela habita. São 124 páginas de constante ipsetnografias através da observação, de antropologia espontânea multissituada, mas também da poética intuição arquitetônica.

Careri tenta dizer que não somos bons o suficiente e que precisamos caminhar com coragem para reconhecer o outro no caminho. Francesco Careri em seu livro anterior *Walkscapes* apresenta o caminhar como prática estética, mas no atual eleva o ato de caminhar à categoria etnográfica. Mostra o caminhar como instrumen-

to de criação e de transformação do espaço físico, mas também do espaço interior do leitor. Trata-se de uma obra plena de possibilidades, de afetos e memórias coletivas. Careri dá um passo à frente. Viaja pelo mundo, introduz a pausa, a contestação política do refugiado.

Apresenta experiências e reflexões como a do coletivo *Stalker*, das cidades ciganas e de algumas das nossas favelas. Introduz-nos no universo da ética em um mundo que beira a um caos migratório.

Enfim, leitura obrigatória para estudantes da novíssima questão urbana, da arquitetura + humana e sem máscaras que ensina a perder tempo para ganhar espaço. Ensina a impossibilidade objetiva de ser nômade num mundo cada vez mais alimentado pelo ódio ao outro. Livro bom para devorar como bons selvagens urbanos do século XXI diria Claude Lévi-Strauss. Também para pensar a problemática urbana e construir soluções coletivas a partir da imaginação antropológica.



## “Caminhar, parar e morrer de frente ao mar.”

*“Lutar foi sempre, mais ou menos, uma forma de cegueira...o mundo caridoso e pitoresco dos ceguinhos acabou, agora é o reino duro, cruel e implacável dos cegos, Se tu pudesses ver o que eu sou obrigada a ver, quererias estar cego... Sei, sei, levei a minha vida a olhar para dentro dos olhos das pessoas, é o único lugar do corpo onde talvez ainda exista uma alma, e se eles se perderam”<sup>1</sup>.*



Menino Aylan Kurdi, refugiado da Síria morto aos 3 anos. Artista e cineasta  
Fonte: : AP Shreethar

Careri reúne agora artigos escritos durante vinte anos, desde 1996, para retomar o *Walkscapes* não mais enquanto prática estética, mas agora como prática política do mito do *Stalker*<sup>2</sup>, que conduz à representação humanista de um coletivo romano de arquitetos e artistas que na década de 1990 assumiram o caminhar como instrumento de ação. Em 2002, esse coletivo transformou-se em “*Stalker* observatório nômade” e a partir de 2009

torna-se uma rede de trabalhos e projetos com siglas diferentes. Do passeio por Roma nasce uma nova forma de etnografia, negada pelo autor, que classifica os “nativos” e os novos habitantes (pastores, imigrantes albaneses ou poloneses). Careri observa que esses sujeitos dominam segredos, entradas e saídas do lugar. Enquanto zona inatingível para comuns<sup>3</sup>, aberto apenas para iniciados no métier.

O percurso traçado pelo coletivo *Stalker*, atravessando o interior de vazios urbanos, permite observá-los a partir da dinâmica urbana que constrói e destrói a cidade e modifica o território, seja na busca da valorização permanente do capital ou nas mudanças do vir a ser. Enfim, o autor observa que os fragmentos, enclaves ou friches da cidade antiga podem ser reinterpretados como ilhas de um “arquipélago, cujo mar é um grande vazio informe”, vazio “construído”, um fundo de mar onde boiam estruturas urbanas que o autor permite chamar de *clusters*.

A complexa dinâmica como uma nuvem cigana que muda de um minuto para o outro a sua forma, ou como uma galáxia descrita pela geometria fractal. Um novo olhar sobre a cidade se converte em jogo: o jogo do corpo em movimento. A geometria fractal dá origem ao “arquipélago fractal”, de grandes vazios urbanos que podem ser também friches humanas que permitem a compreensão do atual estado de declínio do capitalismo produtor de vazios urbanos e humanos. Espaços, aparentemente esquecidos, mas na verdade adormecidos à espera de valorização ou de novos usos. Humanos,

1.

---

José Saramago. Ensaio sobre a cegueira

2.

---

Em 1985 um conjunto de artistas e arquitetos romanos realizou a pé a volta inteira das zonas abandonadas de Roma e essa ação denominou *Stalker*. Através dos territórios atuais de Roma esse passeio ou visita urbana produz uma nova didática com novos significados. Foi inspirado pelo cineasta russo Andréi Tarkóvski que, em 1979, realizou um dos filmes mais importantes do século: *Stalker*. Essa ideia inspirou seu primeiro grupo de estudos peripatéticos.

aparentemente destruídos, mas na verdade entorpecidos à espera de revolução dos novos tempos. Certa amnésia urbana, porque tais vazios “esquecidos” na verdade não existem. Tem dono ou estão prontamente preparados para serem ocupados. Basta apagar as luzes e avisar aos movimentos sociais organizados para ocupá-los.

Vazios e humanos como espaços nômades modificados e que modificam a cidade ao mesmo tempo e quase a todo o tempo. Antes os novos leões, *hic sunt Leones*, como nos mapas geográficos das navegações para o novo mundo em novas rotas traçadas entre mares imagináveis, descobertos entre escombros de uma Europa que agora se redescobre. Agora, como corpos à deriva, seguindo para o velho mundo, prontos para serem explorados. Como novas carnes laceradas entre mares mediterrâneos e atlânticos entre botes e campos de concentração de uma Europa que agora se esconde.

Careri inicia seu trajeto, desvendando o campo Boario, uma espécie de acampamento, favela e antiga ocupação de imigrantes. Observa como se dá o convívio pós-moderno, pós-globalização, que transborda essas linhas imaginárias da cidade legal, atravessa a cidade informal e permeia novas fronteiras. Essa nova cartografia desvenda fronteiras visíveis e invisíveis. Quando eu pesquisava as friches urbanas, sofria uma experiência de tristeza e melancolia solitária. Já Careri afirma que o seu ato de etnografar o habitar é uma experiência do sofrer com os outros e consumir o espaço, mas sobretudo ser consumido por este. Espaço leão manso que se transforma em pesadelo para europeus e alimenta fantasmas: nacionalismo, xenofobia, fascismo etc.

O autor cita o exemplo da ocupação do povo curdo, maior povo sem Estado no mundo, que em Roma ocupou um espaço que representava, ao mesmo tempo, a vida e a morte. Procuram fixar raízes, mas as folhas estão secando e os galhos são cortados. Procuram jardins onde possam fincá-las, mas encontram espinhos na carne. Enquanto isso, a tribo *Stalker*, composta por de arquitetos e artistas, segue seu rumo reconhecendo povos locais e imigrantes como se desvenda a lógica antropológica.

---

### 3.

O mattatoio, tradução: matadouro fazia parte do complexo do antigo Porto Fluvial de Roma. Lugar onde eram armazenados, mortos e distribuídos animais (suínos e bovinos) para a região. Projeto do Arquiteto Giocchino Ersoch, o mattatoio foi concluído em 1889 e colocado em operação nos primeiros meses de 1890. Segundo Celma Paese no artigo “Walking Mattatoio: uma experiência de acolhimento” de 2013, na época Roma contava com 430.000 habitantes. O pórtico principal de ingresso do mattatoio dá acesso ao Campo Boarium onde eram armazenados os animais para o abate. O pórtico conta com três aberturas: a primeira no prédio central do pórtico que era utilizado pelos guardas e funcionários administrativos e duas aberturas laterais para a entrada de muitos animais. O pórtico de acesso é cercado por dois edifícios laterais de dois andares: ao lado direito abrigava a residência do diretor, sala de reuniões e administração; ao lado esquerdo a sede dos escritórios de saúde, inspeção e controle dos animais. Na lateral do edifício da direita localizavam-se as casas de banho e no da esquerda as fábricas para o processamento de sangue. Os estábulos para o gado circundavam o campo. O gado vinha marchando do Campo Boarium e ingressava no grande espaço interior que configurava ambiente real de abate: à esquerda havia o campo para o processamento de carne de porco e à direita o abate da carne de gado. A saída da carne processada se dava pelo pórtico traseiro do complexo, em frente à ponte Testaccio. O mattatoio foi fechado em 1975, quando Roma já contava com 3.000.000 de habitantes. Hoje, o mattatoio é um local de interesse cultural. Abriga parte da Faculdade de Arquitetura de Roma 3 e parte da Academia de Belas Artes, espaços de exposições do Museu de Arte Contemporânea de Roma – MACRO – entre outros usos.

---

### 4.

*Hic sunt leones*. Aqui estão os leões. Frase latina usada para referir-se às terras ainda não exploradas na África pelos navegantes em suas cartografias

Começa com o estranhamento e o distanciamento e, termina com o encontro. Dessa lógica, surge um ruído que poderia ter sido reduzido se o autor utilizasse novas técnicas do trabalho de campo. Estão à deriva no campo Boario. O autor descreve o espaço onde a cidade tira a sua máscara, mas também onde são produzidas novas que escondem formas de sociabilidade, onde processos de socialização permanente são construídos e destruídos com novas chegadas e partidas de imigrantes. O autor utiliza o termo deriva com o sentido náutico<sup>5</sup>, não deleuziano<sup>6</sup>. Quem navega aprende os perigos do mar e do aproximar-se da costa, mas deve saber onde parar, fundear, desembarcar e como falar com os “nativos”.

O conceito de deriva aparece como sinônimo ou referência do etnografar. Parafraseando Bourdieu, eu diria: típico caso de antropologia espontânea. Não é uma antropologia de risco, como a que se fazemos nas ruas do Rio, mas um “esporte de combate” onde quem ganha dessa vez é o autóctone, diferente de Caim bíblico sem sinal na testa para protegê-lo. Percorre vielas e favelas para aprender a arte do conceito. Ser conceituado é ser aceito. Ter conceito na quebrada é ser respeitado. Ser conceituado é ter a moral dos amigos. Significa, também, conhecer a arte de entrar e sair sem pagar o preço com a própria vida.

Como os ciganos *sinti*, *rom* ou mesmo os *cale* sabem a hora e o local de parar e jogar a âncora? A necessidade faz o momento e o momento faz a necessidade. Faltou aqui a abordagem microssociológica debruçando-se sobre o pequeno cotidiano dos grupos citados. Faltou uma experiência de imersão total, diria Boas, ou uma descrição densa, diria Geertz. Enquanto escrevo, observo da minha janela o revezamento de moradores de rua acampados perto da entrada do metrô. Não são ciganos e, um em especial me parece antropólogo. Penso: pode ser um antropólogo que parece um morador de rua. Só o ato de imersão no trabalho de campo nos dá a resposta. Faltou ao autor se confundir com o seu objeto sem objetivá-lo, tecer a teia de significados e viver entre eles, interpretar o campo Boario ou a *New Babylon* como espaços *relleños* e seus significados que se constroem ao observá-los<sup>7</sup>.

Diferente da arquitetativa peripatética, o trabalho etnográfico deve ser sempre uma construção inacabada, pois quando chegamos ao fim devemos mudar os projetos. Boario continua na mente do leitor de *Careri*, com nostalgia ou esperança, pois essa experiência construiu um texto no solo urbano com múltiplas mãos, mas que infelizmente não ficará na memória do lugar por muito tempo.

As “vilas da solidariedade”, por sua vez, também não são as únicas soluções para o problema dos ciganos rom, por exemplo. Mais provável é que as “novas cidades para nômades” possam ser os guetos do novo *apartheid* e os campos de refugiados novos campos de concentração humana. Depositar seres humanos em fileiras de contêineres com cercas metálicas vigiadas 24 horas é um crime contra a humanidade. Um campo onde há uma grande concentração de refugiados não deixa de ser um campo de concentração maquiado. Se eles têm hora para entrar e hora para sair, não têm liberdade. Se eles são presos e deportados, não têm igualdade. Se não têm trabalho nem dignidade para comprar a sua própria comida, não tem solidariedade. Se a sua própria pátria os descarta, se nascem em países, mas não recebem cidadania, são apátridas sem fraternidade. Não muito distante, a ocupação *Savoengo ker*<sup>8</sup> com suas casas queimadas e seus habitantes expulsos remete ao personagem Etienne, o professor de Filosofia do filme: *Uma temporada na França*, 2018<sup>9</sup>.

5.

---

Equipamento que se encontra embaixo da quilha do barco e que permite navegar contra o vento. Aquela protuberância submarina que é mais profunda e quanto menos o casco se move transversalmente menos perde tempo e espaço para chegar com determinação à meta.

6.

---

Onde os sujeitos acreditam que derivam suas vidas das circunstâncias dadas. Não sabem que, na verdade, são derivados delas. Vida capitalista selvagem que causa esquizofrenia e sofrimento permanente.



Ao ver o seu barraco e seus livros queimados pela ultradireita francesa ele coloca fogo em seu próprio corpo como ato extremo de desespero e desesperança.

Outro morar coletivo, o Cassino 900 também tem seus moradores expulsos para as vilas de solidariedade após o despejo em 2010. Esse tipo de morar coletivo lembrar os *okupas* anarquistas de Barcelona replicados no Brasil pelo *MTST*<sup>70</sup> que desnudam a inutilidade e a cegueira sociopolítica da direita que nega o déficit habitacional em toda a parte e criminaliza os movimentos sociais e indiretamente, propõem uma política de “limpeza urbana” no pior dos sentidos, excluindo pobres, negros, imigrantes, seres humanos em situação de rua marginalizados e supra numerários.

Francesco Careri também comenta o Metropoliz, antigo *friche* industrial, fábrica abandonada em Roma, onde duzentos imigrantes, entre peruanos, dominicanos, marroquinos, tunisianos entre outros, falam uma nova língua para além do esperanto. O autor chama essa nova língua de *pidgin*. Também apelidada de *makan* - em árabe lugar ou também melodia improvisada - lembra a origem bíblica de Babel, local onde o Senhor confundiu a língua de todo o mundo e os espalhou por toda a terra<sup>11</sup>. Careri conduz o leitor à utopia de Henri Lefebvre para distinguir entre utopistas e utopianos, ou seja, entre utopias abstratas e utopias concretas. Metropoliz foi uma utopia concreta, algo impossível enquanto plano, mas que se torna possível com contato permanente com o outro.

Falta do saber sobre a sociodiversidade. Ao aplicar termos como: crioulo, mestiço e meio-sangue, Careri trata culturas em contato permanente como interculturalidade, os encontros e desencontros dos deslocamentos populacionais como acontecimentos revolucionários, e não como possíveis fricções interétnicas:

*“Os imigrantes carregam consigo essa capacidade de transformação informal da cidade que, no passado, permitiu-nos construir nossas cidades. São eles que repovoam muitos dos espaços públicos que a cidade deixara vazios ou abandonados, as praças e os jardins dos centros históricos, como também os espaços móveis dos ônibus e dos metrô. Partes de cidades que começaram a transformar-se graças a novos usos e comportamentos: festas e rituais comunitários, habitações temporárias, phone centers, vendas de produtos alimentares, mercados improvisados nas estações de chegada e de partida das vans transnacionais, fenômenos temporários que se ativam só a determinadas horas de um determinado dia, até ações mais cotidianas, como a de por na calçada uma cadeira para encontrar e conversar com os vizinhos de casa”.*

*(Página 58 e 59).*

---

## 7.

Ver por exemplo o filme: “Ciganos da Ciambra”. Em Ciambra, uma pequena comunidade romana na Calábria, Pio Amato não vê a hora de virar adulto. Aos 14 anos, ele já faz uso de álcool, fuma e é um dos poucos a circular com facilidade entre os grupos da região, os italianos locais, refugiados africanos e o grupo de ciganos Romani. Pio tem como referência seu irmão mais velho Cosimo, mas quando ele desaparece, Pio vê uma chance de provar sua maturidade. Logo se encontra diante de uma decisão que coloca tudo à prova. Lançamento 2018 no Brasil. Direção: Jonas Carpignano. Com o título original de “A Ciambra”, o filme aborda o rito de passagem de um jovem cigano de 14 anos interpretado pelo ator Pio Amato na pequena comuna de Gioia Tauro, região da Calábria. O filme também encanta pela atuação do elenco e pela forte estória. Conta com produção executiva de Martin Scorsese e produção do brasileiro Rodrigo Teixeira, da RT Pictures. O filme explora as angústias da comunidade de imigrantes de forma extremamente realista. A amizade entre diferentes grupos de excluídos e as questões éticas.

---

## 8.

Savoengo ker, ou la casa de tutti, significa, na língua romani, “a casa de todos”. Tipo de casa-manifesto construída por mutirão com festa e alegria. Savoengo ker foi queimada em 2008. Semelhante a outro okupa, o coletivo o Cassino 900 que foi despejado em 2010 quando seus moradores foram deslocados para as “vilas de solidariedade” citadas acima.

Se, cada vez mais, as cidades poderão receber mais imigrantes então novos usos e novas sociabilidades poderão ser construídas/destruídas- novos habitantes em novas *communitas* existências<sup>12</sup>, novos comportamentos, novos ambulantes à deriva nos grandes centros das cidades, a rua como um novo condomínio intercultural. Seria algo como uma reprise do *Blade Runner*, obra de arte provisória no centro do mundo que mistura simulacro de cidade burguesa com favela, villa e comuna, termos que emergem em quase toda a América Latina e são carregados de forte peso negativo e preconceito nesse primeiro contato<sup>13</sup>.

Ao reviver a sua viagem para Santiago no Chile Careri comenta desde os males de Augusto Pinochet, até a descoberta do significado da Avenida Onze de Setembro. Desnuda o golpe e assassinato do presidente Allende que transformou o Chile em uma das primeiras cobaias do projeto neoliberal<sup>14</sup>. O autor se pergunta por que ninguém enfrenta a história recente e não fala na sangüinária ditadura. Aqui também não passamos a história a limpo e os torturadores não foram presos. Comenta a transurbância, um percurso em etapas pelo centro de Santiago seguindo cartazes colocados nos pontos de ônibus, algo como transferir a universidade para as ruas. Relata, também, o encontro com jovem filho de militantes do movimento de esquerda revolucionária. O jovem, chamado El Kike, fez um desenho proibido em uma praça com um percurso que confundiu os feirantes. Mostra que os feirantes não sabiam quem tinha feito essa “nova ordem tão absurda”, mas obedecem cegamente ao poder invisível das linhas traçadas por um “arquiteto” espontâneo ou quem sabe da polícia que encarna o poder desde a ditadura. Infelizmente, Careri não andou pela linha quatro do metrô de Santiago e não teve a sorte de escutar os personagens urbanos como Don Nolbe. Cantante e poeta naïf do metrô, que canta as suas críticas sociais contra o capitalismo que destruiu a sua vida e de milhares de chilenos com a destruição da seguridade social<sup>15</sup>.

9.

---

Título original: *Une Saison en France*, 2018. Filme do diretor centro-africano Mahamat Saleh Haroun

10.

---

MTST. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

11.

---

Gênesis 11, de 1 a 9.

12.

---

Victor Turner ao comentar que toda estrutura social, acompanhada pelos ritos que concedem direitos de acesso a determinadas esferas de poder ou status, coopera para a existência de uma antiestrutura na medida em que produz sujeitos liminares, transitórios ou não, que se agrupam em *communitas*. Turner, Victor. Verbete: *Liminaridade e communitas* - IN. Enciclopédia de Antropologia. Sitio <http://ea.ffe.ch.usp.br/>

13.

---

María Alejandra Rerelo-Imery, para o Rio On Wacht. Traduzindo ‘Favela’ Parte 2: Uma Viagem pela América Latina. A autora comenta os diferentes nomes para as favelas. Entre outros como *barrio marginal*, *cinturón de miséria*, *población callampa*, *campamento*, *barrios pobres* e *barrio malo* etc. Sitio <http://rionwatch.org.br/?p=9362>

14.

---

O Supremo Tribunal Federal do Chile encerrou a investigação da morte e ratificou que Allende se suicidou. “Fato investigado não é constitutivo de crime”, diz sentença”

15.

---

Don Nolbe canta entre as estações de Metrô da linha quatro, L4 entre as estações de Tobalaba e Plaza de Puente Alto.

Foi-se o tempo que se podia andar pelas ruas fazendo o que quer e desfrutando dos prazeres. Agora o poeta tenta ressignificar a sua vida e encontrar a felicidade nas coisas mais simples, como caminhar à deriva pelas ruas de Santiago sem respeitar nenhuma agenda nem cumprir nenhum horário:

*Que es lindo vivir la vida haciendo lo que uno quiere  
Disfrutar de los placeres que la ocasión le presenta  
Sin tener ninguna agenda que le marque los deberes  
Hacer o que uno prefiere sin cumplir ningún horario  
Ni mirar el calendario para tener que colmar  
Lo que le quieran pagar en cuotas si es necesario  
Eso de ser proletario a mí nunca me gustó  
aunque que también me tocó  
caminar sobre la cuerda Pero los mandé a la mierda  
cuando algo no me gustó Si no piensan como yo  
escuchen bien lo que digo El patrón nunca es amigo  
sólo de labio hacia fuera Porque cuando él lo profiera  
les va a imponer su castigo Por eso mi buen amigo  
preste usted mucha atención Nunca le crea al patrón  
cuando él muestre confianza Porque tiene la esperanza  
de convertirlo en huevón Yo sé que tengo razón  
para comentar así Los años que yo viví  
trabajando a patronal Muchas veces fui tentado  
pero nunca me vendí A un yo conocí  
que el patrón lo convenció Con dinero lo compró  
cómo comprar un objeto Y sin el menor respeto  
cuando él quiso lo cagó Si algo se me olvidó<sup>16</sup>*

Sabidamente, o poeta cantante desnuda a alma do andarilho e do imigrante que vaga pelas cidades mundo afora entre encontros e desencontros. A rua não tem mais a

velha ágora, mas as reuniões podem ser feitas em ônibus, bares, manifestações e em coletivos de cidadãos. A nova ágora tem pouco tempo para conversas, mas inventam novas *communitas* extemporâneas.

A qualidade do tempo de travessia depende das atividades que podem preenchê-lo. Na Europa, o tempo de viagem se torna tempo produtivo. Aqui no Rio de Janeiro, o tempo da viagem nos coletivos determina o risco. Enquanto na Europa, segundo Careri, o capital ocupa os espaços dos trens e elimina as porosidades como mesinhas e tomadas quem ampliam o trabalho “produtivo” com os seus computadores, e a viagem se transforma em mais-valia relativa., no Rio cresce o risco das milícias paramilitares transformarem a cidade num panóptico vigiado, controlado e punido onde a subsunção real se torna mais visível.

Careri comentou o espanto dos ouvintes com as semelhanças de Auschwitz durante uma palestra no Chile em 2012. Segundo ele “fora da Europa poucos sabem da sua existência” e de “cidades clandestinas” semelhantes a presídios. Ainda no Chile, comenta sobre o atual prédio do Centro Cultural Gabriela Mistral, CCGM. Antigo Edifício Diego Portales durante o golpe de Pinochet, que fora ocupado pelo comando Militar por causa do bombardeio no Palacio de la Moneda em 11 de setembro de 1973. Golpe arquitetado pelos Estados Unidos durante a ditadura, mas derrotado anos depois. Augusto Pinochet processado, julgado e condenado hoje morto, com sua memória enterrada no mausoléu dos ditadores. A apropriação dos espaços usados por ditaduras deveria ser uma norma recorrente. A reutilização para usos culturais e sociais deveria ser Lei que contemplasse todos os países, sobretudo na América Latina, onde de tempos em tempos, tentam ocultar os crimes à humanidade como o holocausto e o fascismo.

16.

---

Poma canção “Pobre, pero no colgao”. CD Don Nolbe y sus verdades. Entrevistado em Santiago, Chile em 2016. Don Nolbe canta entre as estações de Metrô da linha quatro, L4 nas estações de Tobalaba e Plaza de Puente Alto. Agradecimentos a Fernando Espósito Galarce pela ajuda na tradução.



Em Bogotá, Francesco Careri comenta os riscos da estratégia peripatética. Andar por uma cidade onde havia sequestros e bombas num território dividido por narcotraficantes não é bem “um passeio noturno”. Implica “fazer amor com Bogotá”, e compartilhar os perigos e as belezas da cidade: caminhar como um ato político com mais de duzentas pessoas a pé, seguindo pela noite. Aqui, por outro lado, presenciamos o caos. Caos citado por Careri nos campos de refugiados. Caos da relação desumana em muitos países europeus. Caos que estudamos aqui no Brasil com o crescimento do trabalho análogo à situação de escravidão de imigrantes e refugiados. Em São Paulo<sup>17</sup>, no Rio Grande do Sul<sup>18</sup>, em Belo Horizonte<sup>19</sup> e no Rio de Janeiro<sup>20</sup>.

No Rio de Janeiro, imigrantes haitianos são escravizados com falsas promessas de trabalho remunerado pelas milícias. Recentemente, em um dos “empreendimentos” controlados por milicianos, nove mortos, quinze desaparecidos e dez feridos em dois prédios que desabaram na sexta-feira, dia 12 de abril de 2019 na comunidade de Muzema no Rio de Janeiro. Se no Rio, milícias exploram imigrantes, em Bogotá, diz o autor, têm manifestação pacífica controlada pela polícia pelas ruas da favela Ciudad, e surge um burgo medieval com casas tipo *zigurates*<sup>22</sup> de cabeça para baixo. Já em São Paulo o autor conhece a favela São Francisco, vê de perto a luta pelo direito à moradia e percebe a transformação em luta pelo direito à cidade e ouve a gritaria pelo direito à saúde nas “quebradas paulistas”. Fala de jogo de gato e rato ou operação “enxuga gelo” do poder público. Na pauliceia, o passeio manifestação segue pela comunidade e o povo entende que a visibilidade é uma armadilha, mas ajuda a resolver alguns problemas. Passa pelos prédios do Projeto Cingapura da década de 1990, pelos prédios da Sehab e pela zona do muti-

17.

---

Bolivianos, peruanos e haitianos 22/08/2014 são resgatados em condições de escravidão em SP. Fiscalização também encontrou bolivianos em oficinas de costura. Trina e uma pessoas foram libertadas em operações no Brás e no Mandaqui. Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/08/haitianos-sao-resgatados-em-condicoes-de-escravidao-em-sp.html>.

18.

---

Denúncias de haitianos sobre más condições de trabalho são investigadas em Caxias do Sul. Imigrantes reclamam da precariedade do alojamento, da qualidade de refeições, além da falta de pagamento do 13º e horas extras. Investigação é da Polícia Federal e do Ministério do Trabalho. Fonte: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/pf-e-ministerio-do-trabalho-investigam-denuncia-de-mas-condicoes-de-trabalho-feitas-por-haitianos-em-caxias-do-sul.ghtml>.

19.

---

Segundo o Jornal Repórter Brasil, o principal caso envolvendo a libertação de haitianos no Brasil até hoje culminou no resgate de 172 trabalhadores – entre eles, os 100 haitianos que viviam em condições degradantes. O flagrante de escravidão aconteceu em uma obra da mineradora Anglo American no município mineiro de Conceição do Mato Dentro, que tem população de 18 mil habitantes e fica a 160 quilômetros de Belo Horizonte. A fiscalização aconteceu em novembro de 2013 a pedido da Assembleia Legislativa de Minas Gerais depois que a chegada da mineradora foi discutida em uma audiência pública. “Houve um incremento de cerca de 8 mil trabalhadores por conta da presença da mineradora e a cidade não estava preparada”, explica auditor fiscal Marcelo Gonçalves. Fonte: <https://reporterbrasil.org.br/2014/01/imigrantes-haitianos-sao-escravizados-no-brasil/>

20.

---

Num território ocupado por milícias paramilitares, a comunidade Muzema, alvos de operação contra grilagem são suspeitos de envolvimento no assassinato da vereadora Marielle. Ela sabia andar pelas ruas e vielas cariocas, mas foi assassinada junto ao seu motorista na noite da quarta-feira dia 14 de março de 2018 por combater essas mesmas milícias. Jornal Extra, RJ. 12/04/2019. Estas mesmas milícias são acusadas de escravizar imigrantes haitianos em obras irregulares na Cidade do Rio de Janeiro. Quatro haitianos foram resgatados em situação análoga à escravidão. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/haitianos-em-condicoes-analogas-a-escravidao-sao-resgatados-em-jacarepagua-rio.ghtml>.

21.

---

Haitianos em condições análogas à escravidão são resgatados em Jacarepaguá, Rio. Os quatro estrangeiros trabalhavam num empreendimento ilegal. Apartamentos inacabados eram vendidos por R\$ 45 mil. Fonte: Jornal O Globo, 28/06/2018. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/haitianos-em-condicoes-analogas-a-escravidao-sao-resgatados-em-jacarepagua-rio.ghtml>.

rão construído em 1989 com ajuda de engenheiros e arquitetos. Segue até a área dos sobrados e continua num tipo de escalada até a região do “labirinto” onde encontra comércios e serviços, uma verdadeira favela cidade que ultrapassa cercas de ferro que separam agora os novos prédios da favela, que desaba em meio ao novo urbanismo efêmero das milícias paramilitares.

Morar com risco, mesmo que haja um certo sentimento de mobilidade social não passa de um microsensimento para aqueles que deixaram os barracos e foram habitar nos novos prédios. No início, são vistos como pequenos palácios renascentistas que se elevam em meio ao caos. Num tecido medieval, agora com escravos pós-modernos, imigrantes e refugiados em situação de escravidão que nos levam a pensar que na verdade não passam de uma ipso gentrificação, condição necessária para essa nova fase neoliberal. Segundo Careri, a ideia de gentrificação nos espaços urbanos entre pessoas da mesma classe social pode colocar pobres contra pobres, fato que pode produzir no seio da própria classe o antagonismo de forma orgânica. Por isso, o elemento perigoso passa a ser o imigrante ou refugiado, mesmo nunca tenha sido um grande problema gerador de conflitos no país. Soma-se ao exército de pobres urbanos que se mantém ligados pelo sofrimento e pela luta global pela sobrevivência em escala global. O imigrante passa a ser o novo trabalhador nômade, informal, precarizado, explorado em escala nunca vista antes e quase com um ser humano descartado.

Enquanto em Roma, Careri comenta o cerco à ocupação habitacional Metropoli e a prisão do seu líder, aqui líderes são presos. Pobres, quando ocupam o poder, são chamados de populistas, segundo Jessé de Souza<sup>24</sup>. Em Roma, são clandestinos. Mas Careri afirma que: “clandestino é quem dá golpes, rouba a terra, contamina o solo e busca somente o lucro”, não os imigrantes ou refugiados, que buscam uma vida melhor. O autor também lembra as andanças de Geedes pela Índia como bom anarquista que defendia a visão from Bottom up para a produção da cidade.

22.

---

Tipo de pirâmides astecas.

23.

---

Música: Brasil livre – Rapper Flávio Renegado e Ivan. (2018).

24.

---

Segundo o sociólogo Jessé de Souza, o conceito de populismo é uma grande mentira contada por alguns intelectuais brasileiros. “Segundo a noção de populismo, os pobres que vêm do campo para cidade, que não foram à universidade e que não leem os grandes autores por não ter instrução são facilmente manipuláveis. Os líderes são, dessa forma, vistos como manipuladores”. Segundo ele, o conceito tem dois efeitos: limita o alcance da noção de soberania popular e estigmatiza os líderes. Quando o pobre escolhe em suas fileiras um representante, este é prontamente chamado de populista. Fonte: <http://cee.fiocruz.br/?q=jesse-de-souza-identidade-do-brasileiro-e-fruto-de-tres-mentiras-contadas-pela-elite>.

Concluindo, reproduzo a citação de Frantz Fanon<sup>25</sup>:

*“Nas colônias, o interlocutor legítimo e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o policial ou o soldado... Nas regiões coloniais, em contrapartida, o policial e o soldado, por sua presença imediata, suas intervenções diretas e frequentes, mantêm o contato com o colonizado e lhe aconselham, com coronhadas ou explosões de napalm, que fique quieto. Como vemos, o intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência. O intermediário não alivia a opressão, não disfarça a dominação. Ele as expõe, ele as manifesta com a consciência tranquila das forças da ordem”*  
(2005, p. 55).

Caminhar não é apenas etnografar, “é também escutar, em cada lugar quem vive e quem conhece a cidade”, redescobrir a filosofia peripatética dos gregos sentados à sombra. A estratégia peripatética é arte cívica. Aliás, cívicas no plural porque é transdisciplinar e modelo de educação, do fazer conhecer a estudantes e cidadãos as realidades estranhas às suas rotinas cotidianas, como uma universidade nômade, tipo de Stalker para viver e modificar o espaço que habitamos. É um perder-se conscientemente numa procissão ritual. Iniciático, onde estudantes entram em contato pela primeira vez com o outro, onde são transformados numa espécie de tribo Itinerante. Sem o tabu da propriedade privada. Entram nos espaços alheios, para construir uma relação criativa com o outro.

Enfim, “quem perde tempo ganha espaço”. Reencontrar o prazer da reapropriação dos espaços. Refletir sobre o desafio da construção de uma mentalidade progressista e libertária diante do obstáculo representado pelo poder nos processos de discriminação e xenofobia nas grandes cidades. Busca-se a liberdade antes que seja tarde caminhar para morrer de frente ao mar: “Aos poetas não se pede nada e dos poetas ninguém espera nada” – diz Careri. O *homo ludens*, aquele que

“atua sobre o seu entorno, interrompe, muda, intensifica seu microcontexto imediato”. O jogo do corpo, (Guedes, 1997) produz a mobilidade e permeia a relação de sobrevivência no espaço prático da experiência.

25.

---

A contraviolência em Fanon e Florestan, por Paulo Henrique Fernandes Silveira. Jornal GGN. Fonte: <https://jornalggm.com.br/noticia/a-contraviolencia-em-fanon-e-florestan-por-paulo-henrique-fernandes-silveira/>



## Referências Bibliográficas

BERNARDINI, Aurora. Artigo: Francesco Careri: Arquitetura e Poiesis. Sibila. Revista de poesia e crítica literária. Ano 18 - ISSN 1806-289X. SP. 20 jul 2016. Sitio: <http://sibila.com.br/critica/francesco-careri-arquitetura-e-poiesis/12643>. Acessado em maio de 2018.

DON NOLBE; Pobre, pero no colgao. IN. CD Don Nolbe y sus verdades. Trovador encontrado na linha quatro do metrô de Santiago, Chile em 2016.

CARERI, Francesco. Caminhar e parar. Caminhar e parar. Editorial Gustavo Gili. Coleção GGperfis. Trad.: Aurora Fornoni Bernardini. ISBN/EAN: 9788584520909. SP. 2017. 128p.

FANON, F. Os condenados da terra. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GUEDES, Simoni Lahud. Jogo de corpo - Um estudo de construção social de trabalhadores. Série Antropologia e Ciência Política, v. 6. Eduff. Niterói. 1997.

JACQUES, Paola Berenstein. O grande jogo do caminhar. Resenha do livro Walkscapes de Francesco Careri. Revista eletrônica Vitruvius, 2013.

PAESE, Celma. Walking Mattatoio: uma experiência de acolhimento". [https://wp.ufpel.edu.br/paralelo31/files/2015/03/07\\_artigo06\\_celma.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/paralelo31/files/2015/03/07_artigo06_celma.pdf). 2013.

SARAMAGO, José. Ensaio sobre a cegueira. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.\_\_\_\_

É um momento da vida que pode acontecer a qualquer pessoa no mundo, sem importar se a guerra de seu país sai nas notícias ou não, independentemente de raça, idade, sexo, nacionalidade. Amanhã pode ser você!

Leonardo Ruge e Ninibe Forero

In: “No final, tudo vai dar certo”

# Relato de um jovem arquiteto em Moçambique

**Pedro Lobão**

Professor DAU | PUC-Rio, mestrado PROURB | UFRJ

Contato: lobao.p@gmail.com

Em 1994 assinei um contrato com Médicos Sem Fronteiras para trabalhar em Moçambique. Meses antes eu nada suspeitava desta viagem. O que me levou a trabalhar com Ajuda Humanitária? Terá sido um traço de caráter que me conduziu? Ou foi a vida que me levou a destinos não imaginados? Neste relato pretendo contar em linhas rápidas minha experiência moçambicana. A título de abertura vale contar a história do...



“Zoom” da posição do posto de saúde de Chicuto  
Fonte: Google



## CAMINHÃO ROSA

Durante meu trabalho com Médicos Sem Fronteiras em Moçambique todo material de construção mais industrializado vinha da capital em caminhões fretados pelo escritório central da missão. Sempre reclamei por autonomia para contratar esse transporte a partir da minha base em Magude, pois, em se tratando de ajuda humanitária, eu entendia que o orçamento deveria ser gasto localmente, aumentando assim o impacto positivo do projeto no seu destino final.

Quando enfim consegui minha independência para contratar serviços localmente eu já sabia quem contratar: Vasco, simpaticíssimo proprietário de um caminhão Mercedes-Benz velho, mas bem cuidado e... inteiramente pintado de rosa choque. Quando digo inteiramente, quero dizer que tudo, mas tudo mesmo, até o volante era pintado de rosa. E não era um rosa qualquer, era rosa choque total. Uma visão! Vasco tinha várias frentes de trabalho na Magude recém liberta da Guerra. O caminhão era sua melhor ferramenta. Um sujeito que melhorava o cenário econômico da vila através de uma determinação invejável e de um sólido bom humor.

Fui então encontrá-lo para combinar o serviço: ida a Maputo, carregamento do caminhão, retorno a Magude. De cara, vi que não era bem assim. Vasco, cioso em atender integralmente minhas demandas de estrangeiro estressado, quis detalhar a viagem com muito mais pormenor. Combinamos então, passo a passo, como seria tudo: saída de Magude, possível parada no caminho, chegada ao depósito em Maputo, tempo para carregamento do caminhão, tempo para almoço e soneca, saída para Magude, parada para abastecimento, possível parada na volta, chegada. Tudo calculado com tanta folga que o tempo previsto para a viagem dobrou! Pelo menos, com tanta margem de erro, eu estava seguro que ele chegaria em tempo para minha equipe descarregar o caminhão no horário de trabalho normal, sem incluir “hora extra” por descarregar à noite.

Tudo combinado, ele parte na manhã seguinte cedinho. Ao final da tarde, na hora programada, lá estava eu com um grupo de operários a postos esperando por ele. Mas, para meu desespero, ele chegou umas 4 horas depois, noite avançada e eu bufando, estressadíssimo com o seu atraso. Ele desce da cabine e, ao me ver, chegando com cara de poucos amigos manda, na lata:

*Seu Pedro, eu estava vindo o tempo todo. Não parei de vir em momento algum.*

*Não tem jeito. É que...*

*- Não diz mais nada, já entendi tudo! Vamos descarregar isso logo! - Disse eu.*

E realmente eu tinha entendido tudo. Ele de fato “estava vindo o tempo todo”, aplicadíssimo. Mas, como controlar o tempo, se a vida é uma enxurrada de surpresas? Na cultura Xangana de Vasco, baseada na tradição oral, as coisas são sempre mais voláteis e impalpáveis. Minha visão cartesiana de tempo ruiu como num livro do Mia Couto.

Segui contratando o simpático Vasco e seu caminhão rosa, porém, nunca mais o esperei em horário algum. Ele chegava à hora que chegasse e, caso necessário, esperava pelo turno seguinte para descarregar. Ou então, por conta própria, catava os operários pela vila de Magude, casa a casa, para descarregar à noite. Mais simples impossível. Se eu tinha pressa encomendava a viagem com mais antecedência, ou então relaxava...

O tempo em Magude era elástico e conviver com isso foi para mim um grande aprendizado.

## COMO COMEÇOU...

Quando me graduei arquiteto-urbanista, em 1991, estávamos em meio a uma grave crise econômica, resultado de altíssimos índices de inflação do final do Governo Sarney e do caos provocado pelo dinheiro confiscado no Plano Collor.

Qualquer semelhança com os dias atuais NÃO é mera coincidência.

Nesse contexto, partir para um mestrado fora do país foi uma opção razoavelmente fácil. Antes mesmo da formatura, eu já ambicionava compensar algumas fragilidades que via em minha formação acadêmica, principalmente com relação à parte teórica. Pensei então em aproveitar a crise para finalizar minha formação acadêmica.

Barcelona estava naquele exato momento finalizando os preparativos para os Jogos Olímpicos, com uma série de obras que a transformaram em ícone de renovação urbana. Foi uma escolha natural.

Ao final do mestrado, por conta de um bom amigo que se engajou com a ONG Médicos Sem Fronteiras, percebi pela primeira vez a possibilidade de fazer Trabalho Humanitário. Fazia sentido, gostei da ideia de trabalhar com a “mão na massa”.

Moçambique era certamente a melhor oportunidade para realizar essa ideia. País oficialmente lusófono que três anos após a queda do Muro de Berlim<sup>1</sup> encerrara três décadas de guerra civil. Dois anos depois da “paz”, Moçambique era objeto de inúmeros projetos de reconstrução de infraestrutura. Em teoria, eu tinha muitas facilidades para conseguir trabalho lá por conta da língua, da minha formação e da grande demanda de trabalho.

Minha primeira surpresa foi perceber que essa teórica facilidade não se traduzia numa contratação! Me parecia espantoso que organizações atuando em situação precária e em locais remotos exigissem “experiência anterior”. Essa era, contudo, a primeira pergunta nas entrevistas, sempre. Após infinitas visitas, cartas e currículos consegui uma indicação para a seção Suíça de Médicos Sem Fronteiras – MSF-CH. Segui para Genebra imediatamente, no risco.

Da fase de incertezas, passei àquela da pressão total. Entrevista, contrato imediato e programação para chegada em campo em menos de 15 dias. Fui contratado como Oficial Logístico para o projeto de MSF em Magude, distrito localizado no norte da província de Maputo. Na sumária reunião de instrução em Genebra soube das minhas funções: eu agora era responsável por oferecer todo apoio logístico ao projeto médico e por executar diretamente<sup>2</sup> a reconstrução do sistema de saúde distrital, composto de um centro de saúde em operação precária e uma rede de postos de saúde periféricos, todos destruídos por abandono durante os anos de guerra.

## CHEGANDO LÁ

Chegando ao escritório central de MSF-CH, em Maputo, coloquei à prova meu francês ainda bastante titubeante, pois toda a equipe na Capital era francófona. E eu ainda fazia as vezes de tradutor para o médico com quem iria viver em Magude, um cirurgião equatoriano simpático e rústico. Português, Espanhol e Francês se misturavam numa farofa linguística única.

Em duas semanas tive a chance de conhecer melhor a ONG e de conhecer um pouco de Moçambique através da sua capital.

Durante a guerra, a mobilidade entre cidades era um risco. Em Maputo, dois anos depois do acordo de paz a primeira onda de retorno de migrantes já era uma realidade. Muitos moçambicanos que haviam se refugiado da guerra nos países vizinhos – África do Sul, Suazilândia e Zimbábwe - estavam retornando. Nos anos seguintes, a cidade vivenciaria um crescimento populacional mais acelerado que ainda transformaria os ares incrivelmente tranquilos da Maputo do pós-guerra que conheci. Em 1994, a parte mais nova da cidade, fruto de um plano modernista do governo colonial, era composta por uma série de avenidas largas e prédios modernistas construídos em meados do século XX. Era uma cidade esvaziada, ocupada por uma população rural que nada sabia de vida urbana. Em muitos prédios modernistas, os moradores usavam fogareiros a lenha nas áreas comuns e circulações. Era comum ver a fumaceira saindo dos panos contínuos de cobogó... Havia uma aura surreal, de cidade transformada pela substituição da população do tempo colonial, agora ocupada por nativos de origem rural que nada entendiam de vida urbana. Guardadas as devidas diferenças, era como se Brasília fora habitada pelos candangos que a construíram, ao invés dos funcionários públicos e políticos que até hoje a ocupam. Ruas, casas,

alinhamento, espaço público, etc. eram conceitos que não se aplicavam a essa nova onda de expansão urbana. Outro lado de Maputo que rapidamente conheci foi o boêmio. A economia da cidade era em grande parte movimentada pela presença de membros de ONGs, capacetes azuis de várias nacionalidades, todo um contingente de estrangeiros engajados na recuperação do país. De dia, a transformação de usos e de formas era palpável, à noite a cidade dançava!

Antes de falar mais em detalhe da minha experiência pessoal com MSF, é preciso dizer que os conheci no momento em que começavam a se aventurar em Projetos de Desenvolvimento. Originalmente, MSF só trabalhava com ações de emergência, a maioria das vezes durante conflitos ou crises graves. Com o tempo, ao enfrentar a melhora de condições político/sociais nos países onde trabalhava, começaram a aparecer situações onde a preservação dos ganhos da fase de emergência demandava um trabalho mais sintonizado com a realidade local pós-crise – ações que permitiam um legado mais estruturado e perene. Assim, em algumas situações, Projetos de Emergência passaram a se transformar em Projetos de Desenvolvimento. Numa situação de pós-guerra, como a que encontrei em Moçambique, a contratação de um arquiteto como oficial logístico seguia exatamente este espírito.

### 1.

---

A guerra civil moçambicana, assim como outras tantas desse período, foi alimentada pelas tensões da Guerra Fria. Com isso, após a queda do muro de Berlim, e a consequente fragilização do poder soviético em nível mundial, o “motor” da guerra parou e o dinheiro que a financiava desapareceu. Sem dinheiro, um acordo de paz se materializou rapidamente.

### 2.

---

“Diretamente” significa que todo trabalho de construção seria executado por equipe própria, a ser contratada localmente por mim. A opção por terceirizar os serviços de construção, e então somente gerencia-los, era inexistente.





Subúrbio de Maputo em 2002  
Fonte: Google



Subúrbio de Maputo em 2018  
Fonte: Google

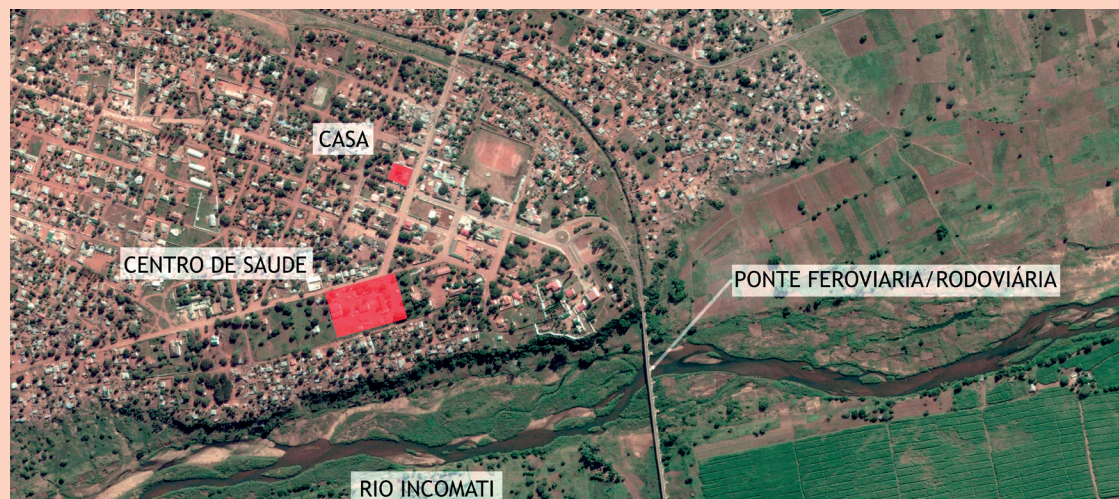


Eu era então um arquiteto perdido em meio a médicos, enfermeiros, administradores e logísticos. Os oficiais logísticos eram o grupo mais heterogêneo. Havia desde profissionais com formação específica<sup>3</sup> até pessoas sem formação alguma. Arquitetos, quase nenhum. Na verdade, o pessoal mais ortodoxo muitas vezes me perguntava: - O que faz um arquiteto numa organização médica? MSF não contrata arquitetos!

De fato, o pessoal de Maputo já havia comprado um projeto arquitetônico para os postos de saúde periféricos que eu deveria construir. Havia contratado um suíço simpático e “bon-vivant” que veio da Europa e fez um projeto meio art-decô. Não gostei do projeto, pois fazia referência ao passado colonial<sup>4</sup> e não ao novo futuro que agora se desenhava. Mais que isso, não entrava na minha cabeça: - Porque me contratar se já tinham projeto? Decidi então não esquentar a cabeça, executar o primeiro posto com o projeto “do suíço” e a partir dele desenvolver meu projeto para os outros postos ainda por construir.

## EM MAGUDE

Chegando a Magude, minha primeira tarefa foi terminar a reforma da casa onde em breve moraríamos eu e o médico. Era a antiga “Casa do Médico” do tempo colonial. Fazia parte do centro cívico da vila, junto com a praça, o posto de correio, a residência do administrador distrital, o Centro de Saúde, etc... Enquanto terminava a reforma, dormíamos em Manhica, cidade localizada a 60 km de distância, onde já havia um projeto de MSF-CH em andamento.



Magude

Fonte: Google Earth

3.

---

Há vários cursos nessa área (instituteBioforce, LLA, etc.) principalmente na França.

4.

---

O período colonial moçambicano terminou somente em 1975, quando após a Revolução dos Cravos, o novo governo português cedeu e o país organizou um governo baseado na organização militar anticolonialista (Frelimo) que até então lutava pela independência

A penúria da economia da vila e da área rural era absoluta. Antes um centro de atividade pecuária, em 1994 a população sobrevivia de agricultura de subsistência e do recebimento de sementes de milho transgênico norte-americano pelo FAO.

Durante este primeiro mês, a cada manhã eu em tu-gueses. Com 28 anos de idade eu virei o Seu Pedro. Eu, o médico equatoriano e um português cascudo que nunca saiu de Magde éramos os únicos “brancos” da cidade.

A primeira tarefa era absorver a oferta de mão de obra, filtrando capacidades e competências. Era importante organizar o embrião da equipe de construção, que no auge contou com mais de 100 trabalhadores, identificando os mais experientes ou mais articulados. Comecei usando aconselhamento local para identificar líderes das várias especialidades de trabalho - carpinteiro, pedreiro, pintor, encana-dor, ... - e com eles montar meu canteiro de obras: Em quem confiar? Como ganhar a confiança deles?

Explicar que eu não representava uma empresa e sim uma ONG foi um desafio permanente. Fazer com que ao menos os líderes desse grupo percebessem que o nosso trabalho era um legado para a cidade ajudava a conter roubos, trapanças e intrigas que naturalmente aconteciam. A partir de conselhos valiosos de amigos e da observação da cultura que me rodeava, aprendi que na cultural local um líder tinha limitações de comportamento: não correr, não gritar, não se desgastar com detalhes operacionais, ... Para ser respeitado era fundamental que eu me adaptara a essa imagem cultural de liderança.

De tudo que aprendi nos dois anos que morei em Magde, nada se compara à sensibilidade que tive de desenvolver para sinais e comentários com os quais não contava. A todo momento aconteciam coisas que me surpreendiam, o choque cultural era permanente e o melhor a fazer era aprender a conviver com ele.

O caso do caminhão rosa, para além do seu caráter anedótico, foi um dos muitos momentos em que tive que rever minhas posturas, repaginar minha forma de pensar e agir. Aprendi muito no sentido de melhorar minha capacidade de gestão de equipes, de entendimento de processos construtivos simples e robustos ou então de arcabouços administrativos básicos. Porém, o que este trabalho me proporcionou de mais rico foi meu “diploma informal de diplomacia”, negociar soluções a partir de visões diferentes da minha.

## ARQUITETURA DO POSTO DE SAÚDE PERIFÉRICO

Do ponto de vista arquitetônico, a economia de recursos e a simplificação de processos construtivos definiram o eixo da minha experiência moçambicana.

A reforma do Centro de Saúde de Magde foi um desafio de simplificação de uma planta baixa inutilmente complexa e de consolidação de elementos construtivos básicos. Contudo, o trabalho mais estimulante de todos foi a reinvenção do projeto modelo do Posto de Saúde Periférico.

Após construir o Posto “Art-decô” do arquiteto suíço me dei conta que, de fato, poderia fazer algo muito mais adequado à cultura local e aos processos construtivos que minha equipe dominava.

A primeira constatação foi de caráter programático. Os postos de saúde de Moçambique insistiam em ter uma sala de espera<sup>5</sup>, quando na prática as mulheres<sup>6</sup> nunca esperavam pela consulta DENTRO do posto. A cena era sempre a mesma: a mãe chegava com o filho amarrado nas costas, escolhia uma sombra em frente ao local de atendimento, dobrava o corpo para frente,



soltava e arrumava o pano no chão para, por fim, colocar o filho sobre o pano, sentando-se ao lado dele.

Ou seja, a sala de espera ficava sempre vazia e servia somente para que os funcionários a entulhassem com equipamentos fora de uso ou qualquer outra quinquilharia. No lugar dessa inútil sala de espera, o importante era ter uma boa e ampla sombra na frente do posto de saúde. O reincidente argumento da utilidade da sala de espera em dias de chuva não procedia. Em caso de chuva ninguém ia ao posto de saúde, pois o caminho até lá era feito a pé.

Outra constatação se referia à linguagem da arquitetura. No cotidiano de suas casas e espaços construídos, os usuários não exercitavam a ideia de ornamento arquitetônico. Toda alegoria, simbologia e subjetividade do seu cotidiano encarnava em objetos menores, desde utensílios domésticos a imagens de cunho religioso que povoam o interior dos espaços onde viviam. Então, para que gastar tanto esforço em detalhes de platibandas e outras firulas difíceis de executar, se o olhar dos usuários estava treinado na beleza simples da sua tradição construtiva. Processos de autoconstrução tradicional das choças de palha que era o módulo construtivo básico de toda a sua arquitetura doméstica e produtiva, não incorporavam ornamento algum



Fachada do Posto de Saúde em Chicuto

Foto: Pedro Lobão

## 5.

---

Oposto de saúde periférico, de caráter bem isolado e operado por uma pequena equipe de enfermagem, é uma tipologia comum nos distritos rurais de MZ. Porém, tanto os postos antigos (i.e. coloniais) que consegui visitar, quanto os modelos apresentados nos manuais do Ministério da Saúde, apresentavam amplas salas de espera que consumiam boa parte da área construída

## 6.

---

Casos pediátricos e ginecológicos consistiam em aproximadamente 80% do total dos atendimentos ambulatoriais realizados.

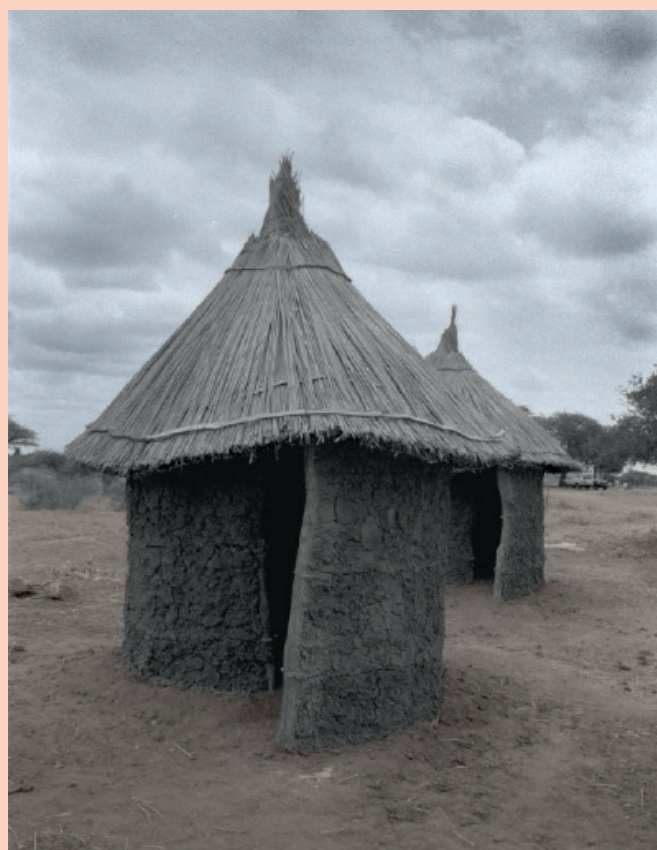
construtivo básico de toda a sua arquitetura doméstica e produtiva, não incorporavam ornamento algum. Eu precisava entender esta estética simples, oriunda do processo de construção, para fazer um posto de saúde com o qual os usuários pudessem minimamente se identificar.

Por fim, ao observar as casas que visitava, entendi que a ideia de pavilhão único, que reúne toda funcionalidade num mesmo corpo construído era algo totalmente estrangeiro ao povo rural de Magude. Casa significava um conjunto de palhoças dentro de um cercado. A cerca definia mais a casa que as paredes das palhoças. Uma cozinha para cada esposa ou simplesmente palhoças separando funções em volumes distintos. Um posto de saúde que encerrasse todo o programa de necessidades dentro de um único objeto construído e fechado era uma aberração espacial naquela cultura.

O desenho do Posto de Saúde foi então definido por um módulo básico que podia se expandir um pouco e funcionava, com pequenas alterações de interior como ambulatório e como maternidade. Assim todo o programa era atendido com dois módulos articulados ao redor de um canhoeiro, árvore profundamente valorizada na cultura local.

A partir de um alpendre simples, a entrada de cada módulo era também a circulação, resumida a 1m<sup>2</sup>, sobre a qual ficava uma pequena caixa d'água alimentada por um tanque abastecido pela equipe de enfermeiros e pela população local.

Completando o conjunto havia um caramanchão de madeira onde aconteciam os atendimentos de medicina preventiva, palestras, cursos, pesagem de crianças, etc. Assim o Posto reproduzia com formas próprias a estrutura das arquiteturas vernaculares da população atendida. Apesar dos temores da coordenação de MSF-CH este projeto foi muito bem aceito pela burocracia do Ministério da Saúde Moçambicano e rapidamente integrado à vida dos vilarejos beneficiados.



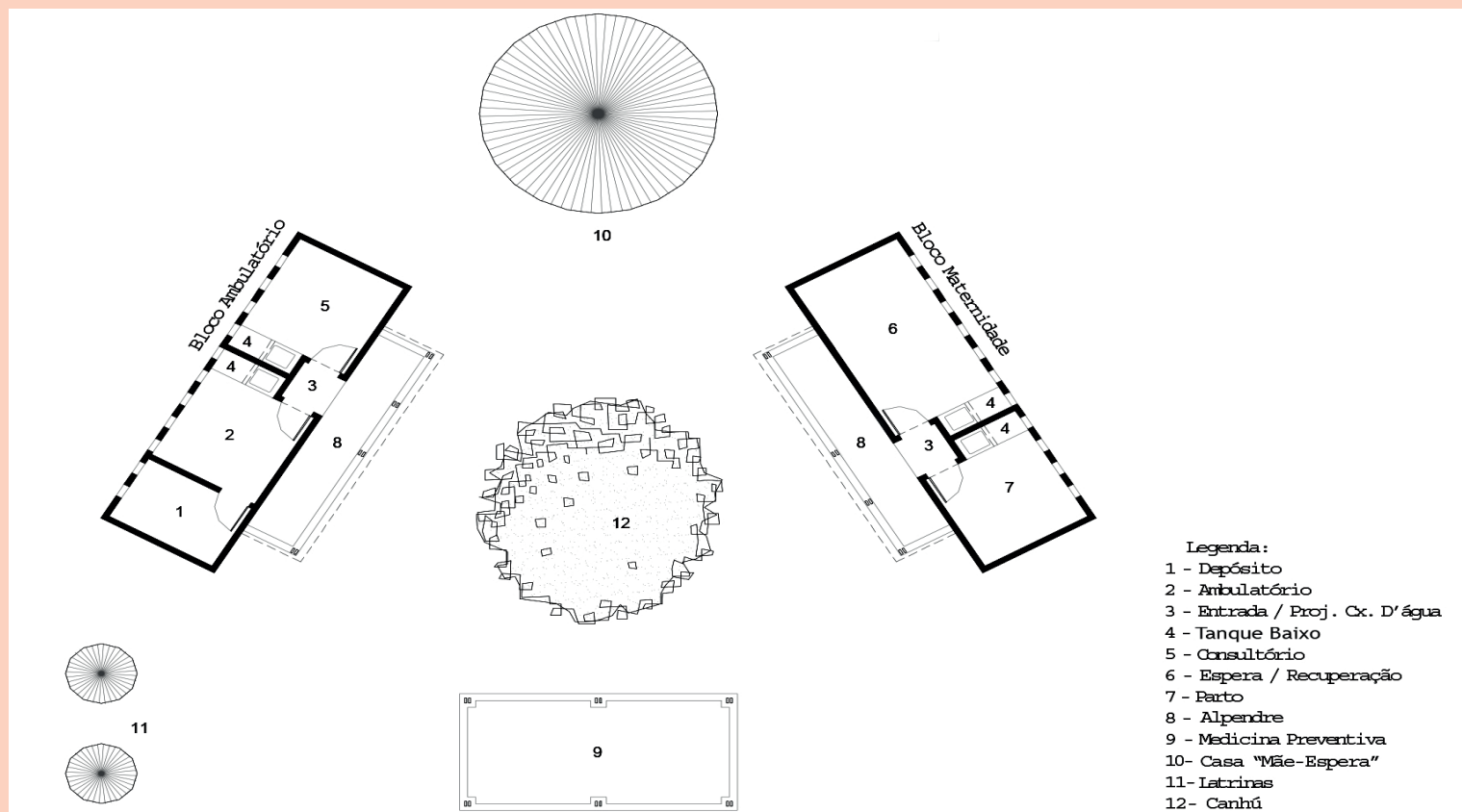
Sanitários

Foto: Pedro Lobão



Vista Lateral do Posto de Saúde em Chicutso

Foto: Pedro Lobão



Planta baixa do Posto de Saúde

Fonte: Pedro Lobão



# Uma arquitetura humanit

**Maria Clara Barsotti**  
TENDAS ILÊ

**Orientadores:**  
**Vera Magiano Hazan e Fernando Betim Paes Lemes**  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU/ PUC-Rio)

35º prêmio **Arquiteto do Amnhã IAB-RJ**  
Prêmio categoria tecnologia e inovação na Arquitetura  
3º lugar prêmio **Grandjean de Montigny de 2018, CAU-RJ**



# TENDAS ILÊ

solução para um mundo em constante migração



Conflitos de terra, guerras civis e a fome têm agravado a situação de sem-terra, refugiados e deslocados no mundo e no Brasil. De acordo com relatório da Acnur de 2016, a atual crise humanitária é a mais grave desde a fundação da ONU, em 1945<sup>1</sup>. São mais de 65 milhões de deslocamentos compulsórios no mundo. No Brasil, existem 350 mil famílias vivendo em acampamentos do MST, ou seja, em situação de transitoriedade. Podemos citar ainda no país minorias como os sem-teto e os índios. Esses povos vivem em trânsito constante, seja lutando por melhores condições de vida, seja por sobrevivência.

Foi com base nesse alarmante cenário que as tendas ilê foram concebidas. Projetadas inicialmente para contemplarem os sem-terra, elas também podem ser destinadas aos que hoje são afligidos pela crise migratória do século XXI, abrangendo assim o conceito do “glocal” (TORKINGTON, 2012). Para se adaptar às necessidades dessas pessoas, a tenda é itinerante, leve e educativa – e por isso, ilê. O ilê foi desenvolvido como um espaço polivalente destinado a atividades educativas e sociais, de acordo com as necessidades de cada grupo atingido, podendo ser inserida em acampamentos do MST e campos para refugiados.

A situação das pessoas em crise humanitária forçou-as a um estilo nômade de vida. Então o projeto arquitetônico deve se adaptar a essa itinerância das vidas deslocadas, já que a arquitetura deve estar a serviço da humanidade (ROKE, 2017). Para garantir a mobilidade, nesse caso, é necessário unir os conceitos de compacidade, adaptabilidade e leveza nas tendas ilê.

Por isso, elas são estruturadas a partir de um sistema construtivo flexível que permite diversas composições. Assim, o projeto pode se adaptar a diferentes situações e terrenos. As tendas são replicáveis e de fácil montagem, o que dispensa o uso de ferramentas. Além disso, podem ser customizadas pelos usuários, dependendo de suas necessidades e das matérias-primas locais. Sua fabricação pode ser digital, o que permite que o projeto seja disponibilizado on-line e fabricado por qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo com o uso de máquinas de corte a laser.

Mesmo onde não houver infraestrutura, a tenda pode ser fabricada de forma artesanal. Depois de fabricado, o kit, que pesa 315 quilos, deve ser montado com seus componentes e enviado ao local. Ele pode ser acoplado a qualquer meio de transporte, como uma bicicleta, moto, carro, caminhonete, caminhão. Se desmembrado, pode até mesmo ser levado a pé.

Nos espaços polivalentes das tendas ilês, podem ser realizadas atividades coletivas da própria comunidade ou de outras com as quais estabeleça trocas culturais. Elas podem servir, por exemplo, como escolas, local para reuniões, feiras ou exposições artísticas, facilitando dinâmicas coletivas e trocas geracionais.

## 1.

---

Nº de refugiados e deslocados cresce em 2016 e é o maior já registrado, diz relatório. G1. 19 jun. 2017. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/numero-de-refugiados-e-deslocados-cresce-em-2016-e-e-o-maior-ja-registrado-diz-relatorio.ghtml>>. Acesso em: 07 mai. 2018.

## características

itinerante



cada família, em média, 12 anos em um campo de refugiado um acampamento sem terra dura, em média 5 anos.

flexível



um acampamento sem-terra de beira de estrada, normalmente possui uma ocupação linear, enquanto a maioria dos campos de refugiados apresenta uma malha mais densa

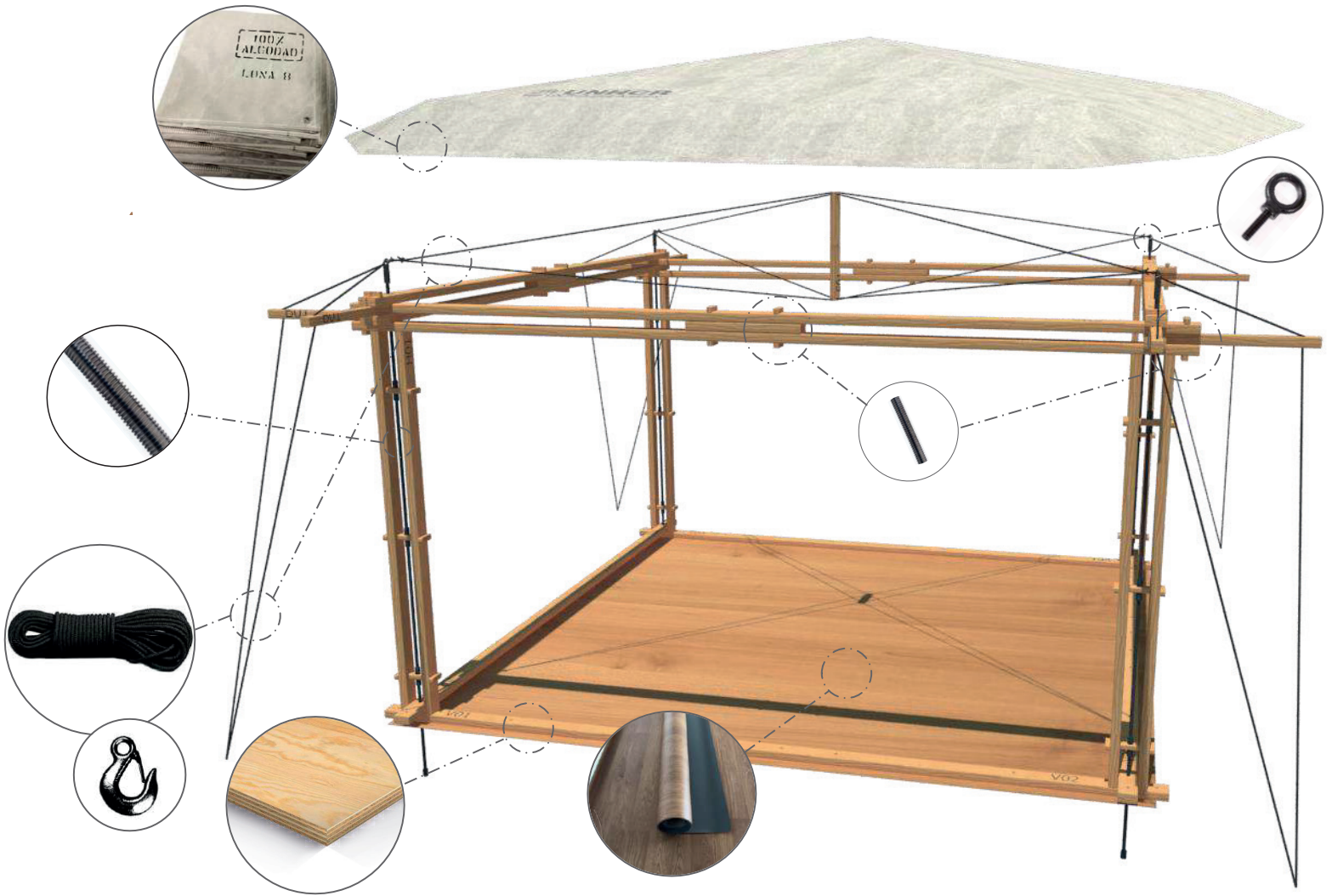
replicável



Goldhap (campo de refugiado no Nepal) possui menos de 5 mil habitantes, enquanto em Dadaab (campo de refugiado no Quênia) tem mais de 500 mil

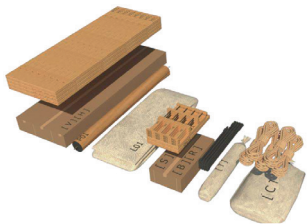


# materiais



# sistema construtivo

itinerante 



# programa

tempo  
aula

tempo  
trabalho

tempo  
oficina

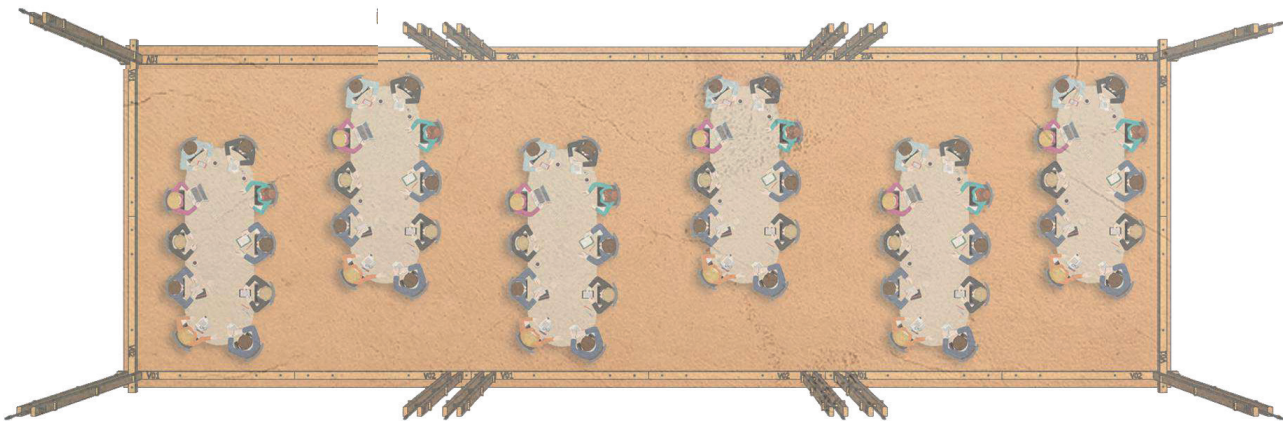
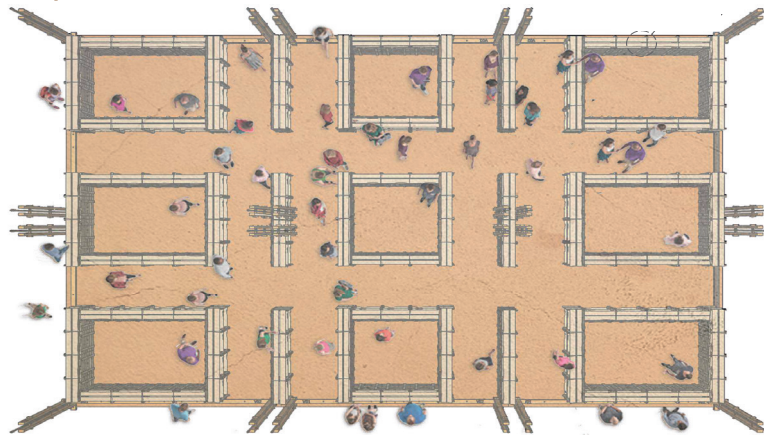
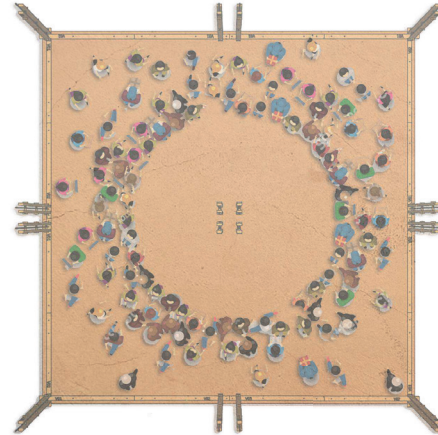
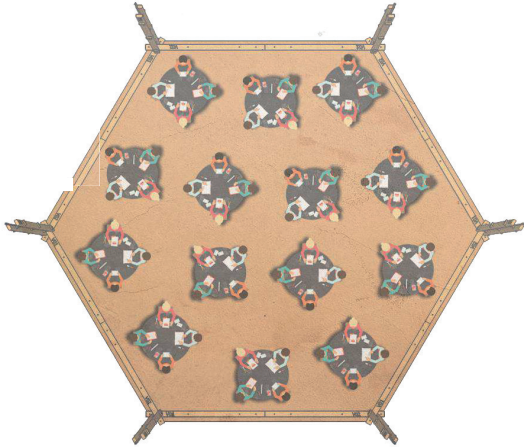
tempo  
lazer

tempo  
estudo

tempo  
mutirão

tempo  
pedagó  
gico

tempo  
mística

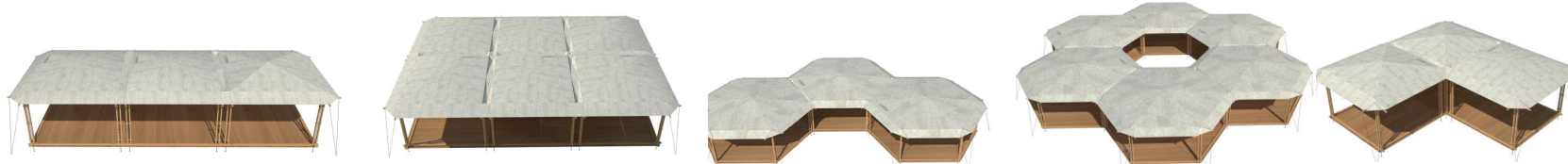






*sistema construtivo*

replicável 







# MAIDAN TENT

ABVM studio  
(Bonaventura Visconti di Modrone),  
Architetto Leo Bettini Oberkalmsteiner



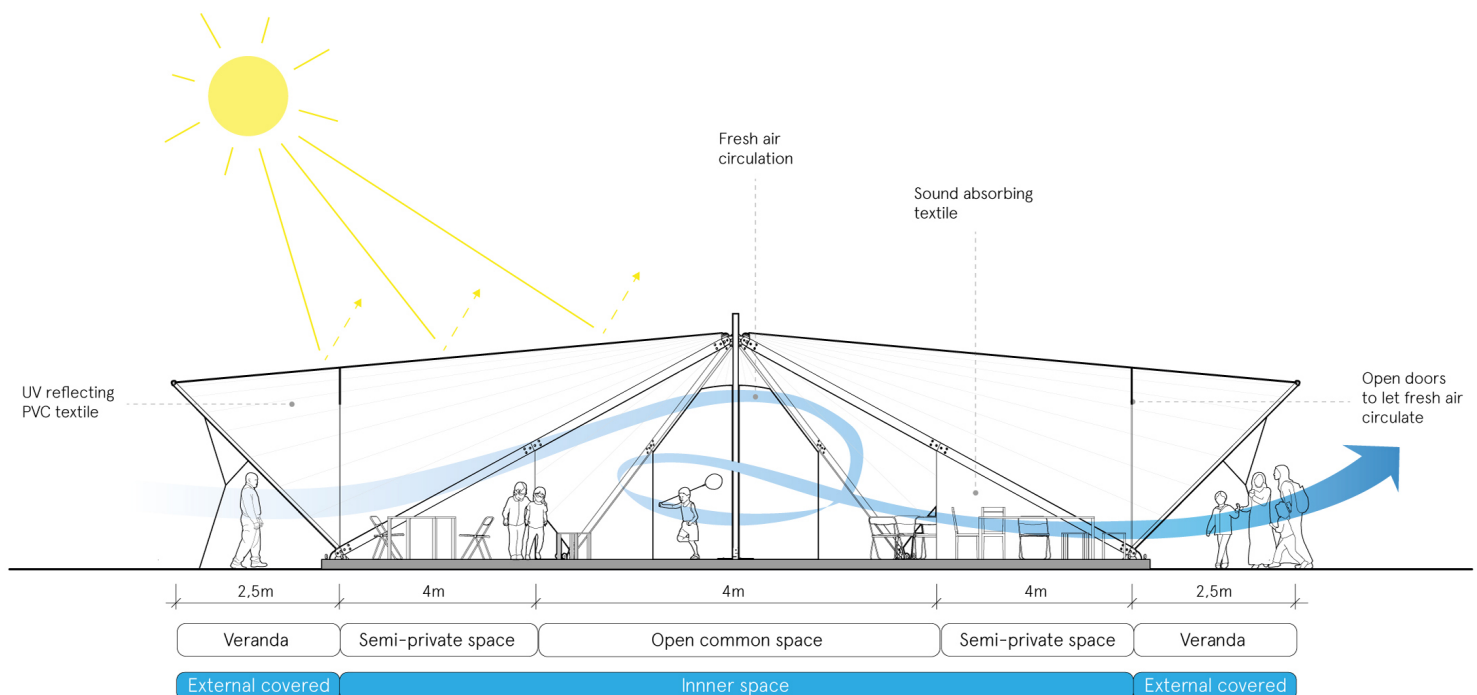
## UMA HISTÓRIA ITALIANA DE SUPORTE A REFUGIADOS: A TENDA MAIDAN É UMA REALIDADE

Texto fornecido pelo arquiteto Leo Bettini

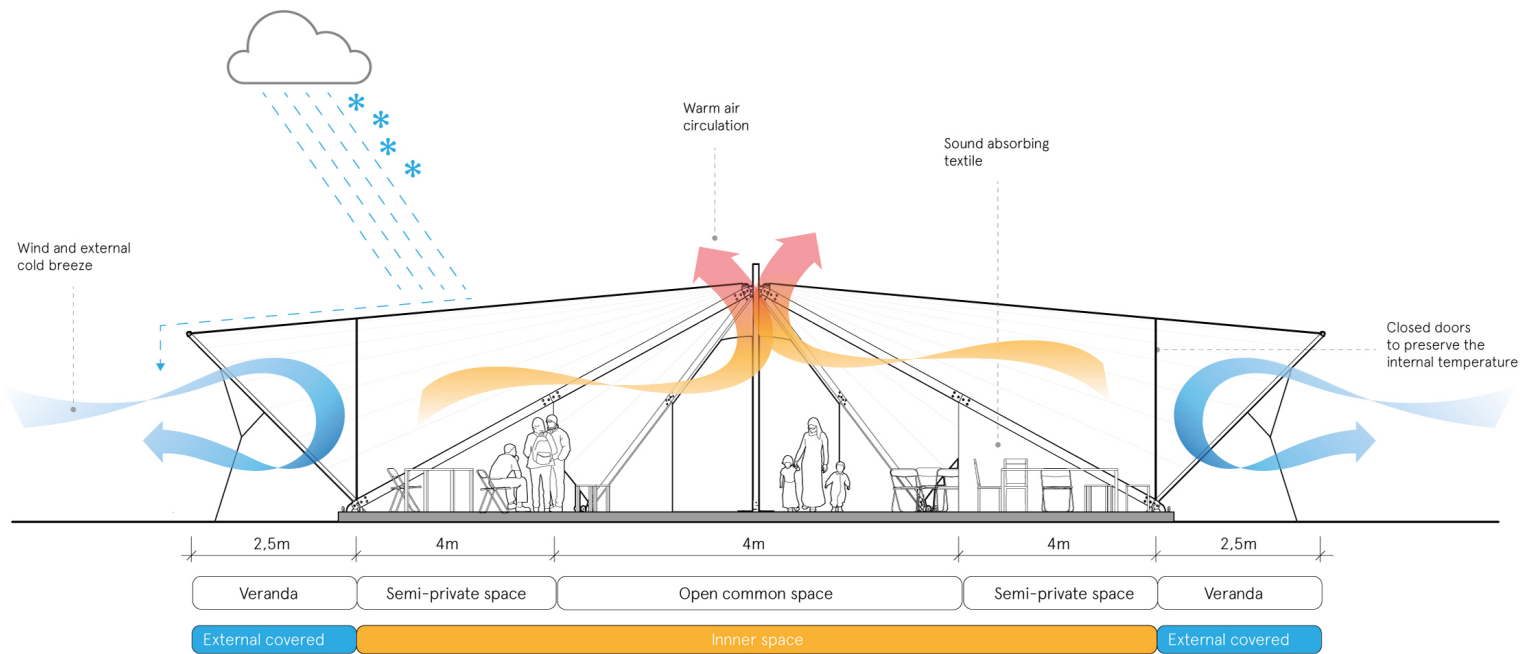
*“O projeto nasceu de uma percepção de que temos certeza de que podemos melhorar a vida dos residentes, mas queremos que eles mesmo, em seu próprio tempo, apropriem-se e o tornem habitável”, continua Visconti di Modrone. “Ao observar e buscar sugestões e comentários, estamos convencidos de que podemos aprimorar o projeto e fazê-lo mais eficiente. Por agora, após ver pessoalmente a tenda, os líderes fizeram algumas propostas que estamos felizes em implementar. Por exemplo, a tenda Maidan já abrigou transmissões de jogos de futebol da Copa do Mundo a filmes em diversas línguas. Enquanto isso, estamos trabalhando em organizar um mercado hortifrutigranjeiro quinzenal onde produtores gregos locais podem vender seus produtos dentro do campos, em uma tentativa, dentre outras, de superar o isolamento dos residentes.”*

O primeiro protótipo da “tenda Maidan”, um “quadro” coberto para imigrantes do campo de refugiados Ritsona, na Grécia, está pronto. Um time de voluntários liderado pelo ABVM Studio de Bonaventura Visconti di Modrone, juntos com o arquiteto Leo Bettini Oberkalmsteiner, conceberam e traçaram o design.

Após dois anos de estudos, testes, visitas com a população refugiada no campo, encontros com organizações não-governamentais (ONGs), instituições públicas e privadas; a tenda foi instalada e está funcionando como previsto. Há para ela um programa organizado de compartilhamento e atividades de socialização para solicitantes de asilo esperando poderem retomar suas jornadas para outros destinos.







Patrocinada pela Organização Internacional para Migrações (OIM) das Nações Unidas, a “tenda Maidan” desfruta de suporte da *Arup Community Engagement*, um programa sem fins lucrativos da renomada empresa inglesa de engenharia sediada na Itália e da Universidade de Bocconi, que irá analisar cientificamente e avaliar o impacto desse novo espaço público no cotidiano dos residentes do campo.

Uma história com final positivo. Um grupo de jovens italianos, arquitetos e não-arquitetos, que sentiram que queriam fazer algo por aqueles fugindo da pobreza e fome da guerra, obtiveram sucesso em seus objetivos. Após dois anos de trabalho e navegação pela burocracia, e graças a doações de diversos indivíduos privados que acreditaram no projeto, a “tenda Maidan” ([www.maidantent.org](http://www.maidantent.org)) é uma realidade. O campo de refugiados de *Ritsona*, na Grécia, agora contempla um espaço público organizado e coletivo protegido das intempéries; onde é possível ler, aprender, brincar e formar novas amizades: uma estrutura móvel que oferece uma alternativa à rotina da vida diária do campo.

Arquitetura como instrumento. Nesta iniciativa, o quanto for possível a arquitetura sempre atuará como um instrumento para melhorar a qualidade de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade. O time de designers sabe o que ocorre entre as barracas e os containeres do campo por terem visitado, ao menos, uma dúzia de vezes nos últimos dois anos. “Eu vi a desorientação nos olhos das pessoas”, afirma Bonaventura Visconti di Modrone ([www.abvm.it](http://www.abvm.it)), quem, junto com Leo Bettini, fez o design do projeto. “Não havia falta de alimentos ou cuidados médicos no campo, mas as provas psicológicas eram muitas”, diz o designer. Conversando com os refugiados, Visconti di Modrone constantemente ouvia sobre o sofrimento e trauma por ter deixado o lar e entes queridos e pela perigosa jornada que custa a vida de muitos. O sofrimento também deriva da instabilidade da vida nos campos: “Eu não sei o que acontecerá comigo, meu futuro não está em minhas mãos, estou em um país que não é o meu, não posso me mover com liberdade, eu não falo a língua”, explicou Amir a Visconti di Modrone. Esse é o motivo pelo qual o designer buscou um psicólogo com a intenção de entender como aliviar, pelo menos em parte, a dor dessas pessoas. “Perguntei-me a mim mesmo como poderia ajudar como arquiteto. Então pensei na possibi-



lidade de criar um espaço que busque quebrar a monotonia; para encontrar-se, compartilhar; recriando pelo menos um pouco o que foi a vida deles”, discursa o arquiteto. Logo a ideia de um largo espaço comunitário modular, que poderia ser dividido em vários segmentos garantindo privacidade e, ao mesmo tempo, providenciar espaços para dividir, conversar, rezar e comer as refeições.

## O QUE VEM DEPOIS? MONITORAMENTO DE PROJETO

A tenda foi instalada durante o Ramadan, o mês de devoção e jejum na religião muçulmana, durante o qual o campo estava calmo. Agora a fase de monitoramento e avaliação da efetividade a tenda Maidan começa. Três estudantes do LEAP – Laboratório de Políticas Efetivas Anti-pobreza, um centro de pesquisa da Universidade de Bocconi financiado pela Fondazione Invernizzi – angariaram informações na situação socio-econômica dos residentes antes deles começarem a

usar a tenda em seu dia-a-dia. Esses dados serão fundamentais para o estudo de impacto que um espaço articulado e comunitário como a tenda Maidan pode ter na qualidade de vida dos moradores do campo de Ritsona.

A tenda é usada, atualmente, por crianças, que parecem empolgadas em ter um “nuvem inflável” em que brincar; e por ONGs e líderes comunitários para seus encontros. Será essencial nos próximos meses coletar ainda mais informações e observar como pessoas forçadas a viverem no ambiente cercado de um campo de refugiados vivem em um espaço coletivo como a tenda Maidan.

